



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB

GERLAINE DA ROCHA BRAGA

POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO

Rio de Janeiro, RJ

2020

GERLAINE DA ROCHA BRAGA

POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento.

Orientadora: Prof^a. Dra. Naira C. Silveira

Rio de Janeiro, RJ

2020

B813p Braga, Gerlaine da Rocha
Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de
Catalogação / Gerlaine da Rocha Braga. – Rio de Janeiro, 2020.
[251] p.

Orientadora: Naira Christofolletti Silveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia,
2020.

1. CATALOGAÇÃO. 2. REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA. 3.
DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO. 4. POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO. 5. MANUAL
DE CATALOGAÇÃO. I. Silveira, Naira Christofolletti, *orient.* II. Título.

CDD 025.32

GERLAINE DA ROCHA BRAGA

POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em 04 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Naira Christofolletti Silveira – Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dra. Cristina Dotta Ortega - Titular Externo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof^a. Dra. Elisa Campos Machado - Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dra. Elisabete Gonçalves Souza - Suplente Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcante de Miranda - Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir chegar até aqui e renovar minhas forças sempre que foi preciso.

À minha família por compreender os momentos de ausência e dedicação aos estudos e por sempre me apoiar, espero ser um exemplo de que estudando conseguimos realizar nossos sonhos.

Isaque, por estar ao meu lado todos os dias, me ajudar e me suportar todas as vezes que eu quis abraçar o mundo, com muito amor, paciência, ouvidos e braços.

À amiga Carol que mesmo à distância sempre está por perto.

Às amigas Biba, Jéssica, Jamile e Miriam pelo incentivo.

Luciana pelos ouvidos sempre presentes e pelas discussões valiosas; Catarina pelo suporte e incentivo desde os momentos de tensão do começo; vocês que juntamente com Suzane, Danielle, Lívia e Thalles fazem do ambiente de trabalho um lugar agradável e me motivam a dar o meu melhor.

À minha orientadora Professora Dra. Naira Silveira, a qual tenho orgulho de dizer que desde a graduação me acompanha, sempre me incentivando no caminho da pesquisa. Sou grata por ter sido orientada por você, pela sua dedicação, simplicidade e paciência comigo e pelo incentivo e liberdade que sempre me deu para escolher os temas de pesquisa.

À banca examinadora da qualificação e da defesa pelo aceite do convite e pelas dicas valiosas para a construção e finalização desta pesquisa.

Por fim, ao IBGE pelas horas de liberação para cursar parte das disciplinas do Mestrado.

Meu sincero muito obrigada!

RESUMO

Tem como tema central a política de catalogação e sua relação com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (ICP), aprovada em 2016, que atualizou e ampliou a Declaração de Paris, uma vez que a ICP possui em seu escopo servir de orientação para as decisões dos catalogadores, e, em especial, seus princípios gerais regem a tomada de decisão e as políticas sobre acesso e intercâmbio de dados. A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, pois busca uma maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito e propõe descrever as características de políticas e manuais de catalogação. Sua abordagem é qualitativa. Objetiva analisar a ICP, compreendendo sua concepção e de que maneira seus princípios gerais podem nortear a elaboração de políticas e manuais de catalogação. Tem por objetivos específicos: a) contextualizar a elaboração dos Princípios Internacionais de Catalogação; b) apresentar a teoria e os conceitos que embasam os princípios gerais da ICP; d) elencar e comparar políticas e manuais de catalogação vigentes; e, e) propor guias para a elaboração de políticas e manuais de catalogação para bibliotecas. Além da pesquisa bibliográfica para compor o referencial teórico, os procedimentos técnicos aplicados são: pesquisa bibliográfica em fontes selecionadas aplicando estratégia de busca específica, e pesquisa documental em documentos originalmente publicados pela IFLA relacionados à(s) ICP(s) (1961, 2009 e 2016) para estabelecer uma trajetória sobre sua elaboração; pesquisa bibliográfica em fontes selecionadas aplicando estratégia de busca específica, identificando nos textos selecionados conceitos relacionados aos princípios gerais da ICP. Uma pesquisa documental nos sites dos sistemas/rede de bibliotecas das Universidades também foi realizada para identificar documentos normativos adotados em bibliotecas. Por considerar que as Universidades Públicas brasileiras são os locais de maior avanço científico, optou-se pelo recorte dos sistemas e redes de bibliotecas de universidades brasileiras melhores avaliadas de acordo com o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referente ao ano de 2017, assim foram selecionadas 14 Universidades. Em relação às políticas e manuais publicizados, apenas 3 Sistemas de Bibliotecas das 14 Universidades investigadas possuíam políticas ou manuais de catalogação disponíveis em seus sites. E, apesar de todos eles abarcarem implicitamente a maioria dos princípios gerais da ICP, nenhum deles citou a Declaração ou explicitamente algum de seus princípios gerais. A pesquisa bibliográfica possibilitou o aprofundamento dos princípios gerais da ICP, apresentando conceitos e sua base teórica, e a pesquisa documental que analisou os documentos normativos de bibliotecas permitiu identificar elementos comuns e necessários nas políticas e manuais de catalogação. Sendo assim, se propõe como produtos dois guias: um para a elaboração de políticas e outro para manuais de catalogação para bibliotecas com base no referencial teórico e nos resultados da pesquisa. Conclui-se que para a construção de políticas e manuais de catalogação com base na ICP é imprescindível conhecer o documento e os conceitos e princípios nos quais ele está ancorado, de forma a elaborar instrumentos normativos locais que atendam o que a ICP recomenda.

Palavras-chave: Catalogação. Representação Descritiva. Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Política de catalogação. Manual de catalogação.

ABSTRACT

Its central theme is the cataloging policy and its relationship with the Statement of International Cataloging Principles (ICP), approved in 2016, which updated and expanded the Paris Principles, since ICP has in its scope to serve as a guide for the catalogers' decisions, and, in particular, their general principles govern decision-making and policies on data access and exchange. The research is exploratory and descriptive, as it seeks greater familiarity with the problem with a view to making it more explicit and proposes to describe the characteristics of cataloging policies and manuals. Its approach is qualitative. It aims to analyze the ICP, understanding its conception and how its general principles can guide the elaboration of cataloging policies and manuals. Its specific objectives are: a) to contextualize the elaboration of the International Cataloging Principles; b) to present the theory and concepts that underlie the general principles of ICP; d) to list and compare current cataloging policies and manuals; and, e) to propose guides for the elaboration of cataloging policies and manuals for libraries. In addition to bibliographic research to compose the theoretical framework, the technical procedures applied are: bibliographic research in selected sources applying a specific search strategy, and documentary research in documents originally published by IFLA related to the ICPs (1961, 2009 and 2016) establishing a trajectory on its elaboration; bibliographic research in selected sources applying a specific search strategy, identifying concepts related to the general principles of the ICP in selected texts. A documentary research was also carried out in order to identify normative documents adopted in libraries. Considering that Brazilian Public Universities are considered the greatest place in scientific development, it was decided to select the Systems and Networks of Libraries of Brazilian Universities best evaluated according to the General Index of Evaluated Courses of the Institution applied by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, in 2017, 14 Universities were selected. Regarding the published policies and manuals, only 3 Library Systems of the 14 Universities investigated had cataloging policies or manuals available on their websites. And, although they all implicitly embrace most of the general principles of the ICP, none of them mentioned the Statement or explicitly any of its general principles. The bibliographic research made it possible to deepen the general principles of the ICP, presenting concepts and their theoretical basis, and the documentary research that analyzed normative documents of libraries, allowed to identify common and necessary elements in cataloging policies and manuals. Therefore, two guides are proposed as products: one for the elaboration of cataloging policies and other for manuals for libraries, based on the theoretical framework and the research results. It is concluded that, for the construction of policies and cataloging manuals based on the ICP, is essential to know the document and the concepts and principles on which it is anchored, in order to develop local normative instruments that meets what the ICP recommends.

Keywords: Cataloging. Descriptive Cataloging. Statement of International Cataloging Principles. Cataloging policy. Cataloging manual.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Indicadores de avaliação geral do corpus de análise	27
Quadro 2 -	Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado	29
Quadro 3 -	Terminologia adotada no corpus analisado	32
Quadro 4 -	Resumo da pesquisa	33
Quadro 5 -	Mudança terminológica entre os Princípios de Paris e a ICP (2009)	50
Quadro 6 -	Entidades do modelo FRBR (1998)	58
Quadro 7 -	Etapas da catalogação na biblioteca	82
Quadro 8 -	Definições das tarefas dos usuários	90
Quadro 9 -	Tarefas dos usuários durante o processo de busca de informação de Kuhlthau	100
Quadro 10 -	Existência ou ausência de políticas e manuais de catalogação, e outros documentos normativos nas Bibliotecas das Universidades IGC 5	126
Quadro 11 -	Indicadores de avaliação geral do corpus de análise (UFRGS)	137
Quadro 12 -	Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado (UFRGS)	138
Quadro 13 -	Terminologia adotada no corpus analisado (UFRGS)	139
Quadro 14 -	Indicadores de avaliação geral do corpus de análise (UFSC)	152
Quadro 15 -	Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado (UFSC)	153
Quadro 16 -	Terminologia adotada no corpus analisado (UFSC)	154
Quadro 17 -	Indicadores de avaliação geral do corpus de análise (UnB)	161
Quadro 18 -	Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado (UnB)	162
Quadro 19 -	Terminologia adotada no corpus analisado (UnB)	163
Quadro 20 -	Indicadores de avaliação geral do corpus de análise (UFRGS, UFSC e UnB)	166

Quadro 21 -	Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado (UFRGS, UFSC e UnB)	168
Quadro 22 -	Terminologia adotada no corpus analisado (UFRGS, UFSC e UnB)	173
Quadro 23 -	Os princípios gerais da ICP e os elementos da política de catalogação	180
Quadro 24 -	Elementos da política: suas características teóricas e seções	182
Quadro 25 -	Elementos da política: orientações e exemplos	184
Quadro 26 -	Os princípios gerais da ICP e os elementos dos manuais de catalogação	189
Quadro 27 -	Elementos do manual: suas características teóricas e seções	191
Quadro 28 -	Elementos do manual: orientações e exemplos	192

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Fluxograma da catalogação na biblioteca	83
Figura 2 -	Página web inicial do Document@ (UFRGS)	131
Figura 3 -	Document@: Manuais SABi (UFRGS)	132
Figura 4 -	Document@: Manuais SABi: Políticas e Procedimentos: estrutura dos capítulos (UFRGS)	134
Figura 5 -	Página web inicial do Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC	144
Figura 6 -	Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC – Autoridades	145
Figura 7 -	Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC – Catalogação	147
Figura 8 -	Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC – Classificação	150
Figura 9 -	Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC – Tratamento físico	151
Figura 10 -	Capa das diretrizes do SiB-UnB	157
Figura 11 -	Sumário das diretrizes do SiB-UnB	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloging Rules</i>
AACR2r	<i>Anglo-American Cataloging Rules, second edition, 2002 revision</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BCE	Biblioteca Central
BN	Biblioteca Nacional
BU	Biblioteca Universitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CDU	Classificação Decimal Universal
CPC	Conceitos Preliminares de Curso
DECTI	Coordenação de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação
E-LiS	<i>E-prints in Library & Information Science</i>
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FR	<i>Functional Requirements</i>
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
FRSAD	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data</i>
GT-CAT	Grupo de Trabalho em Catalogação da FEBAB
ICP	<i>Statement of International Cataloging Principles</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição

IME ICC	<i>IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
LRM	<i>IFLA Library Reference Model</i>
MARC 21	<i>Machine-Readable Cataloging</i>
O&M	Organização e Métodos
OPACs	<i>Online Public Access Catalogs</i>
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
RDF	<i>Resource Description Framework</i>
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
SABi	Sistema de Automação de Bibliotecas
SBUFRGS	Sistema de Bibliotecas da UFRGS
SiB-UnB	Sistema de Bibliotecas da UnB
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
UFABC	Universidade Federal do Abc
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VIAF	<i>Virtual International Authority File</i>
WLIC	<i>World Library and Information Congress</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO	15
1.2	OBJETIVOS	18
1.3	PRODUTO	18
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	35
3.1	CATALOGAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	35
3.2	PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO	42
3.3	MODELOS CONCEITUAIS	56
4	POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS	62
4.1	POLÍTICAS NA BIBLIOTECONOMIA	66
4.2	POLÍTICAS NA CATALOGAÇÃO	72
5	ANÁLISE E RESULTADOS	85
5.1	PRINCÍPIOS GERAIS DA DECLARAÇÃO	85
5.1.1	<i>Interesse do usuário</i>	86
5.1.2	<i>Uso comum</i>	104
5.1.3	<i>Representação</i>	108
5.1.4	<i>Acurácia</i>	113
5.1.5	<i>Suficiência e necessidade</i>	114
5.1.6	<i>Significação</i>	116
5.1.7	<i>Economia</i>	117
5.1.8	<i>Consistência e normalização</i>	118
5.1.9	<i>Integração</i>	119

5.1.10	<i>Interoperabilidade</i>	120
5.1.11	<i>Abertura</i>	122
5.1.12	<i>Acessibilidade</i>	123
5.1.13	<i>Racionalidade</i>	124
5.2	AS POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO NAS UNIVERSIDADES	125
5.2.1	<i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i>	130
5.2.2	<i>Universidade Federal de Santa Catarina</i>	141
5.2.3	<i>Universidade de Brasília</i>	156
5.2.4	<i>Síntese comparativa das instituições</i>	165
6	GUIAS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS E MANUAIS DE CATALOGAÇÃO	176
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
	REFERÊNCIAS	199
	APÊNDICE A – RESULTADOS DAS BUSCAS	215
	APÊNDICE B – POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO: GUIA	218
	APÊNDICE C – MANUAIS DE CATALOGAÇÃO: GUIA	236

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e integra o Grupo de Pesquisa “A Representação Descritiva no Brasil”. Tem como tema central a política de catalogação e sua relação com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (ICP), aprovada em 2016, que atualizou e ampliou a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, publicada em 1961, durante a Conferência de Paris.

Prestes a completar 60 anos desde a sua primeira publicação, a Declaração segue como sendo um importante documento para a área: “Os princípios aqui estabelecidos foram pensados para orientar o desenvolvimento dos códigos de catalogação e as decisões dos catalogadores” (IFLA, 2016, p. 5, tradução nossa).

Embora a discussão em torno da elaboração de políticas de catalogação tenha ganhado força nesse momento, é conveniente lembrar de que não se trata inteiramente de uma novidade na área, pois as decisões dos catalogadores eram registradas nos catálogos decisórios das bibliotecas, catálogos manuais internos, para uso do profissional. Acredita-se que com o uso dos catálogos automatizados, os catálogos decisórios possam ter caído em desuso, e com a discussão sobre a adoção do código *Resource Description and Access* (RDA) as questões sobre decisões a serem tomadas em relação à construção dos registros bibliográficos tornaram-se evidenciadas e ressaltadas.

São comuns os relatos da necessidade de padronização da representação documental em bibliotecas e especialmente em sistemas de bibliotecas, nos quais problemas relacionados ao trabalho realizado por diversos profissionais são amplificados (MARTIGNAGO et al., 2019; REIS; RIBEIRO; ROCHA, 2017). As instituições acabam criando guias ou manuais locais de acordo com suas necessidades práticas, contudo sem uma metodologia e um corpo teórico comum que permita a fundamentação das aplicações locais, de maneira que elas não sejam arbitrárias.

No decorrer da pesquisa observou-se que não seria possível abordar a questão da política de catalogação separada do seu principal instrumento

administrativo complementar: o manual de catalogação. Nesse sentido, optou-se também por investigar o conteúdo desses manuais.

Entende-se ainda que a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 1961, 2009b, 2016) possui um papel fundamental na padronização mundial da representação dos recursos informacionais. Ela pode ser aplicada tanto aos dados bibliográficos, quanto aos de autoridade, e, conseqüentemente, aos catálogos de bibliotecas, bibliografias e outros conjuntos de dados criados por bibliotecas (IFLA, 2016). Por isso, acredita-se que estudar a Declaração seja o primeiro passo para a tomada de decisões dos catalogadores e para modelar políticas de catalogação baseadas em princípios internacionais.

Nesse sentido, entende-se que os códigos de catalogação são elaborados considerando diferentes documentos norteadores publicados pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), como, por exemplo, a própria Declaração e as *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) e que as decisões dos catalogadores devem ser estabelecidas em políticas e manuais de catalogação. Sendo assim, têm-se as seguintes questões de pesquisa: Como estabelecer políticas e manuais de catalogação com base na ICP? Quais instituições possuem políticas e manuais de catalogação publicizadas? Eles estão em consonância com a ICP?

1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância do estudo pode ser justificada em diferentes panoramas, destacando-se três: para a própria área, especialmente no Brasil, para o programa no qual a pesquisa está sendo realizada e para o desenvolvimento profissional.

Dado que a Declaração teve sua última versão publicada em 2016, com pequenas correções em 2017, e traduzida para português em 2018, trata-se ainda de um instrumento novo no Brasil. Estudá-lo e desenvolver instrumentos de auxílio à elaboração de políticas e manuais de catalogação é relevante para os profissionais e também para a área de Catalogação.

A discussão em torno da questão da política de catalogação foi retomada no cenário nacional recentemente devido às discussões sobre a implementação do código RDA em algumas instituições do país, pois a nova normativa parece apresentar uma maior abertura às instituições sobre como aplicar determinadas

regras, sugerindo e tornando mais clara a necessidade da elaboração de políticas locais como forma de padronização. Tal constatação pode ser observada em diversos trabalhos apresentados no I Encontro de RDA no Brasil (ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 2019).

Acredita-se que o *Webinar* do Grupo de Trabalho de Catalogação (GT-CAT) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) (POLÍTICAS..., 2020) e sua iniciativa de mapeamento de políticas existentes (TEXEIRA, 2020), ações que ocorreram recentemente, possivelmente incentivarão mais ainda o desenvolvimento de tais documentos nas bibliotecas e a ampla divulgação dos documentos porventura existentes.

Como observa Estivill Rius (2012), a adoção de políticas locais, de consórcios ou nacionais podem ser divergentes, dificultando assim o intercâmbio e cópia de registros entre as bibliotecas. Acredita-se que este problema possa ser minimizado com a adoção de uma metodologia comum de elaboração de política de catalogação.

Um dos trabalhos que aborda diretamente o termo “política de catalogação” no Brasil é o de Sousa (2015), que afirma que pesquisas sobre esse tema ainda eram muito escassas, apesar de o próprio Código de Catalogação Anglo Americano, em sua segunda edição revista de 2002 (AACR2r), orientar que algumas regras alternativas e opcionais devem ser definidas como parte da política de catalogação para um determinado catálogo ou agência bibliográfica e, uma vez estabelecidas, devem ser sempre aplicadas (CÓDIGO..., 2005). Ou seja, para a utilização do código, pressupõe-se a existência de uma política de catalogação. Talvez, a discussão tenha ressurgido com o RDA porque ele propõe mais normativas abertas, isto é, que demandam escolhas, e isso gera uma necessidade maior de decisões registradas.

Acrescenta-se ainda como uma justificativa o fato de que a literatura da área de Catalogação, salvo exceções, é composta principalmente por publicações referentes aos instrumentos desenvolvidos (códigos, formatos e modelos), em detrimento de textos que abordem os fundamentos norteadores da prática (SANTOS; ORTEGA, 2013; ORTEGA, 2009; TOLENTINO; ORTEGA, 2016). Portanto, um estudo teórico como este se propõe, aliado à oferta de um produto que almeja servir de base para a elaboração de políticas de catalogação, une a teoria à prática e se faz pertinente especialmente em um mestrado profissional.

A partir de um breve levantamento no Repositório Hórus da UNIRIO, abrangendo o período de 2014 a 2019, constatou-se que a temática Representação Descritiva poderia ser mais explorada na UNIRIO. Do total de 123 dissertações vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, apenas 8 (6,5%) abordam especificamente Representação Descritiva, e uma única pesquisa trabalha especificamente a temática “política de representação descritiva”, a saber: Ramos (2018).

Estudar sobre a aplicação da Declaração na elaboração de políticas de catalogação é atuar diretamente na relação entre a utilização de um instrumento conceitual em sua aplicação prática, sendo este contexto uma das principais motivações deste estudo, considerando que a pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Biblioteconomia e compõe o Grupo de Pesquisa Representação Descritiva no Brasil.

Aliada às justificativas acima citadas, também há motivação pessoal para este trabalho, que é dar continuidade a uma trajetória acadêmica iniciada na graduação, culminando com o exercício profissional.

Durante a graduação, como estudante de Biblioteconomia, fui contemplada com bolsa de iniciação científica e também elaborei o Trabalho de Conclusão de Curso sobre a temática Catalogação.

Como bibliotecária, na instituição em que atuo desde 2017, a equipe que gerenciava a inclusão de registros no catálogo da instituição foi modificada. Os bibliotecários responsáveis por padronizar grande parte dos elementos dos dados bibliográficos e de autoridade se aposentaram (após mais de 20 anos à frente do serviço) e, ao mesmo tempo, uma equipe nova composta por cinco bibliotecárias ficaram responsáveis pelas decisões a serem tomadas em relação ao catálogo. Apesar de a nova equipe documentar suas decisões em manuais internos, nenhuma política foi formalizada institucionalmente ainda.

Paralelamente a estas mudanças, a instituição passou a utilizar um novo software de gerenciamento de acervo, que, ao contrário do anterior, adota o padrão *Machine-Readable Cataloging* (MARC 21) e protocolo de compartilhamento Z39.50. Passando assim a atuar efetivamente em rede de catalogação cooperativa com as unidades estaduais do órgão, presentes em todas as capitais do país. Todo esse contexto, iniciado em meados de 2017, trouxe imensos desafios à equipe, desde o planejamento e acompanhamento da migração de registros entre os sistemas, até o

gerenciamento do trabalho catalográfico no contexto da atuação em um sistema de bibliotecas. Todavia, requer padronização e estabelecimento de políticas e manuais para a representação dos recursos informacionais, para que seja dada continuidade ao trabalho executado pela Biblioteca.

Espera-se que os resultados desse estudo ajudem a equipe a desenvolver uma política e poupe esforços de outros colegas bibliotecários que poderão elaborar suas políticas e manuais de catalogação com base nos produtos resultantes dessa pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desse estudo é analisar a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, compreendendo sua concepção e de que maneira seus princípios gerais podem nortear a elaboração de políticas e manuais de catalogação.

Têm-se como objetivos específicos:

- a) contextualizar a elaboração dos Princípios Internacionais de Catalogação;
- b) apresentar a teoria e os conceitos que embasam os princípios gerais da ICP;
- c) elencar e comparar políticas e manuais de catalogação vigentes; e,
- d) propor guias para a elaboração de políticas e manuais de catalogação para bibliotecas.

1.3 PRODUTO

Com base nos objetivos acima, têm-se como produtos um guia para a elaboração de políticas de catalogação e um guia para a elaboração de manuais de catalogação para bibliotecas.

De acordo com o documento de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a área de Ciências Sociais Aplicadas 1 (CAPES, 2016), o Mestrado Profissional também é avaliado pelo quesito aplicabilidade dos trabalhos produzidos, nesse sentido, são consideradas publicações dos resultados da pesquisa em termos de produtos voltados para o público em geral, sendo assim, considera-se que o guia proposto será um produto pertinente para a comunidade bibliotecária.

Os guias foram desenvolvidos a partir do conteúdo das seções 4 e 5, e sua construção é apresentada na seção 6. Os apêndices B e C contêm os guias propriamente ditos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, pois busca uma maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito e propõe descrever as características de políticas e manuais de catalogação. Sua abordagem é qualitativa (GIL, 2002).

Além da pesquisa bibliográfica para compor o referencial teórico, os procedimentos técnicos aplicados de acordo com os respectivos objetivos são:

- a) contextualizar a elaboração dos Princípios Internacionais de Catalogação – pesquisa bibliográfica em fontes selecionadas aplicando estratégia de busca específica, e pesquisa documental em documentos originalmente publicados pela IFLA relacionados à(s) ICP(s) para remontar sua elaboração;
- b) apresentar a teoria e os conceitos que embasam os princípios gerais da ICP – pesquisa bibliográfica em fontes selecionadas aplicando estratégia de busca específica, identificando nos textos selecionados conceitos relacionados aos princípios gerais da ICP;
- c) elencar e comparar políticas e manuais de catalogação vigentes – após a seleção das instituições a serem analisadas, pesquisar os sites de seus Sistemas ou Redes de Bibliotecas visando identificar os documentos administrativos disponíveis para acesso público, verificando se existem políticas e manuais de catalogação e aplicar as técnicas de análise de conteúdo ao corpus localizado (BARDIN, 2016);
- d) propor guias para a elaboração de políticas e manuais de catalogação para bibliotecas – com base no referencial teórico e nos resultados das etapas anteriores.

A primeira etapa metodológica envolveu identificar no campo científico o estado atual da temática abordada nessa pesquisa, que são as políticas de catalogação e a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, bem como identificar estudos que remontassem a elaboração da Declaração, ou que estivessem relacionados aos seus princípios gerais. A revisão de literatura compreendeu pesquisa bibliográfica por meio da busca e seleção de textos disponíveis nas seguintes bases de dados: InfoBCI, BRAPCI, SciELO, *Taylor & Francis Online* (publicadora da revista *Cataloging & Classification Quarterly*),

Oasisbr, Portal de Periódicos da CAPES, *Library and Information Science Abstracts* (LISA)¹, e *E-prints in Library & Information Science* (E-LiS).

Por considerar que essa temática também poderia ter sido desenvolvida em programas de pós-graduação, nível mestrado e doutorado, a busca também compreendeu os repositórios institucionais de universidades brasileiras. Além dos trabalhos disponíveis no Oasisbr e do repositório da UNIRIO, que disponibiliza os trabalhos do Programa de Pós-Graduação ao qual esta pesquisa está vinculada, realizou-se também uma consulta individual nos repositórios das universidades avaliadas em seus cursos de pós-graduação com conceitos 6 e 5 pela CAPES, na área de Comunicação e Informação, Ciência da Informação. A saber os repositórios: da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB). Embora existam outros repositórios que contêm trabalhos oriundos dos demais Programas de Pós-Graduação, foi decidido utilizar este recorte, pois acredita-se que os conceitos 6 e 5 conferem aos programas o reconhecimento perante a comunidade científica, resultando em mais recursos de bolsas aos discentes e possibilitando maior número de pesquisas.

As pesquisas nas fontes citadas acima foram empreendidas entre os meses de julho de 2019 e abril de 2020, conforme indicado no Apêndice A. Para as bases brasileiras foram utilizados os seguintes termos de busca: princípios de catalogação; catalog*; catalogação; e política de catalogação. Para as bases estrangeiras os termos selecionados foram: international cataloguing principles; “cataloguing principles”; catalog*; e cataloguing policy.

Durante as buscas, alguns critérios precisaram ser adicionados a algumas das fontes, tais como filtros de idioma (inglês, português e espanhol) ou o uso da opção de busca avançada para melhor selecionar os resultados. Alguns textos estavam indexados em mais de uma fonte, o que ocasionou a recuperação de resultados repetidos. Esses resultados foram contabilizados como “textos selecionados” apenas uma vez.

1 Além desta, a busca foi também realizada nas bases *Information Science & Technology Abstracts* (ISTA) e *Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text* (LISTA), porém os resultados obtidos não foram substancialmente diferentes da base LISA, para que fosse necessário serem aqui relatados.

A seleção dos textos considerados relacionados à temática deste trabalho foi feita em dois momentos: um primeiro de avaliação dos títulos e palavras-chave; aqueles que foram considerados possivelmente úteis passaram à segunda etapa: leitura técnica do documento e do resumo, sendo então selecionados se confirmada a relação com a temática desta pesquisa. No total foram selecionados 141 textos, dentre eles a grande maioria é composta por artigos de periódicos, mas também foram recuperados um livro e alguns trabalhos acadêmicos.

Além desses procedimentos indicados para a revisão de literatura, foram consideradas também as referências desses documentos em busca de outros trabalhos que porventura fossem de interesse, porém não recuperados ou não disponíveis nas fontes utilizadas para o levantamento. Desta forma foram selecionados 18 documentos.

Como a leitura de um texto permite o conhecimento de outros textos, utilizou-se também de outros autores citados mais frequentemente na literatura da área, reconhecidos na Biblioteconomia por suas contribuições com fundamentos teóricos e práticos, tais como Ranganathan, Otlet, Choo, Mey, Svenonius e Barbosa, por exemplo.

As seções 3.2 e 3.3 foram construídas a partir da pesquisa documental realizada nos documentos publicados pela IFLA com temática relacionada aos Princípios de Catalogação (IFLA 1961, 2009b, 2016), bem como outros documentos localizados durante a pesquisa bibliográfica que se relacionassem à criação e/ou aplicação dos Princípios. A partir do referencial teórico delimitado foi feita ainda a aplicação dos textos lidos aos treze princípios gerais da ICP (IFLA, 2016), cujos resultados encontram-se na seção 5.1.

Para a identificação e análise das políticas de catalogação institucionais, recorreu-se à pesquisa documental para levantar políticas e manuais de catalogação vigentes e disponíveis para acesso público. Optou-se pelo recorte dos sistemas e redes de bibliotecas de universidades² brasileiras melhores avaliadas de acordo com o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) aplicado pelo Instituto

2 Universidades enquanto Instituições nas quais as atividades de ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis, pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Diferenciando-se de outras Instituições de Ensino Superior – Faculdades e Centros Universitários – de acordo com definição dada pelo Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>).

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao ano de 2017.

O IGC é mensurado a partir dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC) dos cursos de graduação e os Conceitos CAPES dos cursos de programas de pós-graduação *stricto sensu* das Instituições de Ensino Superior. A faixa numérica do IGC atribuído às Instituições de Ensino Superior varia entre 1 e 5, sendo 5 o conceito de qualidade máxima. Dentro dessas faixas estão alocados os valores do IGC contínuo, calculado de acordo com metodologia detalhada e publicada na Nota Técnica nº 19, de 2018 (INEP, 2018).

[O IGC] é calculado e divulgado para cada Instituição de Educação Superior (IES), identificada pelo código de instituição do Sistema e-MEC vinculado aos códigos de curso utilizados pelas IES para inscrição de estudantes e enquadramento de cursos em uma das áreas de avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) (INEP, 2018, p. 1).

De acordo com esse critério, foram selecionadas 14 Universidades com faixa de IGC igual a 5 (que compreende IGC contínuo entre 3,945 e 5), conforme a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Ranking das Universidades brasileiras avaliadas com faixa IGC 5, 2017

Nome da IES	Sigla da IES	Categ. Administrativa	Nº de Cursos com CPC no Triênio	IGC (Contínuo)
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Pública estadual	68	4,39
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Pública federal	64	4,31
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Pública federal	69	4,23
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Pública federal	37	4,15
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Pública federal	80	4,09
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Pública federal	84	4,07
Universidade Federal de Viçosa	UFV	Pública federal	63	4,06
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Pública federal	56	4,05
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Pública estadual	151	4,04

(continua)

(conclusão)				
Nome da IES	Sigla da IES	Categ. Administrativa	Nº de Cursos com CPC no Triênio	IGC (Contínuo)
Universidade Federal de Lavras	UFLA	Pública federal	27	4,04
Fundação Universidade Federal do Abc	UFABC	Pública federal	22	3,98
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Pessoa jurídica de direito público - federal	10	3,97
Universidade de Brasília	UnB	Pública federal	86	3,96
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Pública federal	93	3,95

Fonte: INEP (2019).

Apesar do critério de selecionar as universidades a serem pesquisadas com base apenas no IGC ser possivelmente frágil, por diversos motivos, foi necessário optar por um recorte passível de análise no decorrer do tempo hábil para esta pesquisa. Esta opção pode ser justificada também pelo instrumento de avaliação de cursos de graduação (INEP, 2017), uma vez que um dos critérios de avaliação do Ministério da Educação, na dimensão infraestrutura, é a disponibilidade de itens que compõem as bibliografias básica e complementar das disciplinas ofertadas nos cursos, de forma que o acervo físico esteja "tombado e informatizado" (INEP, 2017, p. 33), e o acervo virtual possua contrato que garanta acesso ininterrupto para os estudantes usuários. O que se acredita, principalmente em relação ao acervo físico, que o catálogo on-line da biblioteca universitária será o responsável por este controle ("tombamento") e disponibilização dos itens aos estudantes. Desta forma, supõe-se que as universidades mais bem avaliadas possuam bibliotecas mais estruturadas.

O recorte pelos sistemas e redes de bibliotecas universitárias públicas para compor a amostragem se justifica ainda porque as bibliotecas universitárias fazem parte do lugar de maior avanço científico do país, pois é reconhecido que as pesquisas brasileiras são em sua maior parte conduzidas por universidades públicas. Além disso, existe o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), um espaço contínuo e tradicional de disseminação de resultados de pesquisa e estudos feitos por bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias, cuja vigésima edição foi realizada em 2018 (SEMINÁRIO..., 2018). Sendo assim,

infere-se que esses profissionais estejam mais propícios a pensarem suas práticas e estabelecer políticas, bem como elaborar manuais técnicos, afinal é essencial que haja consistência entre as decisões tomadas nas diversas unidades que compõem um sistema ou uma rede de unidades de informação. Além do fato de que a universidade é um local que envolve a aplicação de métodos, padrões e sistematização do conhecimento, acredita-se que as chances de encontrar exemplos de políticas e manuais publicizados em suas bibliotecas seriam maiores.

Após a seleção das 14 Universidades (apresentadas na Tabela 1) para comporem o universo de estudo documental, procedeu-se ao acesso de seus sites na Web para verificar se seus sistemas e redes de biblioteca disponibilizam documentos administrativos e, dentre esses, mais especificamente políticas ou diretrizes e manuais ou regras de procedimentos de catalogação. Para os fins desta pesquisa entende-se política ou diretrizes de catalogação como um documento formal que traz linhas gerais de ação, destinado a orientar a tomada de decisão em relação a tudo o que diz respeito à catalogação, incluindo orientações e princípios genéricos, critérios para a escolha e adoção de instrumentos, padrões e códigos, estabelecendo diretrizes e limites para a ação dos indivíduos, podendo ser aplicadas tanto a bibliotecas, como a sistemas e redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo. Os manuais ou regras de procedimentos de catalogação, por sua vez, são documentos formalizados cujo objetivo é ser guia do fazer, contemplam os métodos rotineiros de execução, nos quais devem constar todas as orientações práticas de como proceder ao registrar os dados em catálogos: desde o detalhamento das regras de catalogação adotadas, de acordo com a necessidade local, até a inclusão dos dados no sistema utilizado pela instituição. Sua extensão e flexibilidade, conseqüentemente, serão maiores do que a política, bem como o nível de detalhamento das instruções. Podendo também ser elaborado para uma biblioteca apenas ou para sistemas e redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo.

Como resultado da consulta aos sites institucionais, das 14 instituições, apenas 3 disponibilizavam em seus sites documentos referentes às políticas e procedimentos relacionados especificamente à catalogação. Os resultados completos da pesquisa documental nos sites dos sistemas/rede de bibliotecas das Universidades e a análise dos documentos (corpus) identificados encontram-se na seção 5.2 desse trabalho.

De acordo com Bardin (2016, p. 126) o corpus “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”, portanto, nesta pesquisa o corpus será composto pelas políticas e manuais identificados dentro do universo de estudo documental.

Para a análise dos documentos recuperados nos sites institucionais das 3 universidades aplicou-se as técnicas de análise de conteúdo, que consistem em

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Bardin (2016) define três polos cronológicos sobre os quais as diferentes fases da análise de conteúdo se organizam, a saber:

- a) a pré-análise – a fase de organização propriamente dita: geralmente envolve a escolha dos documentos a serem submetidos à análise (corpus), formulação de hipóteses, objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final;
- b) a exploração do material – se a fase anterior for bem executada, esta será a aplicação sistemática das decisões tomadas na fase anterior;
- c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação – consiste no tratamento dos resultados de maneira a serem significativos e válidos, podem ser aplicadas operações estatísticas que permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras, modelos etc. que condensam e salientam as informações fornecidas pela análise.

De acordo com Bardin (2016) a escolha do corpus de análise deve respeitar as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Às quais acredita-se terem sido atendidas quando se deu a escolha das Universidades e a identificação dos documentos disponíveis do tipo manuais ou políticas que constituem o corpus de análise, bem como parte da pré-análise foi atendida.

Para realizar uma primeira exploração dos documentos selecionados, e uma comparação entre eles, propõe-se os seguintes indicadores gerais de análise estruturados conforme o quadro 1, que também indica os critérios de atribuição de valores:

Quadro 1 – Indicadores de avaliação geral do corpus de análise

Indicadores gerais	Universidade 1	Universidade 2	Universidade 3	Observação/ Justificativa
	Critério para atribuição dos valores de análise			
Contexto de produção	Se há justificativa presente para a elaboração do documento; se está explícito o posicionamento do setor responsável pela catalogação, ou equivalente, dentro do sistema de bibliotecas			
Orientações para o preenchimento de campos de dados bibliográficos	Se existem orientações específicas para o preenchimento de campos para dados bibliográficos			
Orientações para o preenchimento de campos de dados de autoridade	Se existem orientações específicas para o preenchimento de campos para dados de autoridades			
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Descritiva	Se existem orientações ou diretrizes gerais em relação à Representação Descritiva dos recursos informacionais			
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Temática	Se existem orientações ou diretrizes gerais em relação à Representação Temática dos recursos informacionais			
Layout/Forma de apresentação	Layout e formato de apresentação do documento analisado			
Emissor	Quem é o responsável pela elaboração do documento			
Destinatário	A quem se destina o documento			
Responsabilidades explícitas	Se as responsabilidades quanto à catalogação são explícitas			
Indicação de data de alteração	Se existe indicação de data da última alteração no documento			
Indicação do fluxo dos processos	Se o fluxo da catalogação na instituição é especificado			

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O quadro foi preenchido no momento da análise apresentado na seção 5.2 e a esses indicadores foram atribuídos os seguintes valores: presente, ausente, ou algum detalhamento conforme o indicador estabelecido. Os critérios expressos no quadro 1 foram extraídos a partir da observação dos documentos e de Bardin (2016), conforme indicado abaixo:

a) contexto de produção – Bardin (2016, p. 145) afirma que se refere ao

Contexto da mensagem, mas também contexto exterior a este; quais serão as condições de produção, ou seja, quem é que fala a quem e em que circunstâncias? Qual será o montante e o lugar da comunicação? Quais os acontecimentos anteriores ou paralelos?

b) orientações para o preenchimento de campos de dados bibliográficos, campos de autoridade, orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Descritiva e Temática – foram identificadas como elementos comuns ao corpus analisado, se constituindo como a mensagem: “Qualquer análise de conteúdo passa pela análise da própria mensagem. Esta constitui o material, o ponto de partida e o indicador sem o qual a análise não seria possível!” (BARDIN, 2016, p. 166).

c) layout/forma de apresentação – constitui-se como o *medium* “o canal, o instrumento, o objeto técnico, o suporte material do código [...]” (BARDIN, 2016, p. 168).

d) emissor – o produtor da mensagem,

pode ser um indivíduo ou um grupo de indivíduos emissores. Neste caso, insiste-se na função expressiva ou representativa da comunicação. Com efeito, pode-se seguir com a hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor (BARDIN, 2016, p. 165).

e) destinatário – o receptor da mensagem, podendo também ser um indivíduo ou um grupo

[...] insiste-se no fato de a mensagem se dirigir a este indivíduo [...] com a finalidade de agir [...] ou se adaptar a ele [...]. Por consequência, o estudo da mensagem poderá fornecer informações relativas ao receptor ou ao público (BARDIN, 2016, p. 166).

f) responsabilidades explícitas, indicação de data de alteração, indicação do fluxo dos processos – foram atribuídos com base no entendimento do que políticas e manuais de catalogação minimamente contêm.

O quadro 2, a seguir - que foi preenchido no momento da análise, na seção 5.2 - foi elaborado com o propósito de avaliar se os documentos analisados estão em consonância com os princípios gerais da ICP. Aos indicadores deste quadro foram atribuídos os seguintes valores: explícito, implícito ou ausente. Sendo explícito o valor conferido para o documento que mencionar explicitamente algum dos princípios gerais; implícito para aqueles que não mencionam, mas em algum grau incluem tal princípio na política ou manual, de acordo com os critérios estabelecidos; e ausente para aqueles documentos que não contemplem tal princípio. Os critérios, demonstrados no quadro 2, de contemplar ou não cada princípio foram definidos de acordo com as seções 4.2, 5.1 e 6 deste trabalho.

Quadro 2 – Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado

Princípio geral	Universidade 1	Universidade 2	Universidade 3	Observação/ Justificativa
	<i>Critérios para atribuição dos valores de análise</i>			
	Elementos característicos das políticas		Elementos característicos dos manuais	
Interesse do usuário	Necessidades dos usuários e sua identificação extraídas do estudo de usuário/comunidade: envolvendo tanto a obtenção de resultados indiretos (por meio de relatórios gerenciais de buscas executadas no catálogo); quanto de resultados diretos (aplicados diretamente ao usuário no intuito de verificar suas necessidades em relação ao catálogo)		Escolha e enumeração dos campos de dados bibliográficos e de autoridade usados pela biblioteca, por tipo de meio e suporte, de acordo com o identificado como necessário e suficiente aos usuários no estudo de usuário/comunidade preliminar	
	Contextualização institucional: missão, objetivos etc.			
Uso comum	Necessidades dos usuários e sua identificação extraídas do estudo de usuário/comunidade		Diretrizes para o uso de formas variantes dos nomes e pontos de acesso adicionais	
	Especificidade e exaustividade do estabelecimento de pontos de acesso e diretrizes gerais para o controle de autoridades			
	Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados para representar dados de autoridade			
Representação	Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados para representar dados bibliográficos		Especificação da fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte, caso não esteja suficientemente esclarecido nas regras adotadas para a catalogação	
	Especificidade e exaustividade da descrição		Nível de exaustividade da descrição bibliográfica e dos dados de autoridade, em relação ao(s) instrumento(s) normativo(s) adotado(s), podendo ser diferenciado por coleções, tipos de mídia e suporte ou outros critérios pertinentes	

(continua)

(continuação)

Princípio geral	Universidade 1	Universidade 2	Universidade 3	Observação/ Justificativa
	<i>Critérios para atribuição dos valores de análise</i>			
	Elementos característicos das políticas		Elementos característicos dos manuais	
Acurácia	Decisão sobre quais princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição, fidedignidade na descrição		Especificação da fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte, caso não esteja suficientemente esclarecido nas regras adotadas para a catalogação	
			Indicação das fontes de informação externas autorizadas para a pesquisa de autoridades	
Suficiência e necessidade	Especificidade e exaustividade da descrição bibliográfica		Definição dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	
	Definição dos requisitos mínimos para os recursos humanos e tecnológicos envolvidos na catalogação na instituição		Nível de exaustividade da descrição bibliográfica e dos dados de autoridade, em relação ao(s) instrumento(s) normativo(s) adotado(s), podendo ser diferenciado por coleções, tipos de mídia e suporte ou outros critérios pertinentes	
Significação	Especificidade e exaustividade dos elementos de dados da descrição e dos dados de autoridade		Definição dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	
Economia	Definição dos critérios para a escolha das instituições com as quais se fará cooperação no intuito de economizar recursos		Fluxograma das etapas do processo de catalogação no setor responsável pela representação documental, ou seu equivalente	
	Diretrizes para o treinamento de pessoal			
Consistência e normalização	Definição dos critérios para a escolha das instituições com as quais se fará cooperação e intercâmbio de dados		Definição dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	
	Definir e apontar os requisitos mínimos para instrumentos auxiliares adotados e/ou elaborados			
Integração	Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados para representar dados bibliográficos e de autoridade		Listagem das instituições autorizadas a realizar pesquisas ou intercambiar dados bibliográficos e de autoridades	
			Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados	

(continua)

(conclusão)

Princípio geral	Universidade 1	Universidade 2	Universidade 3	Observação/ Justificativa
	<i>Critérios para atribuição dos valores de análise</i>			
	Elementos característicos das políticas		Elementos característicos dos manuais	
Interoperabilidade	Definição dos critérios para a escolha das instituições com as quais se fará cooperação e intercâmbio de dados		Listagem das instituições autorizadas a realizar pesquisas ou intercambiar dados bibliográficos e de autoridades, incluindo seus endereços eletrônicos para fácil acesso e contatos para comunicação, caso necessário e pertinente	
			Orientações práticas para a importação de dados, quando o catálogo é gerenciado por um software que permita a importação	
Abertura	Publicação e divulgação da política junto à comunidade		Publicação e divulgação do manual junto à comunidade de usuários	
	Princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição, abrangendo a decisão de abertura dos dados do catálogo		Decisão quanto à abertura ou não das funcionalidades de busca do catálogo (bibliográfico e autoridade)	
Acessibilidade	Formato em que a política será registrada		Orientações para o preparo físico dos itens	
	Princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição, abrangendo a decisão de adotar recursos tecnológicos acessíveis		Orientações para o armazenamento dos itens	
Funcionalidades de acessibilidade no OPAC, quando aplicável				
Racionalidade	Princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição, abrangendo a decisão de sempre explicar e detalhar soluções locais adotadas		Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Propõe-se, por fim, como um último indicador, uma avaliação dos termos utilizados no corpus na tentativa de identificar se e à qual das Declarações o documento poderá estar se referindo. O quadro 3, a seguir, foi preenchido com os valores “x” para indicar que o termo é utilizado, e “-” para indicar que o termo não é utilizado.

Quadro 3 – Terminologia adotada no corpus analisado

Termos	Universidade 1	Universidade 2	Universidade 3	Observação/ Justificativa
<i>Termos presentes nos Princípios de Paris</i>				
Entrada principal				
Entrada secundária				
Livros				
Autores				
Ficha catalográfica				
Obra, edição				
Assunto				
Unidade bibliográfica				
Título uniforme				
Remissiva				
<i>Termos introduzidos e/ou adotados pela Declaração de 2009</i>				
Ponto de acesso				
Ponto de acesso adicional				
Recursos bibliográficos				
Criadores				
Registros bibliográficos				
Registros de autores/autoridades				
Obra				
Expressão				
Manifestação				
Item				
Conceito, evento, objeto, lugar				
Forma autorizada do nome				
Forma variante do nome				
Tipo de conteúdo				
<i>Termos modificados e/ou adotados na Declaração de 2016</i>				
Dados bibliográficos				
Dados de autoridade				
<i>Thema</i>				
Forma do conteúdo				

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Tais quadros foram aplicados a cada documento localizado individualmente e, ao final, foi feito um quadro comparativo do corpus completo, cujos resultados estão dispostos na seção 5.2.4.

Por fim, no intento de resumir e relacionar as etapas metodológicas adotadas nesta pesquisa aos objetivos e aos resultados, elaborou-se um quadro que sintetiza a estrutura da pesquisa:

Quadro 4 – Resumo da pesquisa

Questões de pesquisa	Objetivo geral	Objetivos específicos	Etapas metodológicas	Resultados
Como estabelecer políticas e manuais de catalogação com base na ICP?	Analisar a ICP, compreendendo sua concepção e de que maneira seus princípios gerais podem nortear a elaboração de políticas e manuais de catalogação	Contextualizar a elaboração dos Princípios Internacionais de Catalogação	Identificar textos sobre a ICP, a partir da pesquisa bibliográfica	Seções 3.2 e 5.1
			Identificar documentos da IFLA que versem sobre a ICP e sua construção	Seções 3.2 e 3.3
			Descrever a construção da ICP de acordo com as fontes identificadas	Seção 3.2
		Apresentar a teoria e os conceitos que embasam os princípios gerais da ICP	Identificar textos relacionados aos princípios gerais da ICP, a partir da pesquisa bibliográfica	Seção 5.1
			Detalhar cada princípio geral, relacionando-os aos textos identificados	Seção 5.1
Quais instituições possuem políticas e manuais de catalogação publicizadas? Eles estão em consonância com a ICP?		Elencar e comparar políticas e manuais de catalogação vigentes	Determinar critérios de seleção do corpus de análise	Seção 2
			Pesquisar nos sites Sistemas e/ou Redes de Bibliotecas das instituições selecionadas identificando os documentos administrativos disponibilizados	Seção 5.2
			Identificar políticas e manuais de catalogação vigentes e disponíveis para acesso público para compor o corpus selecionado	Seção 5.2
			Avaliar o corpus identificado, aplicando as técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2016)	Seção 5.2
Como estabelecer políticas e manuais de catalogação com base na ICP?		Propor guias para a elaboração de políticas e manuais de catalogação para bibliotecas	Identificar os itens essenciais para compor políticas e manuais de catalogação, a partir dos resultados da pesquisa	Seção 6
			Propor diretrizes para a elaboração de políticas e manuais de catalogação	Seção 6

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com o quadro estruturado finaliza-se a seção sobre os procedimentos metodológicos e a seguir se apresenta o referencial teórico sobre o qual esta pesquisa foi construída.

3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Entende-se a Organização e Representação do Conhecimento como o campo de estudo destinado a prover teorias, instrumentos e ferramentas que possibilitam o acesso aos registros do conhecimento, também denominados na teoria de “documentos” ou “recursos informacionais”. Como recurso informacional têm-se:

[tanto] textos (ou objetos textuais), quanto outros objetos com potencial informativo, como fósseis, coleções de rochas, herbário de plantas preservadas e uma variedade de ossos, que, por conta do contexto e, por caracterizarem-se como evidência, tem suas potencialidades projetadas nas ações de representação documental (ZAFALON, 2017, p. 126).

O recurso informacional compreende também os registros em suportes gerados a partir da concepção de uma ideia, ou informação, ou obra, que existia apenas na mente dos seus idealizadores, mas que se materializa, ou se manifesta, a partir do momento em que é registrado nalgum tipo de suporte, adquirindo assim a potencialidade de ser compartilhado, tratado, recuperado e utilizado, gerando novas ideias, as quais podem ser também registradas e assim por diante, dando continuidade ao ciclo informacional. Ressalta-se que representar recursos informacionais é fundamental para o estabelecimento do processo comunicativo entre as instituições que dispõem dos recursos e seus usuários, funcionando assim o catálogo como ponte entre estes dois atores (ZAFALON, 2017).

Esse campo de estudo pode ser dividido, de modo simplificado, em Representação Temática e Descritiva. Como o foco desse estudo engloba de modo prioritário a Representação Descritiva, a seguir será discutido o que se entende por Representação Descritiva, Catalogação e catálogo.

3.1 CATALOGAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

De maneira concisa, pode se dizer que à Representação Descritiva compete o estudo e o preparo da descrição bibliográfica, da determinação dos pontos de acesso e do controle de autoridade. E à Representação Temática o estudo e preparo de sistemas de organização do conhecimento e tudo que envolve a determinação do conteúdo temático dos recursos informacionais e da atribuição dos pontos de acesso de assunto. Do ponto de vista prático, entende-se que o catalogador ao preparar

dados bibliográficos ou de autoridade estará executando a Catalogação, ou Representação Documental, como um todo.

Así pues, el catalogador realiza tareas que atañen tanto a aspectos formales como a factores de contenido del documento. Por tanto, el registro bibliográfico, entendido como o producto final de aquellas operaciones, no se limita a describir un documento como un objeto físico, al tiempo que pasa por alto su contenido intelectual sino que éste aspecto también está presente. De esta manera, el registro catalográfico se convierte en el nexo de unión entre la obra, que contiene una información intangible, y aquello que la contiene de modo tangible: el documento (BEREJO, 1999, p. 101).

Ortega (2009, p. 60) acredita que o “desenvolvimento teórico e metodológico da Representação Descritiva e da Representação Temática, realizados de modo separado, conduziram a limitações dos dois lados”. A Representação Temática, por ter se desenvolvido a partir dos fundamentos das linguagens documentárias, em detrimento de seu uso prático nos processos de indexação, não conduziu dessa forma à elaboração de registros de informação, uma vez que se refere apenas ao instrumento documentário que permite o preenchimento dos pontos de acesso de assunto.

Quanto à Representação Descritiva, Ortega (2009) defende que por não ter avançado conceitualmente como a Representação Temática, tende a ser explicada pelos seus instrumentos como normas, padrões e códigos de catalogação, menos que por seus princípios, tratando assim de forma empírica a estrutura geral do registro informacional.

Se a Representação Temática revela uma dificuldade operacional e a Representação Descritiva uma fragilidade conceitual, ambas apresentam lacunas e inconsistências que são sentidas diretamente pelos profissionais em suas práticas de construção e gestão de sistemas documentários, pois as duas atividades de representação são igualmente necessárias a estas práticas (ORTEGA, 2009, p. 60).

Apesar das divergências encontradas na literatura e o desenvolvimento teórico em separado de áreas que na prática são executadas em conjunto, o catálogo, no qual o resultado dessa prática pode ser registrado, é um dos instrumentos utilizados atualmente – especialmente após sua automação e disponibilização de forma on-line – para o alcance do ideal do controle bibliográfico universal (CBU), que consiste em reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica de todos os países, constituindo assim o conjunto do conhecimento universal (CAMPELLO, 2006).

O catálogo é um dos produtos da Catalogação, sendo esta definida como:

O estudo, preparação e organização de **mensagens**, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a **interseção** entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7, grifo nosso).

Para Zafalon (2017, p. 133) a Representação Documental é

o ato de articular formas de descrição a partir de instrumentos que permitam tornar cognoscível um recurso informacional sem que seja necessário recorrer ao documento original para identificá-lo.

Por isso, entendemos como equivalente os conceitos de Catalogação e Representação Documental, as quais compreendem tanto os conceitos de representação dos elementos descritivos, quanto os temáticos, comumente reconhecidos por Representação Descritiva e Temática, respectivamente. A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, em suas duas últimas versões, tem por intenção abranger tanto aspectos da Descritiva como da Temática, porém, a sua abordagem descritiva será melhor referenciada nesta pesquisa.

A visão de Zafalon (2017) reafirma e contemporiza a visão de Mey (1987), a qual enfatiza que, sendo a informação matéria-prima da Biblioteconomia, a Comunicação é que torna esta matéria-prima disponível ao usuário. Portanto, não basta apenas publicar a informação, no sentido de torná-la pública (independente de suportes), é conveniente que essa informação seja tratada bibliograficamente para que ela possa ser disseminada e prontamente recuperada, inclusive ao longo dos anos.

Nesse processo de comunicação entende-se, implicitamente, que o usuário compreenda o que representa cada elemento da catalogação³. Portanto, cada elemento do registro bibliográfico precisa fazer sentido para o receptor, se não, torna-se desnecessário.

As instituições que possuem recursos informacionais à disposição de seus usuários, devem, pois, ter por finalidade o atendimento das suas necessidades, além de conhecer as especificidades de seus recursos informacionais e os instrumentos de representação aplicáveis. Assim,

A representação documental requer, portanto, conhecimento do público a que se destina, das especificidades do gênero e do formato dos recursos informacionais, e dos padrões, métodos e instrumentos a serem utilizados (ZAFALON, 2017, p. 131-132).

3 Nesta pesquisa será adotado o termo catalogação para referenciar-se à prática da produção dos registros bibliográficos, e Catalogação para se referir à área de estudo.

O catálogo deve ser um instrumento eficiente e efetivo que permita aos usuários: **encontrar** recursos bibliográficos numa coleção, como resultado de uma busca utilizando atributos ou relacionamentos das entidades; **identificar** um recurso bibliográfico ou a responsabilidade buscada; **selecionar** um recurso bibliográfico apropriado às necessidades do usuário; adquirir ou **obter** acesso ao item descrito; e, **navegar** e explorar o acervo (IFLA, 2016).

Otlet (2018, p. 470) afirma que

A arte de organizar catálogos — a catalografia — é uma arte de total precisão. Trata-se de dar unidade a elementos tão múltiplos e diferentes quanto os livros de uma coleção, e, em seguida, formar um todo com as partes, do modo como se procede na montagem de uma máquina com peças separadas. A possibilidade de funcionamento, a solidez e a elegância da máquina dependem da exata conformidade de cada peça com o plano preestabelecido.

Complementa ainda que “a imensa variedade de obras e a necessidade de recuperá-las nos grandes catálogos deram origem a regras catalográficas bem detalhadas para a redação dos registros e a escolha de entradas” (OTLET, 2018, p. 474).

Mey (1987, p. 2) alerta, entretanto, que ao longo dos anos

O enfoque tecnicista da Biblioteconomia, predominantemente voltado ao registro do conhecimento (e não ao ser humano), traz como consequências: normas excessivamente rígidas (como se os indivíduos fossem imutáveis no tempo e no espaço) e distanciamento entre serviços que, na realidade, seriam formas de atuação diferentes para um mesmo fato (como: divisão entre processos técnicos e referência). Se a biblioteca é encarada como um sistema, as diferenças inexistem, todos os serviços são parte de um mesmo fluxo.

A autora considera que o papel das bibliotecas é a disseminação do conhecimento. Nessa perspectiva, todos os instrumentos utilizados na biblioteca devem atender a este objetivo. Sendo assim, os “catálogos, bibliografias, serviço de referência, sistemas de classificação e indexação [...] são meios diversos para se estabelecer ligação entre ser humano (usuário) e conhecimento registrado (acervo)” (MEY, 1987, p. 2).

Otlet (2018, p. 539) afirmou categoricamente que “o catálogo é um elemento capital da biblioteca. Sem catálogo, ela é um corpo sem cabeça”. E, na década de 1980, Mey (1987) previu corretamente que o catálogo (um dos mais antigos instrumentos das bibliotecas) seria um dos poucos a chegar ao terceiro milênio. Seus formatos foram se modificando ao longo dos anos, porém, sua utilização principal como ferramenta de localização de itens na biblioteca permaneceu.

Podemos afirmar que hoje os softwares que fazem a gestão dos *Online Public Access Catalogs* (OPACs), ou, Catálogos de Acesso Público On-line, realizam mais do que simplesmente encontrar itens, eles também auxiliam o processo de gerenciamento de bibliotecas: muitos deles integram as funções de gestão da circulação, aquisição, disseminação seletiva etc.

“Na prática, ‘catalogar’ tem sido visualizado como registrar bibliograficamente um item [...], [que] consiste em descrever suas características e determinar-lhe pontos de acesso, permitindo sua identificação e escolha pelo usuário” (MEY, 1987, p. 4). A autora explica que o catálogo não se constitui apenas da descrição bibliográfica, mas também da análise de conteúdo – mais recentemente denominadas de Representação Descritiva e Temática, como foi dito anteriormente – a separação entre as duas atividades se deu porque os códigos de catalogação elaborados até então incluíam apenas a parte descritiva, além do fato de que a parte temática alcançou desenvolvimento teórico próprio, com grandes avanços relacionados à teoria da informação.

Mey (1987, p. 49) critica veementemente a falta de estudos de uso dos elementos da descrição bibliográfica para servirem como base para a simplificação dos elementos então utilizados. Afirma que estudos recentes naquele período “não tratam a informação desejada e não fornecida, isto é, do nível de satisfação dos usuários quanto aos elementos”.

Klim (1981), citado por Mey (1987, p. 50, grifo nosso), afirma que

para a determinação do conjunto ótimo da DB [descrição bibliográfica] em cada caso específico, [...] precisamos considerar [...] também toda gama de fatores que afetam esta descrição, tais como tipo de organização da informação, **tipo e tamanho do SRI** [sistema de recuperação da informação], fonte da descrição, **demandas dos usuários**, etc. Acreditamos que isto é como deveríamos encarar uma substanciação da DB.

Mey e Silveira (2009) categorizam os catálogos em dois grandes tipos: os manuais e os automatizados. Os manuais podem ser subdivididos em externos (destinados ao público) e internos ou auxiliares (destinados aos serviços bibliotecários). Os externos devem incluir o registro bibliográfico completo de cada um dos itens do acervo de modo a permitir a busca pelos pontos de acesso determinados para aquele item. O acesso pode ser feito por: responsabilidade, título e assunto. Podem ser organizados alfabeticamente – reunindo todos os pontos de acesso, ou formando-se um catálogo para cada (catálogo dividido) – ou sistematicamente (pelo número de classificação).

Os catálogos internos, de acordo com as autoras supracitadas, são os que dão suporte às atividades dos catalogadores, demais bibliotecários e auxiliares. São indispensáveis para o controle de autoridades, dos acervos e dos catálogos destinados ao público, permitindo a continuidade e a padronização do trabalho, mesmo que haja mudança de pessoal. Abrangem os catálogos: de identidade (ou de autoridade de nomes), o de assuntos (ou de autoridade de assuntos), o de número de classificação, de títulos: de séries e uniformes, o decisório, de registro, oficial, e o topográfico.

Antes de iniciar o processo de registro bibliográfico, o catalogador deve consultar obrigatoriamente seus catálogos internos para verificar se já existe o recurso bibliográfico no acervo. E, durante o processo, deve consultá-los para: verificar se os responsáveis já constam no catálogo de identidade, verificar títulos de séries e títulos uniformes, assuntos e número de classificação.

Quanto ao catálogo decisório, Mey e Silveira (2009) afirmam ainda que ele é indispensável aos catalogadores, tanto em ambientes manuais como automatizados, pois registra todas as decisões e suas justificativas quanto ao catálogo e à catalogação, permitindo assim a continuidade do catálogo mesmo que o quadro de pessoal se altere.

Há inúmeros aspectos que cabem à decisão de cada instituição: a utilidade, ou não, de certos pontos de acesso; o uso de edições determinadas de sistemas de classificação. O uso, ou não, de códigos ou tabelas para notação de autor; a inclusão de itens em acervos próprios, dentro da coleção, e assim por diante. Todas as decisões adotadas devem, obrigatoriamente, registrar-se no catálogo decisório (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 202).

Percebeu-se que as políticas institucionais de catalogação (ESPÍNDOLA; PEREIRA, 2017, 2018), ou políticas para representação descritiva (SOUSA, 2015), ou ainda simplesmente política de catalogação (MARTIGNAGO et al., 2019) – termo que será utilizado nesta pesquisa – passaram a responder pelo catálogo decisório, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão.

Para Mey e Silveira (2009) os catálogos automatizados podem ter trazido algumas dificuldades no início de sua utilização, porém trouxeram certamente inúmeras facilidades ao processo de catalogação. Relatam que no início os catálogos eram meramente mecanização dos catálogos em fichas sem vantagens aparentes para os usuários. O que se modifica na “era da internet e dos bancos de dados relacionais”. Afirmam que agora, mais do que nunca, é essencial padronizar

os pontos de acesso, pois a falta de padronização implicará na não recuperação adequada dos registros.

De acordo com as autoras, alguns catálogos manuais foram suprimidos com o catálogo automatizado, por exemplo, o catálogo topográfico tornou-se desnecessário com a automação, sendo substituído pelos relatórios que os softwares podem gerar. Concluindo acerca da apresentação dos tipos de catálogos que:

a automação melhorou, ampliou e deu maior flexibilidade e compreensão aos catálogos, facilitou o trabalho dos catalogadores e dos bibliotecários em geral e permitiu maior liberdade aos usuários na busca e acesso aos acervos; no entanto, seus princípios continuam os mesmos que nos guiam há milênios, foram sistematizados por Cutter e confirmados e atualizados pela Declaração de Princípios de 2009. Cada vez mais, a automação comprova a importância e o caráter intelectual da catalogação (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 210).

Os princípios de Cutter consistem nos objetivos do catálogo, a saber:

1. permitir que uma pessoa encontre um livro do qual é conhecido:
 - (A) o autor
 - (B) o título
 - (C) o assunto
2. mostrar o que a biblioteca tem:
 - (D) de um determinado autor
 - (E) de um determinado assunto
 - (F) de um determinado tipo de literatura
3. ajudar na escolha de um livro:
 - (G) com respeito à sua edição (bibliograficamente)
 - (H) com respeito a seu caráter (literário ou tópico) (CUTTER, 1876, p. 10, tradução nossa).

Os meios para atingir os objetivos listados acima e propostos por Cutter eram: entradas de autor, com as remissivas necessárias (A e D); entradas de título ou referências ao título (entradas principais ou secundárias) (B); entradas de assunto, referências cruzadas (C e E); entrada de forma e língua (F); transcrição da edição e imprensa, com notas, quando necessário (G); e notas especiais (H) (CUTTER, 1876).

Corrêa e outros (2012) salientam a importância da padronização e organização para o acesso e o uso de forma precisa e confiável das informações pela sociedade atual. No decorrer da implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande as autoras se depararam com inconsistências nas entradas de autoria, levando-as à reflexão sobre a importância do catálogo decisório.

A equipe responsável pela implantação do referido repositório foi responsável por inserir os registros dos autores vinculados à Universidade a partir da forma apresentada por esses autores em seus currículos Lattes. Perceberam então que essas formas eram as mais diversas e não estavam padronizadas de acordo com o AACR2r (CÓDIGO..., 2005), norma utilizada pela Biblioteca. O que ocasionaria inconsistências na recuperação da informação. Entenderam então a necessidade de utilizar um catálogo decisório de autoridade para auxiliar no processo de controle de autoridade. Tal catálogo consistiu numa lista de observações ou decisões tomadas a respeito do funcionamento de determinado serviço e visou registrar, especificamente naquele contexto, as decisões relacionadas aos metadados de autoria.

Verifica-se, portanto, que é essencial registrar as decisões tomadas em relação à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso presentes nos registros bibliográficos e de autoridades, essas decisões registradas envolvem desde instruções para inserção de dados, que podem estar presentes em manuais ou em definições norteadoras de procedimentos e condutas, denominadas como políticas.

Atualmente, a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação é o documento que apresenta elementos necessários para a Catalogação e catálogos. Por isso, acredita-se que uma política institucional fundamentada nos Princípios Internacionais de Catalogação permitiria uma consistência e uma qualidade maior na representação dos recursos informacionais.

A próxima subseção apresenta o histórico da construção da Declaração, considerando sua importância no cenário internacional e como documento norteador de políticas institucionais.

3.2 PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

Esta subseção busca apresentar o histórico da elaboração da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, que em 2021 completará 60 anos. Nesse sentido, retratará a memória histórica desse documento.

A importância da Declaração dos Princípios é evidenciada por ser um marco que separa períodos históricos na Catalogação. Barbosa (1978) considera que a história da normalização das regras catalográficas pode ser dividida em três períodos, de maneira geral:

- a) de Panizzi à Conferência de Paris (1841-1961) – período que denomina de tradicional;
- b) da Conferência de Paris à Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC) (1961-1969) – período pré-mecanizado; e
- c) da RIEC ao CBU (1969 em diante) – período mecanizado.

Aos três períodos supracitados, acrescentaríamos um quarto: marcado pelo desenvolvimento dos modelos conceituais do tipo entidade-relacionamento para representar o universo bibliográfico⁴, iniciado com a publicação dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) (IFLA, 1998).

Ortega (2011) afirma que foi no século XIX que os primeiros teóricos da Catalogação, a saber Panizzi e Cutter, se debruçaram sobre as práticas até então realizadas visando à formulação de princípios.

A relevância de Panizzi, que mais tarde influenciará os Princípios de Paris, consiste na introdução do conceito de obra à teoria da Catalogação:

O Catálogo deve ser visto como um **todo**. O livro procurado por uma pessoa não é realmente, na maioria das vezes, o objeto de seu interesse, mas a **obra** nele contida; esta **obra** pode ser encontrada em outras edições, traduções e versões, publicada sob diferentes nomes do autor e diferentes títulos e, conseqüentemente, para servir bem ao usuário, o Catálogo deve ser planejado para revelar todas as edições, versões, etc. das obras, bem como outras obras geneticamente relacionadas que existem na biblioteca (FIUZA, 1987, p. 46, grifos da autora).

Cutter, por sua vez, publicou as *Rules for a Dictionary Catalogue* em 1876, as quais são consideradas uma verdadeira declaração de princípios (MEY, 1995). Dentre suas contribuições, destacam-se os objetivos do catálogo.

Do primeiro período histórico para a normalização, cabe acentuar que Barbosa (1978) considera que foi marcado pela existência de dois códigos de catalogação: o da *American Library Association* (ALA) e as Instruções Prussianas, os quais exerceram por mais de sessenta anos considerável influência em vários países.

Para Gorman (1967 apud BARBOSA, 1978), este foi um período estático, pois desde Panizzi e Cutter até Lubetzky nada teria sido feito para que as regras se tornassem mais intuitivas e compatíveis com o conhecimento dos usuários do catálogo.

4 “O universo bibliográfico inclui qualquer coisa que a biblioteca possa desejar colecionar ou tornar acessível para seus usuários” (TILLET, 2009, p. 197, tradução nossa).

A produção e venda de fichas catalográficas pela *Library of Congress* (LC) às bibliotecas interessadas, com o intuito de poupar o tempo do catalogador, a partir de 1901, promoveu um distanciamento dos princípios até então enunciados, à medida que a preocupação com aspectos práticos aumentou (FIUZA, 1980; MEY, 1995).

A liderança da LC, segundo Barbosa (1978), no campo da catalogação cooperativa contribuiu para que o uso do código da ALA fosse mais difundido do que as Instruções Prussianas, culminando após três⁵ edições no *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR).

O desenvolvimento tecnológico pós-segunda guerra mundial impactou sobremaneira nos serviços bibliotecários, principalmente com o aparecimento de novos documentos em variadas formas de apresentação e conteúdo. Os catalogadores, por sua vez, sentiram a necessidade de um código mais racional, pois as fichas eram cada vez mais elaboradas. A necessária reformulação das normas utilizadas resultou na Conferência de Paris, em 1961, em busca da uniformização dos códigos existentes (BARBOSA, 1978).

De acordo com Fiuza (1980) e Santos e Ortega (2013) os estudos de Lubetzky serviram de base para as discussões da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação.

As contribuições de Lubetzky foram reconhecidas e debatidas durante a Conferência [...] de Paris [...], especialmente nos pressupostos teóricos que simplificavam os objetivos propostos por Cutter e que salientavam a distinção livro-obra como aspecto fundamental em Catalogação (SANTOS; ORTEGA, 2013, p. 103).

Quanto às contribuições de Lubetzky à teoria da Catalogação e aos Princípios de Paris, a distinção livro-obra se trata da clarificação de que existe uma diferença fundamental entre o conceito de livro enquanto suporte documental representativo da obra, que é a concepção original do conteúdo, o produto da mente ou de habilidades do autor, retomando assim o conceito de “obra” introduzido por Panizzi. Outras grandes influências de sua teoria podem ser observadas nos Princípios, como por exemplo a questão das “entradas” (pontos de acesso), da forma dos cabeçalhos (pontos de acesso autorizados) e dos objetivos do catálogo (SPEDALIERI, 2006).

López Guillamón (2012) lembra que Javier Lasso de la Vega na década de 1950 também elaborou princípios fundamentais para códigos de catalogação, porém

5 Barbosa considera três edições, sendo a 1. ed. de 1908, a 2. ed. preliminar de 1941, e a 2. ed. de 1949.

suas ideias não alcançaram a mesma projeção que as de Lubetzky alcançariam. Há que se destacar também a contribuição de Eva Verona, apesar de esta não ser citada em todos os textos que versam sobre o assunto, Genestasio (2012) afirma que os Princípios de Paris também estão ancorados em suas teorias.

A solidificação da organização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, a ser sediada em Paris no ano de 1961, foi motivada pela recomendação do Relatório do Grupo de Trabalho da IFLA⁶, criado em 1954 e composto por oito catalogadores de diversas tradições catalográficas, que dizia: “que se deveria fazer um programa de consultas a especialistas de vários países, com prioridade para problemas de catalogação em geral e não somente para determinadas categorias de publicações” (CONFERÊNCIA..., 1969 apud BARBOSA, 1978, p. 41).

É interessante destacar que nos dois anos anteriores à Conferência diversas associações nacionais de bibliotecários foram solicitadas a formar comissões nacionais de catalogação para que estudassem os documentos distribuídos com antecedência e fizessem comentários, além de designar delegados com direito a voto.

Piedade (1961, p. 1) relata que por ocasião da Conferência de Paris “Os bibliotecários brasileiros e suas associações de classe [vinham] [...] sendo instados a trabalharem por um acôrdo nacional que [solucionasse] [...] o assunto” da forma de entrada dos nomes dos autores brasileiros e portugueses. Apresentando aos participantes do III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação um conjunto de regras para os nomes brasileiros e portugueses, cuja prática era aceita pela maioria das bibliotecas. Recomendando ainda ao final do documento a criação de uma Comissão Brasileira de Catalogação com a finalidade de redigir as regras definitivas, tal Comissão deveria ser composta por dois representantes de cada estado, especialistas em Catalogação.

O Brasil participou do processo consultivo da IFLA por meio da Comissão Brasileira de Catalogação, sendo sua representante Maria Luisa Monteiro da Cunha (BARBOSA, 1978).

Entre os documentos distribuídos para estudo pelas comissões nacionais, incluía-se o resumo da Declaração de Princípios. Esta, depois de revista e discutida, seção por seção, foi votada durante a conferência pelos cinquenta e três delegados presentes, que constataram que os códigos em uso – em

6 Então denominada *International Federation of Library Associations*.

face do fluxo de documentos que introduziam novos tipos de autoria, novas formas de publicações, etc. - eram antiquados ou inadequados por incluírem detalhes desnecessários ou por omitirem dados essenciais. E, o que é mais importante, conseguiram chegar a um acordo onde muitos princípios contrariavam frontalmente práticas estabelecidas e variadas tradições (BARBOSA, 1978, p. 42).

A primeira Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação ficou mais conhecida como Princípios de Paris, pois foi o documento resultante daquela Conferência, e almejava chegar a um acordo nos princípios básicos que governavam a escolha e forma de entrada no catálogo alfabético de autores e títulos (CONFERÊNCIA..., 1963; IFLA, 1961). Os Princípios de Paris tinham como objetivo servir como base para a normalização internacional da catalogação, especialmente quanto à escolha e forma dos pontos de acesso – então denominados cabeçalhos – e das palavras de entradas – entrada principal – dos registros bibliográficos. Sua estrutura é formada pelas seções: escopo, funções e estrutura do catálogo, tipos de entrada (pontos de acesso), funções e uso de entradas múltiplas, escolha do cabeçalho uniforme, autoridade pessoa, entrada para entidades coletivas, autoria múltipla, obras que têm entrada pelo título, e palavra de entrada para nomes pessoais (IFLA, 1961).

Maria Luisa Cunha quando regressou ao Brasil iniciou a divulgação da proposta junto às bibliotecas e escolas brasileiras de Biblioteconomia, ressaltando a importância da adoção dos princípios (CÓDIGO..., 2005). Cunha afirma acerca da importância da Declaração:

Se até outubro de 1961, grande número de bibliotecários ignorava o papel de relêvo da IFLA em tôdas as questões técnicas e administrativas que direta ou indiretamente afetam as bibliotecas, a partir dessa data não pode existir bibliotecário ou bibliógrafo que desconheça o seu trabalho no campo da Catalogação (CUNHA, 1963, p. 4).

Foi a primeira vez que se chegou a um acordo internacional que incluía tanto os aspectos relativos às funções do catálogo, quanto à sua organização (escolha dos pontos de acesso, ou entradas como eram denominados). Iniciando assim em 1961 uma longa história de colaboração e normalização internacional a serem em sua maioria comandadas pela IFLA (ESTIVILL RIUS, 2012; SPEDALIERI, 2006).

Apesar do acordo quanto aos pontos de acesso, Buizza (2009, p. 120) afirma que não é possível afirmar que houve consenso quanto ao controle de autoridade: “There was no consideration of methods of working on uniform headings, or the actual construction and management of a reference list: solutions were of interest,

not the means of achieving them”. Somente mais tarde se desenvolveriam os meios necessários para o controle de autoridades em catálogos.

Uma das resoluções da Conferência de Paris foi: os países pertencentes à mesma área linguística deveriam elaborar seus códigos de catalogação, ou revisar os existentes, de acordo com os Princípios ali estabelecidos, bem como adotar os Princípios na elaboração de suas bibliografias nacionais (BARBOSA, 1978; CONFERÊNCIA..., 1963). O que se constata que efetivamente ocorreu, códigos de catalogação nacionais foram sendo elaborados ou atualizados de acordo com os Princípios, uns adotando-os integralmente e outros parcialmente conforme suas tradições catalográficas (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2005; TILLET, 2004), a exemplo, veja-se o caso chinês relatado por Gu e outros (2006).

Spanhoff (2009) faz uma crítica ao uso da expressão “princípios de catalogação”, pois ela tem sido utilizada na literatura da área com significados diversos. Nos Princípios de Paris, por exemplo, a afirmação, ou princípio número 1, declara que “os princípios aqui formulados se aplicam unicamente à escolha e forma de cabeçalhos e palavras de entrada” (CONFERÊNCIA..., 1963), o que na visão de Spanhoff (2009, p. 41) “tell us that what follows are principles of access, not principles of description”, havendo dessa forma uma ambiguidade no uso da expressão.

No início dos anos 2000, depois de quarenta anos dos Princípios de Paris, como relata Creider (2009), após crescente tomada de consciência pela comunidade bibliotecária das limitações dos Princípios e da percepção de que uma atualização era necessária para que se levasse em conta os novos tipos de materiais, novas maneiras de descrição que já utilizavam as tecnologias mais modernas, bem como novos conceitos teóricos da Catalogação, foi definido no Primeiro Encontro de Especialistas em um Código Internacional de Catalogação⁷ (IME ICC), sediado em Frankfurt em 2003, que seria elaborada uma nova versão da Declaração.

Natalia N. Kasparova, IFLA Cataloguing Section, proposed the convening of an international conference to discuss the Principles in the light of the significant changes which had taken place in the cataloguing environment. The idea was taken up by the IFLA Cataloguing Section, the IFLA National Libraries Section and the Deutsche Bibliothek, which decided to organize a series of meetings between 2003 and 2007 (GENESTASIO, 2012, p. 1).

O intuito inicial do evento era examinar os diversos códigos de catalogação existentes, realizando uma comparação entre suas semelhanças e diferenças, com o

7 IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code (IME ICC).

objetivo de verificar a possibilidade de uma aproximação das práticas e a viabilidade do desenvolvimento de um código de catalogação internacional. Tal possibilidade, entretanto, se mostraria mais tarde ser inviável, pois assumir a responsabilidade de elaborar uma ferramenta de tamanha proporção não seria factível para uma instituição como a IFLA, como acredita Estivill Rius (2009). Além disso, a influência das AACR se estendeu além do âmbito anglo-americano, com a adoção da norma por outros países e sua tradução para mais de 25 idiomas diferentes, sendo assim provável que esses países seguissem utilizando sua nova versão, o RDA (ESTIVILL RIUS, 2009).

Nesse contexto, para a revisão e atualização da Declaração foram realizados cinco encontros com ampla participação mundial, respectivamente em: Frankfurt (2003); Buenos Aires (2004); Cairo (2005); Seoul (2006); e Pretoria (2007).

Segundo Tillett (2007) o objetivo dessa série de encontros foi ampliar a habilidade de intercâmbio mundial de informações bibliográficas, por meio da promoção de normas para os conteúdos de registros bibliográficos e de autoridades utilizados nos catálogos das bibliotecas. A nova versão da Declaração seria em si um código para ser aplicado na elaboração de códigos de catalogação. Para Bianchini e Guerrini (2009) a tarefa agora consistia em considerar os Princípios mais do ponto de vista dos usuários, do que do catálogo.

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009b) substituiu e ampliou os Princípios de Paris, considerando todos os tipos de materiais e não mais somente os textuais. Não inclui unicamente princípios e objetivos, mas também as pautas que deveriam estar presentes em âmbito internacional nos códigos de catalogação, bem como orientação sobre as capacidades para busca e recuperação. É composta pelas seguintes seções: escopo; princípios gerais; entidades, atributos e relações; objetivos e funções do catálogo; descrição bibliográfica; pontos de acesso; e fundamentos e funcionalidades de pesquisa (CREIDER, 2009).

Quanto aos objetivos e funções do catálogo, a ICP 2009 vai além ao estabelecer que os recursos pertencentes à mesma obra, expressão e manifestação devem ser agrupados, e não apenas que o catálogo seja capaz de permitir conhecer quais obras de determinado autor existem na biblioteca, ou quais edições de determinada obra a biblioteca possui, como preconizado pelos Princípios de Paris (ESTIVILL RIUS, 2009; SPEDALIERI, 2006).

Assumpção e Santos (2012) afirmam que as funções do catálogo permaneceram como apresentadas nos Princípios de Paris até a publicação dos FRBR, cujas tarefas dos usuários dos modelos da família FR coincidem, de certa forma, com os objetivos e funções do catálogo das ICPs 2009 e 2016. A saber: o catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário: encontrar recursos bibliográficos numa coleção, como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos para encontrar um determinado recurso ou conjuntos de recursos; identificar um recurso ou um agente; selecionar um recurso que responda às suas necessidades; obter acesso ao item; e navegar no catálogo (IFLA, 2009b, 2016).

Creider (2009) faz um estudo comparativo das duas versões, a de 1961 e a de 2009, constatando quanto ao escopo: a mudança do direcionamento de livros impressos e outros materiais de bibliotecas com características similares, para catálogos on-line e todos os tipos de materiais, não apenas os textuais.

Quanto ao contexto tecnológico: que a primeira havia sido desenhada para um mundo em que uma única entrada em ordem alfabética, ou sequência de autores e títulos (catálogos em fichas de cada biblioteca) era a tecnologia adotada na época, não se vislumbrava catálogos cooperativos como hoje conhecemos. A Declaração de 2009 foi elaborada para o uso em catálogos digitais, com possibilidades de recuperação da informação não somente por autores, assuntos e títulos, mas por quantos elementos da descrição o sistema utilizado permitir. Contexto no qual a cooperação é mais facilitada (CREIDER, 2009).

Além disso, quanto ao embasamento teórico, afirma Creider (2009) e Guerrini (2009) que a estrutura dos Princípios de Paris está baseada nas teorias de Cutter e Lubetzky, a Declaração de 2009 amplia ao levar também em consideração a teoria de Elaine Svenonius (*The intellectual foundation of information organization*) e os modelos conceituais da IFLA, FRBR e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD)⁸. A contribuição da teoria de Svenonius se faz sobretudo quanto às funções e objetivos do catálogo e acerca dos princípios gerais adotados na ICP 2009 (SERRA et al., 2017; SPEDALIERI, 2006).

Creider (2009) destaca ainda mudanças terminológicas entre os dois documentos:

8 A Seção 3.3 deste trabalho discorre sobre os modelos conceituais da IFLA, os quais exerceram grande influência na atualização dos Princípios Internacionais de Catalogação.

Quadro 5 – Mudança terminológica entre os Princípios de Paris e a ICP (2009)

Princípios de Paris (1961)	Declaração (2009)
<i>Main and added entries</i> (entradas principais e secundárias)	<i>Access points</i> (pontos de acesso)
<i>Books</i> (livros)	<i>Bibliographic resources</i> (recursos bibliográficos)
<i>Authors</i> (autores)	<i>Creators</i> (criadores)
<i>Catalog card</i> (ficha catalográfica)	<i>Bibliographic and authority records</i> (registros bibliográficos e de autoridade)
<i>Chief source of information</i> (fonte de informação principal)	<i>Forms of access points found on manifestations</i> (formas dos pontos de acesso encontrados nas manifestações)
<i>Uniform heading</i> (cabeçalho uniforme)	<i>Authority records, access points – controlled and authorized</i> (registros de autoridade, pontos de acesso – controlado e autorizado)
<i>Work, books, editions</i> (obra, livros e edições)	<i>Work, expression, manifestation and item</i> (obra, expressão, manifestação e item)

Fonte: Elaborado a partir de Creider (2009).

Estivill Rius (2009) explica acerca da nova terminologia adotada que não se fala mais em “cabeçalhos” e “entradas”, mas sim em pontos de acesso, os quais por sua vez podem ser controlados ou não controlados. Os pontos de acesso controlados são aqueles que possuem registros próprios de autoridade, incluindo tanto o ponto de acesso autorizado, quanto suas formas variantes (as remissivas). E os pontos de acesso não controlados são aqueles pelos quais um registro bibliográfico pode ser recuperado, porém não possuem registros de autoridade, exemplo: título da manifestação, códigos internacionais normalizados e editoras.

Para Rodríguez García (2005, p. 110) a ICP 2009 estabeleceu uma linguagem bibliográfica, que antes de seu desenvolvimento carecia de “fundamentos que permitieran definir el paradigma en la teoría de la catalogación, que no se había investigado sistemáticamente y en detalle”.

Violeta Bertolini (2012) relata que a Seção de Catalogação da IFLA publicou e publica documentos que são marcos internacionais para a criação de códigos de catalogação, para a prática da catalogação em bibliotecas e para o controle de autoridades, com a finalidade de dar suporte ao CBU.

La Sección de Catalogación de la IFLA forma parte de la División 3 ‘Servicios bibliotecarios’ y se dedica a ‘analizar las funciones de las actividades de catalogación para todo tipo de materiales y medios, incluyendo información bibliográfica y de autoridad, para el beneficio de todos los usuarios’ (IFLA Cataloguing Section). La Sección es referencia y centro de excelencia a nivel internacional para bibliotecarios, docentes, estudiantes e investigadores especializados en la teoría, actividades y estándares de catalogación. Trabaja constantemente en el desarrollo de nuevas herramientas con el fin de facilitar el intercambio bibliográfico y la

interoperabilidad entre diversas prácticas alrededor del mundo (VIOLETA BERTOLINI, 2013, p. 1).

Guerrini (2009, p. 737) relata que a ICP 2009, mesmo tendo sido publicada, ainda era imperfeita “like an unfinished text [...]. Being aware of their imperfection, we feel compelled to improve them”. Em sua visão, dentre outros aspectos, a Declaração não foi além dos aspectos da descrição bibliográfica e do controle de autoridade, não lidando com os aspectos da catalogação de assuntos, por exemplo. Informando que uma revisão da ICP já havia sido iniciada.

Durante o processo de análise desta pesquisa, examinou-se as minutas da Seção de Catalogação dos encontros realizados durante as Conferências Gerais da IFLA (*World Library and Information Congress – WLIC*) dos anos de 2011 a 2016⁹, no intuito de verificar as decisões tomadas em cada encontro em direção ao desenvolvimento da Declaração de Princípios atualmente em vigência, IFLA (2016).

Em 2011 na Conferência Geral da IFLA, o *Standing Committee* da Seção de Catalogação da IFLA informou que, de acordo com seu planejamento estratégico para os anos de 2009-2011, o Comitê iria começar os preparativos naquele ano para uma revisão da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009b), além de verificar a necessidade de atualização dos Princípios. Agnese Galeffi, Dorothy McGarry e David Reser foram designados para compor um Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar se a atualização seria realmente necessária, e, na Conferência do próximo ano, o Comitê daria a resposta à demanda face à aproximação da publicação de um novo código internacional de catalogação, o RDA (IFLA, 2011a, p. 8-9).

Na Conferência de 2012, Galeffi, McGarry e Reser relataram que uma revisão imediata da Declaração seria necessária, antes mesmo da revisão já planejada para 2014, pois outros itens do planejamento estratégico da Seção de Catalogação poderiam ser beneficiados com a sua revisão, como por exemplo: incentivar os desenvolvedores de códigos/regras de catalogação em todo o mundo a seguir os Princípios; e aprofundar a necessidade de separação entre regras específicas de catalogação e os Princípios (GALEFFI; MCGARRY; RESER, 2012, p. 19).

9 Um resumo desta análise foi submetido e publicado previamente à ocasião da 5ª Jornada de Pós-Graduação da UNIRIO (BRAGA; SILVEIRA, 2019).

As principais razões pelas quais Galeffi, McGarry e Reser (2012) consideraram necessária uma atualização precoce consistiam em:

- a) a Declaração de 2009 possui um escopo mais amplo do que o seu título sugere, o grupo de revisão sugeriu que uma mudança no título poderia refletir melhor seu conteúdo, além de sua revisão implicar em uma clareza maior em suas metas e objetivos;
- b) as tarefas dos usuários apresentadas nos Princípios de 2009 não incluíam aquelas mencionadas no FRAD (contextualizar e justificar), e no modelo conceitual *Funcional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD) – explorar;
- c) uma revisão dos Princípios poderia resultar numa menção mais significativa de vocabulários controlados para atributos, e mais ênfase nos identificadores para termos em “vocabulários de valor” (*value vocabularies*), e para entidades;
- d) considerar se o item 5.3 da Declaração de 2009, que cita uma “norma internacionalmente acordada” para dados descritivos, deveria referir-se à ISBD; e
- f) se haveria uma consideração de expansão para seu uso além das bibliotecas, o que implicaria em uma revisão na nomenclatura utilizada para os recursos, como o termo “manifestação”, por exemplo, que não é aplicável a objetos de arte e a alguns recursos arquivísticos (GALEFFI; MCGARRY; RESER, 2012, p. 20).

Na Conferência de 2012 houve ainda uma discussão se os Princípios deveriam ou não ser expandidos para um código internacional de catalogação. Para a tomada de decisão foi considerado apenas um ponto a favor da questão: a internacionalização, pois a IFLA possui representatividade internacional e tradição no desenvolvimento de documentos técnicos e modelos conceituais. Entretanto, a proposta recebeu mais pontos contra do que a favor, tais como: a falta de recursos para empreender tal tarefa, o fator tempo (levando em consideração que a Declaração de 2009 levou seis anos de discussões e contribuições para ser publicada), e senso de oportunidade, ou cronologia (*timing*), considerou-se que a ISBD por si mesma é o código internacional, em si, ou incorporada em outros códigos, admitindo o AACR2r como o mais usado internacionalmente, acreditam que o RDA, tendo recebido contribuições de diversos membros da Seção de Catalogação, é promissor e que poderá ser ainda mais adotado do que o AACR2r (IFLA, 2012, p. 21-22).

Como alternativas consideraram que mesmo que a Seção de Catalogação da IFLA não desenvolvesse um código baseado na Declaração e nos FRBR, eles

continuariam a ocupar o papel de liderança e de parceiros ativos no trabalho de catalogação internacional, no nível de fundamentar as estruturas utilizadas nos códigos e nos desenvolvimentos futuros para uso e reuso de metadados (IFLA, 2012, p. 22). Percebe-se que o Comitê optou por expandir suas conexões com o RDA e contribuir para seu desenvolvimento, ao invés de empreender uma tentativa de construir um novo código de catalogação com alcance internacional, reconhecendo dessa forma o RDA como um código de catalogação internacional que implementou os princípios, normas e modelos desenvolvidos pela IFLA em âmbito internacional (Princípios de Catalogação, ISBD e FRBR).

A este propósito, Oliver (2011) afirma que

Os Princípios Internacionais de Catalogação [...] e a RDA foram desenvolvidos e redigidos ao longo do mesmo período de tempo. O Joint Steering Committee monitorou criteriosamente o desenvolvimento dos [Princípios] e manteve a RDA em harmonia com esses princípios (OLIVER, 2011, p. 12).

Biswas (2015), entretanto, faz uma análise comparativa entre algumas instruções do RDA e a aplicação dos princípios que o próprio código lista no início de sua estrutura, identificando também a aplicação dos princípios (*canons*) da teoria de Ranganathan às instruções selecionadas. O autor o faz com o objetivo de demonstrar que os princípios listados pelo RDA podem não ser suficientes para auxiliar a tomada de decisão do catalogador, à qual o código dá abertura, sendo assim útil um retorno aos princípios estabelecidos por Ranganathan, tais como os *canons* da verificação, da individualização, do valor de lembrança (*recall value*), e da permanência, por exemplo.

Em 2013 Escolano Rodriguez, Galeffi, McGarry e Reser levantaram duas alternativas para a atualização da Declaração as quais seriam discutidas pelo Comitê da Seção de Catalogação: a primeira considerava que a estrutura da Declaração de 2009 continuava boa, e que seria necessário apenas algumas atualizações nos tópicos que evoluíram de alguma forma a partir de 2009. Sendo um exemplo desses tópicos a família FR (modelos *Functional Requirements*), que ainda estava sob revisão em 2013, esperava-se por uma harmonização entre os modelos. Cogitou-se ainda a inclusão de outros princípios como Abertura (*Openness*) e Interoperabilidade, visando os repositórios de dados abertos (ESCOLANO RODRIGUEZ et al., 2013).

A segunda alternativa citada na minuta do evento (ESCOLANO RODRIGUEZ et al., 2013) seria realizar uma modificação profunda na Declaração de 2009. Cogitou-se condensar o documento apenas na parte relacionada diretamente aos princípios, devendo as seções “Entidades, Atributos e Relações”, “Descrição Bibliográfica”, “Pontos de Acesso”, e “Fundamentos para a funcionalidade de pesquisa” serem retiradas e publicadas em um documento à parte.

Outras questões importantes foram levantadas, independente de quais das alternativas apresentadas nos parágrafos anteriores seria a escolhida, são elas:

- a) se os Princípios seriam direcionados apenas para bibliotecas, ou se seriam também para arquivos e museus?
- b) os Princípios são princípios de Catalogação, não de catálogos;
- c) se o conceito de conveniência, o princípio mais importante, poderia ser definido e explicado em maior profundidade (ESCOLANO RODRIGUEZ et al., 2013).

Como relatado em 2014, o Comitê da Seção de Catalogação decidiu por uma revisão que mantivesse a estrutura da Declaração de 2009. Um novo grupo composto por McGarry, Galeffi, Escolano Rodríguez, Robert Bothmann e Maria Violeta Bertolini foi formado para executar a revisão e apresentar uma versão preliminar (ICP TASK GROUP, 2014).

Nesta primeira versão preliminar da ICP, apresentada em 2014, a acessibilidade ainda não havia sido considerada como um dos princípios gerais. Foram incluídos: interoperabilidade, abertura e racionalidade. Foi esclarecido que a ICP seria apenas para a comunidade bibliotecária. O termo “registro” foi modificado para “dados” e passou-se a utilizar a terminologia *thema* e *nomen*, em substituição a conceito, objeto, evento e lugar. A ISBD foi estabelecida como padrão para a descrição bibliográfica da comunidade bibliotecária. A seção “Fundamentos para a funcionalidade de pesquisa” foi estendida e a bibliografia foi atualizada. Como próximos passos outras Seções e Grupos da IFLA deveriam proceder revisões em suas respectivas áreas (FRBR, por exemplo). Após, uma revisão mundial da ICP deveria ser realizada (ICP TASK GROUP, 2014).

Em 2015 foi relatado que o texto preliminar recebeu revisões dos seguintes países e pessoas: Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, Nova Zelândia, Noruega, do *Joint Steering Committee for Development of RDA*, Kansallis Kirjasto e Karen Coyle. O Grupo de Trabalho iria fazer uma avaliação dos comentários

recebidos para produzir o texto final com o glossário até dezembro de 2015 (ICP TASK GROUP, 2015).

Em 2016, o Grupo de Trabalho relatou (ICP TASK GROUP, 2016) que dentre os comentários e sugestões de revisão recebidos constavam:

- a) sugestão para retirada de algumas seções do documento, especialmente a “Fundamentos para a funcionalidade de pesquisa”;
- b) coincidência temporal com a revisão e consolidação dos FRBR, o que poderia afetar a lista de entidades;
- c) excesso de instruções, repetitividade;
- d) questionamento sobre a retirada dos arquivos e museus do escopo.

Alguns comentários foram acatados e outros não. A ICP foi submetida então ao *Committee on Standards* da IFLA, o qual requisitou um documento com esclarecimentos sobre as decisões tomadas pelo Grupo quanto aos comentários de revisão recebidos, além de solicitar uma revisão interna pelos: *Permanet UNIMARC Committee, Bibliography Section, Classification and Indexing Section, FRBR Review Group, e ISBD Review Group*. Foi disponibilizada a versão final, que ainda não havia sido aprovada pelo *Committee on Standards* (ICP TASK GROUP, 2016).

A Declaração foi então aprovada e publicada em 2016, tendo sofrido pequenas revisões em 2017, foi traduzida para o português em 2018 sob a responsabilidade de Marcelo Votto Texeira e revisão de Jorge Moisés Kroll do Prado (IFLA, 2018).

Em relação à Declaração de 2009, a versão de 2016 afirma levar em consideração novas categorias de usuários, a questão do acesso aberto, a interoperabilidade e acessibilidade aos dados, as características das ferramentas de descobertas e, em geral, as significativas mudanças no comportamento dos usuários. Afirma também estar baseada nas “grandes tradições catalográficas do mundo”: Cutter, Ranganathan e Lubetzky. E também nos modelos conceituais da família FRBR, que ainda estão em processo de consolidação, refletindo assim algumas incertezas da fase de transição (IFLA, 2016, p. 4).

A Declaração atual possui 21 páginas, divididas em: uma introdução, sete seções com diretrizes direcionadas aos princípios propriamente ditos, glossário, termos não mais utilizados, um epílogo com explicações sobre as principais mudanças, e uma nota com indicações das pequenas revisões realizadas.

Buscou-se nesta subseção apresentar o histórico e o desenvolvimento da Declaração, salientando sua importância para a área. A versão de 2016 é a mais recente e possui forte influência dos modelos conceituais, sendo assim, a seguir é apresentada uma breve explanação sobre os modelos que irão, sem dúvida, nortear a análise dos princípios gerais, apresentada na subseção 5.1.

3.3 MODELOS CONCEITUAIS

Como dito anteriormente, acredita-se que os modelos conceituais da IFLA constituem um quarto marco na história da normalização das regras catalográficas. Sua importância se dá porque até então se pensava a representação dos recursos informacionais com o suporte de um modelo conceitual de entidade única: no qual a entidade principal era o próprio recurso caracterizado por um conjunto de atributos, materializados como metadados: título, responsabilidade, edição, imprensa etc. A partir da aplicação da modelagem conceitual do tipo entidade-relacionamento, passa-se a perceber os recursos não mais “como uma entidade singular, mas como um conjunto de entidades variadas que refletem o significado, expressão e aspectos físicos desse recurso” (PADRON; CRUZ; SILVA, 2018, p. 821) e que se relaciona com outros recursos, bem como as entidades entre si também se relacionam.

Pacheco e Ortega (2015) afirmam que a importância histórica do modelo FRBR consiste no reconhecimento de que este foi a primeira análise do universo bibliográfico, formalizada, amplamente divulgada e discutida, utilizando a modelagem entidade-relacionamento, embora este modelo não seja a única maneira de análise possível. Dada sua relevância para a atualização dos Princípios Internacionais de Catalogação, é pertinente uma breve explanação dos modelos e de seu histórico.

A origem dos FRBR se dá no Seminário de Estocolmo sobre Registros Bibliográficos, realizado em 1990 na Suécia.

As discussões sobre espaçamento, pontuação, formas de cabeçalho, normalização de entrada principal (pessoa, entidade coletiva, título), que marcavam os encontros de especialistas em catalogação, visando a normalização de catálogos e registros para intercâmbio de informações, deram lugar à discussão sobre: o que os usuários necessitam; como um registro poderia atender de forma mais completa um questionamento do usuário ao consultar uma base de dados bibliográfica ou catálogo eletrônico? Essas discussões levaram em conta uma grande diversidade de usuários, materiais, suportes e formatos (MORENO, 2006, p. 25).

Dentre as nove resoluções do Seminário, a que culminou na elaboração do relatório final dos FRBR (IFLA, 1998) foi a de empreender um estudo que definisse os requisitos funcionais para os registros bibliográficos, para que o custo de elaboração dos registros diminuísse e a cooperação entre os produtores e utilizadores de dados bibliográficos fosse ampliada (ESTIVILL RIUS, 2012).

Os dois objetivos principais do estudo são:

[1] proporcionar un marco estructurado, claramente definido, para relacionar los datos consignados en los registros bibliográficos con las necesidades de los usuarios de esos registros. [2] El segundo objetivo es recomendar un nivel básico de funcionalidad de los registros creados por las agencias bibliográficas nacionales (IFLA, 2004, p. 41)¹⁰.

Moreno (2006) explica que no primeiro objetivo há intenção de que os catálogos on-line, baseados no modelo, possam mostrar as relações bibliográficas de maneira mais clara, de forma mais útil ao usuário, para que ele possa navegar por meio das relações. Quanto ao segundo objetivo, a autora esclarece que o nível mínimo/básico que os FRBR recomendam se baseou em análises de entidades percebidas como necessárias pelos diversos tipos de usuários que contribuíram com o grupo de estudos durante o tempo em que este esteve em debate.

A metodologia adotada no estudo dos FRBR é baseada na técnica de análise de entidades usada no desenvolvimento de modelos conceituais para sistemas de bases de dados relacionais, também conhecida por técnica de análise do tipo entidade-relacionamento. Apesar de o modelo não intentar servir diretamente como base para o design de bases de dados bibliográficas, a técnica de análise foi escolhida porque ela provê uma abordagem estruturada para a análise dos requerimentos dos dados, o que facilitou o processo de definição e delineamento necessários em termos de referência para o estudo. A referida técnica consiste em isolar os objetos chave de interesse dos usuários, as entidades. Identificar os atributos (características) de cada uma das entidades; e identificar as relações entre as entidades que são mais importantes para os usuários executarem suas tarefas (IFLA, 1998).

As entidades do modelo foram organizadas originalmente em três grupos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

10 Em algumas citações de documentos da IFLA optou-se por utilizar a tradução em língua espanhola para melhor compreensão do leitor brasileiro. Especialmente quando uma tradução em português não estava disponível em acesso aberto.

Quadro 6 – Entidades do modelo FRBR (1998)

GRUPOS	DEFINIÇÃO	ENTIDADES
GRUPO 1	Produtos do esforço intelectual ou artístico nomeados ou descritos nos registros bibliográficos	Obra, expressão, manifestação e item
GRUPO 2	Compreende os responsáveis pela criação do conteúdo intelectual ou artístico, pela produção física ou disseminação, ou custódia de tais produtos	Pessoa e entidade coletiva
GRUPO 3	Entidades adicionais que servem como assuntos do esforço intelectual ou artístico	Conceito, objeto, evento e lugar

Fonte: Adaptado de IFLA (1998).

Cada entidade do modelo tem associada a ela um conjunto de características, ou atributos. Os quais servem de meio pelos quais os usuários formulam questões de busca e interpretam seus resultados quando procuram por uma entidade em particular (IFLA, 1998).

Os relacionamentos, nesse contexto de busca por informações, servem de veículos para representar os vínculos entre entidades, e assim um meio que ajuda o usuário a navegar no universo representado em uma bibliografia, catálogo ou banco de dados bibliográficos (IFLA, 1998).

Silveira (2007) observa que

A literatura apresenta a mudança do foco do suporte para o conteúdo na catalogação, assim como a alteração do foco do bibliotecário para o usuário, transformando os FRBR em um resultado da aceitação de novos paradigmas e da interdisciplinaridade existente na representação da informação. Além de ser um modelo teórico, diferenciando-se do MARC e das ISDBs, há uma outra mudança relevante observada nos FRBR: seu caráter dinâmico e flexível. Esse caráter se deve ao fato da pretensão de cobrir todo tipo de informação, em qualquer suporte (SILVEIRA, 2007, p. 50).

No estudo dos FRBR, evidenciando a mudança de foco para o usuário, são definidas as tarefas que os usuários executam no modelo: encontrar, identificar, selecionar e obter, sendo estas definidas como:

- encontrar entidades que correspondam aos critérios de busca relacionados aos critérios de busca estabelecidos pelo usuário (isto é, localizar uma entidade ou um conjunto de entidades em arquivos ou base de dados, como resultado de uma busca que utiliza um atributo ou relação de uma entidade);
- identificar uma entidade (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade buscada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características semelhantes);
- selecionar uma entidade adequada para as necessidades do usuário (isto é, escolher uma entidade que satisfaça as necessidades do usuário a respeito do conteúdo, formato físico etc., ou rejeitar uma entidade não adequada para as necessidades do usuário);
- adquirir ou obter acesso à entidade descrita (isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo etc., ou acessar eletronicamente uma

entidade de forma on-line) (IFLA, 1998, p. 82, grifo do autor, tradução nossa).

Influenciados pelos FRBR, afirma Silveira (2007), dois outros grupos foram formados pela IFLA: em 1999 o *Functional Requirements and Numbering of Authority Records*, cujos objetivos eram:

- a) definir os requisitos funcionais para os registros de autoridade;
- b) estudar a viabilidade de um número internacional para os registros de autoridade, o *International Standard Authority Data Number*; e
- c) servir de elo entre a IFLA e outros grupos interessados em registros de autoridade.

O modelo resultante deste primeiro grupo foi o modelo FRAD:

El objetivo principal de este modelo conceptual es proporcionar un marco para el análisis de los requisitos funcionales del tipo de datos de autoridad, necesario como base del control de autoridades y del intercambio internacional de datos de autoridad. El modelo se centra en los datos, independientemente de la forma en que puedan ser empaquetados (por ejemplo, en registros de autoridad) (IFLA, 2009a, p. 8).

O segundo grupo formado pela IFLA foi o Grupo de Trabalho para os *Functional Requirements for Subject Authority Records*, cujo estudo resultou no modelo conceitual FRSAD (IFLA, 2010). Seu objetivo principal é fornecer uma estrutura que facilite o entendimento sobre quais informações os dados, ou registros, de autoridade de assuntos precisam prover, e quais expectativas tais dados devem atender em termos de respostas às necessidades dos usuários.

Os modelos *Functional Requirements* (FR) ficaram conhecidos na literatura como família FR, ou família de modelos FRBR. Quando ainda estavam sendo finalizados os modelos FRAD e FRSAD percebeu-se que seria necessário consolidar os três modelos da família FR num único modelo, pois eles adotaram diferentes pontos de vista e propuseram diferentes soluções para questões comuns, ainda que tenham sido desenvolvidos utilizando a mesma estrutura entidade-relacionamento (IFLA, 2017a).

A partir de 2010 o Grupo de Revisão dos FRBR iniciou as atividades de compilação de um modelo único. Após diversas reuniões do Grupo e uma submissão do rascunho à revisão mundial, decidiu-se adotar o nome IFLA *Library Reference Model* (LRM) para o novo modelo conceitual, que substitui o FRBR, o FRAD e o FRSAD, tendo sua versão final sido aprovada em agosto de 2017 (IFLA, 2017a).

O LRM consiste em um modelo conceitual de alto nível, sendo assim mais simplificado em comparação aos outros da família FR, empregando um nível maior de generalidade e abstração. Foi pensado como um guia, ou base, para formular regras de catalogação e implementar sistemas bibliográficos.

Padron, Cruz e Silva (2018) observam que a principal diferença em relação aos modelos anteriores consiste no emprego das relações de especialização, na qual entidades, atributos e relacionamentos são estruturados em hierarquias que refletem as relações taxonômicas entre esses elementos. O que permitiu a aplicação de um maior nível de abstração; a redução de elementos, simplificando assim o modelo; um entendimento melhor do relacionamento entre as entidades; e maior facilidade na extensão do modelo. O que é inclusive incentivado no próprio modelo:

El modelo provee una estructura y la guía necesaria para que las implementaciones puedan introducir detalles de manera compatible y coherente, adaptándolos a la estructura básica del modelo (IFLA, 2017c, p. 9).

A IFLA (2017c) elaborou um documento que mapeia a transição entre os modelos da família FR e o LRM. Dentre as novidades implementadas pelo LRM, destacam-se:

a) novas definições quanto às tarefas dos usuários: encontrar – reunir informações sobre um ou mais recursos de interesse por meio da busca por qualquer critério relevante. Identificar – compreender claramente a natureza dos recursos encontrados e distinguir entre recursos semelhantes. Selecionar – determinar a adequação dos recursos encontrados e ser capaz de aceitar ou rejeitar recursos específicos. Obter – acessar o conteúdo do recurso. Nova tarefa foi incluída, a partir da tarefa “contextualizar” e “explorar”, descritas nos modelos FRAD e FRSAD, respectivamente: explorar – descobrir recursos por meio dos relacionamentos entre eles, contextualizando assim os recursos (IFLA, 2017c).¹¹

b) quanto às entidades: criação de uma entidade superior “Res” (definida como qualquer entidade do universo do discurso), criação de “super classe” de entidades como agente, por exemplo, que abriga as entidades pessoa e agente coletivo (substitutivo do *corporate body*, entidade coletiva, dos FRBR). Introdução das entidades *time-span* (extensão temporal com início, duração e fim), e *nomen* (uma associação entre uma entidade e a designação que se refere a ela).

¹¹ As tarefas dos usuários presentes neste modelo são detalhadas e discutidas na seção 5.1.1 deste trabalho.

Muito se tem discutido sobre os modelos conceituais, entretanto, devido ao recorte da pesquisa, não é pertinente estudá-los de modo mais profundo. Buscou-se apresentá-los com o intuito de estabelecer a relação entre a ICP e os modelos conceituais da IFLA, uma vez que estes influenciam diretamente a Declaração.

Esta seção 3, que agora é finalizada, apresentou o referencial teórico e conceitual da Representação Descritiva no qual se apoia toda a pesquisa, em especial a análise apresentada na seção 5. A seguir, a seção 4 discorre sobre políticas, considerando que o objetivo desta pesquisa inclui o estabelecimento da relação entre cada um dos princípios gerais da Declaração e políticas de catalogação. Dando continuidade à pesquisa, na seção 5.1, é apresentada a análise dos princípios gerais da Declaração, os quais servirão de elemento norteador para as diretrizes de elaboração de políticas e manuais de catalogação desenvolvidas como produto desta pesquisa.

4 POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS

As bibliotecas podem ser vistas e analisadas como verdadeiras organizações, no sentido administrativo da palavra. Nesse contexto, apresentam-se diversas tomadas de decisão em seus diversos processos. Isso pode ser evidenciado pelas aplicações variadas de técnicas administrativas possíveis às bibliotecas, como aquelas propostas por Maciel e Mendonça (2006) e Almeida (2005), por exemplo.

Maciel e Mendonça (2006) empregam os conceitos da teoria de Organização e Métodos (O&M) para o contexto da biblioteca, a aplicação das atividades de O&M evidenciam a possibilidade de uso de metodologias administrativas para aprimorar o trabalho executado pela biblioteca, seja em âmbito micro ou macro, como será demonstrado mais adiante. As autoras analisam também as funções da biblioteca, que são a menor unidade operacional dentro de um sistema, a partir das tomadas de decisão de seu gerente.

Como também será explicado mais adiante, Maciel e Mendonça (2006) incluem o processamento técnico dentro do processo de organização de coleções para disponibilização, sendo este processo uma das funções na fase de formação, desenvolvimento e organização de coleções. E, como em todos os processos, existem diversas decisões a serem tomadas nessa fase.

Observa-se que as políticas são instrumentos eficazes para o registro de tomada de decisão. O próprio termo política remete ao coletivo, às relações coletivas, à conduta ou a um acordo sobre a conduta a ser empregada em ações que atendam a objetivos e/ou necessidades coletivas.

Nesta seção é abordada a temática da política sob a ótica da Administração, no que possa ser aplicado à catalogação e a bibliotecas, e da Biblioteconomia, compreendendo nesta os âmbitos da administração e organização de bibliotecas, do desenvolvimento de coleções, da indexação e, por fim, da catalogação, uma vez que a Declaração (IFLA, 2016) possui em seu escopo servir de orientação para as decisões dos catalogadores, e, em especial, seus princípios gerais regem a tomada de decisão e as políticas sobre acesso e intercâmbio de dados; e na medida em que a biblioteca pode ter seus processos analisados sob o olhar administrativo. É esclarecido ainda as diferenças entre os termos políticas, diretrizes, manuais e guias comumente encontrados de maneira difusa na literatura.

Sob a ótica da Administração, Oliveira (2011) considera que um manual compreende

todo e qualquer conjunto de normas, procedimentos, funções, atividades, **políticas**, objetivos, instruções e orientações que devem ser obedecidos e cumpridos pelos executivos e funcionários da empresa, bem como a forma como esses assuntos devem ser executados, quer seja individualmente, quer seja em conjunto (OLIVEIRA, 2011, p. 365, grifo nosso).

Para o autor as políticas da empresa¹² devem estar reunidas em um tipo de manual específico, o manual de políticas e diretrizes. Além deste, outros tipos de manuais passíveis de elaboração para uso em uma organização listados pelo autor são os seguintes: manual de organização, manual de normas e procedimentos, manual do empregado, manual de finalidade múltipla, e manual de instruções especializadas (OLIVEIRA, 2011).

Para os objetivos desta pesquisa especificaremos apenas os manuais de políticas e diretrizes e o de instruções especializadas. No primeiro caso, o manual de políticas, deve conter a descrição detalhada e completa das políticas que devem ser seguidas pelos executivos e funcionários da empresa, no processo de tomada de decisão que levam aos objetivos estabelecidos.

Oliveira (2011, p. 475) define “política” como

parâmetro ou orientação para a tomada de decisão. Definição dos níveis de delegação, faixas de valores e/ou quantidades-limite e de abrangência das estratégias para a consecução das metas e objetivos.

Afirma ainda que, na prática, as políticas servem para proporcionar maior qualidade e, principalmente, agilidade no processo decisório. As políticas devem ser bem fundamentadas e consistentes.

Para Bio (1985, p. 55), além da definição dada por Oliveira (2011), políticas podem ser caracterizadas por definir caminhos até os objetivos; permitir o arbítrio (não são por si sós decisões); não ser de seu mérito o estabelecimento de procedimentos, ou de definição de funções e responsabilidades; e refletir o desejo da Administração. “pode-se operar uma organização bastante espalhada fisicamente com base em políticas enérgicas, sólidas e bem compreendidas”, o que se aplicaria a sistemas de bibliotecas¹³, por exemplo, ou a bibliotecas que trabalham em rede¹⁴ de cooperação.

12 Para os fins desta pesquisa considera-se empresa como um tipo de organização.

13 Sistemas de bibliotecas são “conjuntos de bibliotecas, pertencentes ou não a mesma instituição e que estão interligadas por objetivos comuns” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 342).

As finalidades básicas principais dos manuais de políticas listados por Oliveira (2011) que podem ser aplicáveis à catalogação são: padronizar procedimentos e economizar tempo na tomada de decisão. Além destes, Bio (1985) também relata que a política documentada pode contribuir para a melhoria da comunicação das orientações; proteção contra pressões e emergências; e uniformidade e coerência.

O manual de instruções especializadas, por sua vez, é aquele que consolida normas e instruções de aplicação específica a determinado tipo de atividade ou tarefa, instrumento ideal para guiar a prática de representação de recursos informacionais, conforme seus tipos de mídia, suportes e suas especificidades, lançando mão de instrumentos normativos (regras do código de catalogação vigente, por exemplo) e complementares para orientar a descrição. Bio (1985) fala em procedimentos, que são “como” as políticas são executadas na prática.

As finalidades principais de seu uso consistem em: possibilitar maior e melhor treinamento e capacitação a determinado grupo profissional de funcionários, e proporcionar um guia de trabalho e consulta para o grupo. E, quanto ao seu conteúdo básico, recomenda-se: objetivos a serem alcançados pelo grupo, informações básicas sobre a função, relação das tarefas principais, interação dessas tarefas com outras da empresa, instruções para execução e avaliação das tarefas (OLIVEIRA, 2011).

Dentre as principais vantagens para o uso de manuais administrativos o autor lista: correspondem a uma importante e constante fonte de informações sobre os trabalhos na empresa; possibilitam adequação, coerência e continuidade nas normas e nos procedimentos; possibilitam treinamento a novos funcionários da empresa; e representam um legado histórico da evolução administrativa da empresa (OLIVEIRA, 2011).

Como principais desvantagens são listadas, dentre outras: sua preparação, quando pouco cuidadosa, pode acarretar inconvenientes ao desenvolvimento normal dos trabalhos; o custo de preparação e de atualização pode ser elevado, dentro de uma relação custo-benefício dentro da empresa; quando muito sintéticos, tornam-se

14 Rede de bibliotecas são um “grupo de bibliotecas, criado formal ou informalmente, que tem por objetivo realizar atividades cooperativas”, principalmente unindo recursos bibliográficos, com acesso pelo mesmo catálogo, compartilhando custos e esforços despendidos para a criação de dados de catálogos, podendo também desempenhar função de apoio: compartilhando e intercambiando dados bibliográficos e de autoridades (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 309).

pouco úteis e, por outro lado, quando muito detalhados, correm o risco de se tornarem obsoletos diante de quaisquer mudanças pequenas; e seu uso pode ficar muito prejudicado devido a uma redação pouco clara, prolixa, deficiente e inadequada (OLIVEIRA, 2011).

Em relação ao conteúdo dos manuais, Oliveira (2011) recomenda, que estes sejam estruturados da seguinte forma:

- a) sumário;
- b) apresentação: parte em que os objetivos são listados. É geralmente assinado pelo presidente da empresa, que a redigirá de forma que seja comunicado a todos os funcionários a obrigatoriedade de respeito ao conteúdo do manual;
- c) instruções para uso: deve ser suficientemente clara e objetiva. Algumas das instruções básicas devem versar sobre: a disposição do conteúdo básico do manual, os princípios em que se baseiam os capítulos, o sistema de codificação utilizado, e quanto ao uso dos elementos pós-textuais (apêndices e anexos);
- d) conteúdo básico: definido de acordo com o tipo de manual;
- e) apêndices e anexos: inclui formulários, fluxogramas, organogramas etc.;
- f) glossário;
- g) índice temático; e
- h) bibliografia.

Oliveira (2011) sugere ainda como fases de elaboração dos manuais:

- a) definição do objetivo do manual;
- b) escolha do(s) responsável(eis) pela preparação;
- c) análise preliminar da empresa: é a fase de contato com os futuros usuários do manual e com a organização da empresa;
- d) planejamento das atividades;
- e) levantamento de informações: pode ser por meio de entrevistas, observação direta, questionário, e análise da documentação;
- f) elaboração propriamente dita: os fatores a serem considerados nesta fase são: redação, diagramação, formato, codificação, impressão, encadernação (se houver) e teste-piloto;
- g) distribuição;
- h) instrução aos usuários do manual; e
- i) acompanhamento do uso.

Observa-se portanto, sob o ponto de vista administrativo, que políticas e manuais de procedimentos são diferentes. Sendo as primeiras mais gerais, instrumentos de apoio à tomada de decisão; e os manuais instrumentos mais completos e operacionais que balizam a execução das tarefas em si. Acredita-se, entretanto, que a denominação “manual de políticas e diretrizes”, utilizada por Oliveira (2011), pode trazer confusão ao usuário de tal instrumento administrativo, na medida em que se entende a política enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão e os manuais como orientadores da execução de tarefas.

Uma vez apresentadas questões gerais sobre políticas no âmbito administrativo geral, a seguir são apresentadas políticas no âmbito específico da Biblioteconomia, contextualizada de acordo com o foco da presente pesquisa.

4.1 POLÍTICAS NA BIBLIOTECONOMIA

No âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia em particular, existem diversas abordagens e aplicações de políticas. Foram identificadas políticas que são criadas na esfera pública e cultural e/ou científico-tecnológica, como as políticas de acesso à informação, à leitura e ao conhecimento, e as políticas de informação, por exemplo; e aquelas elaboradas no contexto institucional, como as políticas de desenvolvimento de coleções, as políticas de indexação, e, mais recentemente protagonizando algumas discussões, as políticas de catalogação. A intenção desta seção não é aprofundar as diversas políticas existentes, pois fugiria do escopo da pesquisa, mas apenas demonstrar sua existência e algumas definições encontradas na literatura, de maneira a verificar também o que poderia ser absorvido na política de catalogação.

As políticas de acesso à informação, à leitura e ao conhecimento geralmente são abrigadas sob as políticas culturais, ou políticas públicas para o segmento da cultura, as quais estão intimamente ligadas às demandas culturais da sociedade (SIQUEIRA; MACHADO; LÜCK, 2019).

Rubim (2007) afirma que as noções de políticas culturais são múltiplas, sendo uma delas a apresentada por Canclini (2005): o conjunto de intervenções realizadas pelo estado, pelas instituições civis e grupos sociais organizados, com a finalidade de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da sociedade e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação

social. Nesse sentido, fala-se em política pública para o desenvolvimento do setor cultural, enquanto um conjunto de ações de promoção do acesso à cultura, à informação, à leitura e ao conhecimento.

González de Gómez (2002, p. 27) afirma que

A política de informação emerge como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, no cenário pós-guerra, associada às políticas de ciência e tecnologia. O nexa da informação com a política seria então estabelecido por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, agora não só como dimensão de racionalidade administrativa, mas como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico.

De acordo com a autora supracitada é a partir da década de 1950 que a relação entre política e informação começa a ser explícita em programas de governo e políticas públicas, influenciada sobretudo pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) nos países em desenvolvimento.

De acordo com Almeida (2005), no âmbito do planejamento – um processo contínuo, permanente e dinâmico, que visa fixar objetivos, definir linhas de ação, detalhando as etapas para atingi-los e prevendo os recursos necessários para sua execução, cuja adoção possibilita a redução de custos, tomada de decisão baseada em informação, permanência das decisões e redução de riscos – tem como um de seus instrumentos as políticas:

As políticas ou diretrizes são planos gerais de ação, guias genéricos que definem linhas mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização. [...] Em uma mesma organização, existem políticas nas diferentes instâncias e com abrangências e abordagens diversas. Por isso, precisam ser coerentes e integradas para serem eficazes, contribuindo assim para a consecução dos objetivos da organização. [...] São guias de raciocínio que orientam a tomada de decisão (ALMEIDA, 2005. p. 6, grifo nosso).

A autora afirma que nas bibliotecas são encontradas políticas gerais e específicas relativas às diversas áreas de atuação: políticas de formação e desenvolvimento de coleção, de conservação, de seleção de pessoal, de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, de atendimento, de publicações etc.

Almeida (2005, p. 6) explica uma diferença importante entre políticas e regras, e procedimentos expressos em manuais e fluxogramas:

[...] as regras e procedimentos são guias do fazer. Os procedimentos são instrumentos que estabelecem métodos rotineiros de execução de atividades e detalham a maneira exata pela qual uma atividade deve ser realizada e a seqüência em que essas rotinas são realizadas.

Mercadante (1990), citada por Maciel e Mendonça (2006), afirma que no contexto de sua pesquisa as bibliotecas universitárias até então não possuíam instrumentos administrativos. Realidade esta que foi possível constatar, como apresentado na seção 5.2, que não é mais a mesma. Maciel e Mendonça (2006) acrescentam que existia carência de visão estrutural, de visão da biblioteca como uma organização.

Maciel e Mendonça (2006) aplicam os conceitos da teoria de O&M para o contexto da biblioteca, observando que ao vislumbrar a biblioteca como uma organização, é possível aplicar as seguintes atividades de O&M: organização ou reorganização estrutural e/ou funcional (estudo de atividades micro: fluxo de tarefas, análise e planejamento de microprocessos); elaboração e revisão de instrumentos normativos; racionalização, celeridade e eficiência dos métodos, processos e rotinas de trabalho; facilitação do processo decisório, dentre outros. Destacamos essas atividades pois acredita-se que são aplicáveis diretamente à catalogação enquanto processo, sob o ponto de vista administrativo. A aplicação de tais atividades evidencia a possibilidade de uso de metodologias administrativas para aprimorar o trabalho executado pela biblioteca, seja em âmbito micro (catalogação), ou macro (biblioteca como um todo, até sua atividade fim: atender ao usuário).

Maciel e Mendonça (2006) optaram por analisar as funções da biblioteca, que são a menor unidade operacional dentro de um sistema, a partir das tomadas de decisão de seu gerente. Dessa forma, as autoras incluem o processamento técnico dentro do processo de organização de coleções para disponibilização, sendo este processo uma das funções na fase de formação, desenvolvimento e organização de coleções. Estas são identificadas usualmente como funções operacionais meio ou serviços meio em bibliotecas, oferecendo a necessária base e suporte informacional para o desenvolvimento dos serviços fim e ao oferecimento de produtos pela biblioteca.

O processo de formação, desenvolvimento e organização de coleções, de um modo geral, deve ser encarado e equacionado como uma atividade de planejamento, onde o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais, oferecerá a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção, para as decisões relativas ao processamento técnico dos documentos e ao seu adequado armazenamento (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 16).

Acrescenta-se que o conhecimento da comunidade não é essencial apenas para o estabelecimento de políticas de seleção, ou de desenvolvimento de coleção, mas na criação de políticas em geral para bibliotecas.

No âmbito do desenvolvimento de coleções, Weitzel (2013) afirma que é imprescindível a elaboração de uma política, para que assim as coleções cumpram sua função social de ser orientadas ao público-alvo da biblioteca. A autora apresenta a partir do ponto de vista técnico, os elementos que devem estar presentes nas políticas de desenvolvimento de coleções de bibliotecas universitárias. Tais elementos contemplam as etapas de: estudo da comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, política de aquisição, desbastamento, avaliação, política de avaliação, e política de desbastamento, cujo conjunto de diretrizes de cada etapa formarão a política de desenvolvimento da coleção da instituição.

A política deve ser um **documento formal**, elaborado pela equipe responsável por essas atividades, e deve expressar o **interesse comum** da **instituição** que a mantém e da **comunidade** a que serve. Deve permitir a articulação das seis etapas do processo de desenvolvimento de coleções, e das demais auxiliares mencionadas na literatura [a saber: armazenamento, conservação e preservação, direitos autorais etc.], com o **detalhamento** e descrição de cada etapa, a fim de **apoiar as decisões** de forma coletiva, preferencialmente **envolvendo toda a comunidade** de interesse ou seus representantes (WEITZEL, 2013, p. 20, grifo nosso).

Há que se considerar ainda a função estratégica da política, uma vez que tem a capacidade de administrar conflitos de interesse, servindo de meio para se obter consenso, melhorar a comunicação com a comunidade e ser um mecanismo de conquistas institucionais (WEITZEL, 2013).

Weitzel (2013) propõe que o planejamento da política inclua as seguintes ações preliminares: formação da equipe responsável; levantamento inicial dos dados da comunidade e das coleções; esboço da política; e conscientização da comunidade. O passo a passo para a elaboração do esboço inclui: identificação da missão e objetivos institucionais; o perfil da comunidade e das coleções; descrição dos assuntos e dos formatos cobertos e custodiados pela biblioteca; descrição das etapas do processo de desenvolvimento de coleções; detalhamento de outros aspectos importantes; documentos correlatos (portarias institucionais, legislação pertinente, estatutos e regimentos e outros documentos similares); e prazo para (re)avaliação da política.

Maciel e Mendonça (2006) destacam diversas tomadas de decisão na função planejamento e elaboração de políticas de seleção, dentre elas estão: a indicação do

responsável pelo processo, indicação de alternativas para a obtenção de recursos e definição de critérios para sua alocação, e o prazo para a revisão da política adotada. O produto final dessa função será um documento administrativo, oficializado junto à instituição.

Quanto à importância dos usuários para o processamento técnico as autoras reconhecem que

Não é demais frisar que todas as decisões do administrador quanto à classificação e a catalogação, deverão se pautar, por um lado, pelas características dos usuários do sistema, e por outro, pelas exigências de normalização ditadas pelos códigos (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 27).

Quanto às principais decisões a serem tomadas nessa fase, de acordo com as autoras supracitadas, aquelas estritamente ligadas à representação descritiva são: o estabelecimento das regras e dos códigos que servirão de base para a catalogação, incluindo os detalhes necessários à clientela; adoção de programa de catalogação cooperativa; escolha de software de gerenciamento do acervo; decisão quanto a adoção de remissivas; e preparo físico e armazenamento dos itens.

No âmbito da indexação, Carneiro (1985) afirma que os objetivos da política de indexação no contexto dos sistemas de recuperação de informações são: estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço de indexação, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidos.

Para a autora os fatores a serem considerados para a elaboração da política de indexação são: a identificação da organização à qual o sistema de indexação está vinculado; identificação da clientela para a qual se destina o sistema; os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Carneiro (1985, p. 239-240) alerta para a importância de documentar as decisões tomadas:

Vale lembrar, aqui, a necessidade de se documentarem as decisões tomadas. A maior parte das bibliotecas não possui políticas escritas para os seus diversos serviços, o que acarreta problemas de inconsistência e descontinuidade das operações. Uma política bem documentada, além de contribuir para a eficiência do serviço, servirá de orientação em caso de mudança de administração.

Para Fujita (2016) a política de indexação deve emanar de um consenso entre usuários, indexadores, bibliotecários de referência e dirigentes, os principais atores envolvidos no processo, sua principal função consiste em “orientar e sistematizar o trabalho do indexador para o aprimoramento da indexação, e, por

consequente, da recuperação da informação” (FUJITA, 2016, p. 16). Uma das principais justificativas usadas pela autora para o estabelecimento da política de indexação é o trabalho coletivo realizado por diversos profissionais indexadores num mesmo sistema ou rede de bibliotecas, porém, ainda que se trate apenas de uma biblioteca não vinculada a um sistema ou rede, é fundamental que haja a preocupação de documentar tudo o que é criado em sua organização.

Na experiência de desenvolvimento da política de indexação para a Rede de Bibliotecas da UNESP (FUJITA, 2016) foi definido que a referida política seria composta por três partes:

- a) elementos da política de indexação – compreende o detalhamento e as decisões tomadas em relação aos elementos que direcionam a política de indexação: cobertura temática, seleção e tipos de documentos, público-alvo, indexador, concordância, exaustividade, especificidade, correção, consistência e sistema de busca e recuperação por assuntos;
- b) o processo de indexação – contém orientações para os procedimentos relativos a: leitura documentária, identificação e seleção de conceitos, e tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação; e
- c) o instrumento da indexação – a linguagem adotada para a indexação, a saber: “Linguagem Unesp”, desenvolvida pela própria Universidade.

Apesar de habitualmente apenas o processo de representação temática de recursos ser tratado como um processo de análise do tipo subjetivo, Bereijo (1999) afirma que também alguns processos de análise descritiva introduzem algum grau de subjetividade, ainda que a aplicação de normas possa contribuir para uma maior objetividade no processo. A área de notas, por exemplo, afirma o autor, é a parte da descrição que pode conter maior grau subjetividade. Todavia, entende-se que o trabalho profissional intelectual como o do bibliotecário é sempre subjetivo, ou seja, do sujeito, mas deve ser expresso objetivamente nos produtos por ele gerados, sendo um deles o catálogo da biblioteca. Acredita-se que quando há métodos científicos (e não apenas normas a seguir) o processo pode ser explícito de maneira consciente.

A seção a seguir discute especificamente as políticas de catalogação, com o propósito de detalhar o tema e embasar a análise que será feita para atender aos objetivos da pesquisa.

4.2 POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO

Embora anteriormente tenha se citado o catálogo decisório, pois determinava e registrava as decisões referentes às representações dos registros em bibliotecas, nessa subseção é detalhada a questão de políticas, que antecedem à elaboração de produtos e instrumentos, que se considera o catálogo decisório em si.

Acredita-se que o estabelecimento de políticas e manuais de catalogação podem auxiliar na manutenção da consistência dos registros do catálogo, bem como subsidiar a tomada de decisão do catalogador e suas atividades rotineiras.

El desarrollo armónico de la Catalogación, exige establecer, previamente, lo que se define como 'política de la catalogación'. Es decir, ante qué documento estamos, **qué tipo de usuarios habitualmente van a acceder a él y por lo tanto, a qué nivel de profundidad y amplitud vamos a catalogarlo**. Está claro que la Catalogación que se realiza en un centro especializado para investigadores, debe diferir en cuanto amplitud de datos de los fondos de la que realiza en biblioteca infantil. Del estudio previo de esta política, dependerá que los usuarios puedan encontrar más o menos información en los distintos catálogos (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 27, grifo nosso).

Garrido Arilla, como pode ser observado no trecho anterior, ainda em 1996 indicava a necessidade de formulação de política de catalogação com base nas necessidades da comunidade usuária. Ortega (2009), todavia, reconhece que a política específica para indexação tem sido o instrumento mais desenvolvido em serviços de informação, declarando, entretanto, a necessidade da elaboração de um instrumento completo de tratamento da informação.

Silva (2009, p. 5) define política de catalogação como

um conjunto sintético, formalizado e tornado explícito, de orientações e princípios genéricos, que estabelecendo directrizes e limites para as ações dos indivíduos intervenientes no processamento catalográfico, os auxilia a tomarem as decisões que este processamento requer.

Observando ainda que

em termos de instrumentos de gestão disponíveis, as políticas de catalogação situam-se a um nível médio-alto de generalidade. Deverão ser complementadas por manuais de procedimentos, dos quais constem as orientações mais específicas. Esses manuais assistem os técnicos na aplicação das políticas (SILVA, 2009, p. 6).

Percebeu-se que a *Política de catalogação para as Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas* de Portugal (SILVA, 2009) está altamente alinhada aos modelos conceituais da família FR e à Declaração de Princípios, tendo em vista que é possível verificar o emprego dos conceitos e terminologias neles estabelecidos

(tarefas dos usuários, entidade, manifestação etc.), assim como cita o quadro teórico-conceitual internacional como um dos elementos determinantes da política, e adota ainda diversas diretrizes da IFLA como referencial teórico e como normas a serem aplicadas nas instituições.

A política de catalogação recomendada para a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de Portugal é composta pelas seguintes partes: recursos catalogados pelas bibliotecas; materiais não catalogados pela biblioteca; prioridades da catalogação; catalogação item-a-item e em bloco (referente à criação de registros para as manifestações e casos especiais em que o item pode ter um registro individual); nível de catalogação; controle de autoridade; integração de formatos; responsabilidade; cooperação nacional e internacional; referencial teórico; e normas aplicáveis (SILVA, 2009).

A discussão em torno da utilização de políticas de catalogação ganhou força no cenário nacional recentemente, como foi dito anteriormente, devido à implementação do RDA em algumas instituições. Porém, o próprio AACR2r já sugeria a elaboração de política de catalogação, como na regra 0.7, por exemplo, a qual explica que algumas regras são designadas como regras alternativas ou acréscimos opcionais, e outras, ou partes delas, são introduzidas pela palavra opcionalmente, reconhecendo a existência de contextos diferentes, nos quais podem ser dadas soluções diferentes para um mesmo problema, bem como adotados níveis distintos de detalhamento e especificidade. O Código orienta que algumas alternativas e opções devem ser definidas como parte da política de catalogação para um determinado catálogo ou agência bibliográfica e, uma vez estabelecidas, devem ser sempre aplicadas, e que outras alternativas e opções devem ser definidas conforme o caso (CÓDIGO..., 2005).

Outro exemplo da necessidade de elaboração de política com o uso do AACR2r é dado por Santos e Ortega (2013): a regra 25.1: “Embora as regras deste capítulo estejam apresentadas como instruções, aplique-as de acordo com a política da entidade catalogadora” (CÓDIGO..., 2005, p. 25-5). Os autores corroboram com a necessidade do estabelecimento de políticas, sinalizando, entretanto, para um possível problema neste caso em particular:

Certamente o uso de regras deve subordinar-se a uma política local de catalogação, no entanto, o problema é que a regra 25.1 não apresenta princípios que orientam o estabelecimento de uma política local para o título uniforme (SANTOS; ORTEGA, 2013, p. 96).

A diversidade de propósitos existentes para o uso do título uniforme preconizadas pela regra levou à aplicação desigual do título uniforme em diferentes bibliotecas.

A este propósito, Mey e Silveira (2010) argumentam que o uso do AACR2r exige que suas regras sejam interpretadas e não arbitrariamente aplicadas.

Sousa (2015) afirma ser evidente o uso de instrumentos que balizem o processo de representação, quer se utilize o catálogo decisório ou a política de catalogação. A autora alerta para a necessidade de se considerar os fundamentos que permeiam as políticas, anterior ao processo de tratamento. Percebe-se, a partir de suas conclusões, que a política precisa considerar os aspectos econômicos, além de ser suficiente e necessária, isto é, estar de acordo com cada recurso, estabelecer elementos da descrição e pontos de acesso realistas de acordo com o necessário à recuperação pelo usuário no contexto de cada unidade de informação.

Espíndola e Pereira (2017) investigaram a existência de políticas institucionais de catalogação nas bibliotecas de ensino superior situadas no município de Florianópolis, Santa Catarina. Constatando que nenhuma das bibliotecas pesquisadas possuía política formalizada, pois os documentos analisados não possuíam os requisitos mínimos estabelecidos pelas autoras.

Em outra pesquisa as autoras investigaram quais os principais elementos que constituem uma política institucional de catalogação. Com base em pesquisa bibliográfica sobre o tema “políticas institucionais”, propõem onze elementos indispensáveis para uma política institucional de catalogação bem como um modelo de estrutura para ela, uma espécie de sumário (ESPÍNDOLA; PEREIRA, 2018).

Os requisitos mínimos, ou elementos indispensáveis são:

- a) deve denominar-se política;
- b) apresentar objetivos e finalidades do documento;
- c) exibir período de atualização/revisão do documento;
- d) definir os registros do conhecimento que são ou não catalogados na instituição (escopo);
- e) documentar as prioridades da catalogação na instituição;
- f) detalhar o nível de catalogação adotado na instituição;
- g) determinar o controle de autoridades e de outros pontos de acesso realizado na instituição;

- h) formalizar participação em redes de cooperação bibliográfica;
- i) registrar as tecnologias aplicadas à catalogação da instituição;
- j) apontar as regras e instrumentos auxiliares aplicáveis à catalogação na instituição;
- e
- k) apontar as responsabilidades dos catalogadores da instituição referentes à inserção dos registros nos catálogos bibliográficos próprios e/ou coletivos.

As autoras recomendam ainda que o documento não deve incluir orientações técnicas sobre como deve ser realizada a descrição bibliográfica e a determinação dos pontos de acesso na instituição.

O modelo de estrutura para o documento formalizador da política apresentado pelas autoras inclui: elementos pré e pós-textuais; informações sobre a instituição mantenedora e sobre a unidade de informação (missão, objetivos, público-alvo); definições, importância, objetivos e finalidades da política; abrangência e aplicação; responsável; histórico de revisões; vigência; diretrizes para casos omissos; informações específicas e detalhadas sobre a catalogação na unidade de informação; recursos empregados na catalogação (humanos, tecnológicos e financeiros); diretrizes sobre controle de autoridade e definição de pontos de acesso; diretrizes para a definição de dados de localização; e avaliação do processo de catalogação e dos registros, incluindo sua metodologia e periodicidade (ESPÍNDOLA; PEREIRA, 2018).

Observa-se que o modelo proposto é extenso, aproximando-se mais de um diagnóstico¹⁵ da catalogação na instituição, do que de uma política com diretrizes assertivas. Além disso, não preconizam a realização ou existência de estudo da comunidade para fundamentar a política, apenas uma definição do público-alvo da instituição.

Espíndola e Pereira (2017, p. 74) compreendem que “a eficiência na catalogação é indispensável para o aproveitamento do tempo dos catalogadores”. Para as autoras os manuais de procedimentos e as políticas institucionais são exemplos de documentos que podem ser empregados para tornar a catalogação mais eficiente e com maior qualidade. Entendem a “Política Institucional de Catalogação” como um conjunto de diretrizes que visam orientar o catalogador às tomadas de decisão em suas atividades cotidianas em uma unidade de informação,

15 De acordo com Almeida (2005, p. 53) um diagnóstico é um “processo sistematizado, com tempo e espaço definidos, de avaliação de serviços em organizações”.

ou em uma rede de cooperação de unidades de informação, de maneira que os objetivos institucionais não sejam negligenciados. Além de ser um recurso importante para proporcionar melhorias na qualidade percebida pelos usuários dos produtos da catalogação.

É essencial, para as autoras supracitadas, a adoção de padrões e regras internacionais de catalogação, assim como a criação de documentos administrativos (tais quais manuais e políticas de catalogação) que alinhem esses padrões e regras aos objetivos de cada instituição e às necessidades específicas de seus usuários. As políticas apresentam ainda o desafio de orientar a tomada de decisão, mas não limitar as ações dos catalogadores. Afirmam ainda que os manuais e as políticas são documentos administrativos que se complementam, pois, enquanto o primeiro é um guia na execução das decisões e ações, a segunda orienta a tomada de decisões e ações.

Espíndola e Pereira (2017) apontam como vantagens do desenvolvimento e da aplicação de políticas e manuais de catalogação: o maior controle sobre o processo, a minimização de erros, do retrabalho e do desperdício dos recursos institucionais, garantindo mais consistência ao catálogo e agregando mais qualidade aos serviços e produtos gerados pela catalogação.

A respeito da qualidade na catalogação há que se observar a relatividade do conceito, conforme alerta Snow (2017): mesmo na literatura da área o termo tem sido utilizado, de maneira geral, sob quatro significados diferentes:

- a) em relação aos detalhes técnicos do registro bibliográfico – se há erros tipográficos ou se os elementos utilizados para identificar o recurso são suficientes, por exemplo;
- b) a aderência aos padrões – RDA e MARC, dentre outros;
- c) o processo de catalogação em si – incluindo o fluxo de trabalho, se existem recursos acumulados com atraso para a liberação ao público, suporte administrativo, e treinamento e performance da equipe; e
- d) o impacto da catalogação para o usuário – incluindo quão bem os usuários são capazes de localizar os recursos desejados dentre os demais.

Snow (2017) defende que é tempo de repensar o conceito da qualidade em catálogos, não de maneira a rejeitar tudo o que o catálogo se tornou ao longo de sua história, mas acreditando que é possível ampliar suas capacidades. Para tal, a autora recomenda um plano de ação, que inclui:

(1) [...] cada catalogador precisa pensar sobre o que significa qualidade para ele ou ela, e externalizar a discussão da qualidade em catalogação numa conversa a nível departamental. [...] (2) Conduzir um estudo sobre as necessidades dos usuários para determinar qual informação em sua instituição é importante para eles e tentar acomodar essas necessidades de uma maneira que seja financeiramente factível [...]. Mais ainda, não focar simplesmente em quais dados são incluídos no catálogo local, mas também explorar a experiência do usuário no uso do catálogo. Estudar a experiência do usuário e trabalhar para melhorá-la. (3) A comunidade catalogadora deveria realizar mais estudos que tentem atender às necessidades reais de informações dos usuários, principalmente domínios de usuários [...]. (4) Os resultados de tais estudos deveriam ser incorporados às normas e padrões de catalogação, como o RDA [por exemplo] [...]. Os catalogadores deveriam estar mais abertos à ideia de permitir [a contribuição dos usuários ou outras fontes de informação externas à criação dos metadados] [...]. (5) Finalmente, a catalogação precisa de uma dose pesada de *design thinking*¹⁶ [...]. A catalogação está pronta para abordagens e soluções inovadoras, mas primeiro a comunidade de prática da catalogação deve reconhecer e identificar problemas para trabalhar em direção a soluções mais centradas no usuário. O *design thinking* pode ajudar [nesse processo] [...] (SNOW, 2017, p. 451-452, tradução nossa).

Com base no trabalho de Espíndola e Pereira (2018), Faria e Lourenço (2019) analisam regras do RDA que requerem decisões a serem tomadas pelos catalogadores no uso do Código, sendo assim, de acordo com sua visão, suscetíveis de padronização em política de catalogação. As autoras classificam algumas das regras como de definição necessária pela agência catalogadora e outras como permissivas ao julgamento do catalogador, indicando, entretanto, que ambas podem ser objeto da política de catalogação.

Todavia, observa-se que as autoras generalizam como objeto da “política”, regras, as quais percebe-se que estariam melhor alocadas em manuais, como a determinação da pontuação a ser utilizada (Regra 1.7.3), ou o uso de maiúsculas (Regra 1.7.2), por exemplo. Portanto, apesar de demonstrarem a indispensável necessidade de instrumentos norteadores para o uso do RDA, verifica-se uma certa ambiguidade na proposta das autoras, uma vez que seu estudo está baseado em Espíndola e Pereira (2018), que fazem uma distinção clara entre quais elementos devem constar na política e quais seriam melhor alocados em manuais.

Martignago e outros (2019), com base em Ladley (2012), demonstram como a disciplina de governança de dados poderia contribuir com a qualidade da catalogação, consistindo em:

organização e **implementação de políticas**, procedimentos, estrutura, papéis e responsabilidades que delineiam e reforçam regras de

¹⁶ *Design thinking*, em resumo, pode ser definido como “uma exploração centrada no ser humano que busca resolver problemas privilegiando a abordagem crítica do design, em vez da abordagem linear do método científico” (CLARKE, 2015 apud SNOW, 2017, p. 452, tradução nossa).

comprometimento, direitos decisórios e prestação de contas para garantir o gerenciamento apropriado dos ativos de dados (LADLEY, 2012 apud MARTIGNAGO et al., 2019, p. 83, grifo nosso).

Durante a pesquisa empírica os autores citados acima constataram que as inconsistências encontradas nos registros informacionais analisados no catálogo pré-determinado como objeto empírico, deviam-se em parte a uma baixa maturidade no gerenciamento do processo, sem o uso de ferramentas de controle e execução, e à falta de política de catalogação que poderia minimizar as inconsistências (MARTIGNAGO et al., 2019).

Da mesma forma Reis, Ribeiro e Rocha (2017) relatam diversas inconsistências encontradas no catálogo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Feira de Santana, para os quais a solução encontrada localmente para promover a padronização foi a criação de diversos guias que orientam a catalogação, esses, por sua vez, constam no manual de normas e rotinas do Sistema.

Ramos (2018) propõe diretrizes para a elaboração de políticas de representação descritiva para bibliotecas digitais nacionais, o estabelecimento de tais políticas, na visão do autor colaboraria com a padronização das atividades desenvolvidas pela biblioteca e também para a padronização da rotina de trabalho, e, conseqüentemente, para uma melhor recuperação e uso das informações produzidas ou organizadas pela instituição.

Ramos (2018) afirma que as seguintes características devem ser consideradas pelos responsáveis pela elaboração da política: capacidade de adaptação a mudanças; globalidade (contemplando quaisquer eventualidades); coordenação (entre os vários setores da instituição, para que a política trabalhe como uma só, podendo ser composta por subpolíticas); e deve ser suficientemente clara. Em relação à política em si, destaca-se:

a) quanto aos princípios – deve ser fundamentada na política geral da instituição a qual está vinculada; deve formalizar e padronizar as decisões tomadas quanto à representação descritiva do acervo; sendo sua primeira etapa a formação de uma comissão responsável pela elaboração e atualização do documento, devendo ser composta por um representante de cada área da instituição; as atividades desse grupo; a política deve ainda levar em conta o público que pretende atender; e disponibilizar de forma acessível o documento finalizado.

b) quanto à estrutura – pode conter um glossário e links para documentos relacionados e/ou citados; deve ser escrita de forma clara e concisa; pode ser disponibilizada no site por meio de hiperlinks para facilitar a navegação; constar a data de publicação; recomenda-se que seja um documento sucinto, porém não há limites de páginas.

c) quanto ao conteúdo – deve constar sua abrangência, apresentação da instituição à qual está vinculada, sua missão, objetivos e organograma, tipos de materiais tratados pela instituição e suas formas de tratamento; salientar as responsabilidades nacionais e internacionais da instituição; e definições sobre a disseminação da política para o público.

Diante do exposto, após a leitura de vários trabalhos, observou-se que os termos políticas e manuais algumas vezes se confundem, ora são considerados sinônimos, ora documentos específicos. Para os fins desta pesquisa, especialmente com base em Almeida (2005) e Silva (2009), entende-se política de catalogação como: um documento formal que oferece linhas gerais de ação, destinado a orientar a tomada de decisão em relação a tudo o que diz respeito à catalogação, incluindo orientações e princípios genéricos, critérios para a escolha e adoção de instrumentos, padrões e códigos, estabelecendo diretrizes e limites para a ação dos indivíduos, podendo ser aplicadas tanto a bibliotecas, como a sistemas ou redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo.

Complementarmente à política, sugere-se a elaboração de outros atos administrativos pelos quais se defina efetivamente qual código será adotado, qual(is) solução(ões) tecnológica(s) será(ão) implementada(s), bem como os padrões e outros instrumentos normativos efetivamente utilizados. Pois tais documentos são mais flexíveis do que a política objetiva ser, sendo assim quaisquer mudanças necessárias se fariam a partir desses atos, e a política permaneceria inalterada, como um instrumento relativamente permanente de apoio à tomada de decisão.

Corrobora-se com Silva (2009) quanto à complementação das políticas em manuais ou regras de procedimentos (ALMEIDA, 2005) de catalogação: entendendo-os como documentos também formalizados cujo objetivo é ser guia do fazer, que contemplam os métodos rotineiros de execução, nos quais devem constar todas as orientações práticas de como proceder ao registrar os dados em catálogos: desde o detalhamento das regras de catalogação adotadas, de acordo com a necessidade local, até a inclusão dos dados no sistema utilizado pela instituição.

Sua extensão e flexibilidade, conseqüentemente, serão maiores do que a política, bem como o nível de detalhamento das instruções. Podendo também ser elaborado para uma biblioteca apenas ou para sistemas ou redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo.

Complementarmente aos manuais de procedimentos de catalogação (ou simplesmente manuais de catalogação), os fluxogramas podem ser um instrumento útil, pois demonstrarão a seqüência de ações necessárias e pré-definidas para a realização da rotina de registro dos dados. Sugere-se que estes sejam um componente do manual.

Bereijo (1999) entende a catalogação descritiva¹⁷ como um processo de caráter cognitivo, pois está orientado à resolução de problemas intelectuais concretos. Como um processo cognitivo, está sujeito a interferências de fatores de natureza interna e externa, corroborando assim com a possibilidade de ocorrer inconsistências como as relatadas por Martignago e outros (2019), e por Reis, Ribeiro e Rocha (2017).

Dentre os fatores de natureza interna, destaca-se dentro da fase do processo de catalogação descritiva em si, a percepção de que a descrição se baseia numa série complexa de percepções, reconhecimento e seleção de características dos recursos que resultará na comunicação dos resultados por meio de uma verbalização simbólica (o registro em si), que se presume ter estruturas comuns para o catalogador e o usuário. Desta maneira a aplicação das normas catalográficas depende completamente da percepção e do reconhecimento que o profissional estabelece previamente.

La catalogación descriptiva [...] no es una actividad rutinaria, mecánica e irreflexiva de transcripción de propiedades bibliográficas, sino que es un complejo proceso de carácter interpretativo que requiere del catalogador un alto grado de cualificación técnica y juicio necesario para una continua tomada de decisiones (BEREIJO, 1999, p. 107).

Das interferências de natureza externa, destacam-se três alíneas:

- a) as limitações estruturais e de conteúdo dos códigos de catalogação;
- b) o impacto da tecnologia no ambiente de trabalho e na execução dos processos catalográficos; e
- c) os usuários e sua influência sobre os processos de catalogação.

17 Nesse texto, considera-se o termo “catalogação descritiva” equivalente a Representação Descritiva.

A alínea a é causada, na percepção de Bereijo (1999), por códigos que não proporcionam princípios gerais, mas sim exemplos específicos, de tal forma que não permite que sejam estendidos ou ampliados. Tal problema, de acordo com Bereijo (1999), poderia ser minimizado com a aplicação de textos interpretativos dos códigos e com políticas de catalogação locais claras.

Sobre a alínea b o autor destaca: a evolução dos produtos documentais, na qual o registro bibliográfico passa a ter sua função inventarial diminuída e seu valor informativo aumentado, exigindo assim um maior controle de qualidade sobre esses produtos; o aumento do alcance do intercâmbio de registros; e o desaparecimento de divisões tradicionais de aquisição, catalogação, circulação e referência no ambiente de trabalho de bibliotecas, exigindo profissionais multitarefas.

Quanto à influência dos usuários (alínea c), a possibilidade de consulta ao catálogo fora do ambiente da biblioteca, por meio dos OPACs, vem exigindo um rigor maior no controle de autoridades, por exemplo. Sabe-se que este tem papel fundamental na busca e recuperação dos recursos informacionais em um catálogo.

Bereijo (1999) reitera, por fim, a necessidade de ferramentas interpretativas dos códigos de catalogação que facilitem sua aplicação uniforme, pois pela própria natureza dos códigos sempre haverá aberturas à interpretação.

O problema da consistência e da qualidade em catálogos é agravado quando não é realizado o controle de autoridades¹⁸ de forma adequada e consistente. Para tal também é indicado na literatura a elaboração de políticas de catalogação (BURGER, 1985, p. 3 apud ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017b).

Com base em Mey (1995), que propõe um fluxo para a catalogação (no contexto do catálogo em fichas) composto por nove etapas, elaborou-se o quadro 7 a seguir adaptando-o ao contexto dos OPACs:

18 Apesar de haver divergência na literatura e diversos conceitos sobre o que é controle de autoridade (ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017a, 2017b), entende-se para os fins desta pesquisa controle de autoridade como o conjunto de atividades necessárias para o alcance da consistência dos pontos de acesso autorizados em catálogos.

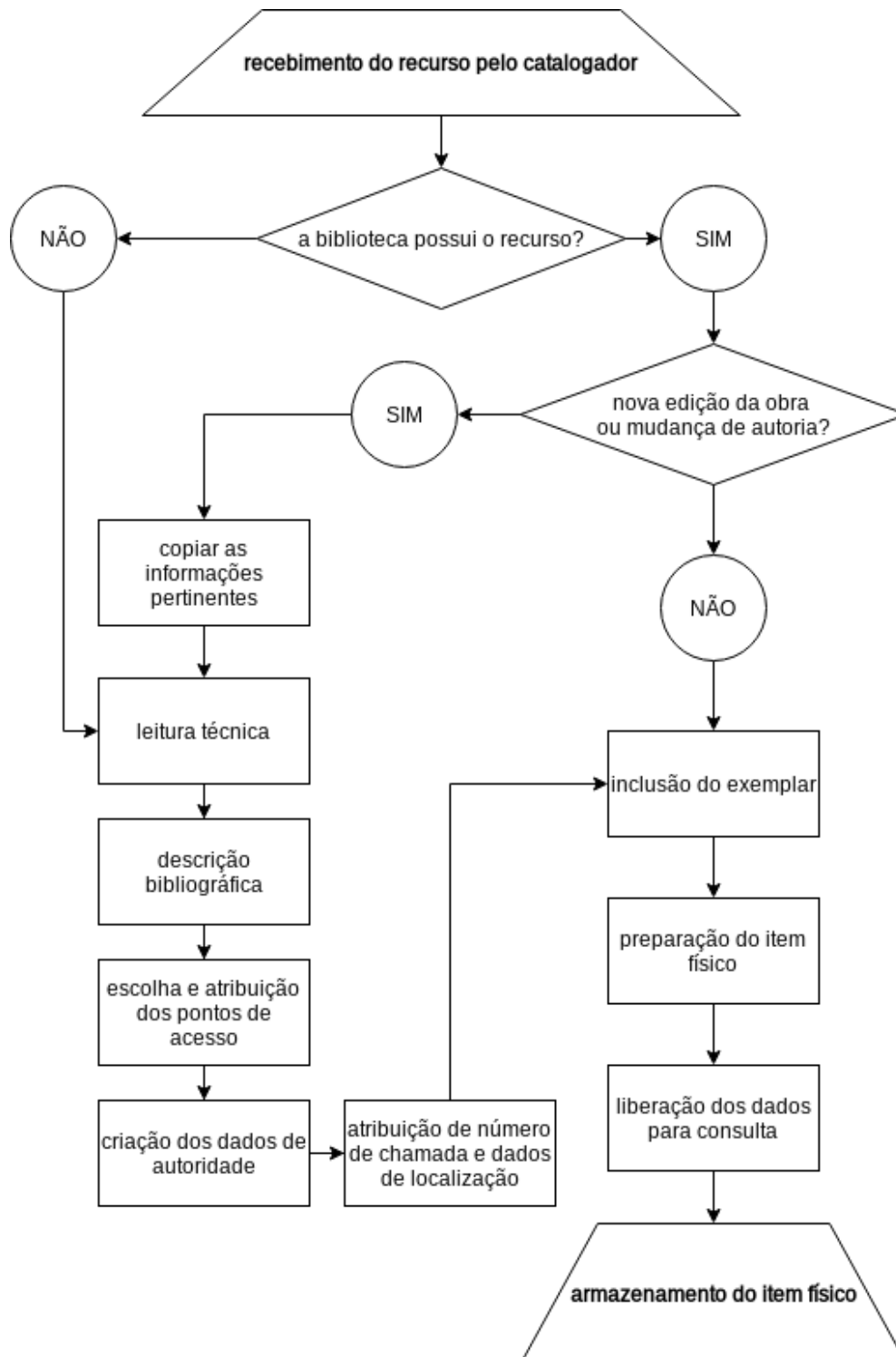
Quadro 7 – Etapas da catalogação na biblioteca

ETAPAS	ATIVIDADES
Etapa 1 – chegada do livro ao setor de catalogação	a) verificar se o livro já existe na Biblioteca; b) em sistemas cooperativos, o catálogo coletivo deve também ser consultado; c) caso o livro já exista, basta incluir um exemplar ao registro e passar para a etapa 7; d) nova edição ou autoria diferente? Copiar as informações pertinentes e passar para a etapa 2
Etapa 2 – leitura técnica	Levantamento e anotação de todas as informações de interesse para a descrição do recurso como um todo
Etapa 3 – descrição bibliográfica	Descrição dos dados bibliográficos do recurso
Etapa 4 – escolha dos pontos de acesso	Escolha dos pontos de acesso essenciais e adicionais
Etapa 5 – forma dos pontos de acesso	Compreende todas as atividades necessárias para a atribuição ou a criação dos dados de autoridade pertinentes
Etapa 6 – número de chamada	Observar em relação à coleção já armazenada a composição do número de chamada para fins de localização física (constituído geralmente pelo número de classificação mais os códigos identificadores da obra)
Etapa 7 – preparação dos itens	Incluindo carimbos, etiquetas
Etapa 8 – liberação do registro para o acesso público	Armazenamento físico e/ou digital

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mey (1995).

Tais etapas foram detalhadas no fluxograma (Figura 1) a seguir:

Figura 1 – Fluxograma da catalogação na biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quando se tratar de um item digital, sem nenhum tipo de mídia física, podem ocorrer mudanças no fluxo proposto acima. Tais como: pode não haver a inclusão do exemplar, caso o item seja acessado por meio de links que possam ser utilizados ao mesmo tempo por inúmeros usuários, por exemplo, bem como não haveria o

preparo do item físico, neste caso. Da mesma maneira o armazenamento pode se dar em servidores de arquivos, o que requer cuidados e orientações específicas.

É possível ainda recorrer à catalogação cooperativa e o intercâmbio de dados para as etapas entre a descrição bibliográfica e a criação de dados de autoridade, acredita-se que cabe a cada biblioteca decidir sobre o intercâmbio e a cooperação, e mais do que isso, decidir com quais instituições poderá o catalogador intercambiar, ou mesmo utilizar como fonte de consulta para a elaboração de seus dados.

Além do exposto, percebe-se a partir do quadro anterior e do fluxograma que a todo momento o catalogador precisa tomar decisões quanto à representação dos recursos informacionais. Certamente uma política de catalogação e manuais de instruções específicos auxiliariam a tomada de decisão e a prática da representação do recurso.

Propõe-se, portanto, que os princípios gerais da ICP fundamentem a elaboração de políticas e manuais de catalogação, uma vez que eles se prestam a reger a decisão dos catalogadores e as políticas sobre o acesso e intercâmbio de dados. A seguir tais princípios gerais foram detalhados, para que na seção 6 fossem apresentadas as diretrizes para a elaboração de políticas e manuais de catalogação com base na ICP.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

Nesta seção são apresentados e analisados os resultados da pesquisa documental e bibliográfica relacionadas aos Princípios Gerais da Declaração, e, logo em seguida, os resultados da pesquisa documental nos sites dos sistemas/rede de bibliotecas das Universidades.

5.1 PRINCÍPIOS GERAIS DA DECLARAÇÃO

De acordo com Japiassú e Marcondes (2008, p. 225-226) um princípio pode ser considerado: uma lei geral que explica o funcionamento da natureza; leis universais do pensamento, como em lógica, por exemplo; causas primeiras, fundamentos do conhecimento; e preceito moral, norma de ação que determina a conduta humana, à qual os indivíduos devem obedecer.

Svenonius (2009, p. 67) declara:

In the literature of bibliographic description the word *principle* has been used to refer to the objectives of a bibliographic system, to general rules in a bibliographic code, and to directives that guide the construction of a bibliographic language.

É nesse último sentido que Lubetzky afirmou não ser possível delinear um código com regras sem princípios orientadores. Também afirma que não é possível aplicar de maneira inteligente um código, ainda que bem construído, sem o conhecimento dos princípios nos quais está baseado (SVENONIUS, 2009, p. 67).

Santos e Ortega (2013) também afirmam que Lubetzky fundamentou o trabalho da Catalogação sobre princípios, para ele o princípio deve indicar a origem, fonte ou base de uma determinada ação. Defendia que as regras dos códigos de catalogação deveriam ser baseadas em princípios orientadores e não em algum tipo especial de obra.

Svenonius (2009) afirma que os princípios da conveniência do usuário, do uso comum, da representação, da acurácia, da suficiência e necessidade, da significância, da padronização e da integração, são princípios específicos para o desenho de linguagens bibliográficas – considerando os códigos como uma dessas linguagens – reconhecidos na literatura e seguidos na prática Anglo-Americana de catalogação.

A Declaração (IFLA, 2016) afirma que seus princípios gerais regem a criação e o desenvolvimento de códigos de catalogação, as decisões tomadas pelos catalogadores e as políticas sobre o acesso e intercâmbio de dados. Ao todo são treze princípios gerais: interesse do usuário, uso comum, representação, acurácia, suficiência e necessidade, significação, economia, consistência e normalização, integração, interoperabilidade, abertura, acessibilidade, e racionalidade. Sendo que o princípio geral do *interesse do usuário* é o mais importante, enquanto que os demais não estão ordenados por quaisquer particularidades.

Para melhor aprofundamento de cada um dos princípios e para estabelecer suas relações com os textos recuperados durante a pesquisa bibliográfica, as subseções a seguir discorrem sobre eles. Por ser o mais relevante, uma abordagem mais detalhada é dispensada ao princípio do interesse do usuário.

5.1.1 Interesse do usuário

Esse princípio é definido pela Declaração (2018, p. 5) como:

2.1 *Interesse do usuário*. Interesse significa que se deve fazer todos os esforços para manter todos os dados compreensíveis e adequados para os usuários. A palavra “usuário” compreende a qualquer indivíduo que busque no catálogo e utilize os dados bibliográficos e/ou de autoridades. As decisões referentes a criação das descrições e as formas controladas dos nomes para os acessos, devem ser decididas tendo em mente o usuário.

Sendo este o princípio geral que considera os interesses do usuário, a ICP afirma que este é o princípio geral mais importante (IFLA, 2016).

Para Svenonius (2009) este princípio requer que a descrição bibliográfica seja elaborada com o usuário em mente, ele deve ser o foco em todas as decisões tomadas quanto à representação dos recursos informacionais.

Mey e Silveira (2010, p. 129) questionam “quem seria o usuário, do qual muito falamos e tão pouco conhecemos (especialmente os catalogadores)?”. As autoras alertam para o fato de que o usuário possui múltiplas facetas, suas necessidades de informação estão em constante mutação a depender dos papéis sociais que ele executa. Sendo assim,

Uma vez que a catalogação utiliza-se da linguagem, assim como de conceitos culturalmente estabelecidos (por exemplo: o conceito de autoria), precisa conhecer profundamente seus usuários e o grupo, comunidade ou sociedade no qual se inserem, de modo a empreender o processo comunicativo (MEY; SILVEIRA, 2010, p. 129).

De acordo com Cohen (1995), no âmbito da produção e do uso da informação científica em particular, a atuação bem sucedida dos sistemas documentários, responsáveis pela coleta, seleção, tratamento, organização e disseminação da informação, significa a otimização da circulação da informação, o que contribui para a potencialização dos recursos humanos e materiais aplicados na pesquisa científica. Em última instância, para o progresso do conhecimento científico. A produção da informação científica e sua circulação são elementos indissociáveis, assim, os sistemas documentários possuem, portanto, a função de socializar essa informação. A autora argumenta sobre a necessidade do produto documentário ter um significado tal que deflagre no usuário um processo de reconhecimento. Entende-se que este reconhecimento deve permitir a correlação entre o registro oferecido pelo catálogo, a informação contida no(s) recurso(s) informacional(is) e a informação desejada pelo usuário, de forma a garantir a recuperação relevante da informação.

É preciso esclarecer que as bibliotecas, enquanto instituições curadoras de recursos informacionais, em geral, estão vinculadas a uma organização maior e atendem a objetivos específicos, os quais, por sua vez, devem estar alinhados aos objetivos desta organização maior à qual pertencem. Assim, conseqüentemente, seu público de usuários, ou a comunidade a ser atendida, também será formada por pessoas com objetivos e necessidades partilhadas, ou seja, de certa forma esses sujeitos possuirão características comuns que permitirão a formação e a disponibilização de um acervo que atenda suas necessidades informacionais no exercício de suas atividades. É essencial, portanto, saber que quando se fala em conhecer as necessidades informacionais dos usuários está se referindo a esse coletivo de pessoas unidas por objetivos e necessidades comuns em contextos organizacionais pré-determinados.

Santos (2013) afirma que estudos sobre a completude do nível de descrição na Catalogação até aquele momento se detiveram em, a partir da percepção e experiência de catalogadores, definir quais seriam os elementos de descrição ou quais seriam os atributos de um recurso que corresponderiam às solicitações de busca dos usuários, desconsiderando a percepção e experiência dos usuários. Em sua pesquisa constata que

conhecer as percepções dos usuários e os seus marcadores de memória¹⁹ nas atividades de busca, de acesso e de recuperação de informações e de recursos nos mais diferentes ambientes informacionais é de grande relevância, especialmente em um momento considerado histórico em que no local que abriga grandes e variados ambientes informacionais, a Web, os agentes atuam como usuários e produtores de informações em estruturas hipertextuais ou não, em um sistema de complexidade informacional. Fato que remete à necessária e correta compreensão dos processos cognitivos envolvidos na interpretação dos dados de identificação de um recurso informacional e de seus relacionamentos com os elementos de descrição dos próprios recursos e com outros recursos [...] (SANTOS, 2013, p. 22).

Um exemplo da diferença verificada por Santos (2013) dentre os sujeitos investigados é que os bibliotecários consideraram o título como o elemento mais importante na catalogação, enquanto o marcador de memória mais frequente para adultos não bibliotecários investigados, na descrição de um recurso informacional do tipo livro é o autor. Para crianças, por sua vez, seria o resumo. O que evidencia a diferença entre o que o bibliotecário catalogador estima ser relevante para seus usuários, e o que realmente é relevante para eles. Estando claro que é imprescindível o conhecimento do público a ser atendido pelo catálogo para que os registros informacionais sejam efetivamente encontrados, identificados, selecionados e obtidos, e, além disso, que o público seja capaz de explorar o acervo.

Cohen (1995, p. 134-135) conclui seu estudo afirmando que

O "fazer sentido" e a "produção de sentido" são funções do usuário e não do sistema. O ato de "fazer sentido" é o ato do indivíduo encaixar, integrar esta "coisa" que se chama Informação nos seus esquemas mentais, o que só pode ser feito por ele próprio e envolve sua competência para tal. A tarefa do Sistema é fornecer ao(s) usuário(s) esta "coisa" chamada Informação e não lhe(s) proporcionar a competência para " fazer sentido". No entanto, o sistema deve conferir ao usuário a "competência" para manipular o Sistema Documentário e os instrumentos de recuperação da informação. Assim, a atribuição do Sistema Documentário não reside apenas em simplesmente ofertar a Informação.

Assim, a possibilidade de o usuário satisfazer suas necessidades informacionais está também em dominar ao máximo as premissas que norteiam a construção das representações dos recursos informacionais, uma vez que o domínio dos mecanismos utilizados pelos catálogos facilita o ato da busca da informação que, por ser um ato consciente e ativo do sujeito, pressupõe operações de interpretação por parte do usuário.

Pacheco e Ortega (2015, p. 69) informam que o grupo de estudos responsável pela concepção do modelo FRBR

19 A autora descreve "marcadores de memória" como elementos que ajudam na fixação, preservação, marcação de caminhos para a localização de informações, ideias, direitos, fronteiras, vitórias ou medos (SANTOS, 2013, p. 4).

decidiu usar o próprio conhecimento coletivo, tanto pela conveniência quanto pela praticidade, em detrimento da opção óbvia de um estudo de usuário sistematizado, dado o alcance internacional do estudo e o prazo. Os membros do grupo de estudo consideraram que o conhecimento profissional das necessidades do usuário, com base em suas origens, experiências teóricas e práticas, e os tipos de expertise que esperavam atrair para o projeto, atenuariam a necessidade de pesquisas junto aos usuários.

Snow (2017, p. 444) também comenta que “the creators of FRBR did not conduct user studies when they developed the conceptual model and user tasks”.

Tillett (2009, p. 204) afirmou que ainda eram necessárias mais pesquisas sobre as necessidades dos usuários e suas tarefas, no contexto dos FRBR ainda é preciso responder a questões como: “Qual informação é ‘suficiente’ para cada uma das tarefas dos usuários?” e “Qual outra tarefa do usuário é essencial?”.

Os objetivos e as funções do catálogo listados na ICP (IFLA, 2016) coincidem com as tarefas dos usuários, foco do LRM (IFLA, 2017a): o catálogo deve ser um instrumento eficiente e efetivo que permita aos usuários: **encontrar** recursos bibliográficos numa coleção, como resultado de uma busca utilizando atributos ou relacionamentos das entidades; **identificar** um recurso bibliográfico ou a responsabilidade buscada; **selecionar** um recurso bibliográfico apropriado às necessidades do usuário; adquirir ou **obter** acesso ao item descrito; e, **navegar** e explorar o acervo (IFLA, 2016, tradução nossa).

O LRM aborda as tarefas dos usuários em cinco tarefas genéricas, alertando para o fato de que mesmo elas estando ordenadas, não significa que os passos sejam obrigatórios em um processo ideal de busca de informação, na realidade esse é um processo interativo e pode mover-se tangencialmente em qualquer etapa. Algumas das tarefas podem ocorrer de maneira simultânea na mente dos usuários (**identificar** e **selecionar**, por exemplo), e em particular, **explorar** é uma dimensão diferente das demais: em alguns casos proporciona pontos de partida para outros processos de busca e, em outros, permite **navegar** sem nenhum propósito específico. As tarefas serão listadas no quadro 8, a seguir²⁰:

20 Optou-se por transcrever o quadro completo da tradução para o espanhol para facilitar sua leitura e compreensão.

Quadro 8 - Definições das tarefas dos usuários

Table 3.2 Definiciones de tareas del usuario		
Tarea	Definición	Comentarios
Encontrar	Reunir información sobre uno o más recursos de interés mediante una búsqueda basada en criterios pertinentes.	<p>La tarea <i>encontrar</i> se refiere a una búsqueda. El objetivo del usuario es recopilar una o más instancias²¹ de entidades como resultado de una búsqueda. El usuario puede buscar utilizando un atributo o una relación de una entidad, o una combinación de atributos y/o relaciones.</p> <p>Para facilitar esta tarea, el sistema de información ofrece una búsqueda eficaz mediante el uso de una funcionalidad o de elementos de búsqueda adecuados.</p>
Identificar	Entender claramente la naturaleza de los recursos encontrados y diferenciar recursos similares.	<p>El objetivo del usuario al ejecutar la tarea <i>identificar</i> es confirmar que la instancia de la entidad descrita se corresponde con la instancia buscada, o diferenciar dos o más instancias con características similares. En las búsquedas de "ejemplar desconocido", el usuario también procura reconocer las características básicas de los recursos presentados.</p> <p>Para facilitar esta tarea, el sistema de información describe con claridad los recursos que cubre. La descripción debe ser reconocible por el usuario y de fácil interpretación.</p>
Seleccionar	Determinar la pertinencia de los recursos encontrados y aceptar o rechazar recursos específicos.	<p>La tarea <i>seleccionar</i> se refiere a una reacción ante opciones posibles. El objetivo del usuario es elegir, entre los recursos presentados, con cuál desea avanzar. Los requisitos o límites secundarios del usuario pueden involucrar aspectos del contenido, la audiencia deseada, etc.</p> <p>Para facilitar esta tarea, el sistema de información debe permitir/apoyar decisiones relativas a la pertinencia - mediante el suministro de información adecuada suficiente sobre los recursos encontrados - con el fin de permitir que el usuario tome una decisión y actúe en consecuencia.</p>
Obtener	Acceder al contenido del recurso.	<p>El objetivo del usuario en la tarea <i>obtener</i> es pasar de la consulta de un sustituto a la interacción real con los recursos bibliotecarios seleccionados.</p> <p>Para ejecutar esta tarea, el sistema de información debe ofrecer vínculos directos a información en línea o información de ubicación de recursos físicos, así como instrucciones e información de acceso necesaria para completar la operación, o restricciones de acceso.</p>
Explorar	Descubrir recursos utilizando las relaciones entre ellos y, de este modo, ubicarlos en un contexto.	<p>La tarea <i>explorar</i> es la más amplia de las tareas del usuario. El usuario puede navegar, estableciendo relaciones entre recursos o conexiones inesperadas, o familiarizándose con los recursos disponibles para utilizarlos en el futuro. La tarea <i>explorar</i> reconoce la importancia de la serendipia en la búsqueda de información.</p> <p>Para facilitar esta tarea, el sistema de información apoya la búsqueda haciendo explícitas las relaciones, y suministrando información contextual y funcionalidad de navegación.</p>

Fonte: IFLA (2017b, p. 14-15).

²¹ *Instancia*, ou *instance*, no original, é definido como "um exemplo específico de uma entidade" (IFLA, 2017a, p. 100, tradução nossa).

O modelo contém ainda, ao final, um capítulo de alinhamento das tarefas dos usuários com as entidades, atributos e relações, apresentando, de forma não exaustiva, casos de consultas que ilustram essas tarefas. Destacam-se alguns exemplos a seguir:

a) encontrar:

- recursos que tenham relação com um *agente*: por meio de uma busca utilizando o nome da instituição para encontrar suas publicações enquanto *entidade coletiva*;
- recursos que tenham relação com um *lugar* ou *período de tempo*: por meio de uma busca utilizando o nome do lugar para encontrar *manifestações* publicadas neste *lugar*.

b) identificar:

- ou reconhecer dentre os resultados de uma busca aqueles recursos que materializem uma *manifestação* da *obra* buscada, mesmo que os títulos das *manifestações* sejam diferentes daquele da *obra* buscado pelo usuário;
- dentre os resultados da busca o formato e as especificações do recurso, por exemplo: público a que se destina, e música impressa ou uma gravação de som.

c) selecionar:

- dentre os recursos identificados, *manifestações* da(s) *obra(s)* buscadas que estejam em um meio que possa ser utilizado pelo usuário (DVD, Braille etc.);
- dentre os recursos identificados por meio de uma busca por assunto, aqueles que pareçam mais pertinentes em virtude: dos aspectos, facetas ou enfoques do assunto descrito, ou do idioma do conteúdo, por exemplo.

d) obter:

- um recurso por meio de *download* do arquivo vinculado ao registro, por empréstimo local de um *item*, por empréstimo entre bibliotecas, ou aquisição do *item* no comércio, utilizando os dados de referência verificados no catálogo da biblioteca;
- informação sobre uma entidade a partir dos dados do registro de autoridade: obtendo a data e local de nascimento e morte de uma *pessoa*, ou confirmar o país no qual se localiza uma cidade, por exemplo.

e) explorar:

- as relações para compreender a estrutura do domínio de um assunto e sua terminologia;
- as relações entre diferentes instâncias de uma entidade: seguir as relações de derivação entre uma *obra* primária e outras *obras* que nela estejam baseadas, ou que sejam adaptações;
- compreender as relações entre os distintos *nomens* relacionados a uma instância de uma entidade: verificar os distintos nomes de um assunto dentro de um vocabulário, ou sondar os diferentes nomes usados por uma *persona* específica em diferentes contextos, por exemplo.

Portanto, considera-se fundamental conhecer os usuários específicos da instituição para que seus interesses sejam atendidos, uma vez que sua interação com os recursos informacionais será mediada pelo catálogo. Para tal, podem contribuir significativamente os estudos e teorias de comportamento informacional. Svenonius (2009) afirma que especialmente durante o último terço do século XX o princípio da conveniência do usuário foi objeto de diversas pesquisas que investigaram determinar como os usuários buscavam informação e os problemas que eles encontravam, ou seja, seu comportamento informacional.

Segundo González-Teruel (2011, p. 1) o comportamento informacional é o estudo dos distintos aspectos do processo de busca de informação. Conhecê-lo tem por objetivo a melhoria dos sistemas de informação, propiciando a implementação de mudanças necessárias para que o sistema se adapte ao usuário final.

González-Teruel (2011) analisa a mudança de orientação produzida nos anos finais do século XX, revisando as bases de alguns modelos teórico-metodológicos surgidos neste período e estuda a perspectiva tradicional, que mesmo centrada na interação usuário-sistema, ou usuário-informação, proporciona igualmente informação útil à gestão de sistemas de informação, buscando estabelecer um mapa das pesquisas atuais neste campo.

De acordo com González-Teruel (2011) os estudos sobre comportamento informacional têm começo no início do século XX, com a publicação dos primeiros trabalhos sobre comunicação científica. Tradicionalmente, até a década de 1980, os estudos do comportamento informacional dos usuários estavam mais voltados ao paradigma dos sistemas: uso dos recursos de informação e processos como o de leitura, de busca e empréstimos; e mais do ponto de vista do profissional, do que do próprio usuário. Não havia uma preocupação em dar sentido ao que o usuário

necessita para a tomada de decisões, ou ao motivo que o leva a buscar informações.

Consequentemente, os estudos tradicionais proporcionavam conhecer mais os usuários reais (que utilizavam efetivamente a biblioteca), do que os potenciais.

a partir de los años 80, con la introducción del concepto de information seeking behaviour por T. D. Wilson (1981) se da paso al estudio del proceso de búsqueda de información centrándose en dimensiones y variables más amplias que permitieran al investigador extraer conclusiones verdaderamente útiles para la planificación de sistemas de información (GONZÁLEZ-TERUEL, 2011, p. 3).

De acordo com Cohen (1995), até meados dos anos 1960 a ênfase principal destes estudos foi a de estabelecer as características gerais dos usuários da informação, a fim de possibilitar o desenho de sistemas que supririam a maior parte das necessidades da maioria dos usuários. Entretanto, tais estudos não davam resposta à complexidade das necessidades e hábitos dos usuários, tendo sido praticamente abandonados.

Para contrapor o paradigma tradicional, orientado ao sistema, González-Teruel (2011) apresenta, de acordo com Dervin e Nilan (1986), o paradigma alternativo, orientado ao usuário. No qual ele é visto como ente ativo e seu comportamento é avaliado em um contexto situacional e global, e observado da perspectiva cognitiva. Métodos qualitativos são introduzidos para investigação.

Cohen (1995, p. 12) ratifica este novo paradigma ao afirmar que

Na última década, a questão do usuário tem ganho relevância no campo da Ciência de Informação, havendo um deslocamento da atenção: investiga-se a comunicação e a informação a partir da ótica do usuário e não mais a partir da mensagem transmitida pelo sistema.

Neste novo paradigma a informação passa a ser considerada como algo subjetivo, cognitivo e situacional, e é o usuário e seu contexto que determinam o valor da informação proporcionada por um sistema. O conceito de necessidade de informação passa a ser considerado como uma incongruência conceitual, que na estrutura cognitiva de uma pessoa seja uma lacuna para a realização de uma tarefa (FORD, 1980 apud GONZÁLEZ-TERUEL, 2011), ou como o fato de uma pessoa reconhecer algo anômalo no seu estado de conhecimento e deseje solucionar esta anomalia (BELKIN, 1978 apud GONZÁLEZ-TERUEL, 2011). Uma última tendência citada pela autora é o desenvolvimento de uma série de modelos teórico-metodológicos que intencionam observar o processo de busca na perspectiva dos usuários, mais do que do ponto de vista do sistema de informação. Para Cohen

(1995) o principal mérito desta abordagem é colocar o usuário como sujeito ativo do processo comunicacional.

Esses modelos em geral possuem as seguintes características gerais:

- a) **Pretenden observar de una forma global y amplia el proceso de búsqueda de información** y no sólo centrarse en el momento en que el usuario demanda información a un sistema formal.
- b) **Interesa observar cualquier usuario que necesite información, independientemente de si busca o no la información** o de si opta por un recurso u otro para obtenerla. Estas observaciones serán de gran valor para la planificación de sistemas de información realmente adecuados a los usuarios.
- c) **Relativizan el valor de la información dependiendo del significado que le asigne cada usuario según su experiencia y su contexto de referencia.** Por lo tanto, el establecimiento de patrones de hábitos informativos para grupos de usuarios similares tendrá menor importancia en favor de la **observación y registro de los problemas informativos de grupos de usuarios heterogéneos en ambientes muy concretos e irrepetibles** (GONZÁLEZ-TERUEL, 2011, p. 6, grifo nosso).

Uma dessas teorias é a do *Sense-Making*, de Dervin. Em desenvolvimento desde a década de 1970 é uma das mais citadas na Documentação, de acordo com González-Teruel (2011). São três os princípios básicos desta teoria: A informação é construída pelo indivíduo, ela não existe por si mesma, somente quando é interpretada; a necessidade de informação ocorre quando há falta de sentido subjetivo; e, por meio do processo de *Sense-Making* (criação de sentido) são construídos mapas de conhecimento do meio, que são constantemente alterados e refinados com nova informação.

Dervin (1983) define a abordagem 'Sense making' como um conjunto de métodos e conceitos usado para estudar como as pessoas fazem sentido do mundo e, em particular, como constroem suas necessidades e usos de informação no processo de 'fazer sentido'. Para a autora este 'fazer sentido' é, no sentido mais geral, definido como o comportamento, tanto interno (cognitivo) como externo (procedimentos), que permite ao indivíduo construir e desenhar seus movimentos através do espaço e do tempo. O 'fazer sentido' seria, assim, um comportamento comunicacional (COHEN, 1995, p. 114).

De acordo com Cohen (1995) o modelo de Dervin trabalha com três dimensões (*situation-gap-use*): a) situações - os contextos de tempo e espaço nos quais o sentido é construído; b) lacunas – as quais devem ser transpostas, o que na maior parte dos estudos é traduzido como "necessidades informacionais" ou perguntas que pessoas têm para construir sentido e se movimentar através do tempo e espaço; e c) usos - o uso que o indivíduo faz do sentido recém produzido.

A segunda teoria descrita por González-Teruel (2011) é a de Kuhlthau (1993): seu modelo de Processo de Busca de Informação. Resultante de mais de

duas décadas de estudos no âmbito de bibliotecas universitárias, é baseada na perspectiva construtivista da realidade. Concebe a busca de informação como um processo de construção, no qual o usuário progride desde a incerteza até o conhecimento.

De acordo com González-Teruel (2011), para Kuhlthau (1993) o processo de busca é composto pelas seguintes etapas:

- a) iniciação: quando a pessoa se dá conta da carência de informação e tem sentimento de incerteza. A tarefa executada é a de reconhecimento;
- b) seleção: a pessoa identificou o problema e a incerteza passa a otimismo. A tarefa executada é a de identificar;
- c) exploração: a mais difícil para os usuários, pois há uma mistura de sentimentos de confusão, incerteza e dúvida. A tarefa executada é a de investigar;
- d) formulação: o foco do problema é encontrado e a incerteza diminui à medida que a confiança começa a aumentar. A tarefa executada é a de formular;
- e) coleta: coleta-se a informação importante do ponto de vista informativo que gerou o processo de busca. A confiança continua aumentando. A tarefa executada é a de coletar; e
- f) apresentação: a busca foi finalizada e foi adquirido novo conhecimento. A tarefa executada é a de completar.

Para Choo (2006) é durante a etapa de coleta que ocorre a interação com sistemas e serviços de informação. Os sentimentos de confiança e interesse crescem. Com o senso de direção clarificado, o usuário é capaz de especificar e procurar determinada informação relevante.

Kuhlthau (201-, on-line)²² introduz o conceito de “zonas de intervenção”:

The zone of intervention is that area in which an information user can do with advice and assistance what he or she cannot do alone or can do only with difficulty. Intervention within this zone enables individuals to progress in the accomplishment of their task. Intervention outside this zone is inefficient and unnecessary, experienced by users as intrusive on the one hand and overwhelming on the other.

Os estudos centrados no paradigma tradicional, orientados ao sistema, em geral, são direcionados pelos seguintes pressupostos: perspectiva parcial do processo de busca de informação; centram-se em usuários reais, se detendo nos aspectos de demanda e posterior uso da informação; o valor da informação é independente das circunstâncias, contexto ou grupo de referência do usuário.

22 Documento on-line não paginado.

González-Teruel (2011) divide em três os tipos de estudos que seguem este paradigma:

a) estudos de uso de recursos e de fontes de informação: objetivam conhecer a preferência dos usuários por meio de recursos informacionais ou fontes de informação para obter informação da qual necessita, ou para conhecer o modo em que esses recursos são utilizados. São realizados por meio de duas abordagens: direta ou indireta. Na primeira é possível aplicar um questionário a um conjunto de usuários questionando suas preferências por distintas fontes no processo de busca de informações. Indiretamente, é possível observar o uso dos recursos informacionais por meio da análise dos registros de demandas dos usuários por estes recursos e sua posterior contabilização estatística.

b) estudo do uso do sistema ou demanda: parte do pressuposto de que a mensuração da quantidade de uso de um sistema, serviço ou recurso informacional é uma medida importante de sua eficácia. “De tal manera que cuanto mayor sea su uso mayor será su eficacia” (GRIFFITHS; KING, 1991 apud GONZÁLEZ-TERUEL, 2011, p. 11).

c) estudo do uso da informação: o uso que se faz da informação é uma das questões mais desconhecidas no campo das necessidades e usos de informação. “Se puede conocer lo que un usuario solicita y obtiene de un centro de información, sin embargo, es difícil saber si esa información posteriormente es utilizada” (SANZ CASADO, 1997 apud GONZÁLEZ-TERUEL, 2011, p. 11). Esse tipo de estudo é geralmente realizado na forma de análise de citações e referências, para a posterior extração de indicadores bibliométricos, que permitirão obter uma “imagem” da aplicação que se faz da informação em determinado contexto. Por meio dessa análise é possível inferir que as fontes citadas mais frequentemente são aquelas mais usadas.

Para González-Teruel (2011) os estudos sobre o comportamento informacional devem ser vistos como ferramenta útil para o planejamento e melhora dos sistemas de informação. Atualmente, os dois paradigmas (orientado ao sistema e orientado ao usuário) devem ser entendidos como enfoques complementares. O comportamento informacional dos usuários servirá de partida para o planejamento e a avaliação de um sistema, serviço ou recurso informacional, é justamente neste sentido que percebe-se sua aplicabilidade aos catálogos de bibliotecas.

Choo (2006) também resume algumas pesquisas sobre as necessidades e os usos da informação (ou estudos do usuário) na tentativa de desenvolver um modelo geral de busca e uso da informação. Para o autor, os estudos desse tipo tiveram início na década de 1940, com a apresentação de dois estudos: um sobre o comportamento de busca de cientistas britânicos, e outro sobre o uso da biblioteca do Museu de Ciência de Londres, durante a Conferência sobre Informação Científica da *Royal Society* de 1948. Nas décadas seguintes organizações governamentais começaram a apoiar esse tipo de estudo, fazendo-os crescer significativamente.

A busca e o processamento da informação são fundamentais em muitos sistemas sociais e atividades humanas, e a análise das necessidades e dos usos da informação vem se tornando um componente cada vez mais importante da pesquisa em áreas como a **psicologia cognitiva, estudo da comunicação, difusão de inovações, recuperação da informação, sistemas de informação, tomada de decisões** e aprendizagem organizacional (CHOO, 2006, p. 67, grifo nosso).

O autor agrupa os estudos em quatro abordagens:

a) aqueles orientados para o sistema, com objetivo de pesquisa integrativo: embora centrados no sistema, em fontes e serviços de informação, muitos desses estudos ampliaram seus objetivos para incluir as atividades realizadas pelos usuários, ou seus ambientes organizacionais, suas preferências pessoais e as situações de uso da informação. Destaca-se aqui o modelo de busca e armazenamento da informação elaborado por Saracevic e seus colaboradores (1988 apud CHOO, 2006), que é composto por sete principais etapas:

- o usuário tem um problema a resolver (declaração do problema);
- o usuário procura resolver o problema formulando uma pergunta e iniciando a interação com um sistema de informação (declaração da pergunta);
- interação de pré-investigação com um pesquisador intermediário, humano ou computador (análise da pergunta);
- formulação de uma busca (estratégia de busca);
- atividade de busca e interações (busca);
- entrega das repostas ao usuário (itens armazenados, formatos despachados);
- avaliação das repostas aos usuários (relevância, utilidade).

b) os orientados para o sistema, mas com objetivos voltados para a tarefa ou atividade: o autor afirma que muitos desses estudos se preocupavam com atributos objetivos das fontes de informação, canais e sistemas utilizados por determinados grupos de usuários para obterem a informação de que precisavam. A maioria dos

estudos dessa abordagem citados por Choo (2006) concluíram que os usuários pesquisados (em geral cientistas e engenheiros) preferiam mais os canais informais de comunicação, como buscar informações com os pares, por exemplo, do que utilizar fontes de informação formais;

c) aqueles orientados aos usuários, com objetivo de pesquisa integrativo: são relativamente recentes (década de 1980) e englobam as pesquisas de Belkin, Dervin, Kuhlthau, Taylor e Tom Wilson. Destacam-se como estudos centrados no comportamento de busca do ponto de vista dos usuários; e

d) os orientados também aos usuários, porém com objetivos voltados para a tarefa ou atividade: a grande diferença deles é que eles consideram os usuários como sujeitos sociais, consideram que sua subjetividade também influencia o processo de busca.

Os estudos orientados ao sistema veem a informação como uma entidade externa, objetiva, que tem uma realidade própria, independente dos usuários ou dos sistemas sociais. A informação existe a priori e é tarefa do usuário extraí-la.

A orientação para o usuário, por sua vez, identifica a informação como construção subjetiva do usuário. O valor e a utilidade da informação, portanto, reside no relacionamento que o usuário constrói entre si mesmo e determinada informação, dando-lhe significado. Esse tipo de pesquisa examina as preferências e necessidades cognitivas e psicológicas do indivíduo, e como elas afetam seu comportamento informacional.

A pesquisa orientada para tarefas focaliza determinadas atividades de informação, tais como: a descoberta de fatos, a busca de literatura, ou uso de banco de dados, atividades de comunicação de informação. Já a pesquisa integrativa abrange todo o processo de busca (desde o que desencadeou a necessidade de informação) e utilização da informação (até o uso propriamente dito da informação).

Após a avaliação das pesquisas e o enquadramento delas de acordo com as abordagens por ele designadas, Choo (2006, p. 71) conclui que

No geral, parece haver um movimento em direção a pesquisas que focalizam mais as necessidades e comportamentos dos usuários, e que tentem traçar modelos de busca de informação que englobem as necessidades, a busca e o uso da informação.

O autor afirma que os estudos sobre necessidades e usos da informação contribuíram para o entendimento de como as pessoas buscam a informação. A partir da análise desses estudos ele observou que:

1. As necessidades e os usos da informação devem ser examinados dentro do contexto profissional, organizacional e social dos usuários. As necessidades de informação variam de acordo com a profissão ou o grupo social do usuário, suas origens demográficas e os requisitos específicos da tarefa que ele está realizando²³.
2. Os usuários obtêm informações de muitas e diferentes fontes, formais e informais. As fontes informais, inclusive colegas e contatos pessoais, são quase sempre tão ou mais importantes que as fontes formais, como bibliotecas ou banco de dados *on-line*.
3. Um grande número de critérios pode influenciar a seleção e o uso das fontes de informação. As pesquisas descobriram que muitos grupos de usuários preferem fontes locais e acessíveis, que não são, necessariamente, as melhores. Para esses usuários, a acessibilidade de uma fonte de informação é mais importante que sua qualidade (CHOO, 2006, p. 79).

O mesmo autor percebe que há um movimento em direção às pesquisas mais integrativas e mais centradas nos usuários. Alertando, entretanto, para a dificuldade de generalização dos estudos de usuários, afirmando que não houve a construção de um conhecimento teórico unificado sobre as necessidades e usos da informação. A falta de conceitos comuns na área dificulta a comparação e combinação de resultados de pesquisa, pois muitas delas são estudos de caso isolados ou dados empíricos peculiares de pequenos grupos de usuários.

Para Choo (2006) um modelo de uso da informação deve englobar a totalidade da experiência humana: seus pensamentos, sentimentos, ações e o ambiente onde elas se manifestam. Partindo do pressuposto de que o usuário da informação é uma pessoa cognitiva e perceptiva; de que a busca e o uso da informação constituem um processo dinâmico, estendendo-se no tempo e no espaço; e de que o contexto em que a informação é usada determina de que maneiras e em que medida ela é útil. Entende ainda que a busca e o uso da informação têm um propósito: o sujeito requer informação para sair de um estado atual para outro desejado.

Durante a busca de informação, manifestam-se alguns comportamentos típicos, entre os quais identificar e selecionar as fontes; articular um questionário, uma pergunta ou um tópico; extrair a informação; avaliar a informação; e estender, modificar ou repetir a busca (CHOO, 2006, p. 84).

Os usuários executam suas tarefas no catálogo durante um processo mais complexo de busca por informação, no qual foi possível identificar, ainda de maneira superficial, no modelo proposto por Kuhlthau (201-), os prováveis momentos em que

23 O que corrobora com o entendimento do usuário enquanto um coletivo de pessoas com interesses comuns.

as tarefas são executadas dentro do processo de busca, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 9 – Tarefas dos usuários durante o processo de busca de informação de Kuhlthau

Tarefas dos usuários	Definição da tarefa	Estágios	Tarefa apropriada	Sentimentos comuns a cada estágio
-	-	1. Iniciação	Reconhecer a necessidade de informação	Insegurança
Encontrar	Unir informações sobre um ou mais recursos de interesse, procurando sob algum critério relevante	2. Seleção	Identificar um tema geral	Otimismo
Navegar/ Explorar	Descobrir recursos usando os relacionamentos entre eles	3. Exploração	Investigar as informações sobre o tema geral	Confusão, frustração, dúvida
-	-	4. Formulação	Formular o foco	Clareza
Identificar e Selecionar	Entender a natureza dos recursos encontrados e distinguir entre outros similares; e determinar a utilidade dos recursos encontrados e estar apto a aceitar ou rejeitar recursos específicos	5. Coleta	Reunir as informações pertencentes ao foco	Senso de direção, confiança
Obter	Acessar o conteúdo do item	6. Apresentação	Completar a busca de informação	Alívio, satisfação, desapontamento

Fonte: Elaborado pela autora com base em Choo (2006, p. 90), Kuhlthau (201-, on-line) e IFLA (2017a, p. 15).

Percebe-se, portanto, que é possível correlacionar as tarefas dos usuários identificadas pela IFLA (2017a) e os objetivos e funções do catálogo (IFLA, 2016) na teoria do processo de busca de Kuhlthau. Entende-se também ser possível aplicar estudos de usuários em comunidades para compreender suas necessidades informacionais e melhor representar os recursos em catálogos.

Lancaster (2004) aborda os estudos de uso do catálogo sob a perspectiva da avaliação dos serviços da biblioteca, analisando-os do ponto de vista de quem os usa, como usa, com qual finalidade o faz e com qual grau de êxito. Estudos desse gênero podem ser realizados por meio de questionários ou entrevistas aplicadas a amostras aleatórias de usuários da biblioteca com o objetivo de obter informações sobre o comportamento dos usuários do catálogo. Ou, podem ainda concentrar-se na observação de pessoas enquanto usam o catálogo.

Lancaster (2004) afirma que a grande maioria das buscas realizadas em catálogos tem a finalidade de: determinar se a biblioteca possui ou não determinado livro ou outro item (busca de item conhecido); ou identificar itens que a biblioteca possui e que tratam de determinado assunto (busca por assunto).

No final do Século XIX, Cutter (1876) preconizava esses tipos de busca expressos nos objetivos do catálogo:

- a) permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ou o autor, ou o título, ou o assunto sejam conhecidos;
- b) mostrar o que a biblioteca possui de um autor, de um assunto, ou de um tipo de literatura determinados; e
- c) ajudar na escolha de um livro de acordo com sua edição, ou de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

Nas buscas por item conhecido cabe diferenciar o caso em que o usuário não logra êxito ao encontrar um item porque a biblioteca não o possui, daqueles em que o item existe, mas os pontos de acesso não atendem à sua estratégia de busca (LANCASTER, 2004).

Nesse sentido, baseado em Cohen (1995), entende-se que os registros do catálogo, os quais são uma mensagem própria, devem garantir sua aderência ao recurso informacional que lhe deu origem, e, ao mesmo tempo, prever quais serão as perguntas dos usuários ao catálogo. Assim, necessariamente, têm que trabalhar com a previsão de perguntas que serão direcionadas ao catálogo pela comunidade atendida por ele, constituindo-se em um conjunto de perguntas relativamente estável, a fim de produzir um conjunto de mensagens capazes de respondê-las. Dessa forma, é necessário que se identifique quais são essas perguntas.

Embora o texto original de Lancaster seja de 1993, cabe apresentar que resultados de estudos por ele citados sugerem que a taxa de êxito em buscas de item conhecido em catálogos manuais, de fichas, em grandes bibliotecas universitárias, era de cerca de um a cada cinco usuários não conseguirem encontrar itens que realmente estejam catalogados. Dentre os fatores que podem influenciar a localização ou não de itens estão: a experiência prévia dos usuários com catálogos de bibliotecas em geral, e com aquele que é o objeto de estudo específico; a quantidade e qualidade das informações com que o usuário se acerca do catálogo; o método de busca por ele adotado; o número de pontos de acesso proporcionados pelo catálogo; a interface de catálogos on-line; dentre outros (LANCASTER, 2004).

Em buscas por assuntos, por sua vez, não é possível afirmar se ela foi bem ou mal sucedida em sentido absoluto, uma vez que a preocupação deve ser em que medida ela foi bem sucedida. Entretanto, alerta não ser fácil obter tal medida útil. Alguns pesquisadores consideraram a medida em questão como a coincidência entre os termos usados na busca e os pontos de acesso de assuntos usados na representação do recurso; e outros, de maneira mais simples e melhor – do ponto de vista de Lancaster – julgam uma busca bem sucedida caso, em decorrência dela, o usuário selecione um ou vários itens que possivelmente lhe sejam úteis (LANCASTER, 2004).

Há que se considerar a diferença existente entre os tipos de catálogos manuais e on-line para pesquisas desse gênero: o número de usuários virtuais é potencializado no uso dos OPACs, e seu contato direto com o pessoal da biblioteca, muitas vezes é inexistente, dificultando a possibilidade de realizar estudos desse tipo com este público virtual com clareza. Lancaster (2004) registra a possibilidade de obtenção de dados quantitativos sobre o volume do uso do catálogo on-line e outros dados que reflitam seus padrões de uso: tipo de busca realizada, termos usados, horários de acesso etc., porém, os demais métodos aplicáveis aos catálogos manuais são de aplicação mais difícil para os usuários dos OPACs.

No contexto ainda analógico, Fiuza (1981) realizou sua pesquisa na Biblioteca Central do Serviço Social do Comércio de Belo Horizonte, a qual buscou verificar, em uma biblioteca pública brasileira, as finalidades para as quais os usuários consultam o catálogo e, pelo estudo de tais finalidades, chegar à determinação de funções que deveriam ser exercidas por este catálogo. A autora afirma que Lancaster (1977) comentou que somente naquele momento recente se fizeram tentativas de avaliação da eficácia do catálogo como instrumento de recuperação da informação, cujas razões para tal atribui ao aumento do interesse dos bibliotecários pela avaliação dos serviços e operações da biblioteca, e a perspectiva de automação do catálogo.

Ao final de sua pesquisa, Fiuza (1981) levanta as seguintes hipóteses sobre as funções do catálogo em bibliotecas públicas brasileiras, considerando-se o contexto temporal da pesquisa:

a) a finalidade principal da consulta ao catálogo é para localizar, na biblioteca, um item do qual se conhece o autor e/ou o título, ou seja, servir como um instrumento de localização de documentos;

- b) a partir da função principal, declarada na alínea a, os pontos de acesso preferidos são: número de chamada, autor, título, data e cabeçalhos de assunto;
- c) autores e títulos devem aparecer no ponto de acesso principal como aparecem na folha de rosto dos documentos.

Fiuza (1981) acredita que pesquisas que investigassem as funções do catálogo, a verificação de resultados de buscas e a identificação dos problemas que causam insucessos, além da avaliação do catálogo como instrumento de recuperação da informação

propiciaria a formação de um corpo de conhecimentos que permitisse a elaboração de um código brasileiro de catalogação ou, pelo menos, uma adaptação das regras [...] vigentes mais de acordo com as necessidades dos usuários brasileiros. Nas bibliotecas onde se estudam programas de automação, mais necessário se faz um estudo das diversas variáveis influenciando o uso do catálogo e dos elementos de entrada catalográfica, para que não se transfira para os formatos computadorizados as possíveis deficiências da prática vigente (FIUZA, 1981, p. 79).

Em outro trabalho, a autora defende o estudo das funções do catálogo, advertindo que muito se sabe sobre as diferentes maneiras de se organizar o catálogo, porém, pouco se sabe sobre o relacionamento entre sua organização e as necessidades dos usuários (FIUZA, 1980).

Portanto, enfatiza-se que para alcançar o princípio da conveniência do usuário em catálogos é imprescindível conhecer esse usuário, o que pode ser realizado por meio da aplicação de estudos que avaliem seu comportamento informacional em relação ao catálogo, com abordagem centrada no usuário, seja este o cliente “tradicional” da biblioteca, seja o usuário catalogador que também faz uso dos dados presentes nos catálogos. Salieta-se, entretanto, a necessidade de métodos e pesquisas específicos e atualizados que permitam avaliar a interação usuário-catálogo, bem como a necessidade de pesquisas mais amplas nesse sentido, especialmente no contexto brasileiro.

Por fim, o objetivo desta subseção não foi esgotar o tema, mas sim apresentar uma possível aproximação entre o princípio geral do interesse do usuário e os estudos sobre o comportamento informacional, enfatizando a necessidade do conhecimento dos usuários para o desenvolvimento e constante aprimoramento do catálogo.

5.1.2 *Uso comum*

Este princípio geral estabelece: “2.2 *Uso comum*. O vocabulário utilizado nas descrições e pontos de acesso devem estar em concordância com a maioria dos usuários” (IFLA, 2018, p. 5). Portanto, reafirma que o **vocabulário** usado tanto na descrição quanto nos pontos de acesso deve estar de acordo com as características, demandas e compreensão da maioria dos usuários (IFLA, 2016).

Svenonius (2009) traz à memória que foi Cutter quem introduziu o conceito do uso comum no contexto do catálogo dicionário, rechaçando o tradicional catálogo sistemático Europeu que privilegiava uma classe restrita de usuários que detinham conhecimento formal, em detrimento de pessoas mais humildes ou mesmo crianças. Para Cutter a escolha entre dois termos sinônimos deveria ser guiada pelo termo mais usual, aquele que a maioria das pessoas utilizaria para suas buscas.

Ranganathan (1938), por sua vez, estabeleceu o cânon do uso corrente (*currency*, no original): de acordo com este, o elemento escolhido como ponto de acesso principal de um registro deve ser o de uso corrente, ou comum. Para os pontos de acesso de assuntos, por exemplo, deve ser adotada a forma mais popular dentre os especialistas. Ranganathan afirma que este cânon pode entrar em conflito com os cânons da permanência, da averiguabilidade e da consistência, mas seria a tarefa dos códigos de catalogação definir procedimentos para dirimir tais dúvidas.

Svenonius (2009) afirma que nas regras atuais de catalogação o uso comum é encontrado sob os termos “mais conhecido”, “predominantemente identificado”, “mais frequentemente identificado” e “geralmente identificado”. A autora alerta entretanto:

Despite its preeminence as a directive, the common usage principle is both vague and unscientific. Cutter himself recognized this. The problem comes with trying to ascertain what usage might be common. **There is no single public, no user writ large; rather there are many users, and the way they verbalize their search requests represents many different language usages.** [...] The fact that language usage varies over place and time presents a dilemma insofar as vocabulary control has traditionally required a fixed usage (SVENONIUS, 2009, p. 69-70, grifo nosso).

Mais uma vez afirma-se a necessidade de se aplicar um estudo que busque identificar o comportamento informacional dos usuários para conhecer a demanda do público a ser atendido pelo catálogo.

Como o princípio geral do uso comum está relacionado tanto ao vocabulário usado na descrição bibliográfica, quanto nos pontos de acesso, cabe discorrer um

pouco sobre ambos, e detalhar como estes aparecem na ICP. Embora seja mais exemplificado no contexto temático, se referindo aos assuntos do documento, como o uso do termo “estudo de pássaros”, por exemplo, para usuários infantis, ao invés de “ornitologia”, ele também é aplicado no contexto descritivo. Como exemplo de uso comum na escolha de pontos de acesso ressalta-se a escolha da forma mais conhecida de uma obra para a escolha do ponto de acesso para a obra, anteriormente conhecido como título uniforme. Ainda se referindo à representação descritiva, tem-se geralmente o uso dos termos “imprenta”, “editora” e “dados de publicação” como rótulo, ou etiqueta, do campo 260 do MARC 21, embora tais termos não sejam sinônimos.

A ICP de 2016 (IFLA, 2016) afirma que os pontos de acesso devem ser formulados seguindo os princípios gerais, podendo ser controlados ou não:

- a) pontos de acesso controlados são aqueles registrados nos dados de autoridade, incluem a forma autorizada do nome e suas formas variantes (remissivas);
- b) pontos de acesso não controlados podem ser providos como dados bibliográficos para nomes, títulos (o título propriamente dito encontrado em uma manifestação, por exemplo), códigos, palavras-chave etc., não são controlados nos dados de autoridade.

A ICP de 2016 (IFLA, 2016) possui diretrizes ainda para a escolha e a forma dos pontos de acesso: as situações em que devem ser providos pontos de acesso autorizados para obras e expressões (controlados) existentes no recurso, o título da manifestação (geralmente não controlado), e pontos de acesso para os criadores da obra, e entidades coletivas. Bem como quando devem ser atribuídos pontos de acesso autorizados adicionais.

Quanto aos pontos de acesso autorizados, isto é, o ponto de acesso controlado preferido para uma entidade, estabelecido e construído de acordo com regras ou padrões, a ICP de 2016 (IFLA, 2016) orienta que este deve ser registrado como dados de autoridade junto com identificadores para a entidade e as formas variantes do nome.

Em relação ao princípio geral do uso comum é interessante ressaltar que a Declaração de 2016 (IFLA, 2016) afirma que a escolha do nome preferido como ponto de acesso autorizado de uma entidade deve estar baseada no nome que a identifica de maneira consistente, bem como da forma mais frequentemente encontrada em manifestações ou uma forma do nome muito aceita, apropriado aos

usuários do catálogo (nome convencional, por exemplo), como encontrado em fontes de referência.

Quanto aos nomes variantes e formas variantes do nome: qualquer que seja o nome escolhido como ponto de acesso autorizado, os nomes variantes e as formas variantes do nome também devem ser registrados nos dados de autoridade, atuando como o que denominava-se “remissiva”.

A seção 7, “*Foundations for search capabilities*”, da ICP de 2016 (IFLA, 2016) propõe os fundamentos para as capacidades de pesquisa, na qual os pontos de acesso exercem função essencial, pois proveem uma recuperação confiável de dados bibliográficos e de autoridade e dos recursos bibliográficos a eles associados, além de reunir e limitar os resultados da pesquisa.

Define quanto aos pontos de acesso essenciais (aqueles baseados nos principais atributos e relações de cada entidade numa descrição bibliográfica): quais são esses pontos de acesso nos dados bibliográficos – a saber: ponto de acesso autorizado para o nome do criador ou do primeiro criador nomeado de uma obra, quando são citados mais de um nome; ponto de acesso autorizado para a obra/expressão (podendo incluir o ponto de acesso autorizado para seu criador); título propriamente dito, ou título fornecido pela manifestação; datas de publicação, ou edição da manifestação; ponto de acesso de assunto e/ou números de classificação para a obra; números padronizados, identificadores, e títulos-chave para a entidade descrita. E para os dados de autoridade: nome autorizado da entidade; suas formas variantes e seus nomes variantes; identificadores para a entidade; e nomes controlados (pontos de acesso de assunto e/ou números de classificação) para a obra.

Outros atributos de dados bibliográficos ou de autoridades podem servir como pontos de acesso opcionais, ou como filtros ou dispositivos limitadores de uma busca, são os pontos de acesso adicionais, a saber:

a) nos dados bibliográficos incluem, mas não estão limitados a: nomes dos demais criadores, além do primeiro; nomes de pessoas, famílias, ou entidades coletivas que exercem outros papéis no recurso; títulos variantes; pontos de acesso autorizados para séries; identificadores de dados bibliográficos; idioma da expressão incorporada na manifestação; local de publicação; forma do conteúdo; tipo de mídia e tipo de suporte;

b) em dados de autoridade podem incluir, dentre outros: nomes ou títulos de entidades relacionadas e identificadores dos dados de autoridade.

É possível perceber, portanto, que desde a ICP de 2009 (IFLA, 2009b) o conceito de pontos de acesso no contexto do OPAC foi formalmente ampliado, uma vez que não só é possível criar pontos de acesso autorizados essenciais com suas formas variantes, como também os adicionais, que são constituídos de outros atributos presentes nos dados bibliográficos do recurso. Pois ao se pensar o ambiente analógico, observa-se que os pontos de acesso estavam limitados a alguns poucos atributos, devido às limitações práticas e da própria tecnologia ficha catalográfica impressa.

Ao longo da história da Catalogação [...] restrições de ordem prática e tecnológica limitaram quais dados seriam utilizados para a recuperação dos registros bibliográficos nos catálogos. Assim, de modo geral, **os dados escolhidos foram o título do recurso informacional, os nomes dos responsáveis por ele e os termos referentes aos conceitos** tratados em seu conteúdo (ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017b, p. 85, grifo nosso).

Quanto aos pontos de acesso, a Declaração de 2016 (IFLA, 2016) oferece diretrizes mais extensas quando comparada à edição anterior, de 2009. De acordo com Mey e Silveira (2009, p. 145) “ponto de acesso é um nome, termo, título ou expressão, pelo qual o usuário pode procurar e encontrar, ou acessar, a representação bibliográfica de um recurso, ou o próprio recurso”, se eletrônico e de acesso remoto.

Até a última edição das AACR2r os pontos de acesso se dividiam em principal e secundários, Mey e Silveira (2009) explicam que as fichas dos catálogos, no século XIX, eram elaboradas manualmente, uma a uma, a entrada principal significava a representação completa do recurso, e as entradas secundárias eram abreviadas, com uma indicação remetendo à entrada principal para quem desejasse outros elementos da representação. Assim, pela necessidade de economia de esforços e tempo eram feitos dois registros ou entradas diferentes. Portanto, um recurso teria tantas fichas quanto fossem necessários desdobrar os pontos de acesso.

Para garantir a recuperação exata dos registros é necessário que os pontos de acesso sejam padronizados, e justamente por encabeçar as fichas catalográficas, os pontos de acesso também ficaram conhecidos como cabeçalhos. A Declaração

de Princípios de 2009 (IFLA, 2009b) passou a denominar os cabeçalhos de pontos de acesso autorizados (MEY; SILVEIRA, 2009).

Em resumo, considera-se que quando se estabelece a padronização do nome ou termo do ponto de acesso e suas formas variantes está se utilizando do princípio geral do uso comum. Quanto à escolha dos pontos de acesso para um determinado documento, por sua vez, pode ser considerado também em outros contextos, como por exemplo no atendimento ao princípio geral “representação” que será abordado a seguir.

5.1.3 Representação

Tem-se a seguinte definição na Declaração de 2016:

2.3 *Representação*. Uma descrição deve representar o recurso tal como aparece. As formas controladas dos nomes de pessoas, entidades coletivas e famílias devem se basear na maneira como estas entidades se auto denominam. As formas controladas dos títulos de obras devem se basear na forma com que aparece na primeira manifestação da expressão original. Se isso não for possível, deve-se usar a forma comumente utilizada nas fontes de consulta (IFLA, 2018, p. 5).

O princípio geral da representação, portanto, diz respeito à **fidedignidade** da representação. As formas controladas dos nomes devem estar baseadas na maneira pela qual a entidade se descreve. As formas controladas dos títulos das obras, por sua vez, devem ser representadas tais quais aparecem na primeira manifestação da expressão original dos recursos (IFLA, 2018).

Svevoniuss (2009) afirma que este princípio requer que os dados bibliográficos sejam construídos para refletir a maneira pela qual as entidades bibliográficas se representam, e que é usado primariamente para assegurar a acurácia da descrição, apesar de também ser usado para conter custos, prevenir descrições subjetivas e assistir à construção de definições operacionais.

De acordo com Ranganathan (1938), o cânon da averiguabilidade (*ascertainability*, no original) pressupõe que nenhuma informação deve entrar no registro bibliográfico caso ela não seja passível de averiguação.

Sobre a descrição bibliográfica a ICP de 2016 (IFLA, 2016) orienta que, em geral, ela deve se basear no item como um representante da manifestação, podendo incluir atributos, ou links para atributos, que pertencem ao item e à(s) obra(s) ou expressão(ões) nele contida(s). Além de se alicerçar em uma norma

internacionalmente acordada. Para a comunidade bibliotecária este padrão é a ISBD. Caso esteja baseada em um padrão diferente é recomendado que seja provido acesso aberto à correlação entre este e a ISBD, para fomentar uma melhor interoperabilidade e a reutilização da informação de forma precisa.

Percebe-se, portanto, que a ISBD tem um papel normalizador de destaque na Declaração. Esse papel pode ser compreendido ao se observar que, como bem destaca Estivill Rius (2012), se os Princípios de Paris alcançaram acordo internacional sobre os pontos de acesso, a ISBD buscava o acordo em relação à descrição bibliográfica. Tolentino e Ortega (2016) constataram que até os estudos de Lubetzky (especialmente os da década de 1950), a publicação da ISBD e da segunda edição do AACR (1978) - que por sua vez incorporou os conceitos da ISBD - a descrição bibliográfica na corrente norte-americana foi trabalhada de modo relativamente arbitrário.

Barbosa (1978) narra um pouco do contexto de criação da ISBD para monografias – ISBD(M). Durante a RIEC, ocorrida em Copenhague, em 1969, que contou com a participação de catalogadores de 32 países, Michael Gorman apresentou o trabalho *Bibliographical data in national bibliography entries: a report on descriptive cataloguing made for Unesco and IFLA*, no qual comparou os métodos descritivos de oito bibliografias nacionais, concluindo que as diferenças existentes eram poucas. Seu estudo deu origem a um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a possibilidade de se estabelecer uma linguagem comum em relação à descrição bibliográfica usada em centrais de catalogação e bibliografias nacionais, essencial para que o uso de processos mecanizados nestes serviços facilitasse e aumentasse a troca de informações em âmbito nacional e internacional (GORMAN, 2014). Três versões preliminares do texto foram distribuídas a mais de 70 centros nacionais de bibliografia e de catalogação para avaliação. Após publicação de versão preliminar em 1971 e algumas revisões posteriores, a versão final foi publicada em 1974.

O objetivo fundamental da ISBD foi o de favorecer a comunicação internacional da informação bibliográfica ao fornecer uma descrição normalizada de todos os documentos, superar barreiras linguísticas e operar a conversão desta informação de maneira que pudesse ser lida por meio de máquinas (ORTEGA, 2011, p. 48).

Em 1975 os responsáveis pelos estudos da ISBD verificaram que seria necessário desenvolver uma estrutura geral para o padrão que se adequasse a

todos os tipos de materiais, tendo sido publicada em 1977 a ISBD Geral – ISBD(G). Após esta, foram elaboradas ISBDs especializadas, como por exemplo: ISBD(S) para publicações seriadas, ISBD(CM) para materiais cartográficos, ISBD(NBM) para obras consideradas não livros, ISBD(PM) para partituras musicais e ISBD(A) para obras raras (IFLA, 2011c).

Escolano Rodríguez, Galeffi e McGarry (2018) relatam que os *standards* (padrões ou normas, traduzindo-se ao pé da letra) da IFLA são definidos pela Instituição como

documentos revisados internacionalmente, publicados e regularmente atualizados [...] [refletindo] consenso corrente (atualizado) sobre regras, princípios, diretrizes, boas práticas ou modelos para uma atividade ou serviço específicos (IFLA Standards Procedures Manual, 2014, p. 6 apud ESCOLANO RODRÍGUEZ; GALEFFI; MCGARRY, 2018, p. 1, tradução nossa).

As autoras afirmam que a IFLA considera a palavra *standard* como um guarda-chuva que inclui diferentes tipos de documentos como modelos conceituais, regras para a descrição bibliográfica, códigos em formato digital, diretrizes e boas práticas. Todos os seus *standards* devem ser submetidos a revisões sistemáticas a cada cinco anos.

Dentre as 50²⁴ Seções especializadas da IFLA Escolano Rodríguez, Galeffi e McGarry (2018) consideram a Seção de Catalogação a mais prolífica, dentre os cinquenta e cinco documentos do tipo *standards* da Instituição, quinze foram elaborados pela Seção de Catalogação ou por seus Grupos de Revisão ou de Trabalho. A ISBD é, dentre os demais, o documento mais exitoso e duradouro, desde sua primeira edição tem sido constantemente revisado. Suas revisões ocorreram especialmente por causa do surgimento de novas mídias, pelo reconhecimento de inconsistências ou a pedido por atualizações e melhorias, o que é diferente conceitualmente e na prática, de modificações causadas pelo surgimento de novos *standards*, que trazem novas definições para conceitos já existentes.

Inicialmente, seu objetivo principal foi prover consistência para o intercâmbio de informações bibliográficas. Sua última atualização, publicada em 2011, amplia sua intenção, afirmando que ela consiste em servir como o principal padrão para promover o CBU, isto é, fazer com que os dados bibliográficos básicos para todos os

24 IFLA. **Activities and Groups**. Disponível em: https://www.ifla.org/sections?order=field_ectiiondivision_number&sort=asc. Acesso em: 13 maio 2020.

recursos publicados em todos os países sejam universais e prontamente disponíveis, numa forma internacionalmente aceita (IFLA, 2011c).

Durante os anos 1990 as revisões das ISBDs ficaram suspensas à espera do desenvolvimento do modelo conceitual FRBR. A partir de então algumas ISBDs foram modificadas, como a ISBD(S) que passou a ser ISBD(CR) para publicações seriadas e recursos contínuos, por exemplo. Em 2003, durante a Conferência Geral da IFLA, o Grupo de Revisão da ISBD decidiu formar um Grupo de Estudo para decidir as direções futuras das ISBDs, deliberando que uma consolidação das ISBDs seria factível (IFLA, 2011c).

The ISBD Review Group was trying to solve some of the problems that today's cataloguers face. The consolidated ISBD is intended to serve as a standard for description of all types of published materials up to the present date, and to make it easier to describe resources that share characteristics of more than one format. In addition, it facilitates the work of keeping the ISBD updated and consistent for the future (IFLA, 2011c, p. xii).

Em 2011 foi então publicada a versão consolidada da ISBD pela IFLA (2011c). Apesar de seu contexto de criação ter sido para prover intercâmbio e economia quando as bibliotecas estavam sendo mecanizadas, a ISBD continua a ser útil e aplicável à descrição bibliográfica de todos os tipos de recursos publicados em quaisquer tipos de catálogos, sejam manuais ou automatizados. A ISBD é a norma que determina os elementos dos dados a serem registrados ou transcritos numa sequência específica como base para a descrição do recurso que está sendo catalogado. Além de empregar a pontuação prescrita como um meio de reconhecimento e disposição dos elementos dos dados, fazendo com que sejam compreendidos independentemente do idioma da descrição (IFLA, 2011c).

Bianchini e Guerrini (2009) afirmam que o emprego da pontuação padronizada consiste em demarcar os elementos de dados e clarificar sua posição lógica no registro, por meio de sua sequência específica, compreensível e significativa. Somente esta função auxilia no entendimento do real significado dos elementos de dados, permitindo cruzar as barreiras linguísticas.

Escolano Rodríguez (2014) afirma que a ISBD é o padrão para descrição bibliográfica mundialmente mais aplicado, e que sua edição consolidada é o padrão que melhor serve à comunidade profissional bibliotecária, pois provê metadados qualitativos e estruturados para a busca de informações e a identificação de recursos.

Em relação à consolidação e aceitação internacional da ISBD, Estivill Rius (2012) observa que as inúmeras traduções realizadas das diversas versões das ISBDs, a numerosa adoção do padrão em bibliografias nacionais e os códigos de catalogação que a absorveram demonstram a necessidade e utilidade do padrão.

A ICP (IFLA, 2016) estabelece ainda que as descrições podem ser em diferentes níveis de exaustividade, a depender do propósito do catálogo ou do conjunto de dados bibliográficos. O usuário deve ser comunicado sobre o nível de exaustividade adotado. Tanto Cutter quanto Ranganathan, afirma Mey (1987), propuseram uma simplificação na descrição bibliográfica tendo em vista o tipo de biblioteca e o perfil de seus usuários.

Mey (1987, p. 49) critica veementemente a falta de estudos de uso dos elementos da descrição bibliográfica para servirem como base para a simplificação dos elementos então utilizados. Afirma que estudos recentes naquele período “não tratam a informação desejada e não fornecida, isto é, do nível de satisfação dos usuários quanto aos elementos”.

Importante identificar que a representação do documento envolve desde as fontes de informação das quais serão extraídos os elementos descritivos, até a sua representação com base na ISBD, como é orientado pela ICP de 2016. Os elementos extraídos diretamente do documento além de garantir a sua fidedignidade, permite o intercâmbio de dados, pois todas as manifestações de uma mesma obra compartilham dos mesmos elementos. Diferente do que ocorre com a padronização e controle de pontos de acesso, que possui forte influência do “uso comum” na escolha do ponto de acesso controlado para a obra (título uniforme). Porém, ao se estabelecer qual será o ponto de acesso para uma obra tem-se a discussão de sua representação, pois muitas vezes a escolha dos pontos de acesso representam seus responsáveis e pode oferecer ou não uma representação sobre a real autoria de uma obra, exemplo sobre essa representação de autoria pode ser encontrada na discussão sobre obras indígenas no trabalho de Franca (2016).

Os princípios gerais da Declaração dialogam entre si, uma forma de garantir a fidedignidade também é um princípio de precisão ou acurácia.

5.1.4 Acurácia

Este princípio geral declara que “os dados bibliográficos e de autoridades devem ser uma **representação exata** da entidade descrita” (IFLA, 2018, p. 5, grifo nosso), na tradução em português adotou-se o termo “precisão” para a tradução de *accuracy*.

Mey e Silveira (2009, p. 10) afirmam que a precisão é uma das características da catalogação, ela significa que “cada uma das informações só pode representar um único conceito, sem dúvidas ou dúvidas”.

A acurácia para Svenonius (2009) evita que uma entidade seja confundida com outra, ou mesmo representada de maneira equivocada. Acurácia no contexto bibliográfico é atingida por meio da fidedignidade na transcrição. A acurácia na descrição é garantida se ela é retirada de uma fonte específica e transcrita na forma em que nela aparece, exceto pelo uso de maiúsculas e da pontuação. Essas duas condições seriam essenciais para que duas pessoas descrevam a mesma entidade bibliográfica de forma idêntica.

Ranganathan (1938) reconhece a folha de rosto enquanto fonte principal de informação para descrever os recursos informacionais. O uso da fonte principal de informação como observa Creider (2009) já havia sido substituída pela “forma dos pontos de acesso encontrados nas manifestações” na Declaração de Princípios de 2009 (IFLA, 2009b). A ISBD Consolidada (IFLA, 2011c) usa o termo “*preferred source of information*” que varia de acordo com o tipo de material, mas usualmente os critérios gerais mais utilizados para a escolha desta são: a fonte que oferece a informação mais completa, clara e autêntica; a fonte que está mais próxima do conteúdo do recurso; e a persistência, no sentido de durabilidade, dessa fonte. Svenonius (2009) relata igualmente esses critérios, como primeiramente identificados por C. P. Ravilious, em 1975: completude, proximidade e persistência.

Svenonius (2009) alerta, entretanto, para o risco de comprometimento da acurácia quando não há a especificação de uma fonte exata de informação, pois é comum encontrar em livros, por exemplo, títulos de capa diferentes de como aparecem na folha de rosto. Problema este que em parte poderia ser resolvido com o uso de colchetes, como indicado pelo AACR2r (CÓDIGO..., 2005) na regra 1.0A1, por exemplo.

O RDA, por sua vez, admite outras fontes de informação dentro do mesmo recurso sem a necessidade de utilizar os colchetes (RIBEIRO, 2018, p. 90). Ou seja, fica clara a aceitação de que não apenas a folha de rosto pode ser uma fonte preferida de informação, mas que pode haver outras fontes de informação para a descrição dos recursos.

Entende-se que o conjunto de elementos descritos com base na ISBD busca apresentar a acurácia na representação do documento, enquanto que para as autoridades, o atendimento aos atributos das entidades propostas pelo FRAD busca servir à acurácia das entidades autoras.

5.1.5 Suficiência e necessidade

Princípio geral que estabelece que

[...] os elementos dos dados requeridos para: **facilitar o acesso** para todos os tipos de usuários, incluindo aqueles com necessidades específicas; cumprir os **objetivos e funções do catálogo**; e **descrever ou identificar entidades** [deverão ser incluídos nos dados] (IFLA, 2018, p. 5, grifo nosso).

Svenonius (2009) afirma que desde os tempos de Aristóteles os filósofos debatem a natureza da descrição na tentativa de distinguir os atributos essenciais dos acidentais, no contexto bibliográfico é similar: a distinção neste caso se faz entre o que é e o que não é bibliograficamente significativo. A diretiva que guiará essa decisão é o princípio da suficiência e da necessidade.

Cutter teria sido o primeiro teórico a encarar o problema dos dados necessários *versus* dados desnecessários para a descrição. Ele percebeu que a completude da descrição é variável, dependendo das circunstâncias e necessidades locais, como o tamanho da biblioteca, por exemplo. Distinguindo entre três tipos de catálogos: *short*, *medium*, e *full* (SVENONIUS, 2009). Distinção que continua a ser utilizada nos códigos de catalogação, por meio dos níveis de descrição do AACR2r, por exemplo (CÓDIGO..., 2005).

Tanto Cutter quanto Ranganathan, afirma Mey (1987), propuseram uma simplificação na descrição bibliográfica tendo em vista o tipo de biblioteca e o perfil de seus usuários.

Svenonius (2009) afirma que este princípio às vezes age como o princípio da parcimônia, o limite para os metadados admissíveis na descrição. Em geral,

assume-se que o custo de elaboração da descrição aumenta à medida que a quantidade de dados que ela contém também aumenta.

De maneira similar Ranganathan (1938) lista princípios gerais e especiais que devem orientar a decisão na solução de problemas que podem ocasionalmente aparecer durante a descrição de recursos informacionais. Além das cinco leis fundamentais da Biblioteconomia em geral, e a da Catalogação em particular:

- a) primeira lei: os livros são para usar;
- b) segunda lei: a cada leitor seu livro;
- c) terceira lei: a cada livro seu leitor;
- d) quarta lei: poupe o tempo do leitor;
- e) quinta lei: a biblioteca é um organismo em crescimento.

Discorre sobre outras leis, que afirma já tê-las apresentado em seu livro *Prolegomena to Library Classification*, pois são igualmente aplicáveis ao campo da Classificação. A Lei da Parcimônia é uma delas, talvez o princípio geral mais elementar que governa a catalogação, ou qualquer outra prática científica. Seu lema é economia (de materiais, espaço, tempo e energia). Esta economia, entretanto, não deve afetar a representação de tal maneira que prejudique o trabalho do pessoal da referência ou dos leitores que ao buscarem por alguma obra não as encontrem, por conta da escassez de recursos financeiros ou de trabalho na etapa da catalogação.

Lubetzky, por sua vez, aplicou em seu relatório de análise das regras da ALA de 1949 metodologia de análise oriunda do conceito filosófico da Navalha de Occam (conceito relacionado ao princípio da economia), também conhecido como a Lei da Parcimônia, notando assim que na existência de duas ou mais regras com enunciados diferentes, porém com efeitos similares, a que produz o resultado máximo com o mínimo de esforço tenderia a ser melhor (SANTOS, 2019; SANTOS; ORTEGA, 2013).

Observa-se que este princípio está diretamente relacionado ao primeiro princípio geral, interesse de usuário. Pensar em construir um catálogo com foco no usuário é repensar todo o fazer profissional do catalogador, incluindo sua formação, a qual deverá ir além de conceitos e instrumentos de se representar, abarcando também a necessidade de se compreender a importância dos estudos de usuários para a catalogação, pois somente assim será capaz de elaborar representações mais significativas.

5.1.6 Significação

Este princípio geral declara que “os elementos dos dados devem ser **relevantes** para a descrição, dignos de menção e permitir a **diferenciação** entre entidades” (IFLA, 2018, p. 5, grifo nosso), ou seja, não devem ser utilizados dados irrelevantes.

Este princípio se relaciona intimamente com o anterior no sentido de que

Panizzi implicitly tied considerations of sufficiency and necessity to the bibliographic objectives when he argued that descriptions must be full enough to distinguish one edition of a work from another and to enable a choice to be made from among similar editions (SVENONIUS, 2009, p. 75).

À medida que os critérios adotados para a escolha dos dados que são suficientes e necessários para a descrição e para os pontos de acesso deverão estar carregados de significado para os usuários do catálogo.

Decisions relating to bibliographic significance are difficult but are not entirely a matter of the opinion of users or experts. An objective determination can be made of the data elements needed to identify a bibliographic entity and distinguish it from other like entities. It is where the objectives are open-ended that decisions must be left to those who are able to balance user needs and bottom lines (SVENONIUS, 2009, p. 79).

No capítulo intitulado *Shorten the main entries* (encurtando entradas principais, ou registros principais) Ranganathan (1938) discorre acerca da pertinência e repetitividade dos elementos de representação presentes nos registros bibliográficos, concluindo que é preciso que as informações estejam de acordo com necessário aos seus usuários, sem repetições desnecessárias.

Embora os princípios sejam elencados individualmente, é clara a relação entre eles. Algumas vezes, inclusive, fica difícil identificar na literatura respaldo delimitado sobre eles. No caso da significação, além da representação fidedigna, suficiência e necessidade, agrega-se novamente a demanda e compreensão do usuário. Elementos repetitivos e desnecessários na representação podem atrapalhar o usuário, portanto, deve-se considerar apenas os elementos que são significativos aos usuários do catálogo e aqueles que são necessários para diferenciar as entidades e os recursos entre si.

5.1.7 Economia

Princípio geral que afirma ser preciso considerar o **menor custo** e a implementação **mais simples**, quando possível, favorecendo a conveniência e o sentido prático (IFLA, 2016).

Entende-se que a economia se refere ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, uma vez que a catalogação pode envolver custos diversos, tais como a manutenção do software utilizado e a aquisição de códigos de catalogação, por exemplo.

Há que se considerar nesse contexto que os recursos humanos disponíveis podem influenciar tanto a celeridade do processo e a disponibilização final dos recursos informacionais aos usuários, como a tomada de decisão quanto aos níveis de descrição adotados: caso os recursos humanos disponíveis sejam poucos, talvez a melhor opção além da cooperação e do intercâmbio poderia ser a adoção de níveis de descrição mais básicos. Snow (2017), por exemplo, considera que a biblioteca deve se equilibrar entre o que é economicamente viável e que conjunto de metadados é necessário para a comunidade usuária.

Portanto, além da economia de recursos financeiros deve ser considerada também a economia de recursos humanos e do tempo dispendido na elaboração dos registros de dados bibliográficos e de autoridade, assim, a economia traz grande benefício ao usuário.

Para este princípio também se aplica a Lei da Parcimônia, uma vez que se trata de economia, conforme explanada na seção 5.1.5.

Mey e Silveira (2009) alertam que a cooperação é a maior economia que qualquer serviço de informação pode realizar.

A preocupação com a elaboração de registros bibliográficos que minimizassem os custos da catalogação resultou em um crescimento da catalogação cooperativa e, conseqüentemente, na necessidade de um consenso absoluto sobre a composição do registro bibliográfico (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 86).

Com este propósito teve início em 1990 no Seminário sobre Registros Bibliográficos, sediado em Estocolmo, cujo objetivo era o estabelecimento de registros bibliográficos compatíveis com a realidade econômica dos centros de catalogação e com as necessidades dos usuários, a formação de um grupo de

estudos para definir os requisitos funcionais para os registros bibliográficos, culminando nos FRBR em 1998 (MEY; SILVEIRA, 2009).

Tolentino e Ortega (2016) afirmam que a economia também remete ao nível de descrição: a proposta consiste na criação de uma descrição padrão ou um registro de primeiro nível por uma agência bibliográfica, podendo ser (re)utilizado por qualquer outro catálogo, eliminando assim esforços duplicados.

Outros fatores determinantes para o compartilhamento de registros na “era dos OPACs” foram: a publicação da norma americana Z39.50, em substituição à ISO 2709, que se tornou internacionalizada, e a publicação do MARC21, em 1999, que não estaria mais vinculado a um país ou língua específicos, mas voltado ao uso internacional (MEY; SILVEIRA, 2009).

De acordo com Rosetto (1997) o Z39.50 é um protocolo de comunicação entre computadores que permite pesquisa e recuperação de informação (textos completos, dados bibliográficos, imagens etc.) em redes de computadores distribuídos. O protocolo pode ser implementado em qualquer plataforma, o que significa que permite a interoperacionalização de diferentes sistemas de computação com diferentes sistemas operacionais, equipamentos, formas de pesquisa e sistemas de gerenciamento de bases de dados.

Observa-se, portanto, que o atendimento ao princípio da economia resulta na agilidade em se registrar e disponibilizar o documento no acervo aos usuários.

5.1.8 Consistência e normalização

De acordo com este princípio “devem-se **normalizar as descrições e a criação de pontos de acesso** até ao ponto em que seja possível para possibilitar a consistência” (IFLA, 2016, tradução nossa, grifo nosso). Na tradução em português adotou-se o termo “coerência” para a tradução de *consistency*.

Svenonius (2009) relata que Jewett, ainda em meados do século XIX, vislumbrou a normalização como condição necessária para o catálogo coletivo cuja criação ele defendia para o *Smithsonian Institution*, catálogo que conteria registros de todas as bibliotecas dos Estados Unidos. Tal catálogo seria um instrumento de controle bibliográfico nacional, facilitador do intercâmbio de informação bibliográfica e redutor da duplicação de esforços por meio da cooperação.

Jewett did not live to see a union catalog realized. The requisite technology to mass produce and distribute bibliographic records did not exist until card catalogs began replacing book catalogs. The year the Library of Congress began its card-distribution program, 1901, marks a technological advance and the beginning of union catalog building in the United States. During periods of technological advance, cooperative fervor and activity tend to accelerate, and the drive toward standardization is strong. The beginning and end of the twentieth century were two such periods - first when card catalogs were introduced to replace book catalogs, and then again when online catalogs superseded card catalogs (SVENONIUS, 2009, p. 79-80).

Normalizar para a autora significa dar forma a algo conforme estabelecido por uma autoridade, pelo hábito ou por consenso geral. Considera que um marco histórico da normalização na IFLA foi a Conferência de Paris. Na qual havia representação de 53 países e 12 organizações internacionais reunidos com o objetivo de entrar em acordo quanto aos princípios para seleção e normalização de metadados para acesso à informação bibliográfica.

Há que se destacar aqui a importância do uso de instrumentos norteadores (tais como políticas e códigos de catalogação, por exemplo) que garantirão a padronização da criação de registros bibliográficos.

Uma vez considerado que o foco é o usuário, é necessário ter coerência e estar em harmonia com os estudos de usuários para se atingir uma normalização mais adequada. Como exemplo, tem-se o *Virtual International Authority File* (VIAF), que disponibiliza diferentes pontos de acesso controlados de acordo com cada país e instituição. Esse catálogo virtual sobre os dados de autoridade concretiza a proposta de se normalizar e manter as características individualizadas dos usuários de cada catálogo. Não precisa ter exatamente o mesmo ponto de acesso controlado para se ter integração e interoperabilidade entre sistemas.

5.1.9 Integração

Este princípio geral declara que “as descrições para todo o tipo de recursos e formas controladas dos nomes de qualquer tipo de entidade deverão se basear o máximo possível em um **conjunto de regras comum**” (IFLA, 2018, p. 6, grifo nosso).

A uniformidade na descrição bibliográfica de entidades, independente de seu meio físico, é desejável por diversos motivos: serve aos objetivos do catálogo, serve à conveniência do usuário ao prover uma interface comum à informação

bibliográfica, e provê economia. Algumas exceções são usualmente feitas para materiais com atributos específicos, como partituras musicais, por exemplo (SVENONIUS, 2009).

Nesse caso, observa-se que mais do que estabelecer um ponto de acesso único para todos os documentos, o mais importante é estabelecer regras comuns que podem ser compartilhadas e regras a serem seguidas para as demandas próprias. Ou seja, deixar claro as regras comuns e as regras específicas ressaltando a necessidade de se elaborar políticas de catalogação e diretrizes em diferentes âmbitos: locais, regionais, nacionais, internacionais, institucionais e interinstitucionais, estabelecendo regras comuns a um grupo.

5.1.10 Interoperabilidade

Este princípio geral declara que se deve empreender

todos esforços possíveis para assegurar o **intercâmbio e a reutilização** de dados bibliográficos e de autoridade dentro e fora da comunidade bibliotecária. É extremamente recomendável o uso de vocabulários que facilitem a tradução automática e a desambiguação, para o intercâmbio de dados e ferramentas de descoberta (IFLA, 2018, p. 6, grifo nosso).

Mais uma vez, como na seção 5.1.7, a cooperação e a adoção de padrões e protocolos de compartilhamento são essenciais para atingir este princípio geral.

Castro e Santos (2014, p. 17) afirmam que

a interoperabilidade é a capacidade de dois ou mais sistemas, ambientes informacionais digitais e padrões de metadados heterogêneos, intercambiarem seus dados, a partir da codificação das regras e esquemas de descrição utilizadas pelo catalogador, na confecção padronizada e metodológica dos metadados, e na estruturação conceitual do ambiente informacional proporcionados pelas ontologias.

Nesse sentido, observa-se que, em geral, interoperabilidade é definida como a capacidade de dois ou mais sistemas trocarem informações e utilizá-las nesse processo. Maximizando as oportunidades de intercâmbio e reuso.

Coyle (2017) aponta para a necessidade de não só os dados de catálogos serem interoperáveis entre bibliotecas e catálogos de bibliotecas, mas também com outros provedores de dados, de maneira que tais dados sejam localizáveis e reutilizáveis na Web, em geral.

There was a time when the library was the main information world available; today it is a mere speck within a much larger world of information. Users live and work in that larger world and spend much more time there than they do in the library. **Keeping the library catalog closed to that larger world**

means isolating catalog users from the wealth of information that exists elsewhere. On the Web a user can find detailed information about a topic, an author, or a work. While they are using the library catalog that information is not available to them. The information landscape is increasingly open, interactive, and fast-moving. The walled garden of the library catalog looks limited and old-fashioned to today's users. We need to break down the walls and bring a richer service to our users than a mere listing of bibliographic details (COYLE, 2017, p. 12, grifo nosso).

É importante ressaltar, entretanto, que a interoperabilidade não está restrita à tecnologia eletrônica/digital, desde pelo menos 1901 quando a LC começou o processo de impressão de fichas do seu acervo estendendo esse serviço posteriormente a outras bibliotecas, já vislumbrava-se a troca de registros bibliográficos.

Tanto Coyle (2017), quanto Serra e Santarém Segundo (2017) e Castro e Santos (2014) apontam o *Resource Description Framework* (RDF)²⁵ como a provável tecnologia a substituir os registros MARC 21. Pois além de permitir a leitura por humanos, permitirá também a compreensão para as máquinas. Permitindo dessa forma o intercâmbio com comunidades utilizadoras de dados bibliográficos além do universo das bibliotecas.

Discussões recentes sobre o futuro da biblioteca apontam para a realidade que os grandes consumidores de metadados bibliográficos como Amazon e Google Books, têm usado dados em formato MARC de forma que revelam certa falta de compreensão dos metadados de uma biblioteca tradicional/convencional (HILLMANN et al., 2010). Tal fato leva mais uma vez a reforçar a tese de que a compreensão e a aplicação do formato MARC 21 é ajustada somente por um catalogador especialista (bibliotecário), pois este detém as habilidades e as ferramentas necessárias na construção e na codificação dos metadados, apoiado em regras e esquemas de descrição que norteiam a representação adequada, padronizada e unívoca dos recursos bibliográficos no ambiente digital (CASTRO; SANTOS, 2014, p. 21).

É adequado observar, além dos autores citados acima, também é indicado pela ICP neste princípio geral, que existe a necessidade de interoperabilidade para além da comunidade bibliotecária. Para tanto, há que se levar em consideração as possibilidades e iniciativas tecnológicas que estão sendo implementadas e utilizadas pelos diversos produtores e consumidores de dados bibliográficos. Não é favorável que as bibliotecas isolem seus catálogos diante de um mundo amplamente conectado.

²⁵ “RDF é um grupo de especificações desenvolvidas pelo *World Wide Web Consortium* (W3C), como um modelo para a descrição de metadados na rede. É uma linguagem ou uma arquitetura de metadados para a representação de informações sobre recursos na Web” (CASTRO; SANTOS, 2014, p. 18).

5.1.11 Abertura

De acordo com este princípio devem ser dadas restrições mínimas aos dados, a fim de fomentar a **transparência** e cumprir os princípios do **acesso aberto**. Qualquer restrição deve ser declarada explicitamente (IFLA, 2016).

Percebe-se que este princípio geral está alinhado ao movimento da ciência aberta, cujo objetivo é torná-la acessível, mais eficiente, democrática e transparente.

Impulsionada por avanços sem precedentes em nosso mundo digital, a transição para a ciência aberta permite que informações científicas, dados e produtos sejam mais acessíveis (acesso aberto) e usados de forma mais confiável (dados abertos) com a participação ativa de todas as partes interessadas (aberto à sociedade) (UNESCO, [2020], p. 2, tradução nossa).

De acordo com a Declaração da IFLA sobre acesso aberto (2011b, p. 1)

Livre acesso é o nome usado atualmente para um conceito, um movimento e um modelo de negócio cujo objetivo é prover livre acesso e re-utilização do conhecimento científico na forma de artigos de pesquisas, monografias, dados e materiais relacionados. O livre acesso faz isso mudando do modelo prevalecente atualmente, de pagamento pelos assinantes depois da publicação, para um modelo de financiamento que não cobra dos leitores ou suas instituições pelo acesso. Logo, o livre acesso é um tópico essencial na agenda de informação da IFLA.

Nesse sentido este princípio geral também está alinhado ao posicionamento e à estratégia da IFLA em relação ao acesso aberto.

Além disso, tem-se a discussão em torno da disponibilização dos dados dos catálogos de forma aberta na Web, e mais do que aberta e acessível, com o uso de tecnologias que permitam a conexão entre os dados abertos presentes na Web e dados de outros catálogos que também estejam abertos na Web. De acordo com Serra e Santarém Segundo (2017, p. 173)

Apesar de protocolos como o z39.50 e o Open Archives Initiative - Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) permitirem o intercâmbio de registros, os catálogos das bibliotecas são ilhas de informação, sem interligação de dados, exigindo a elaboração de pesquisas nos sítios das instituições ou em projetos de bibliotecas digitais, sem compartilhamento de elementos descritivos. A implementação de [Linked Data] LD como aplicação prática da web semântica possui elementos que podem alterar esta situação.

Ainda de acordo com os autores, sabe-se que a criação e manutenção de metadados é custosa às instituições e reconhecem que, apesar de existirem regras que norteiam a descrição, a catalogação não é única, pois cada registro obedecerá à política da biblioteca e ao perfil de seus usuários. Assim, quanto mais especializado for o acervo e o usuário, a tendência é que o detalhamento demandado seja maior, tornando o processo moroso e custoso, o que poderia ser minimizado com a

aplicação dos dados lincados em catálogos (SERRA; SANTARÉM SEGUNDO, 2017).

Os autores citam iniciativas em bibliotecas como o site *Linked Data for Libraries* (LD4L), que

é um projeto colaborativo encabeçado pelas universidades Cornell, Harvard e Stanford que visa desenvolver estudos para facilitar a transição dos fluxos de trabalhos na produção de metadados à comunidade [*Linked Data*] LD, contribuindo com estudos sobre o BIBFRAME²⁶, criação de ontologias etc. (SERRA; SANTARÉM SEGUNDO, 2017, p. 181).

Os autores concluem que a utilização de tecnologia de *Linked Data* nos catálogos deve ser estimulada, principalmente em instituições que possuam acervos raros, notáveis ou acurado tratamento de autoridades, recomendando que sejam disponibilizados instrumentos e registros existentes, de forma a permitir que outras instituições possam vincular seus metadados a eles, aumentando as chances de novas ligações. Proporcionando dessa forma aos usuários informação rica e variada. Assim, “a cooperação entre bibliotecas deixa de ser a de expor dados disponíveis para importação, no estilo copia e cola como é feito hoje, mas de interligar dados de forma dinâmica” (SERRA; SANTARÉM SEGUNDO, 2017, p. 182).

É importante que não somente os dados bibliográficos e de autoridades estejam disponíveis em acesso aberto, mas também se vê como essencial que as políticas e diretrizes que fundamentam a criação desses dados sejam transparentes aos seus usuários.

5.1.12 Acessibilidade

Princípio geral que estabelece que

o acesso aos dados bibliográficos e de autoridade, assim como as funcionalidades dos dispositivos de busca, devem cumprir as normas internacionais de **acessibilidade** [para **peçoas com necessidades especiais**] (IFLA, 2018, p. 6, grifo nosso).

Otlet (2018, p. 474) argumenta que os registros em catálogos “devem ter o máximo de legibilidade e serem dispostos de maneira que o olho possa facilmente descobrir neles o elemento desejado fazendo abstração de todos os demais”. Otlet

26 O *Bibliographic Framework* (BIBFRAME) “é uma iniciativa para desenvolver padrões de descrição bibliográfica para um modelo de dados lincados, a fim de tornar as informações bibliográficas mais úteis dentro e fora da comunidade de bibliotecas” (LIBRARY OF CONGRESS, 2016, on-line, tradução nossa), estudos estão sendo realizados para que o BIBFRAME substitua o padrão MARC 21.

se referia ao contexto analógico das fichas ainda em papel, transpondo para a realidade atual dos OPACs, é possível interpretar esta recomendação como uma preocupação com a acessibilidade dos registros.

Em certa medida os *displays* dos OPACs ficam sob responsabilidade das empresas de softwares e dos desenvolvedores de tecnologia, cabe a eles também a observação deste princípio para o fornecimento de seus produtos.

Há sistemas de gerenciamento de acervos que oferecem recursos de acessibilidade como alto contraste, filtros por tipo de obras, ou mesmo aqueles que possuem a opção de anexar documentos digitalizados abertos para acesso de um grupo específico de usuários, dentre outros recursos (LÊDO; SILVEIRA, 2017). Entretanto, os autores alertam que

[...] no que diz respeito à leitura das informações transmitidas pelos registros bibliográficos, o usuário deficiente visual precisará lançar mão de softwares de leitura de tela. Acredita-se que outra tecnologia poderia ser pensada para melhor atender os usuários deficientes que acessam os OPACs analisados nesta investigação, como por exemplo um dispositivo de leitura acoplado ao OPAC ou aos registros bibliográficos de documentos em formatos acessíveis (LÊDO; SILVEIRA, 2017, p 192).

Entende-se que quando se tem como princípio norteador o usuário, questões sobre acessibilidade devem ser consideradas prioritárias na elaboração de catálogos e políticas de catalogação.

5.1.13 Racionalidade

Este princípio estabelece que as regras de um código de catalogação **não** devem ser **arbitrárias**. Se, em situações específicas, não for possível respeitar todos os princípios, então deverá ser adotada uma solução prática e defensível, explicando-se as razões (IFLA, 2016).

Percebe-se que o princípio da racionalidade possui relacionamento mais intrínseco com os princípios da coerência e da normalização, uma vez que é preciso haver consistência no catálogo. Mey e Silveira (2009) afirmam que a mesma solução deve ser adotada para informações semelhantes, assim, é necessário que tal solução esteja registrada, de maneira a manter-se a consistência a cada ocorrência da necessidade de recorrer-se às decisões que não estejam previstas em normas, reitera-se, portanto, a necessidade da política e dos manuais de catalogação.

Por fim, este último princípio geral, ainda que com foco em códigos de catalogação, baliza também todos os princípios anteriores no sentido de que todas as decisões tomadas em relação à representação dos recursos informacionais não devem ser arbitrárias, mas seguir a conveniência do usuário, o uso comum, a representação, acurácia, suficiência e necessidade, significância, economia, coerência e normalização, integração, interoperabilidade, abertura e acessibilidade.

Analisar e contextualizar cada princípio da Declaração possibilita melhor compreensão sobre as diretrizes atuais. É possível estabelecer uma bagagem histórica sobre a discussão de certas características que permanecem as mesmas ou pouco alteradas, como aqueles fundamentos evidenciados nos séculos XIX e XX, especialmente por Cutter e Otlet, assim como observar a complementação de princípios baseados na contemporaneidade, como a questão dos dados abertos. É importante ressaltar que instrumentos estão sendo atualizados e que a área segue a tendência das demandas sociais em se valorizar o usuário, respeitando suas particularidades sem desconsiderar, entretanto, a necessidade de padronização e controle.

A seguir é analisada a adoção dos princípios nas normativas institucionais de três sistemas de bibliotecas universitárias, considerando os princípios gerais analisados.

5.2 AS POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO NAS UNIVERSIDADES

Nesta subseção são relatados os resultados obtidos na pesquisa documental nos sites dos sistemas/rede de bibliotecas das Universidades escolhidas como unidades de observação, delimitados seguindo os procedimentos metodológicos apresentados na seção 2 deste trabalho.

A primeira exploração dos sites dos Sistemas ou Redes de Bibliotecas das instituições selecionadas ocorreu nos dias 12 e 13 de outubro de 2019 e o quadro a seguir demonstra a relação das Universidades pesquisadas e a presença ou ausência de políticas e manuais de catalogação e outros documentos normativos/administrativos.

Quadro 10 – Existência ou ausência de políticas e manuais de catalogação, e outros documentos normativos nas Bibliotecas das Universidades IGC 5

Universidade	Política de catalogação	Manuais de catalogação	Outros documentos normativos	Site	Data
UNICAMP	não	não	sim	http://www.sbu.unicamp.br/sbu/	12/10/19
UFRGS	sim, em parte(1)	sim	sim	https://www.ufrgs.br/bibliotecas/	12/10/19
UFMG	não	não	sim	https://cerrado.bu.ufmg.br/bu/	12/10/19
UNIFESP	não	não	sim	http://www.unifesp.br/reitoria/bibliotecas/	12/10/19
UFSC	sim, em parte(2)	sim	sim	http://portal.bu.ufsc.br/	12/10/19
UFRJ	não	não	sim	http://www.sibi.ufrj.br/	12/10/19
UFV	não	não	sim	http://www.bbt.ufv.br/	12/10/19
UFSCar	não	não	sim	http://www.sibi.ufscar.br/	12/10/19
UNESP	não	não	sim	https://www2.unesp.br/portal#!/cgb	13/10/19
UFLA	não	não	sim	http://biblioteca.ufla.br/site/	13/10/19
UFABC	não	não	sim	http://portal.biblioteca.ufabc.edu.br/	13/10/19
UFCSPA	não	não	sim	https://www.ufcspa.edu.br/biblioteca/	13/10/19
UnB	não	sim, em parte(3)	sim	https://www.bce.unb.br/	13/10/19
UFPR	não	não	sim	https://portal.ufpr.br/	13/10/19

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

(1) Denomina “manual de políticas e procedimentos” no qual “apresenta as decisões adotadas pelo SBU, para aquelas situações não previstas nos manuais de operação de cada módulo ou no Regulamento de Circulação de Coleções no Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Esta compilação de informações tem por objetivo subsidiar e uniformizar a operação do SAbi em todas as bibliotecas da UFRGS”. (2) Não se denomina “política”, mas possui algumas características particulares de políticas de catalogação. (3) Disponibiliza diretriz específica apenas para catalogação de partituras: “Estas Diretrizes para a Gestão e o Processamento Técnico do Acervo de Partituras do SiB-UnB têm por objetivo principal nortear e orientar o trabalho de estagiários, técnicos e bibliotecários que trabalham ou venham a trabalhar com o acervo de partituras do SiB-UnB”.

Como pode ser observado no quadro anterior, todas as 14 instituições pesquisadas disponibilizam em suas páginas web algum tipo de documento normativo, o que é um indício de que elas se preocupam com a transparência para com a comunidade universitária em relação a suas ações e procedimentos no trato com o acervo, bem como um sinal de que essas bibliotecas conhecem a importância de tais instrumentos normativos.

Além disso, acredita-se na possibilidade de haver influência na decisão de publicização dos documentos pela Lei nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011), a chamada “Lei de Acesso à Informação”, que regulamentou o direito constitucional de obter informações públicas. Essa norma entrou em vigor em maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. Dentre outros objetivos, a lei busca também fomentar o desenvolvimento de uma cultura de transparência na administração pública - incluindo todas as esferas (federal, estadual e municipal) e todos os Poderes.

Dentre os documentos normativos identificados, destacam-se a presença de regulamentos e regimentos internos das unidades de informação e a suas políticas ou orientações para o desenvolvimento de coleções e/ou de indexação.

Como foi exposto nos procedimentos metodológicos e na seção 4.2, para os fins desta pesquisa entende-se política de catalogação como um documento formal que traz linhas gerais de ação, destinado a orientar a tomada de decisão em relação a tudo o que diz respeito à catalogação, incluindo orientações e princípios genéricos, critérios para a escolha e adoção de instrumentos, padrões e códigos, estabelecendo diretrizes e limites para a ação dos indivíduos, podendo ser aplicadas tanto a bibliotecas, como a sistemas ou redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo. Os manuais ou regras de procedimentos de catalogação, por sua vez, são documentos formalizados cujo objetivo é ser guia do fazer, contemplam os métodos rotineiros de execução, nos quais devem constar todas as orientações práticas sobre como proceder ao registrar os dados em catálogos: desde o detalhamento das regras de catalogação adotadas, de acordo com a necessidade local, até a inclusão dos dados no sistema utilizado pela instituição. Sua extensão e flexibilidade, conseqüentemente, serão maiores do que a política, bem como o nível de detalhamento das instruções. Podendo também ser elaborado para uma

biblioteca apenas ou para sistemas e redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo.

Após acessar e navegar pelas páginas institucionais das 14 universidades, observou-se dentre os documentos normativos disponibilizados pela UNICAMP a existência de: regimento interno, documento de criação de repositório institucional, regulamento de circulação e empréstimo entre bibliotecas, divulgação em redes sociais, diretrizes para aquisição e baixa patrimonial, atribuições da biblioteca digital, e a norma de criação do Sistema de Bibliotecas. Entretanto, não foi localizado nenhum documento relativo especificamente à catalogação, neste momento.

A UFRGS possui diversos documentos disponibilizados em uma página específica (denominada Document@). Dentre eles estão documentos relativos a: aquisição, circulação, coleções de periódicos, importação de registros, impressão de etiquetas, políticas e procedimentos relativos ao processamento técnico, e manuais de registro de autoridade e bibliográfico. Consideramos que esse Sistema de Bibliotecas disponibiliza manuais de catalogação e diretrizes características do conteúdo de uma política de catalogação.

O Sistema de Bibliotecas da UFMG possui regulamento, regimento e política de desenvolvimento de coleções. Não foram localizados políticas ou manuais de catalogação.

A Rede de Bibliotecas da UNIFESP é composta por sete unidades especializadas, e cada uma delas possui uma página web própria, disponibilizando seus regulamentos e outros documentos próprios e a política de desenvolvimento do acervo que é comum à Rede, mas em nenhuma delas foi localizado algum documento que se pudesse considerar manual ou política de catalogação.

A UFSC disponibiliza documentos administrativos diversos, além do regulamento de empréstimo, depósito legal de publicações emanadas da instituição, instruções sobre o pagamento de multas, empréstimo entre bibliotecas, política de desenvolvimento de coleções, política de uso dos espaços físicos, e manual para o usuário, por exemplo. Não possuem um documento com a denominação “política”, mas afirmam registrar suas decisões quanto aos diversos aspectos da catalogação que poderiam gerar dúvidas, de maneira a tornar o catálogo uniforme e consistente. Por isso, consideramos que a UFSC, para fins desta pesquisa, possui documento com características de políticas de catalogação e manual de catalogação.

O Sistema de Bibliotecas da UFRJ possui em seu site o marco regulatório do Sistema, manuais de formatação de trabalhos acadêmicos e sanções a serem aplicadas. Foi verificado que apenas a Biblioteca do Centro de Tecnologia, que faz parte do Sistema, disponibiliza sua política de desenvolvimento de coleção. Não foi localizado nenhum documento que se pudesse considerar manual ou política de catalogação.

A UFV disponibiliza regimento e regulamento da biblioteca, organograma e política de informação para o repositório institucional. Possui uma área de projetos em andamento no site, dentre eles está o de desenvolvimento de coleções. Entretanto, também não foram localizados políticas ou manuais de catalogação.

Dentre os documentos administrativos a UFSCar disponibiliza política de desenvolvimento de coleções e orientações sobre os serviços prestados à comunidade usuária. Porém, não foi localizado nenhum documento que se pudesse considerar manual ou política de catalogação.

A UNESP possui uma aba específica para bibliotecários na qual disponibiliza: editais, intranet, formulários para dúvidas de catalogação e registros de autoridade, política de indexação e outros. Destaca-se que não disponibiliza política de desenvolvimento de coleções nem manuais ou política específica de catalogação, apesar dos formulários indicados anteriormente.

A UFLA em sua área de normas e regulamentos disponibiliza uma gama de documentos, a saber: regimento, regulamento, diretrizes para taxas administrativas, reserva de livros, política de formação e desenvolvimento do acervo, regulamento do repositório institucional e outros. Porém nenhuma política ou manual de catalogação.

A UFABC disponibiliza apenas o regulamento do Sistema de Bibliotecas e aloca outras diretrizes para os usuários na área destinada aos serviços.

A UFCSPA possui em seu site regimento, regulamento, política de desenvolvimento de coleções e orientações diversas aos usuários. Porém, também não foi localizada nenhuma política ou manual de catalogação.

A UnB disponibiliza instruções normativas e circulares sobre o pagamento de multas, empréstimos, procedimentos de aquisição diversos, dentre outros. Disponibiliza ainda relatórios de atividades anuais. Consideramos que este Sistema de Bibliotecas possui manual de catalogação em parte, pois se verificou a existência de diretriz específica apenas para catalogação de partituras musicais.

A UFPR disponibiliza diversos documentos institucionais, tais como: planejamento estratégico do Sistema de Bibliotecas da Universidade, relatórios de gestão, dados estatísticos do Sistema, regulamento de circulação, plano de contingência e política de desenvolvimento de coleção. O Sistema se organiza em diversas Comissões e Grupos de Trabalhos temáticos que auxiliam na definição e implantação de procedimentos padronizados nas atividades do Sistema, sendo dois deles dedicados ao preparo técnico, um de obras e outro de periódicos. Entretanto, não foram identificados manuais ou política de catalogação.

Nesse sentido, todas as instituições possuem documentos normativos, porém, de acordo com os resultados da pesquisa documental nos sites dos sistemas/rede de bibliotecas das Universidades, apenas a UFRGS, a UFSC e a UnB²⁷ foram as instituições que disponibilizavam diretrizes características da política ou manual específico de catalogação, representando 21% da amostra, por isso elas serão abordadas detalhadamente nas próximas subseções.

A seguir são analisados os documentos identificados para compor o corpus de análise, de acordo com as Universidades às quais o Sistema de Bibliotecas pertence, bem como, ao início de cada uma, é apresentada uma breve contextualização dessas Universidades para que se possa compreender o Sistema dentro de seu contexto. A saber, os três Sistemas de Bibliotecas selecionados foram o da UFRGS, o da UFSC e o da UnB. Ao final, na seção 5.2.4, é feita a interpretação conjunta dos resultados e uma síntese comparativa dos documentos selecionados para compor o corpus de análise.

5.2.1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se inicia ainda no fim do século XIX, com a fundação das Escolas de Farmácia e Química, e de Engenharia. Estas e outras Faculdades isoladas se uniram em 1934 para formar a Universidade de Porto Alegre, que mais tarde seria então denominada UFRGS. De acordo com a Universidade, ela

passou a ocupar posição de destaque no cenário nacional como um dos maiores orçamentos do Estado [...] e como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, entre as federais, considerando o número

27 Nesta seção utiliza-se a sigla da Universidade para se referir ao seu Sistema ou Rede de Bibliotecas.

de professores (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [201-]).

A comunidade universitária é composta por mais de 3.800 técnicos administrativos, 2.890 docentes e 52.200 discentes. Oferece 102 cursos de graduação, sendo 97 presenciais e 5 à distância; e 328 cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

O Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBUFRGS) é composto por uma Biblioteca Central, coordenadora do Sistema, e por 28 bibliotecas setoriais, além de uma biblioteca de ensino fundamental e médio e de uma biblioteca depositária da Organização das Nações Unidas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

O SBUFRGS possui diversas **políticas e procedimentos** comuns para o desenvolvimento de acervos, a representação de documentos no catálogo bibliográfico institucional e para o atendimento aos seus usuários. Para tal foi desenvolvida uma interface web, denominada Document@, onde são disponibilizados os **manuais** com as diretrizes comuns a serem seguidas, relacionadas com **catálogo** online SABi [Sistema de Automação de Bibliotecas] e com o Lume - Repositório Digital da UFRGS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019, grifo nosso).

O conteúdo de tal interface web será o objeto de análise desta pesquisa, pois nele constam as políticas e procedimentos do SBUFRGS. A figura a seguir representa a página inicial do Document@:

Figura 2 – Página web inicial do Document@ (UFRGS)

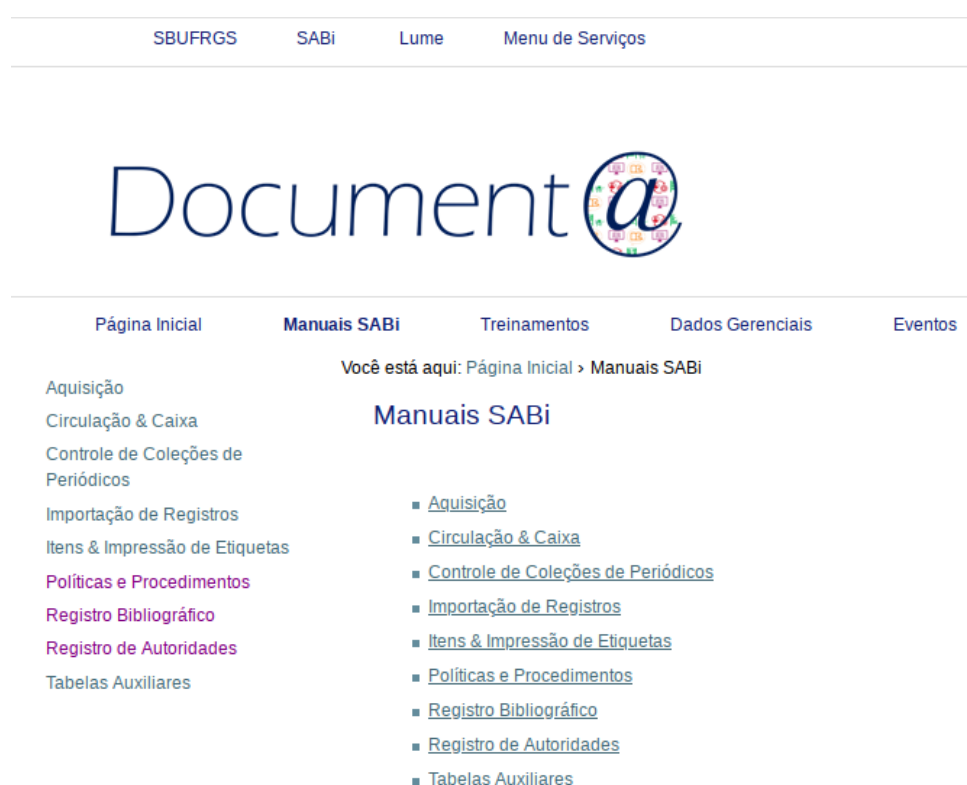
Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul ([201-?]b).

No menu lateral da página, à esquerda, estão dispostos os seguintes links: Manuais SABi (sigla utilizada para “Sistema de Automação de Bibliotecas”),

Orientações, Treinamentos, Dados gerenciais, Eventos, Formulários e termos, Identidade Visual, Links, Moodle, Solicitações, e Ramais e Chefias – SBUFRGS.

Ao navegar pelo menu, identificou-se que dentro da página de “Manuais SABI” está disposto o seguinte conteúdo: Aquisição, Circulação & Caixa, Controle de Coleções de Periódicos, Importação de Registros, Itens & Impressão de Etiquetas, Políticas e Procedimentos, Registro Bibliográfico, Registro de Autoridades, e Tabelas Auxiliares. Conforme apresentado na figura seguinte.

Figura 3 – Document@: Manuais SABI (UFRGS)



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul ([201-?]a).

Acessou-se cada um dos links disponíveis em “Manuais SABI”, visto que este conteúdo foi identificado como de interesse para compor o corpus de análise. O link de “Aquisição” possui conteúdo que orienta as rotinas de registro de obras adquiridas pelo SBUFRGS no módulo pertinente do software utilizado pelo Sistema. Define ainda as responsabilidades de cada etapa do processo de aquisição: se é da Gerência do SABI ou de cada Biblioteca. Inclui também orientações práticas para o uso do módulo de aquisição do software, fluxogramas e roteiros representando os procedimentos necessários à atividade de registro das aquisições, e ainda modelos

de correspondências utilizadas pelo Sistema no processo de aquisição (incluindo doações).

A parte “Circulação & Caixa” reúne as políticas e rotinas acerca de tudo o que compreende a circulação das coleções do Sistema de Bibliotecas. Inclui tanto orientações práticas para o uso do software, quanto as políticas de uso e empréstimo dos recursos das bibliotecas, bem como para a cobrança de multas. Assim como na parte de aquisição do manual, inclui modelos de correspondências utilizados pelo Sistema para a comunicação com os usuários.

O “Controle de Coleções de Periódicos” versa sobre o uso do módulo de “Aquisição & Periódicos” do software utilizado pelo SBUFRGS, com orientações práticas e normativas.

Em “Importação de Registros” o manual orienta os procedimentos necessários para a importação de registros bibliográficos em formato MARC 21 para o catálogo, sugerindo como fontes a serem utilizadas os catálogos da LC e da Biblioteca Nacional (BN).

Na parte “Itens & Impressão de Etiquetas” inclui instruções para o registro, alterações e exclusão de itens no software, bem como para o seu preparo físico.

Na parte “Políticas e Procedimentos”, selecionada como corpus de análise desta pesquisa, afirma-se que

O Manual de Políticas e Procedimentos apresenta as decisões adotadas pelo SBU, para aquelas situações não previstas nos manuais de operação de cada módulo ou no Regulamento de Circulação de Coleções no Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Esta compilação de informações tem por objetivo subsidiar e uniformizar a operação do SABI em todas as bibliotecas da UFRGS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [201-?]a).

A parte citada acima é subdividida em onze capítulos, numerados de 0 a 10, conforme pode ser observado na figura 4, a seguir.

Figura 4 – Document@: Manuais SABI: Políticas e Procedimentos: estrutura dos capítulos (UFRGS)



Document@

Página Inicial Protocolos COVID-19 **Manuais SABI** Treinamentos Dados Gerenciais Eventos

Você está aqui: Página Inicial > Manuais SABI > Políticas e Procedimentos

Introdução

Políticas e procedimentos

O Manual de Políticas e Procedimentos apresenta as decisões adotadas pelo SBU, para aquelas situações ni *Circulação de Coleções no Sistema de Bibliotecas da UFRGS*. Esta compilação de informações tem por objetivo

- [Capítulo 0 - Orientações gerais](#)
- [Capítulo 1 - Guia de processamento técnico](#)
- [Capítulo 2 - Registro de produção intelectual](#)
- [Capítulo 3 - Registro de documentos eletrônicos](#)
- [Capítulo 4 - Identificação de bibliografia de disciplina de graduação](#)
- [Capítulo 5 - Política para controle de autoridades no SABI](#)
- [Capítulo 6 - Política para registro de título uniforme](#)
- [Capítulo 7 - Política e procedimentos de indexação](#)
- [Capítulo 8 - Procedimentos de resposta às mensagens enviadas pelo Fale Conosco via sabi Web](#)
- [Capítulo 9 - Política para oferecimento de turmas no Projeto de Extensão](#)
- [Capítulo 10 - Políticas e procedimentos de baixa](#)

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul ([201-?]c).

O primeiro capítulo, numerado de 0, é composto por orientações gerais quanto à operação do software usado pelo Sistema, a inclusão de usuários habilitados a operar o software, especificando que cada usuário deve ter seu login e senha próprios e níveis de autorização diferentes conforme sua função no Sistema de Bibliotecas.

O próximo capítulo, “Guia de processamento técnico”, apresenta diretrizes gerais; documentos auxiliares; indicação sucinta da interface, módulos e bases que compõem o software utilizado; e rotinas do processamento técnico no Sistema. Quanto às características do processamento técnico, afirma que o SBUFRGS adota a catalogação descentralizada (cada biblioteca do sistema realiza a catalogação) e cooperativa – por cada documento ser registrado apenas uma vez no software, ainda que exista em outras bibliotecas, sendo permitido às demais apenas alterar alguns campos específicos e adicionar itens por meio do módulo de aquisição. O software utilizado adota bases de dados diferentes para os registros de autoridades, bibliográficos e administrativos (itens, circulação e aquisição).

Quanto aos padrões, normas e nível de descrição adotados, o Sistema utiliza o formato MARC 21, o AACR2r e seu segundo nível de descrição. Permite o registro

de dados de documentos no todo e também de suas partes (analíticas), disponibilizando planilhas pré-definidas no software para cada tipo de material/suporte bibliográfico e para autoridades, contendo campos e subcampos básicos a serem preenchidos. Este capítulo em si, portanto, apresenta o que se considera para os fins desta pesquisa, tanto orientações características de políticas de catalogação, quanto de manuais, uma vez que além de apresentar orientações e princípios genéricos, instrumentos, padrões e códigos utilizados, estabelecendo diretrizes e limites para a ação dos indivíduos, também possui orientações e modelos para o fazer, ou seja, apresenta orientação e exemplos para o preenchimento de campos de descrição.

Além do AACR2r o Sistema lista seus manuais como documentos normalizadores e auxiliares para o processamento técnico.

Uma parte das “Políticas e procedimentos” está dedicada às rotinas de processamento técnico da instituição, incluindo: registros bibliográficos e de autoridades, procedimentos adotados para resolução de registros duplicados no software.

O capítulo 2, “Registro de produção intelectual”, apresenta as diretrizes para o registro e armazenamento de documentos que compõem a produção intelectual da Universidade no SABi.

O capítulo 3, “Registro de documentos eletrônicos”, tem por objetivo nortear o registro de documentos eletrônicos no SABi, incluindo tanto conceitos relativos à definição do que é considerado documento eletrônico, como também orientações práticas de preenchimento de campos e subcampos.

O capítulo 4, “Identificação de bibliografia de disciplina de graduação” trata das políticas e procedimentos envolvidos na tarefa de identificação no SABi dos registros bibliográficos de livros que são citados nos planos de ensino de disciplinas de graduação e de verificação da disponibilidade comercial dos livros citados, incluindo fluxograma dos procedimentos a serem adotados no software de gerenciamento do acervo para o preenchimento dos campos utilizados para identificar os planos de ensino dos cursos.

O capítulo 5, “Política para controle de autoridades no SABi”, tem por objetivo apresentar diretrizes gerais para o trabalho de autoridades, a fim de subsidiá-lo e uniformizá-lo no Sistema de Bibliotecas. Este capítulo é composto por uma breve introdução, uma explicação sobre os elementos do controle de autoridades, a saber:

a inclusão do registro de autoridade no SABI, as responsabilidades do catalogador quanto à criação e à revisão dos registros de autoridades, e situações em que é necessário detalhar mais o registro de autoridade. A última parte deste capítulo, além da bibliografia utilizada, traz orientações mais específicas e detalhadas sobre como criar o registro, as fontes de pesquisa de autoridades recomendadas, documentos auxiliares do processo, fluxograma do processo e orientações para o uso de remissivas e notas. Não inclui exemplos de registros neste capítulo. Observou-se que este capítulo apresenta o que considera-se, para os fins desta pesquisa, tanto orientações características de políticas de catalogação, quanto de manuais, uma vez que além de apresentar orientações e princípios genéricos, atribuir responsabilidades e divisão do trabalho, estabelecendo diretrizes e limites para a ação dos indivíduos, também possui orientações para o fazer, apesar de não possuir exemplos, orienta a criação dos registros em si.

O capítulo 6 - “Políticas para registro de título uniforme”, orienta a criação e uso dos títulos uniformes no catálogo do Sistema de Bibliotecas, definindo ainda os campos MARC 21 que devem ser utilizados, bem como exemplos e a bibliografia utilizada para elaboração do capítulo. Entende-se que este capítulo apresenta o que se considera, para os fins desta pesquisa, orientações características de manuais de catalogação, pois possui orientações e modelos para o fazer, ou seja, apresenta orientação e exemplos para o preenchimento de campos de descrição.

O capítulo 7, “Política e procedimentos de indexação” traz a “Política de Indexação do Sistema de Bibliotecas”, o “Manual de Rotinas e Procedimentos de Indexação no Sistema”, incluindo orientações práticas de preenchimento de campos, e o “Padrão para Entrada de Nomes Geográficos como Assunto”.

O capítulo 8 versa sobre diretrizes para dar respostas às mensagens enviadas pela ferramenta “Fale conosco” para a Biblioteca.

Os últimos capítulos são: “Política para oferecimento de turmas no Projeto de Extensão” e “Políticas e procedimentos de baixa”.

Portanto, verifica-se que o conteúdo disponível no link para “Políticas e Procedimentos” apresenta-se como uma grande política e manual que versa sobre diversos aspectos concernentes ao Sistema de Bibliotecas: desde tópicos relacionados à gestão e tratamento do acervo, até os procedimentos relativos ao atendimento ao usuário. Cobrindo dessa forma, como se propõe, essencialmente as funcionalidades oferecidas pelo software utilizado pelo Sistema de Bibliotecas.

Por fim, as três últimas partes que compõem a página de “Manuais SAbi”, que também pertencem ao corpus de análise desta pesquisa são: Registro Bibliográfico, Registro de Autoridades e Tabelas Auxiliares.

“Registro Bibliográfico” se propõe a ser um manual de registro bibliográfico, apresentando os campos e subcampos MARC 21 utilizados pelo Sistema de Bibliotecas para identificar os elementos de dados em registros bibliográficos. Reafirmando o uso do segundo nível de descrição do AACR2r. Identifica os tipos de materiais que podem ser registrados no catálogo, bem como os campos usados para cada tipo de material, apontando se são obrigatórios ou opcionais, oferecendo também exemplos de preenchimento de cada campo. Traz ainda definições necessárias ao uso do software, tais como: registro bibliográfico, campo de dados, líder ou rótulo do registro, campo de controle etc.

“Registro de Autoridades”, de maneira similar à seção descrita no parágrafo anterior, apresenta os campos e subcampos utilizados do formato MARC 21 Autoridades para o registro dessas, suas definições e exemplos de preenchimento.

As “Tabelas Auxiliares” contêm códigos e termos adotados para o preenchimento de campos específicos dos registros bibliográficos e de autoridades, tais como: países, estados brasileiros, idiomas, Bibliotecas da UFRGS etc.

Estas três últimas partes citadas acima configuram-se como manuais, de acordo com o entendimento pré-definido para esta pesquisa, pois apresentam essencialmente orientações e exemplos para o preenchimento de campos de descrição.

A seguir apresentam-se os quadros com os indicadores de análise para o corpus. Em primeiro lugar o quadro de avaliação geral:

Quadro 11 – Indicadores de avaliação geral do corpus de análise (UFRGS)

Indicadores gerais	UFRGS	Observação/Justificativa
Contexto de produção	presente	Objetiva subsidiar e uniformizar a operação do SAbi, para aquelas situações não previstas nos manuais de operação de cada módulo ou no Regulamento de Circulação de Coleções no SBUFRGS

(continua)

(conclusão)

Indicadores gerais	UFRGS	Observação/Justificativa
Orientações para o preenchimento de campos de dados bibliográficos	presente	-
Orientações para o preenchimento de campos de dados de autoridade	presente	-
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Descritiva	presente	Exemplo: adota catalogação descentralizada e cooperativa
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Temática	presente	Possui um capítulo dedicado à “Política e procedimentos de indexação”
Layout/Forma de apresentação	página web on-line	-
Emissor	ausente	Não pode ser identificado explicitamente, supõe-se que seja a Gerência do SABI
Destinatário	bibliotecas que compõem o SBUFRGS	-
Responsabilidades explícitas	presente	Indica, em especial nos fluxogramas, as responsabilidades que competem à Gerência do SABI e às bibliotecas setoriais
Indicação de data de alteração	ausente	Não há indicações de datas
Indicação do fluxo dos processos	presente	Inclui fluxogramas diversos

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O quadro a seguir foi elaborado com o propósito de avaliar se os documentos analisados estão em consonância com os princípios gerais da ICP.

Quadro 12 – Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado (UFRGS)

Princípio geral	UFRGS	Observação/Justificativa
Interesse do usuário	ausente	Não demonstra claramente a relação entre as decisões tomadas na catalogação e os usuários da instituição; nem contextualiza a instituição dentro das diretrizes
Uso comum	implícito	Define claramente o nível de descrição adotado; define claramente os instrumentos adotados (AACR2r e MARC 21); aponta diretrizes para o uso de formas variantes dos nomes e pontos de acesso adicionais (apresenta situações em que é necessário detalhar mais os registros de autoridade)
Representação	implícito	Especifica a fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte; define claramente o nível de descrição adotado
Acurácia	implícito	Especifica a fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte; indica fontes de informação externas autorizadas para a pesquisa de autoridades

(continua)

(conclusão)

Princípio geral	UFRGS	Observação/Justificativa
Suficiência e necessidade	implícito	Define claramente o nível de descrição adotado; define os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades
Significação	implícito	Define claramente o nível de descrição adotado; define os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades
Economia	implícito	Uma vez que adota catalogação cooperativa; apresenta fluxograma das diversas tarefas
Consistência e normalização	implícito	Define e lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; define os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades
Integração	implícito	Lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; apresenta explicações detalhadas sobre soluções locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados
Interoperabilidade	implícito	Define e lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; traz orientações práticas para a importação de dados
Abertura	implícito	Disponibiliza os manuais para acesso público
Acessibilidade	implícito	Disponibiliza os manuais para acesso público e também o próprio OPAC, porém não identificou-se menções específicas à acessibilidade; orienta o preparo físico e o armazenamento dos itens
Racionalidade	implícito	Apresenta explicações detalhadas sobre soluções locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados, apresentando seus manuais como documentos normalizadores e auxiliares para o processamento técnico

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Por fim, o quadro a seguir identifica qual a terminologia citada no corpus analisado e sua possível correlação com as ICPs.

Quadro 13 – Terminologia adotada no corpus analisado (UFRGS)

Termos	UFRGS	Observação/Justificativa
<i>Termos presentes nos Princípios de Paris</i>		
Entrada principal	x	Adota o termo “entrada principal” ao se referir aos campos 1XX do MARC 21 bibliográfico
Entrada secundária	x	Adota o termo “entrada secundária” ao se referir aos campos 7XX do MARC 21 bibliográfico
Livros	-	Adota o termo “obra”

(continua)

(conclusão)

Termos	UFRGS	Observação/Justificativa
<i>Termos presentes nos Princípios de Paris</i>		
Autores	-	Adota a palavra “nome” com as especificações: pessoal, entidade, evento
Ficha catalográfica	-	
Obra, edição	x	
Assunto	x	
Unidade bibliográfica	-	
Título uniforme	x	
Remissiva	x	
<i>Termos introduzidos e/ou adotados pela Declaração de 2009</i>		
Ponto de acesso	-	Adota os termos “entradas de nome” e “entradas de assunto”
Ponto de acesso adicional	-	
Recursos bibliográficos	-	Adota o termo “obra”
Criadores	-	Adota a palavra “nome” com as especificações: pessoal, entidade, evento
Registros bibliográficos	x	
Registros de autores/autoridades	x	
Obra	x	
Expressão	-	
Manifestação	-	
Item	-	
Conceito, evento, objeto, lugar	-	
Forma autorizada do nome	-	Adota os termos “entrada autorizada”, “entrada não autorizada”, e “remissiva ver/ver também”
Forma variante do nome	-	
Tipo de conteúdo	-	
<i>Termos modificados e/ou adotados na Declaração de 2016</i>		
Dados bibliográficos	-	Utiliza o termo “dados” apenas para se referir ao conteúdo dos campos de dados do MARC 21
Dados de autoridade	-	
<i>Thema</i>	-	
Forma do conteúdo	-	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Apesar da vantagem que o formato on-line tem de possibilitar a rápida implementação de atualizações necessárias, o site Document@ se demonstrou de difícil usabilidade, pois seu conteúdo é muito extenso e conforme navega-se pelo

menu lateral esquerdo, as diversas subpartes que compõem as partes vão se abrindo, fazendo com que um usuário do site mais desatento se perca dentro do conteúdo. Dificultando o prosseguimento para as próximas partes.

Verificou-se, por fim, que o Sistema de Bibliotecas da UFRGS possui tanto diretrizes características de políticas de catalogação, quanto manuais que orientam a execução das tarefas pertinentes à catalogação, apesar de a primeira não estar formatada de maneira totalmente independente, contendo também orientações que se julgam características de manuais de catalogação.

5.2.2 Universidade Federal de Santa Catarina

É pertinente apresentar um breve histórico da Universidade Federal de Santa Catarina e contextualizar a Biblioteca Universitária para melhor compreensão do contexto no qual esta se insere:

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com sede em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, foi fundada em 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Sua comunidade é constituída por cerca de 70 mil pessoas, entre docentes, técnicos-administrativos em Educação e estudantes de graduação, pós-graduação, ensino médio, fundamental e básico, e público externo. São mais de 5.600 servidores, aproximadamente 2.650 professores e 3.200 TAEs [técnicos administrativos em educação] (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2019).

Quanto à Biblioteca Universitária, localizada no Campus Universitário da UFSC, em Florianópolis, sua criação ocorreu no ano de 1968, com a inauguração da Biblioteca Central, a qual reunia o acervo de diversas faculdades. Em 1977, sua denominação passou a ser Biblioteca Universitária (BU), não tendo sido centralizados somente os acervos das Bibliotecas: Setorial do Colégio de Aplicação, Setorial do Centro de Ciências da Saúde, e do Centro de Ciências Agrárias. Em 1981 a BU passou a coordenar o Sistema de Bibliotecas da UFSC, o que permitiu o aumento das Bibliotecas Setoriais. Em 1995 o prédio da Biblioteca Central foi ampliado, resultando em uma área de 9.134m². Atualmente a BU é composta pelas Bibliotecas: Central, 10 Setoriais e pela Sala de Leitura José Saramago (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020b).

A Coordenação de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (DECTI) atua como um departamento da Biblioteca Universitária, cujo objetivo é “gerenciar o desenvolvimento e tratamento das coleções visando à

recuperação e à disseminação da informação para a comunidade universitária”. É composta pelas Divisões de Seleção e Aquisição, Representação da Informação, e Tratamento Físico (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2016, p. 11).

A Divisão de Seleção e Aquisição, como o nome já diz, gerencia os processos de seleção e aquisição de conteúdos informacionais. A Divisão de Tratamento Físico realiza os procedimentos de preparo físico do acervo necessários à sua disponibilização, e também sua distribuição para as unidades de informação da Biblioteca Universitária. A Divisão de Representação da Informação é a responsável pelos processos de indexação, catalogação e classificação de forma a possibilitar a recuperação e a utilização pelos usuários. Acerca desta última é afirmado que:

A Divisão de Representação da Informação acompanha a evolução das tecnologias da informação e comunicação, remodelando seu processo de trabalho ao longo do tempo. Em 1968, a BU/UFSC adotou para as obras de referência a Classificação Decimal Universal (CDU), para as obras gerais a Classificação Decimal de Dewey [...] e para a catalogação do acervo o Código da Biblioteca Apostólica Vaticana. A partir de 1976 optou-se por utilizar apenas a CDU para classificação e a catalogação passou a ser por meio do Código de Catalogação Anglo-Americano. Máquinas duplicadoras eram usadas para realizar o desdobramento de fichas catalográficas, tendo em vista que na época não se tinham sistemas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020a).

Em 1977 ocorreu a centralização dos processos técnicos:

A Seção de Processamento Técnico foi implantada com as atribuições de preparo para empréstimo, pintura (do número de chamada) e desdobramento de fichas para os catálogos de registro e catálogo sistemático (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020a).

Ainda de acordo com a BU, em 1980 a Seção de Serviços Técnicos foi desmembrada em três setores: Classificação, Catálogo e Serviços Técnicos Auxiliares. Foram implantados os “Catálogos de Registros e de Cabeçalhos Uniformes para Pessoas e Entidades Coletivas”. Em 1989 a BU passou a integrar o BIBLIODATA/CALCO²⁸,

estabelecendo novas diretrizes para o processamento técnico do acervo bibliográfico, juntamente com os estudos relacionados à informatização da biblioteca. Em 1998, a BU/UFSC participou na Comissão Diretora da Rede BIBLIODATA/CALCO e em 2000 assumiu a presidência da Rede (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020a).

28 Rede de catalogação cooperativa on-line, criada em 1980, coordenada pela Fundação Getúlio Vargas (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

A partir de 1999, foi implantado o software Pergamum, o Serviço de Processamento Técnico passou por uma reestruturação com novo fluxo de trabalho e layout. Os setores, com o novo organograma, passaram-se a chamar: Aquisição, Circulação, Coleções Especiais, Periódicos, Referência e Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020a).

Em 2013 o Setor implantou o controle de autoridades de assuntos e nomes, lançando o Manual de Processos Técnicos, otimizando e registrando os processos de trabalho, o que afirmam ter colaborado para a padronização das informações e estabelecido um mecanismo de registro do conhecimento produzido pela equipe. Em 2015 teve a segunda edição e em 2017 foi lançado um site com as informações de forma a dinamizar e agilizar a divulgação para a BU/UFSC dos tópicos que se encontram em constante atualização (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020a).

Este Manual na forma de site foi identificado e será o corpus de análise desta pesquisa referente à UFSC. Seus objetivos são:

- Padronizar o trabalho dos integrantes da DECTI.
- Otimizar o tempo no processo de decisões.
- Servir de histórico e de guia para a realização de tarefas.
- Contribuir com a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação.
- Servir de instrumento para a padronização dos registros bibliográficos.
- Garantir consistência e confiabilidade do catálogo da BU/UFSC.
- Documentar as decisões tomadas pela equipe.
- Servir de fonte de consulta para estagiários e bolsistas.
- Servir de fonte de referência para interessados no processamento técnico da BU/UFSC.
- Contribuir com a Gestão do Conhecimento desenvolvida na BU/UFSC (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020c).

A partir dos objetivos citados acima é possível identificar que o Manual apresenta o que se considera para os fins desta pesquisa, tanto orientações características de políticas de catalogação, quanto de manuais, uma vez que além de objetivar documentar as decisões tomadas é também um guia para a realização das tarefas.

Conforme é possível verificar na figura a seguir, o referido Manual consiste em uma página web. Apresenta com destaque na página inicial as alterações mais

recentes aplicadas ao conteúdo do Manual, incluindo data de atualização. No menu lateral esquerdo possui links para: Apresentação do site e da DECTI (incluindo explicações sobre o manual, lista de siglas utilizadas e bibliografia consultada); Aquisição (que consiste nas competências, orientações e padronização de atividades da Seleção e Aquisição, incluindo a Política de Desenvolvimento de Coleções da UFSC, procedimentos para doação, compra, recebimento de trabalhos acadêmicos, baixa de exemplares e encaminhamento à Divisão de Representação da Informação); Autoridades; Catalogação; Classificação; Tratamento físico; e Mapa do site.

Figura 5 – Página web inicial do Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC

The screenshot shows the homepage of the DECTI/BU/UFSC technical processes manual. The header includes the UFSC logo and the title 'Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC'. A search bar is located in the top right. The main content area is divided into sections for updates from 2020-05 to 2020-02, a 'Favoritos' section with links to various services, and a 'CONTATOS' section with contact information.

Alterações – 2020-05
* Adicionada a página sobre **inclusão de exemplar de periódico**.

Alterações – 2020-04
* O **cadastro de doador** foi reformulado e possui novos procedimentos.

Alterações – 2020-03
* Mudanças na redação sobre **etiquetagem, carimbos de aquisição, inclusão de exemplar e alteração de exemplar**.

Alterações – 2020-02
* Atualizadas as instruções para o **recebimento de teses e dissertações**.
* Adicionado um exemplo para **nomes iguais** em registros de autoridade.
* Alterada a descrição da **CEMC** para a explicitação de conceitos.

Favoritos

- Portal BU/UFSC
- Catálogo BU/UFSC
- Processos BU/UFSC
- Documentos de gestão
- Principais fontes de pesquisa

CONTATOS

Telefone: (48) 3721-4893
E-mail: decti.bu@contato.ufsc.br

Localização: Prédio da Biblioteca Central, UFSC
De segunda a sexta-feira das 7h30min as 20h.

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2020c).

A seguir são descritas em maior detalhe as subdivisões do manual referentes a Autoridades, Catalogação, Classificação e Tratamento físico, pois foram identificados como a parte específica do corpus de análise de interesse desta pesquisa.

Autoridades: como é possível observar na figura 6, a seguir, a seção de Autoridades do Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC define quem são os responsáveis pelo controle de autoridades (todos os “catalogadores/indexadores” da DECTI); indica o uso da opção de ajuda do software utilizado pela Biblioteca; e

sugere como fonte para sanar dúvidas o *MARC 21 Authority Data*²⁹. Lista as principais fontes de pesquisa (em ordem hierárquica) para:

- Assuntos gerais: BN³⁰, LC *Authorities*³¹ e Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo³²;
- Assuntos da área da saúde: BN, LC *Authorities* e Descritores em Ciências da Saúde³³;
- Assuntos da área do direito: Vocabulário Controlado Básico da Rede Virtual de Bibliotecas, coordenada pelo Senado Federal³⁴.;
- Autores nacionais: BN, LC *Authorities* e currículo Lattes³⁵;
- Autores internacionais: LC *Authorities*, BN e VIAF³⁶.

Figura 6 – Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC - Autoridades

The image shows a screenshot of the website 'Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC'. The page is titled 'Autoridades' and contains the following content:

- Header:** Includes navigation links like 'BRASIL', 'CORONAVÍRUS (COVID-19)', 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', 'Canais', and a search bar.
- Left Sidebar:** A vertical menu with links: 'Início', 'Apresentação', 'Aquisição', 'Autoridades', 'Catalogação', 'Classificação', 'Tratamento físico', and 'Mapa do site'.
- Main Content Area:**
 - Título:** 'Autoridades'
 - Descrição:** 'O controle de autoridades da BU/UFSC é realizado por todos os catalogadores/indexadores da DECTI seguindo normas e padrões biblioteconômicos. O Pergamum tem links de ajuda nos próprios campos, subcampos e indicadores. Também é possível visualizar os campos de ajuda teclando F12. Em caso de dúvidas, sugere-se a consulta ao **MARC 21 - Authority Data**.'
 - Principais fontes de pesquisa (por ordem hierárquica):**
 - Para assuntos gerais: **BN, LC, USP**
 - Para assuntos da área da Saúde: **BN, LC, DECS**
 - Para assuntos da área do Direito: **VCB** (Senado Federal)
 - Para autores nacionais: **BN, LC, Lattes**
 - Para autores internacionais: **LC, BN, VIAF**
 - Subseções desta seção:**
 - **Campos MARC 21**
 - **Importação de autoridades**
 - **Modelos de autoridades**
 - **Passo a passo para o cadastro de autoridades: autor pessoa**
- Right Sidebar:**
 - Favoritos:** Portal BU/UFSC, Catálogo BU/UFSC, Processos BU/UFSC, Documentos de gestão, Principais fontes de pesquisa
 - CONTATOS:**
 - Telefone: (48) 3721-4893
 - E-mail: decti.bu@contato.ufsc.br
 - Localização: Prédio da Biblioteca Central, UFSC
 - De segunda a sexta-feira das 7h30min as 20h.

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2020d).

29 Disponível em: <http://www.loc.gov/marc/authority/ecadhome.html>

30 Disponível em: acervo.bn.br/sophia_web

31 Disponível em: <https://authorities.loc.gov/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?DB=local&PAGE=First>

32 Disponível em: <http://143.107.154.62/Vocab/Sibix652.dll/Assuntos>

33 Disponível em: <http://decs.bvs.br/>

34 Disponível em: http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=find-b-0&local_base=sen10

35 Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>

36 Disponível em: <http://viaf.org/>

Como subseções da seção de Autoridades do Manual, têm-se: **campos MARC 21** – são listados a maioria dos campos MARC 21 Autoridades utilizados no controle de autoridades da BU/UFSC, na forma de links para os campos que dão acesso à uma breve descrição dos campos e de seus subcampos com exemplos de preenchimento.

Traz ainda alguns avisos em campos que poderiam gerar algum tipo de interpretação errônea, como no uso do campo 090 no registro de autoridade, por exemplo: “Atenção: Esta página se refere ao campo 090 de autoridade. Para o campo 090 bibliográfico, por favor, veja a página correspondente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020d).

No campo 100 (ponto de acesso para nome pessoal), indica que o uso do dia do nascimento deve ser usado para diferenciar autores homônimos com o mesmo ano de nascimento. Percebe-se, portanto, o estabelecimento de uma decisão local.

Há ainda o estabelecimento de campos de uso locais como o 190 para o cadastro de autoridades de doadores, e o campo 197 para assunto local, nos quais se observa que foi estabelecida uma decisão institucional para o uso desses campos. A DECTI indica como o campo 197 deve ser usado, por exemplo:

Termo livre usado preferencialmente para teses e dissertações que necessitam de termos não localizados nos vocabulários controlados. Optou-se pelo uso desse campo para aplicação da folksonomia restrita proposta na dissertação³⁷ da bibliotecária Fabiana Brigidi (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020d).

Importação de autoridades – inclui exemplo para importação de registros de autoridade de outros catálogos para o software usado pela Biblioteca. Ficando a critério do catalogador usar ou não essa funcionalidade.

Modelos de autoridade – inclui modelos de registros de autoridade que servem de base para a padronização na Biblioteca, os modelos estão agrupados de acordo com os campos 1XX do MARC 21 Autoridades.

Cadastro de autoridades (autor pessoa) – a Biblioteca abre a funcionalidade de cadastro de autor (nomes pessoais) para alguns servidores habilitados das bibliotecas setoriais da UFSC, e para atender a essa necessidade elaborou nesta subseção do Manual um passo a passo com orientações.

37 BRIGIDI, F. H. **Indexação híbrida**: vocabulário controlado e folksonomia. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação)-Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/UDESC0026-D.pdf>. Acesso em: 07 maio 2020.

Catálogo: nesta seção do Manual a Biblioteca informa que utiliza a segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano, revisão de 2002, utilizando como suportes para a catalogação, dentre outros, os seguintes documentos: formato MARC 21 em língua inglesa³⁸ e portuguesa³⁹, manual do software utilizado pela Biblioteca, e o livro “Catalogação de Recursos Bibliográficos” de autoria da Antonia Motta de Castro Memória Ribeiro. A figura a seguir é a tela do Manual correspondente à seção Catalogação:

Figura 7 – Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC – Catalogação

The screenshot shows the website interface for the DECTI/BU/UFSC manual. The header is blue with the UFSC logo and the title 'Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC'. A search bar is located in the top right. The main content area is white and features a sidebar on the left with a menu of navigation links. The central text describes the cataloging process, mentioning the use of the Anglo-American Cataloging Code (AACR) revision of 2002 and the MARC 21 format in both English and Portuguese. A list of links is provided at the bottom of the main text. On the right side, there are two boxes: 'Favoritos' (Favorites) with links to various portal resources, and 'CONTATOS' (CONTACTS) with contact information for the DECTI/BU/UFSC.

DECTI

Início
Apresentação »
Aquisição »
Autoridades »
Catalogação »
Classificação »
Tratamento físico »
Mapa do site

Catálogo

Catálogo

A catalogação realizada na DECTI está fundamentada na 2. ed. do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR), revisão de 2002, e utiliza como suporte os seguintes documentos: o **Formato MARC 21 em língua inglesa** e sua **versão em língua portuguesa** disponíveis, respectivamente, pela *Library of Congress* (LC) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); o manual do módulo de catalogação do sistema Pergamum; a obra de Antonia Motta de Castro Memória Ribeiro, “Catalogação de Recursos Bibliográficos”, entre outros.

O material a ser catalogado é separado por área de conhecimento e distribuído aos bibliotecários catalogadores do setor, responsáveis por determinadas áreas e/ou tipos de materiais.

Vale destacar que as atividades de catalogação na Biblioteca Universitária (BU) são centralizadas e realizadas pela DECTI. As Bibliotecas Setoriais participantes da BU/UFSC devem enviar à DECTI, os materiais selecionados cujos títulos não estiverem catalogados para que seja realizado tal processo. A centralização se dá em virtude da necessidade de controle para garantir a consistência do catálogo da BU/UFSC e está baseada nas decisões e regras descritas neste site e em manuais internos.

- [Cadastro bibliográfico](#)
- [Campos MARC 21](#)
- [Decisões quanto à catalogação](#)
- [Importação](#)
- [Modelos de catalogação](#)

Favoritos

Portal BU/UFSC
Catálogo BU/UFSC
Processos BU/UFSC
Documentos de gestão
Principais fontes de pesquisa

CONTATOS

Telefone: (48) 3721-4893
E-mail: decti.bu@contato.ufsc.br

Localização: Prédio da Biblioteca Central, UFSC
De segunda a sexta-feira das 7h30min às 20h.

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2020e).

Esta seção traz ainda informações sobre a organização da distribuição do trabalho no setor:

O material a ser catalogado é separado por área de conhecimento e distribuído aos bibliotecários catalogadores do setor, responsáveis por determinadas áreas e/ou tipos de materiais.

38 Disponível em: <http://www.loc.gov/marc/bibliographic/>

39 Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/>

Vale destacar que as atividades de catalogação na Biblioteca Universitária (BU) são **centralizadas** e realizadas pela DECTI. As Bibliotecas Setoriais participantes da BU/UFSC devem enviar à DECTI, os materiais selecionados cujos títulos não estiverem catalogados para que seja realizado tal processo. **A centralização se dá em virtude da necessidade de controle para garantir a consistência do catálogo** da BU/UFSC e está baseada nas decisões e regras descritas neste site e em manuais internos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020e, grifo nosso).

Tal trecho revela a preocupação com a manutenção da consistência do catálogo da Biblioteca, bem como a organização dos profissionais disponíveis em áreas de conhecimento específicas.

Como subseções da seção de catalogação do Manual, têm-se: **Cadastro bibliográfico** – inclui os procedimentos práticos para inserção de novo registro bibliográfico no software utilizado pela Biblioteca e um link para a seção seguinte: campos MARC 21.

Campos MARC 21 – “compreende a maioria dos campos utilizados durante a catalogação. Os campos 007 e 008 são fixos e relacionam-se com a descrição física do item. Os demais campos são variáveis” (MANUAL..., 2020). É informado nesta seção que a DECTI padronizou tabelas de preenchimento automático no software para campos de notas ou informações padronizadas, dessa maneira, basta o catalogador começar a digitar o dado e escolher a opção em uma lista exibida pelo software. Os campos de uso exclusivos para determinados tipos de materiais são indicados ao lado do link para cada campo, bem como a possibilidade ou não de o campo ser utilizado mais de uma vez num mesmo registro (R para repetitivo, e NR para não repetitivo, como é apresentado no portal oficial do formato MARC 21⁴⁰).

Destaca-se dessa seção o preenchimento do campo 020, como exemplo de uma decisão a ser tomada em bibliotecas em geral: diz respeito à escolha do preenchimento do campo de *International Standard Book Number* (ISBN) somente com números ou com números e traços. Em relação a esta decisão, a BU/UFSC adotou a opção de utilizar somente números.

Nesta seção também contém a especificação de campos de uso local, por exemplo, os campos: 590, adotado para notas definidas pela Biblioteca; o campo 591, por sua vez, é utilizado para identificar coleções locais específicas; e por fim, o campo 595: “utilizado apenas nas catalogações de dissertações e teses. [...] quando

40 Disponível em: <http://www.loc.gov/marc/>

o material principal vier acompanhado de adicional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020e).

Entre maio⁴¹ e setembro de 2020, o Manual ganhou uma nova subseção: **Dados abertos** – disposta dentro da seção de Catalogação do Manual, na qual se especifica que

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, acompanhando as iniciativas de dados abertos governamentais e inspirada pelos movimentos de conteúdo aberto e acesso aberto, a DECTI disponibiliza seus dados bibliográficos e de autoridade de duas formas principais: via protocolo Z39.50 (permitindo que se faça buscas por registros bibliográficos específicos) e via arquivos brutos ISO 2709 (formato MARC tradicional, bibliográfico e autoridade).

Todos os registros disponibilizados estão na codificação de caracteres UTF-8 (NFC) e sob licença Creative Commons 0 (CC0 1.0). A atualização desses dados é feita anualmente (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020g).

Percebe-se que houve preocupação por parte da instituição quanto à deixar registrada e divulgada sua decisão sobre a abertura dos dados do catálogo.

Decisões quanto à catalogação – relata decisões específicas tomadas para tornar o catálogo uniforme e consistente, tais como: os artigos iniciais a serem desconsiderados de acordo com os principais idiomas dos livros que a Biblioteca possui; uso da tabela Cutter para autores – a Biblioteca decidiu não adotar diferenciação na notação do Cutter quando existirem obras com o mesmo número de chamada; fontes de pesquisa adotadas para os dados bibliográficos e de autoridades⁴²; elaboração ou não de registros exclusivos para materiais adicionais; uso de notas locais etc.

Importação – inclui orientações para a importação de registros diretamente pelo software utilizado pela Biblioteca.

Modelos de catalogação – inclui modelos de registros bibliográficos de acordo com o tipo de material e seus diferentes suportes e conteúdos: brinquedo, dissertação impressa, dissertação on-line, gravação de som, livro bilíngue, livro didático do aluno, objeto etc.

Classificação: nesta seção do Manual a Biblioteca informa que utiliza a CDU e suas versões expandidas, nas edições de 1974, 1976, 1987 e 1997. Inclui exemplos de textos explicativos que podem ser adicionados à notação no software

41 Quando foi realizada a análise dos documentos desta instituição.

42 Observa-se que nesta parte são acrescentadas fontes que não foram citadas na seção de autoridades do Manual, como as fontes: Agrovoc (<http://aims.fao.org/standards/agrovoc/functionalities/search>) e Orcid (<https://orcid.org/>).

utilizado pela Biblioteca. Como subseções, têm-se: decisões quanto à classificação, localizações das obras e ordem de citação.

Figura 8 – Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC – Classificação

The screenshot shows the website interface for the DECTI/BU/UFSC manual. The header includes navigation links like 'BRASIL', 'CORONAVÍRUS (COVID-19)', and 'Simplifique!'. The main content area is titled 'Classificação' and contains a paragraph explaining the use of the 'Classificação Decimal Universal (CDU)'. Below this is a form with the following fields:

- Código:** 533.6
- Tipo de área de conhecimento:** 1 - CDU
- Descrição:** Aerodinâmica
- Área superior:** 53
- Edição:** 1974
- Texto explicativo:** Versão expandida da CDU para a classe 53.

On the right side, there are sections for 'Favoritos' (listing Portal BU/UFSC, Catálogo BU/UFSC, etc.) and 'CONTATOS' (providing phone and email information).

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2020f).

As decisões quanto à classificação se referem à uniformização do uso da CDU para: biografias e autobiografias, eventos, histórias em quadrinhos, livros online, normas técnicas, obras de design, obras de educação, de estatística, de gestão do conhecimento, periódicos, dentre outros.

A subseção de localizações e coleções inclui orientações quanto ao preenchimento de detalhes do exemplar no catálogo (tais como se ele está disponível no acervo e se a consulta é local ou não, por exemplo), e se o item será carimbado e etiquetado, se receberá fita magnética e fitas sinalizadoras de consulta local. Esta orientação é dada para cada coleção, tanto para aquelas localizadas na Biblioteca Central, quanto nas Bibliotecas Setoriais.

Na subseção de ordem de citação, a DECTI disponibiliza uma tabela de orientação com os sinais utilizados pela CDU, cuja ordem poderá ser seguida no uso da classificação.

Tratamento físico: por fim, a última parte de interesse para análise é a seção do Manual que dá diretrizes para o tratamento físico.

A Divisão de Tratamento Físico é a responsável por coordenar o preparo físico do material bibliográfico da BU. Nesta parte do Manual a Divisão dá orientações quanto a: inclusão de exemplares no software de gerenciamento do catálogo; atividades de emissão de etiquetas, carimbos, e aplicação de dispositivo antifurto; encadernação e restauro; logística de distribuição dos acervos das unidades da BU.

Figura 9 – Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC – Tratamento físico

The screenshot shows the website interface for the 'Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC'. The main heading is 'Tratamento físico'. Below the heading, there is a description of the division's responsibilities and a list of tasks:

- Realizar **inclusão de exemplares** no Pergamum;
 - Provenientes de compra;**
 - Provenientes de doação;**
- realizar as atividades de **emissão de etiquetas, carimbos**, aplicação de **dispositivo antifurto**;
- gerenciar as atividades de **encadernação** e restauro;
- coordenar a logística de distribuição dos acervos das unidades da BU e realizar atendimento ao usuário para liberação de acervo;
 - Alteração de exemplar;**
 - Incorporação de acervos da UFSC;**
 - Localização de exemplar.**

The right sidebar contains 'Favoritos' (Portal BU/UFSC, Catálogo BU/UFSC, Processos BU/UFSC, Documentos de gestão, Principais fontes de pesquisa) and 'CONTATOS' (Telefone: (48) 3721-4893, E-mail: decti.bu@contato.ufsc.br, Localização: Prédio da Biblioteca Central, UFSC, De segunda a sexta-feira das 7h30min as 20h).

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2020h).

A seguir apresentam-se os quadros com os indicadores de análise para o corpus identificado. Em primeiro lugar o quadro 14, de avaliação geral:

Quadro 14 – Indicadores de avaliação geral do corpus de análise (UFSC)

Indicadores gerais	UFSC	Observação/Justificativa
Contexto de produção	presente	Objetiva padronizar o trabalho; otimizar o tempo; servir de guia e histórico para a realização das tarefas, documentar as decisões tomadas, dentre outros. A criação da página web justifica-se pela necessidade de aplicar-se atualizações mais rápidas ao Manual de processos técnicos da DECTI, divulgados para os servidores em uma primeira edição (2013) e uma segunda edição (2015)
Orientações para o preenchimento de campos de dados bibliográficos	presente	-
Orientações para o preenchimento de campos de dados de autoridade	presente	-
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Descritiva	presente	Exemplo: adota catalogação centralizada
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Temática	ausente	Apresenta apenas diretrizes para a criação de assuntos dentro do registro MARC 21 dentro do Manual, e documento separado com diretrizes específicas para a indexação de artigos de periódicos da UFSC
Layout/Forma de apresentação	página web on-line	-
Emissor	DECTI	-
Destinatário	integrantes da DECTI	-
Responsabilidades explícitas	presente	Indica que a DECTI é responsável pela catalogação centralizada e as bibliotecas setoriais devem enviar à DECTI os materiais selecionados cujos títulos não estiverem catalogados para que seja realizado tal processo
Indicação de data de alteração	presente	-
Indicação do fluxo dos processos	presente	Indica que o material a ser catalogado é separado por área de conhecimento e distribuído aos bibliotecários catalogadores do setor, responsáveis por determinadas áreas e/ou tipos de materiais

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O quadro 15 a seguir foi elaborado com o propósito de avaliar se os documentos analisados estão em consonância com os princípios gerais da ICP.

Quadro 15 – Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado (UFSC)

Princípio geral	UFSC	Observação/Justificativa
Interesse do usuário	implícito	Não demonstra claramente a relação entre as decisões tomadas na catalogação e os usuários da instituição; apenas contextualiza em parte a DECTI e suas divisões dentro da instituição
Uso comum	implícito	Define claramente os instrumentos adotados (AACR2r e MARC 21); aponta diretrizes para o específicas para pontos de acesso adicionais; entretanto, deixa as formas variantes dos nomes a critério do catalogador
Representação	implícito	Define os elementos de dados e campos que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades, apesar de não indicar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação
Acurácia	implícito	Indica fontes de informação externas autorizadas para a pesquisa de autoridades
Suficiência e necessidade	implícito	Define claramente os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades
Significação	implícito	Define claramente os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades
Economia	implícito	Indica fontes de informação externas autorizadas para a pesquisa de autoridades, e deixa a critério do catalogador a importação de registros de autoridade, e dá instruções mais específicas para os registros bibliográficos; dispõe fluxogramas com o mapeamento de processos, dispostos em uma página própria para a qual o Manual direciona em algumas situações por meio de links ⁴³
Consistência e normalização	implícito	Define e lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; define os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades
Integração	implícito	Lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; apresenta explicações detalhadas sobre soluções e decisões locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados
Interoperabilidade	implícito	Define e lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; traz orientações práticas para a importação de dados

(continua)

43 Disponível em: <https://processos.bu.ufsc.br/tratamento-da-informacao/>. Acesso em: 19 set. 2020.

(conclusão)

Princípio geral	UFSC	Observação/Justificativa
Abertura	implícito	Disponibiliza o Manual para acesso público; registra a opção de disponibilizar seus dados bibliográficos e de autoridade de duas formas principais: via protocolo Z39.50 (permitindo que se faça buscas por registros bibliográficos específicos) e via arquivos brutos ISO 2709 (formato MARC tradicional, bibliográfico e autoridade), entretanto, não cita a ICP
Acessibilidade	implícito	Disponibiliza o Manual para acesso público e também o próprio OPAC, porém não identificou-se menções específicas à acessibilidade; orienta o preparo físico e o armazenamento dos itens
Racionalidade	implícito	Apresenta explicações detalhadas sobre soluções e decisões locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Por fim, o quadro 16 identifica qual a terminologia citada no corpus analisado e sua possível correlação com as ICPs.

Quadro 16 – Terminologia adotada no corpus analisado (UFSC)

Termos	UFSC	Observação/Justificativa
<i>Termos presentes nos Princípios de Paris</i>		
Entrada principal	x	Adota o termo “entrada principal” ao se referir aos campos 1XX do MARC 21 bibliográfico
Entrada secundária	x	Adota o termo “entrada secundária” ao se referir aos campos 7XX do MARC 21 bibliográfico
Livros	x	Adota o termo “obra” em geral, e “livro” para identificar o tipo específico de recurso (livro bilíngue, livro didático etc.)
Autores	x	Adota a palavra “autor” para designar o conteúdo do campo 100 do MARC 21 bibliográfico e autoridades
Ficha catalográfica	-	
Obra, edição	x	
Assunto	x	Adota o termo “assunto” ao se referir aos campos 6XX do MARC 21 bibliográfico
Unidade bibliográfica	-	
Título uniforme	x	
Remissiva	x	
<i>Termos introduzidos e/ou adotados pela Declaração de 2009</i>		
Ponto de acesso	x	Utiliza o termo “ponto de acesso” para designar os campos 1XX do MARC 21 autoridades
Ponto de acesso adicional	-	

(continua)

(conclusão)

Termos	UFSC	Observação/Justificativa
<i>Termos introduzidos e/ou adotados pela Declaração de 2009</i>		
Recursos bibliográficos	-	Adota o termo “obra” em geral, e “livro” para identificar o tipo específico de recurso (livro bilíngue, livro didático etc.)
Criadores	-	Adota a palavra “autor” apenas para nomes pessoais, para designar o conteúdo do campo 100 do MARC 21 bibliográfico e autoridades
Registros bibliográficos	x	
Registros de autores/autoridades	x	
Obra	x	
Expressão	-	
Manifestação	-	
Item	x	
Conceito, evento, objeto, lugar	-	
Forma autorizada do nome	-	
Forma variante do nome	-	Adota os termos “remissiva ver/ver também”
Tipo de conteúdo	-	
<i>Termos modificados e/ou adotados na Declaração de 2016</i>		
Dados bibliográficos	-	Utiliza o termo “dados” apenas para se referir ao conteúdo dos campos de dados do MARC 21
Dados de autoridade	-	
<i>Thema</i>	-	
Forma do conteúdo	-	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observou-se que o caminho para localizar o Manual não está tão claro na página inicial da Biblioteca, é preciso clicar na opção “Bibliotecas do Sistema”, disposto no menu principal da página inicial da Biblioteca Universitária; escolher a opção “Biblioteca Universitária (Centralização administrativa e técnica)”; clicar em “Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (DECTI)”; e, por fim, no link “Manual de Processos Técnicos”.

Notou-se que não é explicitado o nível de exaustividade da descrição adotado, mas talvez em sua realidade não se faça necessário, pois as atividades de catalogação são centralizadas.

Como foi mostrado anteriormente, a instituição incluiu recentemente sua decisão sobre a abertura de dados do catálogo, na subseção “Dados abertos”, o que

é um indício de sua preocupação em explicitar e divulgar seus procedimentos e decisões tomadas em relação ao catálogo.

5.2.3 *Universidade de Brasília*

A Universidade de Brasília (UnB) foi inaugurada em 21 de abril de 1962, dois anos após a fundação da nova capital federal (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2016a). Possui como missão

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãs éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, c2016b).

Possui 138 cursos de graduação ativos, 91 cursos de mestrado e 69 de doutorado, além de cursos de especialização; 2.573 docentes, 3.171 técnicos administrativos e aproximadamente 48.000 alunos. Possui cinco campi e um Hospital Universitário (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2019).

Sua Biblioteca Central (BCE) e suas Bibliotecas Setoriais são os órgãos da Universidade responsáveis por prover informações às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UnB. O Sistema de Bibliotecas (SiB-UnB) é composto por uma Biblioteca Central, inaugurada no mesmo ano da fundação da Universidade, e cinco Bibliotecas Setoriais (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018).

Disponibiliza documentos normativos diversos em seu site, tais como: instruções normativas sobre o acesso e consulta a coleções especiais; regulamentos e normas para o uso dos espaços da Biblioteca e regras de convivência nesses espaços; pagamento de multas de atraso; normas para aquisição de livros, para o envio de teses e dissertações para seu Repositório Institucional, entre outros (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [201-?]b).

O SiB-Unb é administrativamente composto pela Direção da BCE, uma Direção Adjunta da BCE, e as Coordenadorias de Administração e Orçamento; de Formação e Desenvolvimento de Acervos; de Gestão da Informação Digital; de Atendimento aos Usuários; e de Bibliotecas Setoriais. A essas Coordenadorias são vinculados Setores. Um desses Setores é o de Organização da Informação, vinculado à Coordenadoria de Formação e Desenvolvimento de Acervos (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [201-?]c).

O site da BCE possui uma aba para publicações⁴⁴, cujo objetivo é disponibilizar “publicações da instituição, cujo teor seja de interesse público”. O único documento disponível até então são as *Diretrizes para a gestão e o processamento técnico do acervo de partituras do SiB-UnB* (BAIRRAL; LOURENÇO, 2018), identificado para compor o corpus de análise desta pesquisa. Este documento foi o único documento orientador para o processamento técnico localizado no site da instituição, constituindo-se dessa forma um objeto de interesse para análise nesta pesquisa.

Figura 10 – Capa das diretrizes do SiB-UnB



Fonte: Bairral e Lourenço (2018).

O objetivo do documento é “nortear e orientar o trabalho de estagiários, técnicos e bibliotecários que trabalham ou venham a trabalhar com o acervo de

44 Disponível em: <https://bce.unb.br/publicacoes/>. Acesso em: 15 maio 2020.

partituras do SiB-UnB” (BAIRRAL; LOURENÇO, 2018, p. 11). Sua construção contou com a contribuição de especialistas em música e bibliotecários com experiência em acervos deste gênero, por meio do oferecimento de capacitações à equipe da BCE durante o período de 2014 a 2018.

Percebe-se a preocupação com os usuários do acervo de partituras da Universidade ao afirmar que:

Um acervo de partituras é um acervo peculiar no qual se faz necessária uma preparação específica direcionada para os diversos tipos de suporte que trazem o texto musical. Prevê também a seleção de material que possa trazer informações ao usuário identificado nos alunos de prática instrumental, professores, músicos em geral e pesquisadores das diversas áreas da pesquisa em música. Para atender aos diversos tipos de perfil de usuários, as reflexões elaboradas pelos profissionais que produziram estas Diretrizes foram voltadas para facilitar a organização e a localização do tipo de obra musical que atende aos interesses do usuário (BAIRRAL; LOURENÇO, 2018, p. 11).

A equipe encarregada pela elaboração das Diretrizes se responsabilizou em atualizá-las periodicamente, de acordo com as necessidades de seus usuários e em função da descoberta de novas informações.

Figura 11 – Sumário das diretrizes do SiB-UnB

SUMÁRIO	
APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - Musicologia e Biblioteconomia	13
CAPÍTULO 2 - Histórico do acervo de partituras da Biblioteca Central da UnB	17
CAPÍTULO 3 - Procedimentos gerais e critérios para a formação do acervo de partituras	24
CAPÍTULO 4 - Segurança: disponibilização ao usuário e carimbagem	34
CAPÍTULO 5 - Definição de critérios e ações para a conservação e a restauração das partituras	41
CAPÍTULO 6 - Catalogação de partituras em formato impresso	45
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	73
Anexo A – Exemplos de registro em outras bibliotecas	73
Anexo B – Fontes úteis para catalogação de partituras	79
Anexo C – Tabela de tonalidades e modos	81
Anexo D – Anotações do curso Música: objeto sonoro, objeto documental	83
Lista de figuras	87
Sobre os Autores	88

Fonte: Bairral e Lourenço (2018).

As Diretrizes estão organizadas conforme proposto no sumário (Figura 11). O capítulo 1 explica que a construção das Diretrizes foi feita pelos bibliotecários, com sua especialidade em catalogação, em conjunto com profissionais musicólogos que compreendem a linguagem técnica da música.

No capítulo 2 é contado o histórico da criação desse acervo, composto por aproximadamente 5 mil títulos. É relatado que com a migração dos softwares utilizados pela BCE (modificado duas vezes) houve perda de dados e muitas obras ficaram fora do alcance dos usuários.

O capítulo 3 trata dos procedimentos gerais e critérios para a formação do acervo de partituras, incluindo: doações – identificação, alocação e fluxo de

tratamento e disponibilização; critérios adotados para a formação do acervo, quantidade de itens por tipologia de partituras; critérios de seleção e descarte; os diferentes tipos de edições estabelecidos para partituras; critérios de raridade para partituras, incluindo a diferença adotada para exemplares antigos, raros e valiosos. Verificou-se que esse capítulo assemelha-se a uma política de desenvolvimento de coleções para o acervo de partituras.

O capítulo 4, Segurança, define os critérios de acesso à e identificação (carimbos utilizados) da coleção.

No capítulo 5 são definidos os critérios e ações para a conservação e a restauração das partituras, incluindo orientações para: o diagnóstico do estado de conservação; procedimentos de conservação e restauração, guarda e acondicionamento.

O capítulo 6 é o que traz orientações específicas para a catalogação de partituras, mais especificamente aquelas que se apresentam em formato impresso. Indica os campos e subcampos MARC 21 utilizados para registrar os dados bibliográficos, além de orientações para registrar partituras que se apresentam encadernadas juntas, em forma de coletâneas de um mesmo compositor, e em forma de coletâneas criadas por compositores diferentes. Neste capítulo constam ainda as regras definidas pela instituição para o preenchimento dos campos MARC 21 designados anteriormente: quanto à designação de autoria, atribuição de títulos, identificação de edição, imprensa, descrição física, meios de execução, designação numérica de obra musical, tonalidade, número do editor e número de chapa.

Quanto à padronização dos títulos, a instituição adota o uso de registros de autoridade do tipo nome-título para padronização de títulos compostos (exemplo: 100 1# \$a Beethoven, Ludwig van, \$d 1770-1827. \$t Sinfonia \$n n. 3, op. 55 \$r em Mi bemol maior), com remissivas para as outras formas pelas quais a obra também é conhecida.

Quanto aos assuntos, a BCE indica consultar os catálogos das Bibliotecas da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, e a Alberto Nepomuceno, da Escola de Música da UFRJ. Orienta ainda a criação de um vocabulário controlado próprio para partituras, utilizando a nota 680 (nota geral de acesso público) para distinguir entre este vocabulário e o vocabulário controlado padrão do SiB-UnB.

Inclui como anexos: exemplos de dados bibliográficos de partituras de outras instituições; indicação de fontes para a catalogação de partituras; tabela de tonalidades e modos; anotações do curso “Música: objeto sonoro, objeto documental”. E, por fim, uma breve biografia dos autores das Diretrizes.

A seguir apresentam-se os quadros com os indicadores de análise para o corpus. Em primeiro lugar o quadro 17, de avaliação geral:

Quadro 17 – Indicadores de avaliação geral do corpus de análise (UnB)

Indicadores gerais	UnB	Observação/Justificativa
Contexto de produção	presente	Objetiva nortear e orientar o trabalho de estagiários, técnicos e bibliotecários que trabalham ou venham a trabalhar com o acervo de partituras do SiB-UnB; facilitar a organização e a localização do tipo de obra musical que atende aos interesses do usuário
Orientações para o preenchimento de campos de dados bibliográficos	presente	-
Orientações para o preenchimento de campos de dados de autoridade	presente	-
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Descritiva	ausente	-
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Temática	presente	-
Layout/Forma de apresentação	documento pdf, disponível para acesso on-line	-
Emissor	bibliotecários em conjunto com docentes e discentes do Departamento de Música da Universidade	-
Destinatário	estagiários, técnicos e bibliotecários que trabalham ou venham a trabalhar com o acervo de partituras do SiB-UnB	-
Responsabilidades explícitas	ausente	-
Indicação de data de alteração	presente	-

(continua)

(conclusão)

Indicadores gerais	UnB	Observação/Justificativa
Indicação do fluxo dos processos	presente	Indica que após o processo de seleção, carimbagem e pré-catalogação, as obras deverão passar pelos processos de higienização e restauração e pelo processo de catalogação de material impresso e então disponibilizadas ao usuário

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O quadro 18 a seguir foi elaborado com o propósito de avaliar se os documentos analisados estão em consonância com os princípios gerais da ICP.

Quadro 18 – Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado (UnB)

Princípio geral	UnB	Observação/Justificativa
Interesse do usuário	implícito	Apesar de não citar a ICP, afirma que pretende-se manter atualizações periódicas das Diretrizes, contextualizando seu conteúdo de acordo com as necessidades de seus usuários e em função de possíveis descobertas de novas informações; apresenta contextualização apenas do acervo de partituras na Biblioteca
Uso comum	implícito	Apresenta orientações para o uso de formas variantes dos nomes e pontos de acesso adicionais, bem como sobre os pontos de acesso a serem atribuídos conforme as particularidades dos documentos
Representação	implícito	Define minimamente os elementos de dados utilizados, apesar de não especificar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação
Acurácia	implícito	Indica fontes de informação externas úteis para a catalogação de partituras, e traz exemplos retirados de catálogos de outras instituições
Suficiência e necessidade	implícito	Define minimamente os elementos de dados utilizados, apesar de não especificar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação
Significação	implícito	Define minimamente os elementos de dados utilizados, apesar de não especificar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação
Economia	implícito	Não possui fluxogramas, mas indica o fluxo do registro de partituras na Biblioteca

(continua)

(conclusão)

Consistência e normalização	implícito	Define minimamente os elementos de dados utilizados, apesar de não especificar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação; bem como indica fontes de informação externas úteis para a catalogação de partituras, e traz exemplos retirados de catálogos de outras instituições
Integração	implícito	Indica fontes de informação externas úteis para a catalogação de partituras, e traz exemplos retirados de catálogos de outras instituições; apresenta explicações detalhadas sobre soluções e decisões locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados
Interoperabilidade	implícito	Indica apenas as fontes de informação externas úteis para a catalogação de partituras, e traz exemplos retirados de catálogos de outras instituições
Abertura	implícito	Disponibiliza as Diretrizes para acesso público
Acessibilidade	implícito	Disponibiliza as Diretrizes para acesso público e também o próprio OPAC, porém não identificou-se menções específicas à acessibilidade; orienta o preparo físico e o armazenamento dos itens
Racionalidade	implícito	Apresenta explicações detalhadas sobre soluções e decisões locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Por fim, o quadro 19 identifica qual a terminologia citada no corpus analisado e sua possível correlação com as ICPs.

Quadro 19 – Terminologia adotada no corpus analisado (UnB)

Termos	UnB	Observação/Justificativa
<i>Termos presentes nos Princípios de Paris</i>		
Entrada principal	x	Adota o termo “entrada principal” ao se referir tanto ao autor, como ao título
Entrada secundária	x	Adota o termo “entrada secundária” ao se referir aos campos 7XX do MARC 21 bibliográfico, como aos demais autores além do “principal”
Livros	-	Adota o termo “obra” em geral, e “partitura” para identificar o tipo específico de recurso
Autores	x	Considera “autor” a pessoa principal responsável pela criação do conteúdo de uma obra
Ficha catalográfica	-	
Obra, edição	x	
Assunto	x	Adota o termo “assunto” ao se referir aos campos 6XX do MARC 21 bibliográfico
Unidade bibliográfica	-	
Título uniforme	x	

(continua)

(conclusão)

Termos	UnB	Observação/Justificativa
<i>Termos presentes nos Princípios de Paris</i>		
Remissiva	-	Não utiliza o termo remissiva, nem outro termo com o mesmo significado, apesar de dar exemplos de preenchimento dos campos 4XX do MARC 21 autoridades
<i>Termos introduzidos e/ou adotados pela Declaração de 2009</i>		
Ponto de acesso	-	
Ponto de acesso adicional	-	
Recursos bibliográficos	-	Adota o termo “obra” em geral, e “partitura” para identificar o tipo específico de recurso
Criadores	-	Adota a palavra “autor” para designar a pessoa principal responsável pela criação do conteúdo de uma obra
Registros bibliográficos	x	
Registros de autores/autoridades	x	
Obra	x	
Expressão	-	
Manifestação	-	
Item	x	
Conceito, evento, objeto, lugar	-	
Forma autorizada do nome	-	
Forma variante do nome	-	
Tipo de conteúdo	-	
<i>Termos modificados e/ou adotados na Declaração de 2016</i>		
Dados bibliográficos	-	Utiliza o termo “dados” apenas para se referir ao conteúdo de alguns campos de dados do MARC 21
Dados de autoridade	-	
<i>Thema</i>	-	
Forma do conteúdo	-	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observou-se que do total de 91 páginas do documento, cerca de 42 apenas são dedicadas aos aspectos do registro dos dados bibliográficos e de autoridades das partituras, configurando-se, portanto, como um manual de catalogação, de acordo com o entendimento pré-definido para esta pesquisa, pois apresenta essencialmente orientações e exemplos para o preenchimento de campos de descrição. O restante do documento é dedicado a uma introdução ao tema, histórico

do acervo de partituras, orientações para a formação e o desenvolvimento do acervo e sua segurança, armazenamento e conservação.

Destaca-se que apesar de a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação não ser citada nas Diretrizes, é afirmado que pretende-se manter atualizações periódicas das Diretrizes, contextualizando seu conteúdo de acordo com as **necessidades de seus usuários** e em função de possíveis descobertas de novas informações. Portanto, vê-se claramente a preocupação com os interesses dos usuários. Além do fato de que esses tiveram representantes no desenvolvimento do documento, uma vez que uma equipe de especialistas contribuiu ativamente com sua elaboração.

5.2.4 Síntese comparativa das instituições

Esta subseção compreende o tratamento, a inferência e a interpretação dos resultados obtidos na análise das políticas e manuais das Universidades e sua interpretação. De acordo com Bardin (2016) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação consiste no tratamento dos resultados de maneira a serem significativos e válidos, podendo ser aplicadas operações estatísticas que permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras, modelos etc. que condensam e salientam as informações fornecidas pela análise. Nesta seção apresentam-se os quadros de análise propostos na seção 2 deste trabalho, agregando os resultados da análise dos documentos dos três Sistemas de Bibliotecas que compõem o corpus.

Em primeiro lugar, em relação aos Sistemas de Bibliotecas das Universidades pode-se perceber:

a) quanto à comunidade atendida: a UFSC é a que possui o maior número de usuários potenciais (cerca de 70.000), dentre eles técnicos administrativos em educação, docentes e discentes, e além dos cursos de nível superior, atende ainda a estudantes de ensino médio, fundamental e básico. Em segundo lugar está a UFRGS com mais de 58.890 pessoas que compõem a comunidade acadêmica, sendo portanto os usuários potenciais dos serviços de suas bibliotecas. E em terceiro a UnB, que possui cerca de 54.000 pessoas pertencentes à sua comunidade acadêmica;

- b) quanto aos acervos: identifica-se o da UFRGS como sendo provavelmente o mais antigo, pois a criação da Universidade remonta ainda o século XIX, enquanto que a UFSC e a UnB foram criadas na década de 1960. Entretanto, o acervo de partituras da UnB também possui exemplares datados do período do Império no Brasil;
- c) quanto aos códigos e instrumentos adotados: todas utilizam o AACR2r e o MARC 21; e
- d) quanto ao tamanho do Sistema: o da UFRGS é o que agrega o maior número de bibliotecas: 1 central, 28 setoriais, 1 depositária da ONU e 1 de ensino básico. Seguida pela UFSC, que é composta por 1 biblioteca central, 10 setoriais e 1 sala de leitura. E o da UnB, por fim, é composto pela biblioteca central e 5 setoriais.

O quadro 20 a seguir agrega os resultados dos indicadores gerais de análise para os três Sistemas de Bibliotecas:

Quadro 20 – Indicadores de avaliação geral do corpus de análise (UFRGS, UFSC e UnB)

Indicadores gerais	UFRGS	UFSC	UnB
Contexto de produção	presente	presente	presente
Orientações para o preenchimento de campos de dados bibliográficos	presente	presente	presente
Orientações para o preenchimento de campos de dados de autoridade	presente	presente	presente
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Descritiva	presente	presente	ausente
Orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Temática	presente	ausente	presente
Layout/Forma de apresentação	página web on-line	página web on-line	documento pdf, disponível para acesso on-line
Emissor	ausente	DECTI	bibliotecários em conjunto com docentes e discentes do Departamento de Música da Universidade
Destinatário	bibliotecas que compõem o SBUFRGS	integrantes da DECTI	estagiários, técnicos e bibliotecários que trabalham ou venham a trabalhar com o acervo de partituras do SiB-UnB

(continua)

(conclusão)

Indicadores gerais	UFRGS	UFSC	UnB
Responsabilidades explícitas	presente	presente	ausente
Indicação de data de alteração	ausente	presente	presente
Indicação do fluxo dos processos	presente	presente	presente

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observou-se que o documento analisado da UnB não possui diretrizes gerais para a Representação Descritiva, o que se justifica uma vez que o documento possui características apenas de um manual e não de uma política, bem como por ele ser de caráter estrito, a ser utilizado apenas para a descrição de partituras.

A UFRGS não possui indicação explícita do emissor do documento que pudesse ser identificada e nem datas de criação ou alteração dele. No caso da UnB não foram identificadas no documento as responsabilidades referentes à catalogação. E da UFSC não foram identificadas orientações ou diretrizes gerais quanto à Representação Temática, apesar de este não ser foco desta pesquisa, escolheu-se este indicador por ele estar presente nos documentos analisados dos outros dois Sistemas de Bibliotecas.

O quadro 21 a seguir agrega a avaliação dos documentos analisados quanto à consonância com os princípios gerais da ICP.

Quadro 21 – Ausência ou presença dos princípios gerais no corpus analisado (UFRGS, UFSC e UnB)

Princípio geral	UFRGS	Observação/Justificativa	UFSC	Observação/Justificativa	UnB	Observação/Justificativa
Interesse do usuário	ausente	Não demonstra claramente a relação entre as decisões tomadas na catalogação e os usuários da instituição; não contextualiza a instituição dentro das diretrizes	implícito	Não demonstra claramente a relação entre as decisões tomadas na catalogação e os usuários da instituição; apenas contextualiza em parte a DECTI e suas divisões dentro da instituição	implícito	Apesar de não citar a ICP, afirma que pretende-se manter atualizações periódicas das Diretrizes, contextualizando seu conteúdo de acordo com as necessidades de seus usuários e em função de possíveis descobertas de novas informações; apresenta contextualização apenas do acervo de partituras na Biblioteca
Uso comum	implícito	Define claramente o nível de descrição adotado; define claramente os instrumentos adotados (AACR2r e MARC 21); aponta diretrizes para o uso de formas variantes dos nomes e pontos de acesso adicionais (apresenta situações em que é necessário detalhar mais os registros de autoridade)	implícito	Define claramente os instrumentos adotados (AACR2r e MARC 21); aponta diretrizes para o específicas para pontos de acesso adicionais; entretanto, deixa as formas variantes dos nomes a critério do catalogador	implícito	Apresenta orientações para o uso de formas variantes dos nomes e pontos de acesso adicionais, bem como sobre os pontos de acesso a serem atribuídos conforme as particularidades dos documentos
Representação	implícito	Especifica a fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte; define claramente o nível de descrição adotado	implícito	Define os elementos de dados e campos que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades, apesar de não indicar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação	implícito	Define minimamente os elementos de dados utilizados, apesar de não especificar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação

(continua)

(continuação)

Princípio geral	UFRGS	Observação/Justificativa	UFSC	Observação/Justificativa	UnB	Observação/Justificativa
Acurácia	implícito	Especifica a fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte; indica fontes de informação externas autorizadas para a pesquisa de autoridades	implícito	Indica fontes de informação externas autorizadas para a pesquisa de autoridades	implícito	Indica fontes de informação externas úteis para a catalogação de partituras, e traz exemplos retirados de catálogos de outras instituições
Suficiência e necessidade	implícito	Define claramente o nível de descrição adotado; define os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	implícito	Define claramente os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	implícito	Define minimamente os elementos de dados utilizados, apesar de não especificar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação
Significação	implícito	Define claramente o nível de descrição adotado; define os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	implícito	Define claramente os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	implícito	Define minimamente os elementos de dados utilizados, apesar de não especificar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação

(continua)

(continuação)

Princípio geral	UFRGS	Observação/Justificativa	UFSC	Observação/Justificativa	UnB	Observação/Justificativa
Economia	implícito	Uma vez que adota catalogação cooperativa; apresenta fluxograma das diversas tarefas	implícito	Indica fontes de informação externas autorizadas para a pesquisa de autoridades, e deixa a critério do catalogador a importação de registros de autoridade, e dá instruções mais específicas para os registros bibliográficos; dispõe fluxogramas com o mapeamento de processos, dispostos em uma página própria para a qual o Manual direciona em algumas situações por meio de links ⁴⁵	implícito	Não possui fluxogramas, mas indica o fluxo do registro de partituras na Biblioteca
Consistência e normalização	implícito	Define e lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; define os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	implícito	Define e lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; define os elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	implícito	Define minimamente os elementos de dados utilizados, apesar de não especificar o nível de descrição adotado em relação ao código de catalogação; bem como indica fontes de informação externas úteis para a catalogação de partituras, e traz exemplos retirados de catálogos de outras instituições

(continua)

45 Disponível em: <https://processos.bu.ufsc.br/tratamento-da-informacao/>. Acesso em: 19 set. 2020.

(continuação)

Princípio geral	UFRGS	Observação/Justificativa	UFSC	Observação/Justificativa	UnB	Observação/Justificativa
Integração	implícito	Lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; apresenta explicações detalhadas sobre soluções locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados	implícito	Lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; apresenta explicações detalhadas sobre soluções e decisões locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados	implícito	Indica fontes de informação externas úteis para a catalogação de partituras, e traz exemplos retirados de catálogos de outras instituições; apresenta explicações detalhadas sobre soluções e decisões locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados
Interoperabilidade	implícito	Define e lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; traz orientações práticas para a importação de dados	implícito	Define e lista as instituições com as quais se permite intercambiar dados; traz orientações práticas para a importação de dados	implícito	Indica apenas as fontes de informação externas úteis para a catalogação de partituras, e traz exemplos retirados de catálogos de outras instituições
Abertura	implícito	Disponibiliza os manuais para acesso público	implícito	Disponibiliza o Manual para acesso público; registra a opção de disponibilizar seus dados bibliográficos e de autoridade de duas formas principais: via protocolo Z39.50 (permitindo que se faça buscas por registros bibliográficos específicos) e via arquivos brutos ISO 2709 (formato MARC tradicional, bibliográfico e autoridade), entretanto, não cita a ICP	implícito	Disponibiliza as Diretrizes para acesso público

(continua)

(conclusão)

Princípio geral	UFRGS	Observação/Justificativa	UFSC	Observação/Justificativa	UnB	Observação/Justificativa
Acessibilidade	implícito	Disponibiliza os manuais para acesso público e também o próprio OPAC, porém não identificou-se menções específicas à acessibilidade; orienta o preparo físico e o armazenamento dos itens	implícito	Disponibiliza o Manual para acesso público e também o próprio OPAC, porém não identificou-se menções específicas à acessibilidade; orienta o preparo físico e o armazenamento dos itens	implícito	Disponibiliza as Diretrizes para acesso público e também o próprio OPAC, porém não identificou-se menções específicas à acessibilidade; orienta o preparo físico e o armazenamento dos itens
Racionalidade	implícito	Apresenta explicações detalhadas sobre soluções locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados, apresentando seus manuais como documentos normalizadores e auxiliares para o processamento técnico	implícito	Apresenta explicações detalhadas sobre soluções e decisões locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados	implícito	Apresenta explicações detalhadas sobre soluções e decisões locais não previstas/esclarecidas nos instrumentos de representação adotados

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Há que se destacar que não foi observada nenhuma menção à acessibilidade explicitamente no âmbito dos catálogos, apesar de todos possuírem OPACs e divulgarem suas diretrizes on-line.

Destaca-se quanto ao princípio geral da abertura o Sistema de Bibliotecas da UFSC, que, apesar de não citar a ICP propriamente dita, registra e divulga a opção de disponibilizar seus dados bibliográficos e de autoridade de duas formas principais: via protocolo Z39.50 e via arquivos brutos ISO 2709.

Por fim, apesar de não se ter identificado em nenhum dos documentos analisados menção direta aos Princípios Internacionais de Catalogação, percebeu-se que em alguma medida todos incorporam a maioria dos seus princípios gerais. Acredita-se que na prática o uso dos Princípios Internacionais está possivelmente mais incorporado ao(s) código(s), como pode ser observado no quadro 22, a seguir, que demonstra os termos utilizados pelos Sistemas nos documentos avaliados.

Quadro 22 – Terminologia adotada no corpus analisado (UFRGS, UFSC e UnB)

Termos	UFRGS	UFSC	UnB
<i>Termos presentes nos Princípios de Paris</i>			
Entrada principal	x	x	x
Entrada secundária	x	x	x
Livros	-	x	-
Autores	-	x	x
Ficha catalográfica	-	-	-
Obra, edição	x	x	x
Assunto	x	x	x
Unidade bibliográfica	-	-	-
Título uniforme	x	x	x
Remissiva	x	x	-
<i>Termos introduzidos e/ou adotados pela Declaração de 2009</i>			
Ponto de acesso	-	x	-
Ponto de acesso adicional	-	-	-
Recursos bibliográficos	-	-	-
Criadores	-	-	-
Registros bibliográficos	x	x	x
Registros de autores/autoridades	x	x	x
Obra	x	x	x
Expressão	-	-	-

(continua)

(conclusão)

Termos	UFRGS	UFSC	UnB
<i>Termos introduzidos e/ou adotados pela Declaração de 2009</i>			
Manifestação	-	-	-
Item	-	x	x
Conceito, evento, objeto, lugar	-	-	-
Forma autorizada do nome	-	-	-
Forma variante do nome	-	-	-
Tipo de conteúdo	-	-	-
<i>Termos modificados e/ou adotados na Declaração de 2016</i>			
Dados bibliográficos	-	-	-
Dados de autoridade	-	-	-
<i>Thema</i>	-	-	-
Forma do conteúdo	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A respeito do termo “unidade bibliográfica”, que foi substituído por “manifestação” na ICP de 2009, não se observou nenhuma utilização. E sobre o termo “ficha catalográfica” percebeu-se que no universo estudado ele não é utilizado para designar o registro do catálogo.

Ressalta-se que alguns dos termos acima – a saber: autor, edição, entrada principal e secundária, item, ponto de acesso, recurso bibliográfico, remissiva e título uniforme – fazem parte do universo terminológico do AACR2r, adotado pelas três instituições, portanto, a utilização de tais termos pelas instituições não necessariamente significa que elas conhecem ou desconhecem ou não aplicam as Declarações. Mas depreende-se, dentro do possível, que há uma baixíssima adesão aos termos introduzidos pelos modelos conceituais (como expressão, manifestação, conceito, evento, objeto e lugar, por exemplo), e uma alta adesão à terminologia utilizada pelo AACR2r e pelo MARC 21.

Entende-se que a consistência dos dados bibliográficos e de autoridades favorece a recuperação precisa dos registros pelos usuários do catálogo. E, sendo as Universidades Públicas as instituições brasileiras nas quais a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico são mais avançados, pressupõe-se que a qualidade de suas bibliotecas, e, em especial do instrumento de recuperação dos itens do acervo – o catálogo – é um dos fatores que contribuem para o avanço científico e de qualidade nessas instituições.

Como foi observado durante a pesquisa documental nos sites dos sistemas/rede de bibliotecas das Universidades, apesar de todos os sistemas de bibliotecas possuírem algum tipo de documento normativo disponível, o que confirma o pressuposto levantado de que os profissionais que atuam em bibliotecas universitárias estejam mais propícios a pensarem sua prática e estabelecer políticas, bem como elaborar manuais técnicos em geral. Apesar disso, apenas 3 das 14 Universidades pesquisadas disponibilizam em seu site espécies de políticas e/ou manuais de catalogação.

Embora no recorte amostral aqui delimitado tenha se verificado que apenas 21% das Universidades pesquisadas disponibiliza algum tipo de política e/ou manual de catalogação, é possível que esses documentos existam, porém, não tenham sido divulgados ao público externo. É possível que eles sejam utilizados apenas internamente pela equipe da biblioteca. Portanto, pesquisas mais profundas sobre esse tema envolvendo documentação interna seriam necessárias para se ter uma panorama completo sobre a existência ou não de políticas e manuais de catalogação institucionais. Por outro lado, a disponibilidade de documentos normativos diversos nos faz perceber que as bibliotecas preocupam-se com a transparência de suas ações diante de seus usuários.

Ainda em relação à pesquisa documental nos sites dos sistemas/rede de bibliotecas das Universidades, evidenciou-se a necessidade de decisões locais em relação a aspectos relacionados não só à aplicação do código de catalogação, mas principalmente em relação ao uso dos campos MARC 21. Ainda que em pequena quantidade identificada por esta pesquisa, constata-se que as instituições analisadas possuem políticas e/ou manuais independentemente da adoção do RDA, pois as três instituições analisadas utilizam o AACR2r até esta data.

A seção a seguir apresenta as propostas de guias para a elaboração de políticas e manuais de catalogação, produto desta pesquisa oferecido à comunidade bibliotecária para que possam os ter como elementos norteadores para a construção de suas políticas e manuais de catalogação.

6 GUIAS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS E MANUAIS DE CATALOGAÇÃO

Para a elaboração desta seção levou-se em consideração especialmente os resultados da pesquisa bibliográfica e documental (cujos resultados compõem as seções 4 e 5). Além destes, considerou-se ainda como se apresentam os guias da IFLA, a saber IFLA (2001a, 2001b, 2003, 2008).

Optou-se por apresentar nesta seção, de forma acadêmica e científica, a justificativa, os elementos utilizados e as bases para a elaboração do guia para a elaboração de políticas de catalogação e do guia para manuais. Nos apêndices B e C se apresentam os guias propriamente ditos, com formatação própria, para que possa ser divulgado junto aos catalogadores e a bibliotecas e sistemas ou redes de bibliotecas, para que este seja um instrumento para orientar a elaboração de suas políticas e seus manuais de catalogação. Ou seja, os apêndices B e C se constituem como sendo os produtos resultantes dessa pesquisa.

De acordo com o *IFLA standards procedure* (IFLA, 2014) os guias desenvolvidos pela Instituição são planos detalhados ou explicações elaborados para prover assistência e estabelecer limites para determinadas ações. Em geral, eles especificam requisitos, fazem provisões, dão recomendações, e proveem instruções básicas baseadas em exemplos sobre uma ação ou um comportamento. É no sentido de se especificar requisitos e dar recomendações para a elaboração de políticas e manuais de catalogação que se desenvolveu os dois guias.

Em geral, a partir dos resultados desta pesquisa, percebeu-se que a pergunta chave para tomada de decisão sobre o que deve constar na política de catalogação é: “Isto estabelece limite à ação individual?” Se a resposta for afirmativa, será um forte candidato a constar na política. Se a resposta a tal questão for uma limitação da ação a nível operacional ou de execução e tomada de decisão rotineira, ou seja, a cada manifestação ou item a catalogar é necessário tomar a decisão, então seria melhor abrigado sob um ou vários manual(is) de catalogação, ou outros documentos administrativos, conforme a necessidade local.

Para clarificar e ajudar a bibliotecários a elaborarem suas políticas e manuais de catalogação, estabelecendo delimitações sobre o que compete à política e o que compete ao manual, algumas dessas decisões são exemplificadas a seguir:

a) adoção de códigos e formatos: os requisitos mínimos que um código e um formato devem possuir para atender às necessidades de catalogação na biblioteca

seriam objetos da política, pois trata-se de uma decisão que não seria modificada se o instrumento ou padrão adotado sofrer alterações, a própria adoção ou não de um novo instrumento deve estar baseado no que a instituição definiu como política para a adoção de código. A decisão entre usar o AACR2r e não o RDA, ou vice-versa, ou mesmo o MARC 21 ou o Dublin Core, também estabelece limite à ação individual, entretanto, está atrelada à disponibilidade ou não de recursos financeiros, uma vez que não caberia a apenas um bibliotecário catalogador decidir ora por usar o AACR2r, ora utilizar o RDA como código para representar o acervo, esta tomada de decisão também deveria ser feita a nível institucional, porém, por estar ligada aos recursos financeiros disponíveis e exposta a mudanças mais corriqueiras, deveria constar em atos normativos auxiliares, como resoluções (ou equivalente), por exemplo;

b) adoção de sistema: os requisitos mínimos que um software deve possuir para atender às necessidades de catalogação na biblioteca seria objeto da política, pois trata-se de uma decisão que não seria modificada se o sistema adotado sofrer alterações, a própria adoção ou não de um novo software deve estar baseado no que a instituição definiu como política para a adoção de sistemas. Usar o software X ou Y para gerenciar o catálogo, por outro lado, também estabelece limite à ação individual, uma vez que não caberia a um único bibliotecário decidir ora por usar o software X, ora utilizar o software Y, bem como está atrelada normalmente à disponibilidade de recursos financeiros. A anotação desta decisão em um documento formal estabeleceria uma certa permanência da decisão tomada, além de justificá-la perante à instituição mantenedora, protegendo-a de pressões externas, uma vez que o software não poderia ser trocado por simples vontade de um gestor, mas pela sua fragilidade à mudanças mais frequentes, a forma mais adequada de registro seria em um ato normativo auxiliar, como em resoluções, por exemplo;

c) fluxo de trabalho: decisão quanto a catalogar primeiro os itens adquiridos por doação ou itens comprados pela instituição, ou mesmo itens da coleção X ou itens da coleção Y, ou seja, estabelecer prioridades do fluxo de trabalho. Tal decisão está relacionada com a economia de recursos humanos, por exemplo, por isso também não deveria ficar sob a responsabilidade de um único catalogador, mas sim registrada na política;

d) pontos de acesso: quais são essenciais e quais são adicionais? A cada manifestação da obra é necessário tomar esta decisão, portanto, os critérios orientadores complementares às regras de catalogação adotadas pela instituição caberiam ser registradas em um manual;

e) uso de campos: os campos do formato de metadados escolhido utilizados pela biblioteca para cada tipo de meio e suporte e a padronização do preenchimento de determinados campos (como notas, por exemplo), além de exemplos de como registrar dados bibliográficos e de autoridades, sendo estas atividades que fazem parte da rotina, deveriam compor manuais de catalogação. Isso porque o manual vai orientar a ação individual no momento da inserção do elemento descritivo nos campos pré-determinados, que será uma ação individual.

Quanto ao formato de apresentação da política e do manual, a partir da pesquisa documental nos sites dos sistemas/rede de bibliotecas das Universidades foi possível observar que o formato página web, quando bem estruturada, é uma boa opção para a apresentação especialmente dos manuais, uma vez que estes exigem constantes revisões e alterações. Por outro lado, a política, por ser um instrumento mais perecível do que os manuais, sugere-se que seja apresentada em formato *Portable Document Format* (pdf) ou outro equivalente que permita sua acessibilidade a partir de dispositivos eletrônicos diversos e ao mesmo tempo assegure a integridade do arquivo, não o deixando vulnerável a alterações não autorizadas. Caso se opte por dispor também o conteúdo da política em uma página web, sugere-se que isso seja feito de maneira que haja distinção clara entre a política e o manual.

Ainda sobre a definição do formato e layout é importante ter em mente que é preferível que os documentos institucionais mantenham uma mesma identidade visual, na medida do possível, para que se possa identificar a instituição à qual o documento pertence.

Há ainda a opção de utilizar o suporte impresso para registrar tais instrumentos norteadores, entretanto, observa-se que talvez esta solução não seja a mais econômica, tendo em vista que cópias dos manuais, por exemplo, precisariam ser distribuídas à equipe responsável pelas tarefas e sempre que houvesse alteração seria necessário realizar novas impressões. Há que se considerar, por fim, a realidade local de cada biblioteca.

A partir dos resultados desta pesquisa considera-se que um guia para a elaboração de políticas de catalogação para bibliotecas ou sistemas e redes de bibliotecas é composto por:

a) a compreensão do que é política de catalogação: política de catalogação é um documento formal que traz linhas gerais de ação, destinado a orientar a tomada de decisão em relação a tudo o que diz respeito à catalogação, incluindo orientações e princípios genéricos, critérios para a escolha e adoção de instrumentos, padrões e códigos, estabelecendo diretrizes e limites para a ação dos indivíduos, podendo ser aplicado tanto a bibliotecas, como a sistemas e redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo. É preciso lembrar-se de que a política de catalogação é um instrumento mais duradouro e singular, uma vez que haverá apenas uma política para orientar a tomada de decisão da instituição em relação à catalogação;

b) a compreensão do propósito e das vantagens de elaborar a política de catalogação: a elaboração da política de catalogação tem como vantagens contribuir para: a economia de tempo na tomada de decisão; proteger contra pressões e emergências advindas de instâncias superiores; a manutenção da uniformidade e da coerência; e a eficiência e qualidade dos serviços prestados à comunidade. É preciso lembrar-se de que a respeito da qualidade na catalogação há que se definir primeiramente a quem se refere quando se fala em qualidade (SNOW, 2017): é em relação aos detalhes técnicos do registro bibliográfico? Se há erros tipográficos ou se os elementos utilizados para identificar o recurso são suficientes, por exemplo? Diz respeito à aderência aos padrões e códigos de catalogação? Ao seu uso correto? Inclui o fluxo de trabalho em si? Se existem recursos acumulados com atraso para a liberação ao público, suporte administrativo, e treinamento e performance da equipe? Ou é sobre o impacto da catalogação para o usuário? Inclui quão bem os usuários são capazes de localizar os recursos desejados dentre os demais?

c) ações preliminares à elaboração da política de catalogação: algumas ações precedem a elaboração do documento em si, tais ações incluem: formação da equipe responsável pela elaboração e atualização da política; diagnóstico do funcionamento do processo de catalogação na instituição; estudo dos usuários e conhecimento da comunidade a ser atendida pelo catálogo; esboço da política; conscientização dos usuários da política; definição do formato e layout de

apresentação do documento final. Quanto à equipe responsável é ideal que esta possa ser suficientemente representativa dos profissionais envolvidos no processo na instituição. Para o conhecimento das etapas do tratamento da informação na instituição sugere-se que seja feito um mapeamento ou diagnóstico da rotina do setor ou da tarefa de catalogação: desde quando o item chega às mãos (ou ao dispositivo eletrônico, no caso de documentos digitais) até sua saída para o usuário: qual o caminho que este item percorre atualmente? Todos os itens percorrem este mesmo trajeto, ou a depender do tipo de meio e suporte, ou da coleção à qual ele pertence o trajeto é diferente? Quais são as etapas envolvidas no processo? Quem são os responsáveis por essas etapas? Este percurso mapeado é o melhor e o mais eficiente? Pode haver alguma melhoria? Para o estudo de usuários e conhecimento da comunidade sugere-se que sejam realizados de maneira aprofundada visando entender como a comunidade interage com o catálogo, afinal o propósito dos registros é que eles possam se comunicar adequadamente com seus usuários. O esboço da política se apresentará como um importante instrumento de negociação entre os interessados, é importante que o esboço seja tão amplamente divulgado quanto possível para que todos os envolvidos na catalogação possam opinar sobre sua versão final, e ao mesmo tempo ocorra uma conscientização sobre sua importância como um documento norteador.

d) elementos que devem constar na política de catalogação: a partir dos resultados das seções 4 e 5 desta pesquisa chegou-se aos elementos básicos que devem compor a política de catalogação, bem como suas características e a indicação da seção mais adequada para abrigar tais itens no documento formal da política, os quais constam nos dois quadros a seguir. Em relação à ICP de 2016:

Quadro 23 – Os princípios gerais da ICP e os elementos da política de catalogação

Princípio geral	Elementos da política	Seção
Interesse do usuário	Necessidades dos usuários e sua identificação extraídas do estudo de usuário/comunidade: envolvendo tanto a obtenção de resultados indiretos (por meio de relatórios gerenciais de buscas executadas no catálogo); quanto de resultados diretos (aplicados diretamente ao usuário no intuito de verificar suas necessidades em relação ao catálogo)	Perfil dos usuários
	Contextualização institucional: missão, objetivos etc.	Introdução

(continua)

(continuação)

Princípio geral	Elementos da política	Seção
Uso comum	Necessidades dos usuários e sua identificação extraídas do estudo de usuário/comunidade	Perfil dos usuários
	Especificidade e exaustividade do estabelecimento de pontos de acesso e diretrizes gerais para o controle de autoridades	Introdução
	Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados para representar dados de autoridade	Diretrizes gerais para normas e padrões adotados
Representação	Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados para representar dados bibliográficos	Diretrizes gerais para normas e padrões adotados
	Especificidade e exaustividade da descrição	Introdução
Acurácia	Decisão sobre quais princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição, fidedignidade na descrição	Introdução
Suficiência e necessidade	Especificidade e exaustividade da descrição bibliográfica	Introdução
	Definição dos requisitos mínimos para os recursos humanos e tecnológicos envolvidos na catalogação na instituição	Recursos humanos; Recursos tecnológicos
Significação	Especificidade e exaustividade dos elementos de dados da descrição e dos dados de autoridade	Introdução
Economia	Definição dos critérios para a escolha das instituições com as quais se fará cooperação no intuito de economizar recursos	Requisitos para cooperação
	Diretrizes para o treinamento de pessoal	Recursos humanos
Consistência e normalização	Definição dos critérios para a escolha das instituições com as quais se fará cooperação e intercâmbio de dados	Requisitos para cooperação
	Definir e apontar os requisitos mínimos para instrumentos auxiliares adotados e/ou elaborados	Diretrizes gerais para normas e padrões adotados
Integração	Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados para representar dados bibliográficos e de autoridade	Diretrizes gerais para normas e padrões adotados
Interoperabilidade	Definição dos critérios para a escolha das instituições com as quais se fará cooperação e intercâmbio de dados	Requisitos para cooperação
Abertura	Publicação e divulgação da política junto à comunidade	Apresentação
	Princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição, abarcando a decisão de abertura dos dados do catálogo	Introdução

(continua)

(conclusão)

Princípio geral	Elementos da política	Seção
Acessibilidade	Formato em que a política será registrada	-
	Princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição, abrangendo a decisão de adotar recursos tecnológicos acessíveis	Introdução
Racionalidade	Princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição, abrangendo a decisão de sempre explicar e detalhar soluções locais adotadas	Introdução

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O quadro 24, a seguir, relaciona os elementos que devem compor a política de catalogação e suas características, bem como a indicação da seção mais adequada para abrigar tais itens no documento formal da política, extraídos a partir dos resultados da seção 4 deste trabalho:

Quadro 24 – Elementos da política: suas características teóricas e seções

Elementos e características da política	Baseado em	Seção
Estabelecimento do que se entende por qualidade na catalogação no contexto da instituição	Snow (2017)	Métodos de acompanhamento e avaliação
Estabelecimento de instrumentos de avaliação e controle de qualidade	Oliveira (2011), Snow (2017), Espíndola; Pereira (2018)	Métodos de acompanhamento e avaliação
Clareza, incluindo as datas de elaboração/atualização	Ramos (2018), Espíndola; Pereira (2018)	Apresentação
Coerência e integração com as demais políticas da instituição	Almeida (2005), Ramos (2018)	Introdução
Conhecimento da comunidade a ser atendida pelo catálogo	Maciel; Mendonça (2006), Weitzel (2013); Carneiro (1985), Garrido Arilla (1996), Ramos (2018)	Perfil dos usuários
Apresentar-se como um documento formal, preferencialmente denominado “política”	Maciel; Mendonça (2006), Weitzel (2013), Carneiro (1985), Fujita (2016), Espíndola; Pereira (2018)	Apresentação; Introdução
Estabelecer prazos para a (re)avaliação da política	Weitzel (2013), Espíndola; Pereira (2018)	Métodos de acompanhamento e avaliação

(continua)

(conclusão)

Elementos e características da política	Baseado em	Seção
Recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos na catalogação	Maciel; Mendonça (2006), Carneiro (1985), Sousa (2015), Espíndola; Pereira (2018)	Recursos humanos; Recursos tecnológicos
Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados	Maciel; Mendonça (2006), Silva (2009), Espíndola; Pereira (2018)	Diretrizes gerais para normas e padrões adotados
Definição de critérios para a escolha das instituições autorizadas com as quais irá se intercambiar propriamente os dados, ou ser utilizadas como fontes de pesquisa	Maciel; Mendonça (2006), Silva (2009), Espíndola; Pereira (2018)	Requisitos para cooperação
Registro dos requisitos mínimos para a escolha do software utilizado, ou o meio de registro do catálogo, ou seja, as tecnologias utilizadas para veicular o catálogo	Maciel; Mendonça (2006), Espíndola; Pereira (2018), Ramos (2018)	Recursos tecnológicos
Identificação da organização à qual a biblioteca pertence	Carneiro (1985), Espíndola; Pereira (2018), Ramos (2018)	Introdução
Especificidade e exaustividade da descrição, do estabelecimento de pontos de acesso e diretrizes gerais para o controle de autoridades	Garrido Arilla (1996), Silva (2009), Espíndola; Pereira (2018)	Introdução
Caracterização do acervo, tipos de recursos, coleções existentes	Silva (2009), Espíndola; Pereira (2018), Ramos (2018)	Introdução
Estabelecimento de prioridades na catalogação dos recursos	Silva (2009), Espíndola; Pereira (2018)	Fluxo do trabalho e prioridades
Diretrizes gerais para o controle de autoridade	Silva (2009), Espíndola; Pereira (2018)	Introdução
Definição das responsabilidades (especialmente quando se trata de sistemas ou redes de bibliotecas) – de maneira geral	Silva (2009), Espíndola; Pereira (2018)	Recursos humanos
Apresentar objetivos e finalidade	Espíndola; Pereira (2018)	Introdução
Definir e apontar os requisitos mínimos para instrumentos auxiliares adotados e/ou elaborados	Espíndola; Pereira (2018)	Diretrizes gerais para normas e padrões adotados
Diretrizes para casos omissos	Espíndola; Pereira (2018)	Métodos de acompanhamento e avaliação
Divulgação da política junto ao público	Ramos (2018)	Apresentação
Conter uma apresentação com a assinatura do gestor da biblioteca ou da instituição comunicando a todos sobre a obrigatoriedade de seguir as orientações da política	Oliveira (2011)	Apresentação

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Deve-se ressaltar que, toda política deve ser revista, atualizada e avaliada. Embora a política tenha característica de ser mais perene, ela pode sofrer influências diretas do desenvolvimento da própria área e também da necessidade dos usuários. Estabelecer um acompanhamento e processo avaliativo é fundamental para garantir que a política esteja em consonância com a equipe, acervo, com o desenvolvimento da própria área e, claro, com a própria instituição.

O quadro 25, a seguir, resume as orientações e os elementos que propõe-se constar na política indicando-se à qual seção formal do documento eles pertencem, no intuito de sugerir um sumário e uma ordenação para o conteúdo da política:

Quadro 25 – Elementos da política: orientações e exemplos

Seção	Elementos e características da política	Exemplos
Elementos pré-textuais	Capa, contendo a identificação da instituição	-
	Folha de rosto, contendo a indicação da equipe técnica responsável pela elaboração da política	-
	Sumário	-
Apresentação	Incluir informações sobre datas de elaboração ou atualização	Esta política objetiva dar diretrizes gerais para a catalogação na biblioteca X (ou no Sistema ou Rede de Bibliotecas X), sua adoção é de cunho obrigatório a partir da data Y. Fulano de Tal Gestor da Biblioteca
	Objetiva formalizar e validar de forma breve o documento, sugere-se que seja apenas uma página	
	Conter a assinatura do gestor da biblioteca ou da instituição comunicando a todos sobre a obrigatoriedade de seguir as orientações da política	

(continua)

(continuação)

Seção	Elementos e características da política	Exemplos
Introdução	Apresentar-se como um documento formal, preferencialmente denominado “política”	-
	Demonstrar coerência e integração com as demais políticas da instituição, citando-as quando pertinente	Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, Política de Indexação etc.
	Identificação da organização à qual a biblioteca pertence e contextualização institucional	-
	Apresentar os objetivos e finalidade da política	-
	Contextualização da biblioteca: missão, objetivos etc.	-
	Caracterização do acervo, tipos de recursos, coleções existentes	O acervo é composto por tais tipos de meio e suportes. Existem as coleções X, Y, Z etc.
	Princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição	A Biblioteca prezarà pela abertura dos dados do catálogo à comunidade de usuários, respeitando-se elementos de dados pessoais que porventura possam constar nos dados de autoridade. A Biblioteca adotará recursos tecnológicos acessíveis.
	Especificidade e exaustividade da descrição, do estabelecimento de pontos de acesso e diretrizes gerais para o controle de autoridades	Adotar-se-á o nível mais básico de descrição possível para as manifestações que compõem a coleção Z e o nível mais exaustivo para as manifestações que compõem a coleção Y. Para todos os responsáveis pela manifestação serão sempre atribuídos pontos de acesso, ou somente para manifestações que compõem a coleção Y ou Z. Determinado setor será o responsável pelo controle de autoridades, ou cada catalogador será o responsável por realizar o controle de autoridades.

(continua)

(continuação)

Seção	Elementos e características da política	Exemplos
Perfil dos usuários	Necessidades dos usuários e sua identificação extraídas do estudo de usuário/comunidade: envolvendo tanto a obtenção de resultados indiretos (por meio de relatórios gerenciais de buscas executadas no catálogo); quanto de resultados diretos (aplicados diretamente ao usuário no intuito de verificar suas necessidades em relação ao catálogo)	A comunidade de usuários da biblioteca é composta por X, Y e Z. Foi identificado o comportamento informacional X em relação ao uso do catálogo da biblioteca.
Recursos humanos	Requisitos e qualificação dos recursos humanos envolvidos na catalogação (de forma geral)	São responsáveis pela catalogação na biblioteca profissionais bibliotecários, estagiários e auxiliares de biblioteca serão responsáveis pela pré-catalogação.
	Definição das responsabilidades (especialmente quando se trata de sistemas ou redes de bibliotecas) – de maneira geral	A biblioteca central é (ou não) responsável pela catalogação centralizada dos recursos, que são distribuídos às bibliotecas setoriais. Ou, cada biblioteca setorial é responsável pela catalogação dos recursos que compõem seus acervos.
	Diretrizes gerais para o treinamento de pessoal	Todo novo funcionário ou estagiário que ingressar na biblioteca deve receber o devido treinamento para a catalogação.
Fluxo do trabalho e prioridades	Definir as etapas da catalogação (de forma geral) e o fluxo de trabalho, estabelecendo prioridades na catalogação dos recursos	Recursos que pertencem à coleção Y terão prioridade no fluxo de catalogação. E/ou, recursos adquiridos por compra terão prioridade na catalogação e disponibilização ao usuário.
Diretrizes gerais para normas e padrões adotados	Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados para representar dados bibliográficos e de autoridade	A biblioteca adotará normas de catalogação que permitam a economicidade de recursos, o intercâmbio de dados com outras instituições e padrões de metadados que permitam a interoperabilidade entre sistemas e abranjam ainda os requisitos X, Y e Z.
	Definir e apontar os requisitos mínimos para instrumentos auxiliares adotados e/ou elaborados	Instrumentos auxiliares elaborados pela biblioteca serão sempre divulgados a todos os catalogadores. Serão respeitados os princípios X, Y, Z.

(continua)

(continuação)

Seção	Elementos e características da política	Exemplos
Requisitos para cooperação	Definir como será registrada a decisão sobre a participação em programas de catalogação cooperativa	A participação em programas de catalogação cooperativa poderá ser registrada em manuais operacionais.
	Definir como será registrada a decisão sobre a participação em redes de bibliotecas	A participação em redes de bibliotecas ocorrerá por meio de acordos e convênios.
	Definição de critérios para a escolha das instituições autorizadas com as quais irá se intercambiar propriamente os dados bibliográficos e de autoridades, ou ser utilizadas como fontes de pesquisa	Preferencialmente se utilizará de Bibliotecas Nacionais ou equivalentes para o intercâmbio e cópia de dados bibliográficos e de autoridades, em segundo lugar poderá se consultar catálogos de bibliotecas universitárias. Ou, preferencialmente se utilizará catálogos coletivos disponíveis para acesso on-line.
Recursos tecnológicos	Registro dos requisitos mínimos para a escolha do software utilizado, ou o meio de registro do catálogo, ou seja, as tecnologias utilizadas para veicular o catálogo	A biblioteca adotará sistema que possua os seguintes requisitos mínimos: protocolos de intercâmbio internacionais, utilize padrões de metadados internacionais...
Métodos de acompanhamento e avaliação	Estabelecimento do que se entende por qualidade na catalogação no contexto da instituição	Entende-se que os dados dos recursos catalogados pela biblioteca deverão minimamente atender aos requisitos X, Y, Z.
	Estabelecimento de critérios de avaliação e controle de qualidade	Os critérios para avaliação da qualidade dos dados dos recursos catalogados pela biblioteca serão: X, Y, Z. A Comissão de Catalogação avaliará anualmente, por meio de metodologias e instrumentos por ela estabelecidos, a qualidade dos dados.
	Estabelecimento de prazos para a (re)avaliação da política	A presente política será revisada a cada 10 anos.
	Diretrizes para casos omissos	Casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pela elaboração da política, que se reunirá extraordinariamente.
Referências	Recomenda-se utilizar norma ABNT ou equivalente para referenciar os documentos citados	-

(continua)

(conclusão)

Seção	Elementos e características da política	Exemplos
Glossário	Elemento opcional, caso seja necessário dirimir possíveis dúvidas em relação aos termos utilizados no documento da política	-

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Após a apresentação do conteúdo que compõe o guia para a elaboração de políticas de catalogação, agora apresenta-se o que se considerou, a partir dos resultados desta pesquisa, que deve compor o guia para a elaboração de manuais de catalogação para bibliotecas ou sistemas e redes de bibliotecas:

a) a compreensão do que são manuais de catalogação: os manuais ou regras de procedimentos de catalogação são documentos formalizados cujo objetivo é orientar o fazer, contemplam os métodos rotineiros de execução, nos quais devem constar todas as orientações práticas de como proceder ao registrar os dados em catálogos: desde o detalhamento das regras de catalogação adotadas, de acordo com a necessidade local, até a inclusão dos dados no sistema utilizado pela instituição. Sua extensão e flexibilidade, conseqüentemente, serão maiores do que a política de catalogação, bem como o nível de detalhamento das instruções, assim, é sugerido que seu formato físico favoreça alterações mais corriqueiras, considerando dessa forma a economia de recursos. Pode ainda ser elaborado para uma biblioteca apenas ou para sistemas e redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo. Pode ser registrado em um documento único ou em manuais por etapas, ou outra divisão mais adequada à realidade local.

b) a compreensão do propósito e das vantagens de se elaborar manuais de catalogação: a elaboração de manuais de catalogação tem como vantagens contribuir para: padronização de procedimentos; uniformização dos dados atribuídos aos recursos informacionais; melhoria da comunicação das orientações relacionadas às atividades ou tarefas àqueles que a executam; manter a consistência e normalização; possibilitar o treinamento e capacitação dos funcionários que deles se utilizará; servir como um guia para o trabalho e consulta para o grupo envolvido nas atividades; relacionar as tarefas principais; servir como norteador para a execução e avaliação das tarefas; servir de documento de registro da memória da evolução administrativa do setor ou da atividade de catalogação na instituição; minimizar erros, retrabalho e desperdício de recursos.

c) ações preliminares à elaboração de manuais de catalogação: algumas ações precedem a elaboração do documento em si, tais ações incluem: formação da equipe responsável pela elaboração e atualização do(s) manual(is); diagnóstico do funcionamento do processo de catalogação na instituição; definição do objetivo do manual; definição do formato e layout do(s) manual(is); decidir se será um único manual para todas as atividades ou se serão elaborados manuais para cada atividade, ou outra divisão pertinente. Em relação a esta última decisão, a depender da realidade local, talvez não seja o mais indicado elaborar um único manual, pois pode ser que a partir do mapeamento preliminar do fluxo de trabalho seja identificado que certas etapas exigem um detalhamento maior do que outras cuja concentração em um único documento o deixaria demasiadamente extenso e desnecessário para que o responsável por determinada atividade, por exemplo, tivesse em mãos um manual que cobrisse todas as etapas anteriores e posteriores. Há que se avaliar a necessidade local.

d) elementos que devem constar em manuais de catalogação: a partir dos resultados das seções 4 e 5 desta pesquisa chegou-se aos seguintes elementos que sugere-se compor os manuais de catalogação, bem como suas características e a seção do documento formalizado às quais pertencem. Em relação à ICP de 2016:

Quadro 26 – Os princípios gerais da ICP e os elementos dos manuais de catalogação

Princípio geral	Elementos	Seção
Interesse do usuário	Escolha e enumeração dos campos de dados bibliográficos e de autoridade usados pela biblioteca, por tipo de meio e suporte, de acordo com o identificado como necessário e suficiente aos usuários no estudo de usuário/comunidade preliminar	Dados bibliográficos; Pontos de acesso; Dados de autoridade
Uso comum	Diretrizes para o uso de formas variantes dos nomes e pontos de acesso adicionais	Dados de autoridade
Representação	Especificação da fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte, caso não esteja suficientemente esclarecido nas regras adotadas para a catalogação	Dados bibliográficos
	Nível de exaustividade da descrição bibliográfica e dos dados de autoridade, em relação ao(s) instrumento(s) normativo(s) adotado(s), podendo ser diferenciado por coleções, tipos de mídia e suporte ou outros critérios pertinentes	Dados bibliográficos; Dados de autoridade

(continua)

(continuação)

Princípio geral	Elementos	Seção
Acurácia	Especificação da fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte, caso não esteja suficientemente esclarecido nas regras adotadas para a catalogação	Dados bibliográficos
	Indicação das fontes de informação externas autorizadas para a pesquisa de autoridades	Dados de autoridade
Suficiência e necessidade	Definição dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	Dados bibliográficos; Dados de autoridade
	Nível de exaustividade da descrição bibliográfica e dos dados de autoridade, em relação ao(s) instrumento(s) normativo(s) adotado(s), podendo ser diferenciado por coleções, tipos de mídia e suporte ou outros critérios pertinentes	Dados bibliográficos; Dados de autoridade
Significação	Definição dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	Dados bibliográficos; Dados de autoridade
Economia	Fluxograma das etapas do processo de catalogação no setor responsável pela representação documental, ou seu equivalente	Fluxo do trabalho
Consistência e normalização	Definição dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte e também as autoridades	Dados bibliográficos; Dados de autoridade
Integração	Listagem das instituições autorizadas a realizar pesquisas ou intercambiar dados bibliográficos e de autoridades	Dados bibliográficos; Dados de autoridade
	Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados	Introdução; Dados bibliográficos; Pontos de acesso; Dados de autoridade
Interoperabilidade	Listagem das instituições autorizadas a realizar pesquisas ou intercambiar dados bibliográficos e de autoridades, incluindo seus endereços eletrônicos para fácil acesso e contatos para comunicação, caso necessário e pertinente	Dados bibliográficos; Dados de autoridade
	Orientações práticas para a importação de dados, quando o catálogo é gerenciado por um software que permita a importação	Dados bibliográficos; Dados de autoridade
Abertura	Publicação e divulgação do manual junto à comunidade de usuários	Apresentação
	Decisão quanto à abertura ou não das funcionalidades de busca do catálogo (bibliográfico e autoridade)	Recursos tecnológicos
Acessibilidade	Orientações para o preparo físico dos itens	Preparo físico
	Orientações para o armazenamento dos itens	Armazenamento
	Funcionalidades de acessibilidade no OPAC, quando aplicável	Recursos tecnológicos

(continua)

(conclusão)

Princípio geral	Elementos	Seção
Racionalidade	Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados	Introdução; Dados bibliográficos; Pontos de acesso; Dados de autoridade

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O quadro 27, a seguir, relaciona os elementos que sugere-se compor os manuais de catalogação e suas características com a indicação da seção do documento formalizado às quais os elementos pertencem, a partir dos resultados da seção 4 deste trabalho:

Quadro 27 – Elementos do manual: suas características teóricas e seções

Elementos e características do manual	Baseado em	Seção
Instruções para a execução e avaliação das tarefas	Oliveira (2011)	Métodos de acompanhamento e avaliação do manual
Conter uma apresentação com a assinatura do gestor da biblioteca ou da instituição comunicando a todos sobre a obrigatoriedade de seguir as orientações do manual	Oliveira (2011)	Apresentação
Orientações para o armazenamento físico e/ou digital dos itens	Mey (1995), Maciel; Mendonça (2006)	Armazenamento
Detalhamento das regras, códigos e padrões adotados, incluindo exemplos de preenchimento dos dados bibliográficos e de autoridade	Maciel; Mendonça (2006); Mey (1995)	Dados bibliográficos; Pontos de acesso; Dados de autoridade
Preparo físico dos itens, incluindo o uso de carimbos	Maciel; Mendonça (2006), Mey (1995)	Preparo físico
Orientações para a leitura técnica dos documentos	Mey (1995)	Leitura técnica
Fluxogramas das atividades e processos envolvidos na catalogação	Mey (1995)	Fluxo do trabalho
Orientações para a escolha dos pontos de acesso	Mey (1995)	Pontos de acesso
Orientações para a atribuição de números de chamada	Mey (1995)	Pontos de acesso
Apêndices e anexos com formulários ou outros documentos pertinentes	Oliveira (2011)	Apêndice(s); Anexo(s)
Glossário com os termos que podem gerar dúvidas	Oliveira (2011)	Glossário
Acompanhamento do uso e aplicação de atualizações necessárias, com a definição de períodos de revisão	Oliveira (2011)	Acompanhamento e avaliação do manual
Objetivos a serem alcançados pelo grupo, informações básicas sobre a função, interação dessas tarefas com outras da empresa	Oliveira (2011)	Introdução

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os manuais tendem a se tornarem obsoletos com maior frequência, pois podem ser desenvolvidas novas funcionalidades nos sistemas informacionais e novas orientações normativas podem ser implementadas, por exemplo. Isso significa que uma equipe deve ser responsável por seu acompanhamento e avaliação, assim como estar disposta a verificar e atualizar o manual sempre que necessário.

O quadro 28, a seguir, resume as orientações e os elementos que podem constar, em geral, em manuais de catalogação indicando-se à qual seção formal do documento eles pertencem, no intuito de sugerir um sumário e uma ordenação para o conteúdo do manual. Ressalta-se que os elementos e características não se propõem a ser nem mínimos e nem exaustivos, cabendo a cada instituição avaliar sua aplicabilidade parcial, por completo, ou mesmo expandi-lo, respeitando-se, entretanto, o limite do escopo do que se considera o conteúdo pertinente de um manual de catalogação.

Quadro 28 – Elementos do manual: orientações e exemplos

Seção	Elementos e características da seção do manual
Elementos pré-textuais	Capa
	Folha de rosto, incluindo a indicação da equipe técnica responsável pela elaboração do manual e o contato institucional para dirimir possíveis dúvidas
	Sumário
Apresentação	Conter uma apresentação com a assinatura do gestor da biblioteca ou da instituição comunicando a todos sobre a obrigatoriedade de seguir as orientações do manual
Introdução	Apresentar-se como um documento formal
	Demonstrar coerência e integração com os demais manuais da instituição, quando houver
	Apresentar objetivos e finalidade do manual
	Instruções gerais para a execução das tarefas
	Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados
	Objetivos a serem alcançados pelo grupo, informações básicas sobre a função, interação dessas tarefas com outras da empresa
Fluxo do trabalho	Fluxograma(s) das atividades e processos envolvidos na catalogação de maneira geral, se pertinente
	Fluxograma das etapas específicas do processo de catalogação no setor responsável pela representação documental, ou seu equivalente
Recursos tecnológicos	Registrar decisão quanto à abertura ou não das funcionalidades de busca do catálogo (bibliográfico e autoridade)
	Definir funcionalidades de acessibilidade no OPAC, quando aplicável
Leitura técnica	Orientações para a leitura técnica dos documentos

(continua)

(continuação)

Seção	Elementos e características da seção do manual
Dados bibliográficos	Escolha e enumeração dos campos de dados bibliográficos usados pela biblioteca, por tipo de meio e suporte, de acordo com o identificado como necessário e suficiente aos usuários no estudo de usuário/comunidade preliminar
	Especificação da fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte, caso não esteja suficientemente esclarecido nas regras adotadas para a catalogação
	Definição e enumeração dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte dos recursos
	Listagem das instituições autorizadas a realizar pesquisas ou intercambiar dados bibliográficos, incluindo seus endereços eletrônicos para fácil acesso e contatos para comunicação, caso necessário e pertinente
	Orientações práticas para a importação de dados, quando o catálogo é gerenciado por um software que permita a importação
	Detalhamento das regras, códigos e padrões adotados, incluindo exemplos de preenchimento dos dados bibliográficos
	Nível de exaustividade da descrição bibliográfica, em relação ao(s) instrumento(s) normativo(s) adotado(s), podendo ser diferenciado por coleções, tipos de mídia e suporte ou outros critérios pertinentes
Pontos de acesso	Escolha, delimitação e enumeração dos pontos de acesso usados pela biblioteca, de acordo com o identificado como necessário e suficiente aos usuários no estudo de usuário/comunidade preliminar
	Detalhamento das regras, códigos e padrões adotados, incluindo exemplos de preenchimento dos pontos de acesso
	Orientações para a escolha dos pontos de acesso
	Orientações para a atribuição de números de chamada
	Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados
Dados de autoridade	Escolha e enumeração dos campos de dados de autoridade usados pela biblioteca, por tipo de autoridade, de acordo com o identificado como necessário e suficiente aos usuários no estudo de usuário/comunidade preliminar
	Diretrizes para o uso de formas variantes dos nomes e pontos de acesso adicionais
	Definição e enumeração dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de autoridade
	Listagem das instituições autorizadas a realizar pesquisas ou intercambiar dados de autoridades, incluindo seus endereços eletrônicos para fácil acesso e contatos para comunicação, caso necessário e pertinente
	Orientações práticas para a importação de dados, quando o catálogo é gerenciado por um software que permita a importação
	Detalhamento das regras, códigos e padrões adotados, incluindo exemplos de preenchimento dos dados de autoridade

(continua)

(conclusão)

Seção	Elementos e características da seção do manual
Dados de autoridade	Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados
	Nível de exaustividade dos dados de autoridade, em relação ao(s) instrumento(s) normativo(s) adotado(s), podendo ser diferenciado por critérios pertinentes
Preparo físico	Orientações para o preparo físico dos itens, incluindo o uso de carimbos
Armazenamento	Orientações para o armazenamento físico e/ou digital dos itens
Métodos de acompanhamento e avaliação do manual	Acompanhamento do uso e aplicação de atualizações necessárias, com a definição de períodos de revisão
	Instruções para a avaliação das tarefas, se aplicável
Referências	Recomenda-se utilizar norma ABNT ou equivalente para referenciar os documentos citados
Glossário	Elemento opcional, para a inclusão dos termos que possam gerar dúvidas
Apêndice(s)	Formulários ou outros documentos pertinentes elaborados pela biblioteca
Anexo(s)	Formulários ou outros documentos pertinentes utilizados elaborados por terceiros
Índice	Elemento opcional, facilita a recuperação rápida do conteúdo do manual, especialmente se for impresso

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

É importante explicar que não foram considerados aspectos relacionados à atribuição de pontos de acesso de assuntos, pois se entende que tais aspectos são tratados nas políticas e nos manuais de indexação, cujo tema tem sido amplamente pesquisado e explorado na Ciência da Informação e na Biblioteconomia. Há que se considerar, entretanto, que é preciso haver a coordenação e a integração entre essas políticas e manuais e os de catalogação, afinal, na prática, as duas compõem o processo de representação documental. Percebeu-se, a partir dos resultados da pesquisa, que o mais apropriado seria que tanto a política de indexação, quanto a de catalogação compusessem uma política geral de tratamento da informação, uma vez que se complementam.

Espera-se que as orientações demonstradas nesta seção sejam divulgadas entre bibliotecários, por meio dos guias (APÊNDICES B e C), para que sirvam como um instrumento norteador para a elaboração de suas políticas e manuais de catalogação. A seção a seguir trata, por fim, das considerações finais desta pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que os códigos de catalogação adotados são desenvolvidos para um público amplo, adotados em diferentes tipos de bibliotecas e países, diversas situações e particularidades locais de catalogação têm sido solucionados com a elaboração de documentos denominados guias, manuais ou políticas. Porém, observou-se que tais documentos são elaborados sem uma estrutura comum. Muitos desses documentos, a partir de experiências relatadas na literatura, se demonstraram ainda muito pontuais, tratando apenas da elaboração de registros de autoridade, ou de problemas identificados na descrição de títulos, ou de determinados tipos, formatos, suportes etc.

Verificou-se ainda que há ambiguidade no uso dos termos “guias”, “manuais” e “políticas”, tanto na literatura, quanto nos documentos das instituições pesquisadas. Apesar de existir na literatura outros estudos que versam sobre política de catalogação, como apresentados na revisão bibliográfica, tais trabalhos demonstraram não considerar em profundidade os Princípios Internacionais de Catalogação. Provavelmente, a ausência dos Princípios ocorre devido à sua recente atualização, a qual considera pela primeira vez explicitamente que os Princípios estabelecidos na Declaração orientam também a tomada de decisão dos catalogadores, além do desenvolvimento de códigos de catalogação que já era considerado nas edições anteriores.

Quanto à análise dos princípios gerais, é possível observar que existe certa ciclicidade e sobreposição entre eles, estando todos relacionados intimamente, de maneira que a adoção de alguns implica na adoção natural de alguns outros como consequência.

Como estes princípios gerais também permeiam outras temáticas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, como a abertura e a acessibilidade, por exemplo, verificou-se que um aprofundamento maior desses seria pertinente para pesquisas futuras. Em relação ao princípio geral do interesse do usuário, seria interessante também a condução de pesquisas amplas que objetivassem verificar em profundidade sua interação com o catálogo, por exemplo.

Em relação à diferença verificada entre as ICPs 2009 e 2016, é importante destacar que se constatou que sua estrutura permaneceu basicamente a mesma. Quanto ao escopo, delimitou sua aplicação apenas para bibliotecas, excluindo-se

arquivos e museus, como constava na ICP 2009. E ampliou sua serventia para além da construção de códigos de catalogação: passou a servir também de base para as decisões tomadas pelos catalogadores, ratificando dessa forma sua potencialidade de ser empregada para elaborar políticas de catalogação. Relação tal que a presente pesquisa se propôs a explorar.

Conclui-se que para a construção de políticas e manuais de catalogação com base na ICP é imprescindível conhecer o documento e os conceitos e princípios nos quais ele está ancorado, de forma a elaborar instrumentos normativos locais que atendam o que a Declaração Internacional de Princípios de Catalogação recomenda, um documento tradicional da Catalogação resultante de acordo internacional, com respaldo da IFLA. Dessa forma, apenas a Declaração em si mesma não é suficiente para a elaboração de políticas e manuais, sendo necessária a devida compreensão da teoria utilizada por ela no desenvolvimento de seus princípios.

Em relação às políticas e manuais publicizados, apenas 3 sistemas de bibliotecas das 14 Universidades investigadas possuíam documentos deste gênero disponíveis em seus sites. E, apesar de todos eles abarcarem implicitamente a maioria dos princípios gerais da ICP, nenhum deles citou a Declaração ou explicitamente algum de seus princípios gerais.

Apesar de outros tipos de políticas serem comuns na literatura sobre e na prática em bibliotecas, as políticas de catalogação nem sempre estão disponíveis ao público externo nos sites institucionais. Não se sabe se a falta de disponibilidade das políticas seja um indicativo de sua inexistência, ou se seria por limitações técnicas/tecnológicas para se disponibilizar on-line, ou apenas por seu uso ser restrito à equipe. A decisão de disponibilizar para a consulta on-line pode ser considerado um ato de transparência à comunidade de usuários, além de potencialmente auxiliar outros profissionais em sua tomada de decisão, os quais poderiam consultar como outras instituições estão solucionando questões particulares que podem ser objetos de dúvida para outros também. Entretanto, mais do que a questão de publicizar ou não, o que se ressalta é que uma atividade com tantas decisões a serem tomadas não deveria ficar apenas sob a responsabilidade de indivíduos, mas sim ser matéria de políticas e manuais de catalogação. Afinal, o catálogo é um instrumento fundamental para a recuperação dos registros informacionais custodiados pelas bibliotecas, por isso, ele exige integridade, clareza,

precisão, lógica e consistência na representação dos registros ao longo do tempo, garantindo uma recuperação adequada da informação.

Entende-se ainda que a disponibilização de manuais, guias ou políticas de catalogação de diversas instituições na Web, às quais os catalogadores podem e devem consultar em caso de dúvidas em sua atividade prática, não exclui a necessidade do estabelecimento de documentos locais que orientem a prática institucional. Pois cada instituição servirá a usuários específicos, cuja descrição deverá atender à execução das tarefas de encontrar, identificar, selecionar, obter e explorar. Decisões a nível local sempre serão necessárias, por isso, indica-se que tais decisões sejam sempre registradas para a manutenção da consistência do catálogo.

Durante a pesquisa, algumas dúvidas surgiram ao analisar os resultados: existem políticas ou manuais de catalogação que não foram divulgados? Ou eles não existem? Se tais políticas não existem, por quê? A ICP é conhecida pelos bibliotecários brasileiros? Os bibliotecários conseguiriam aplicar diretamente os princípios estabelecidos na Declaração, ou apenas utilizariam sua forma já inserida nas regras e códigos de catalogação?

Tais dúvidas motivam e inspiram novos estudos futuros, que não puderam ser respondidos aqui devido ao recorte estabelecido no início da pesquisa. Também se considera que essas dúvidas surgem em uma etapa posterior, pois primeiro verifica-se a existência de políticas e, depois, verifica-se o porquê delas porventura não existirem. Para se entender a fundo os motivos da ausência de políticas e o conhecimento dos profissionais em relação à ICP seria necessário realizar diferentes métodos e procedimentos em um amplo universo de pesquisa, como por exemplo, realizar entrevistas e aplicar questionários em âmbito nacional, para diferentes tipos de bibliotecas.

Como um dos resultados, conseguiu-se estabelecer a relação de cada um dos princípios gerais à bibliografia recuperada, explanando em maior profundidade os princípios que apenas são listados na Declaração. Essa correlação com a fundamentação teórica evidencia que a Catalogação é um campo de estudo teórico, muitas vezes desconhecido, nesse sentido, os princípios possuem respaldo de diferentes pesquisadores, em especial dos estudos produzidos há pelo menos dois séculos.

Por fim, como os documentos analisados durante a pesquisa documental nas instituições de ensino superior não mencionam claramente os Princípios Internacionais de Catalogação, essa pesquisa apresenta uma contribuição sobre fundamentos, conceitos e teoria da Catalogação, pois discorre sobre o histórico e toda a base da elaboração dos Princípios, e sobre como os princípios gerais da Declaração poderiam estar contidos nas políticas e nos manuais de catalogação das bibliotecas, culminando com a apresentação de dois guias práticos. Os bibliotecários catalogadores podem recorrer a esse estudo como uma primeira etapa para reflexão, elaboração ou atualização de suas políticas e manuais de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. rev. e aum. Brasília, DF: Brique de Lemos/Livros, 2005.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. da C. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES*, 1., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18843/>. Acesso em: 16 maio 2020.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. da C.; ZAFALON, Z. R. O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais. **Biblios: journal of librarianship and information science**, Pittsburgh, n. 68, p. 21-33, 2017a. DOI: <https://doi.org/10.5195/biblios.2018.342>. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/342>. Acesso em: 16 maio 2020.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. da C.; ZAFALON, Z. R. O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos em livros e em fichas. **Biblios: journal of librarianship and information science**, Pittsburgh, n. 67, p. 84-98, 2017b. DOI: <https://doi.org/10.5195/biblios.2017.341>. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/341>. Acesso em: 16 maio 2020.

BAIRRAL, A.; LOURENÇO, N. (org.). **Diretrizes para a gestão e o processamento técnico do acervo de partituras do SiB-UnB**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bce.unb.br/wp-content/uploads/2018/04/GuiadePartitura.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e aum. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEREJO, A. La catalogación descriptiva: aspectos que intervienen en la calidad procesual. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 22, n. 1, p. 99-125, ene./jun. 1999. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/10164>. Acesso em: 1 maio 2020.

BIANCHINI, C.; GUERRINI, M. From bibliographic models to cataloging rules: remarks on FRBR, ICP, ISBD, and RDA and the relationship between them. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 47, n. 2, p. 105-124, Jan. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639370802561674>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639370802561674>. Acesso em: 7 maio 2020.

BIO, S. R. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1985.

BISWAS, S. Reflections of Ranganathan's normative principles of cataloging in RDA. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 53, n. 8, p. 948-963, Oct. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2015.1057885>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639374.2015.1057885>. Acesso em: 16 maio 2020.

BRAGA, G.; SILVEIRA, N. C. Atualização dos Princípios Internacionais de Catalogação: levantamento dos encontros da Seção de Catalogação da IFLA. *In*: JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIRIO, 5., 2019, Rio de Janeiro. **Ensaio de Pós-Graduação**. [Rio de Janeiro]: UNIRIO, 2019. Disponível em: <https://ocs.unirio.br/index.php/5JPG/5JPG/paper/view/781/431>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

BUIZZA, P. Bibliographic control and authority control from Paris Principles to the present. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 38, n. 3-4, p. 117-133, Oct. 2009. DOI: https://doi.org/10.1300/J104v38n03_11. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J104v38n03_11. Acesso em: 16 maio 2020.

CAMPELLO, B. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

CAPES. Diretoria de Avaliação. **Documento de área**: Ciências Sociais Aplicadas 1. [Brasília]: CAPES, 2016. Disponível em: http://www.prpg.usp.br/attachments/article/3470/31_CSA_I_docarea_2016.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87527>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CASTRO, F. F. de; SANTOS, P. L. V. A. C. Elementos de interoperabilidade na perspectiva da catalogação descritiva. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 13-25, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16660/12399>. Acesso em: 1 maio 2020.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2005. Tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da FEBAB.

COHEN, D. M. **O consumidor da informação documentária: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária.** 1995. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27137/tde-09032017-174649/publico/DIANA_O_CONSUMIDOR.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.

CONFERÊNCIA Internacional de Catalogação: relatório oficial preliminar. Traduzido por Maria Luisa Monteiro da Cunha. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 1963, Fortaleza. **[Anais]**. [Fortaleza]: [s. n.], 1963. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/558>. Acesso em: 13 abr. 2020.

CORRÊA, T. P. P. *et al.* Implementação do repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande: uma visão através do catálogo decisório de autores. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 17, n. 1, p. 27-41, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3942/Implementa%20do%20Reposit%20Institucional%20da%20Universidade%20Federal%20do%20Rio%20Grande.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 out. 2019.

COYLE, K. **Creating the catalog, before and after FRBR.** [Berkeley]: [s. n.], 2017. Palestra dada no Encontro de Catalogação e Metadados da Universidade Autônoma do México, em 12 set. 2017. Disponível em: <http://kcoyle.net/mexico.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CREIDER, L. S. A Comparison of the Paris Principles and the International Cataloguing Principles. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 47, n. 6, p. 583-599, Jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639370902946270>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639370902946270?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 30 out. 2019.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.** Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CUNHA, M. L. M. da. Novas tendências de normalização dos trabalhos de catalogação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 1963, Fortaleza. **[Anais]**. [Fortaleza]: [s. n.], 1963. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/560>. Acesso em: 13 abr. 2020.

CUTTER, C. A. **Rules for a printed dictionary catalogue.** Washington: Government Printing Office, 1876.

ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 1., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: Editora da UDESC, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GZAbUjyPdCxNaL6Y1LSKBwbeOXcYX2D0/view>. Acesso em: 29 out. 2019.

ESCOLANO RODRIGUEZ *et al.* Appendix VI: ICP revision: 2012-2013 activity. *In*: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, CATALOGUING SECTION, 2013; IFLA GENERAL CONFERENCE, 79., 2013, Singapore. **Minutes of Meetings** [...]. [Den Haag]: IFLA, 2013. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/reports/meeting_2013.pdf. Acesso em: 8 ago. 2019.

ESCOLANO RODRÍGUEZ, E. Consolidated edition of ISBD, International Standard Bibliographic Description: a standard to trust, a quality brand. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 52, n. 8, p. 835-854, Sep. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.920943>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639374.2014.920943?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 30 out. 2019.

ESCOLANO RODRÍGUEZ, E.; GALEFFI, A.; MCGARRY, D. Mutual influence among IFLA standards: the ICP case. *In*: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 2018; IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 84., 2018, Kuala Lumpur. [Conferência]. Kuala Lumpur: IFLA, 2018. Disponível em: <http://library.ifla.org/2207/1/074-escolano-en.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

ESPÍNDOLA, P. L.; PEREIRA, A. M. Análise das políticas institucionais de catalogação em bibliotecas de ensino superior de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil). **Biblios**: journal of librarianship and information science, Pittsburgh, n. 69, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5195/biblios.2017.462>. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/download/462/320>. Acesso em: 11 maio 2019.

ESPÍNDOLA, P. L.; PEREIRA, A. M. Proposta de um modelo para políticas institucionais de catalogação. **Revista ACB**: biblioteconomia em Santa Catarina, v. 23, n. 1, p. 142-160, dez./mar. 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1400>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ESTIVILL RIUS, A. Estado actual de la normativa de catalogación: primera parte: el escenario internacional. **bid**: textos universitaris de biblioteconomia i documentació. Barcelona, n. 22, jun. 2009. Não paginado. Disponível em: <http://bid.ub.edu/22/estivill2.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ESTIVILL RIUS, A. Momentos estelares de la catalogación en el cincuentenario de los Principios de París. **bid**: textos universitaris de biblioteconomia i documentació. Barcelona, n. 28, jun. 2012. Não paginado. Disponível em: <http://bid.ub.edu/28/estivill2.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FARIA, C. V. de; LOURENÇO, C. A. Regras da norma de catalogação Recurso Descrição e Acesso que podem ser padronizadas na política de catalogação da biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1226>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 43-53, mar. 1987.

Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/13735>. Acesso em: 19 maio 2020.

FIUZA, M. M. Estudo de uso do catálogo da Biblioteca Central do SESC/BH. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 67-80, mar. 1981. Disponível em: <portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 30 out. 2019

FIUZA, M. M. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 139-158, set. 1980. Disponível em: <portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 30 out. 2019.

FRANCA, A. da S. **Do cocar ao catálogo**: a representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/aline-franca/view>. Acesso em: 22 set. 2020.

FUJITA, M. S. L. (org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília, SP: Ed. Oficina Universitária, 2016. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politicas-de-indexacao-para-bibliotecas_ebook.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

GALEFFI, A.; MCGARRY, D.; RESER, D. Appendix III: IFLA CATS strategic plan: is an update of ICP needed? *In*: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, CATALOGUING SECTION, 2012; IFLA GENERAL CONFERENCE, 78., 2012, Helsinki. **Minutes of Meetings** [...]. [Den Haag]: IFLA, 2012. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/reports/meeting_2012.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

GARRIDO ARRILLA, M. R. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

GENESTASIO, G. The International Cataloguing Principles and their future. **JLIS.it**, Macerata, v. 3, n. 1, p. 1-17, giugno 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.4403/jlis.it-4936>. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/4936>. Acesso em: 19 maio 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 1 out. 2020

GONZÁLEZ TERUEL, A. La perspectiva del usuario y del sistema en la investigación sobre el comportamiento informacional. **Education in the Knowledge Society (EKS)**, Salamanca, v. 12, n. 1, p. 28-46, mar. 2011. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/eks/article/view/7822>. Acesso em: 28 out. 2019.

GORMAN, M. The origins and making of the ISBD: a personal history, 1966–1978. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 52, n. 8, p. 821-834, Set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2014.929604>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2014.929604>. Acesso em: 28 out. 2019.

GU, B. *et al.* Chinese Cataloging Rules and International Cataloguing Principles: a report of similarities and differences. *In: IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE*, 4., 2006, Seoul. [Anais]. Não publicado. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/20348/>. Acesso em: 16 maio 2020.

GUERRINI, M. In praise of the un-finished: the IFLA Statement of International Cataloguing Principles (2009). **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 47, n. 8, p. 722-740, Sep. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639370903206906>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639370903206906>. Acesso em: 16 maio 2020.

ICP TASK GROUP. Appendix I: ICP report 2015/2016. *In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, CATALOGUING SECTION*, 2016; IFLA GENERAL CONFERENCE, 82, 2016, Columbus. **Minutes of Meetings [...]**. [Den Haag]: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/reports/minutes_2016.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

ICP TASK GROUP. Appendix III: International Cataloguing Principles Task Group: revision report, August 2014 – August 2015. *In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, CATALOGUING SECTION*, 2015; IFLA GENERAL CONFERENCE, 81., 2015, Cape Town. **Minutes of Meetings [...]**. [Den Haag]: IFLA, 2015. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/reports/minutes_2015.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

ICP TASK GROUP. Appendix V: ICP Task Group revision report 2013-2014. *In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, CATALOGUING SECTION*, 2014; IFLA GENERAL CONFERENCE, 80., 2014, Lyon. **Minutes of Meetings [...]**. [Den Haag]: IFLA, 2014. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/reports/minutes_2014.pdf. Acesso em: 8 ago. 2019.

IFLA. Cataloguing Section, Standing Committee. *In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS*, 2011; IFLA GENERAL CONFERENCE, 77., 2011, San Juan. **Minutes of Meetings [...]**. [Den Haag]: IFLA, 2011a. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/reports/meeting_2011.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

IFLA. Cataloguing Section, Standing Committee. *In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS*, 2012; IFLA GENERAL CONFERENCE, 78., 2012, Helsinki. **Minutes of Meetings [...]**. [Den Haag]: IFLA, 2012. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/reports/meeting_2012.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

IFLA. **Declaração da IFLA sobre livre acesso**: esclarecendo sobre a posição e a estratégia da IFLA. [Haia]: IFLA, 2011b. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/news/documents/ifla-statement-on-open-access-pt.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

IFLA. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Haia: IFLA, 2018. Tradução para o português sob a responsabilidade de Marcelo Votto Texeira e revisado por Jorge Moisés Kroll do Prado (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do estado de Santa Catarina). Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

IFLA. **Directrices para una política de desarrollo de las colecciones sobre la base del modelo conspectus**. [La Haya]: IFLA, 2001a. Disponível em: <https://ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-es.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

IFLA. **Functional Requirements for Bibliographic Records**: final report. The Hague: IFLA, 1998. Aprovado pelo Standing Committee of the IFLA Section on Cataloguing em setembro de 1997, alterado e corrigido até fevereiro de 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf. Acesso em: 25 mar. 2018.

IFLA. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**: a conceptual model. [The Hague]: IFLA, 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

IFLA. **Guidelines for authority records and references**. 2nd ed. München: K. G. Saur, 2001b. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/23.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

IFLA. **Guidelines for libraries of government departments**. The Hague: IFLA, 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/106.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

IFLA. **Guidelines for online public access catalogue (OPAC) displays**: [draft]. [The Hague]: IFLA, 2003. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s13/guide/opacguide03.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

IFLA. **IFLA Library Reference Model**: a conceptual model for bibliographic information. Den Haag: IFLA, 2017a. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017_rev201712.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

IFLA. **IFLA standards procedures manual**. Den Haag: IFLA, 2014. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/standards/documents/ifla-standards-procedures-manual.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

IFLA. **ISBD International Standard Bibliographic Description**: consolidated edition. [Den Haag]: IFLA, 2011c. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/isbd/isbd-cons_20110321.pdf. Acesso em: 08 jun. 2019.

IFLA. **Modelo de Referencia Bibliotecaria de la IFLA**: modelo conceptual para la información bibliográfica. Den Haag: IFLA, 2017b. Traducción al español, realizada por la Subdirección Traducciones de la Biblioteca del Congreso de la Nación Argentina. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-irm/ifla-irm-august-2017_rev201712-es.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

IFLA. **Requisitos Funcionales de los Datos de Autoridad (FRAD)**: un modelo conceptual. Traduzido pela Comissão de Tradução da Biblioteca Nacional da Espanha. [Madrid] : Biblioteca Nacional de España, IFLA, 2009a. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2009-es.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

IFLA. **Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos**: informe final. Tradução de Xavier Agenjo y María Luisa Martínez-Conde. [Madrid] : Ministerio de Cultura, 2004. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr-es.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

IFLA. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. Den Haag: IFLA, 2016. Edição com pequenas revisões em 2017. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

IFLA. **Statement of International Cataloguing Principles**. [Den Haag]: IFLA, 2009b. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-en.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

IFLA. **Statement of Principles**: adopted by The International Conference on Cataloguing Principles. Paris: IFLA, 1961. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/IMEICC/IMEICC1/statement_principles_paris_1961.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

IFLA. **Transition mappings**: user tasks, entities, attributes, and relationships in FRBR, FRAD, and FRSAD mapped to their equivalents in the IFLA Library Reference Model. Den Haag: IFLA, 2017c. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-irm/transitionmappings201708.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

INEP. **Nota técnica nº 19/2018/CGCQES/DAES**: processo [eletrônico] nº 23036.001457/2018-67. [Brasília, DF], 2018. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2017/nota_tecnica_n19_2018_igc2017.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

INEP. **Resultados**: Indicadores de Qualidade da Educação Superior: IGC 2017 (atualizado em 12/07/2019). [Brasília, DF], 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores-de-qualidade/resultados>. Acesso em: 12 out. 2019.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. São Paulo: Zahar, 2008.

KUHLTHAU, C. **Information search process**. New Brunswick: Rutgers School of Communication and Information, [201-]. Não paginado. Disponível em: <https://wp.comminfo.rutgers.edu/ckuhlthau/information-search-process/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LÊDO, F. J.; SILVEIRA, N. C. A representação do livro em braille em Catálogos em Linha de Acesso Público de bibliotecas. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 183-198, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/33314/18231>. Acesso em: 19 set. 2020.

LIBRARY OF CONGRESS. **Overview of the BIBFRAME 2.0 Model**. Washington, DC: LOC, 2016. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html>. Acesso em: 1 out. 2020.

LÓPEZ GUILLAMÓN, I. Javier Lasso de la Vega y los principios de la catalogación bibliográfica. **Revista General de Información y Documentación**, Madri, v. 22, p. 93-117, jul. 2012. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_RGID.2012.v22.39656. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/39656/38151>. Acesso em: 16 maio 2020.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Niterói: Intertexto, 2006.

MARTIGNAGO, D. *et al.* Governança de dados aplicada no processo de catalogação. **R. bras. Bibliotecon. Doc.**, v. 15, n. 2, p. 81-105, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1153/1132>. Acesso em: 28 out. 2019.

MEY, E. S. A. **Catalogação e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 125-137, ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v1i1p125-137>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42309/45980>. Acesso em: 2 out. 2020.

MORENO, F. P. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata**. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2565>. Acesso em: 14 abr. 2020.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

ORTEGA, C. D. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 43-60, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v7i1.402>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3288>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ORTEGA, C. D. **Os registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21092009-211824/publico/tese_Cristina_Dotta_Ortega.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

OTLET, P. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde *et al.* Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 3 out. 2020.

PACHECO, K. L.; ORTEGA, C. D. Origem do modelo FRBR. **Biblios: journal of librarianship and information science**, Pittsburgh, n. 60, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5195/biblios.2015.239>. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/viewFile/239/235>. Acesso em: 19 maio 2020.

PADRON, M. F.; CRUZ, F. W.; SILVA, J. R. de. Modelos conceituais na Ciência da Informação: uma revisão de literatura. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina, PR. **Anais [...]**. [Londrina]: [Universidade Estadual de Londrina], 2018. Disponível em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1038/1413. Acesso em: 14 abr. 2020.

PIEADADE, M. A. R. A catalogação dos autores brasileiros e portugueses. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 3., 1961, Curitiba. [Anais]. [Curitiba]: [s. n.], 1961. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/543>. Acesso em: 13 abr. 2020.

POLÍTICAS de catalogação. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (140 min). Publicado pelo canal FEBAB. Participantes: Erica Cristina de Carvalho Mansur, Enderson Medeiros e Janaina Fialho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vUnVhITCE94>. Acesso em: 22 set. 2020.

QUIVY, R.; VAN CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução João Mineoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAMOS, A. R. **Diretrizes para a construção da política de representação descritiva: um olhar sobre bibliotecas digitais nacionais**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12693/Allan%20Ramalho%20Ramos%20-Disserta%C3%A7%C3%A3o-Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 abr. 2020.

RANGANATHAN, S. R. **Theory of library catalogue**. Madras: The Madras Library Association; Londres: Edward Goldston LTD., 1938.

REIS, C. S dos; RIBEIRO, R. M. R.; ROCHA, S. dos S. Descrição bibliográfica: a construção de um guia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp. CBBB 2017, p. 1366-1375, dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1004>. Acesso em: 25 abr. 2020.

RIBEIRO, A. M. de C. M. **RDA: Recurso, Descrição e Acesso: versus AACR2: Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição**. Brasília: Ed. Três em Um, 2018.

RODRÍGUEZ GARCÍA, A. A. Los Principios Internacionales de Catalogación: actualización y cambios. **Bibl. Univ.**: nueva época, Distrito Federal, MEX, v. 8, n. 2, p. 103-110, jul./dic. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28580202>. Acesso em: 17 maio 2020.

ROSETTO, M. Uso do Protocolo Z39.50 para recuperação de informação em redes eletrônicas. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 26, n. 2, maio/ago. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19651997000200004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200004. Acesso em: 3 nov. 2019.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

SANTOS, M. N. dos. **Fundamentos estruturais do registro bibliográfico: revisitando a compreensão de Seymour Lubetzky sobre a entrada principal representativa da obra e sua manifestação**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33494/1/_Santos_2019_fundamentos_estr_reg_bgrafico_%5btese%5d.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

SANTOS, M. N. dos; ORTEGA, C. D. Catalogação à Lubetzky: para além dos fatores econômicos e tecnológicos. **Ponto de Acesso**: revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA, Salvador, v. 7, n. 3, p. 93-113, dez. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8464>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SANTOS, P. L. V. A. da C. Catalogação, formas de representação e construções mentais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, jan. 2013. Não paginado. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/298/298>. Acesso em: 28 out. 2019.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; PEREIRA, A. M. **Catalogação**: breve história e contemporaneidade. Niterói: Intertexto, 2014.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador, BA. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27708>. Acesso em: 7 jul. 2020.

SERRA, L. G. *et al.* Os princípios de descrição e sua aderência aos formatos MARC 21 e ONIX. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 46, n. 2, p. 51-66, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/2327/3699>. Acesso em: 16 maio 2020.

SERRA, L. G.; SANTARÉM SEGUNDO, J. E. O catálogo da biblioteca e o linked data. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 167-185, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245232.167-1855>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/download/67162/40337>. Acesso em: 30 set. 2020.

SILVA, A. J. **Política de catalogação para as Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas**. Lisboa: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, 2009. Disponível em: <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PoliticaCatalogacaoDGLBfev2009.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVEIRA, N. C. **Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal.**

2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/806>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SIQUEIRA, B. L.; MACHADO, E. C.; LÜCK, E. H. O papel do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas na construção de políticas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 358-387, maio/ ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1221>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SNOW, K. Defining, assessing, and rethinking quality cataloging. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 55, n. 7-8, p. 438-455, Aug. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2017.1350774>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2017.1350774?journalCode=wccq20>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SOUSA, B. P. de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 238-254, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/508/427>. Acesso em: 28 out. 2019.

SPANHOFF, E. de R. Principle issues: catalog paradigms, old and new. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 35, n. 1-2, p. 37-59, Oct. 2009. DOI: https://doi.org/10.1300/J104v35n01_04. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J104v35n01_04. Acesso em: 16 maio 2020.

SPEDALIERI, G. Los objetivos del catálogo. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, n. 15, p. 51-69, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.34096/ics.i15.878>. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/view/878>. Acesso em: 16 maio 2020.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization.** Cambridge, London: The MIT Press, 2009.

TEXEIRA, M. V. **[GT-Cat/FEBAB] Divulgação de políticas e manuais de catalogação disponíveis na web.** Destinatário: Lista de e-mails do Google Groups GTCAT-FEBAB. [S. l.], 8 jul. 2020. 1 mensagem eletrônica.

TILLET, B. B. FRBR and cataloging for the future. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 39, n. 3-4, p. 197-205, Oct. 2009. DOI: https://doi.org/10.1300/J104v39n03_12. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J104v39n03_12. Acesso em: 6 maio 2020.

TILLET, B. B. Resultados de las comparaciones del código. *In: PRINCIPIOS de catalogación de IFLA: pasos hacia un código internacional de catalogación.* Madrid:

Ministerio de Cultura, 2004. Disponível em:
<https://sede.educacion.gob.es/publiventa/d/12438C/19/1>. Acesso em: 19 maio 2020.

TILLET, B. B. **Visão geral do esboço da Declaração dos Princípios de Catalogação**. Pretória: IME ICC, 2007. Tradução de Márcia Rosetto. Disponível em:
<https://biblis2011.files.wordpress.com/2013/08/esboc3a7o-dos-princc3adpios-de-paris-barbara-tillett.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

TOLENTINO, V. de S.; ORTEGA, C. D. A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 2-18, maio/ago. 2016. DOI:
<https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n46p2>. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p2>. Acesso em: 1 maio 2020.

UNESCO. **Hacia una recomendación de la UNESCO sobre la ciencia abierta**. [Paris]: UNESCO, [2020]. Disponível em:
https://en.unesco.org/sites/default/files/open_science_brochure_sp.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **História da BCE**. Brasília, DF: Biblioteca Central, [201-?]a. Disponível em: <https://bce.unb.br/sobre-a-bce/historia-da-bce/>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **Normas, circulares e planos**. Brasília, DF: Biblioteca Central, [201-?]b. Disponível em: <https://bce.unb.br/sobre-a-bce/normas/>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **Setores**. Brasília, DF: Biblioteca Central, [201-?]c. Disponível em: <https://bce.unb.br/sobre-a-bce/setores/>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Fundação Universidade de Brasília**: anuário estatístico 2019. Brasília, DF: UnB, 2019. Disponível em:
<http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/unbemnumeros/anuarioestatistico/AnuarioEstatistico2019.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Guia das Bibliotecas do SiB-UnB**. Brasília: UnB, 2018. Disponível em: <https://www.bce.unb.br/wp-content/uploads/2019/07/Guia-das-Bibliotecas-do-SiB-UnB-09.07.19-eBook.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **História**. Brasília, DF: UnB, c2016a. Disponível em:
<http://www.unb.br/a-unb/historia?menu=423>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Missão**. Brasília, DF: UnB, c2016b. Disponível em:
<http://www.unb.br/a-unb/missao?menu=423>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (DECTI)**. Florianópolis: Biblioteca Universitária, 2020a. Disponível em:

<http://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/administrativo/estrutura-organizacional/decti/#rep>. Acesso em: 8 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Histórico**. Florianópolis: Biblioteca Universitária, 2020b. Disponível em: <http://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/historico/>. Acesso em: 8 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Portaria normativa nº 85/2016/GR, de 27 de setembro de 2016**. Aprova o Regimento da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Biblioteca Universitária, 2016. Disponível em: <http://portal.bu.ufsc.br/files/2014/09/Portaria-Normativa-85.pdf>. Acesso em: 9 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coordenação de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação. **Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC**. Florianópolis: DECTI, 2020c. Disponível em: <http://decti.bu.ufsc.br>. Acesso em: 8 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coordenação de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação. **Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC: autoridades**. Florianópolis: DECTI, 2020d. Disponível em: <http://decti.bu.ufsc.br/autoridades/>. Acesso em: 7 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coordenação de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação. **Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC: catalogação**. Florianópolis: DECTI, 2020e. Disponível em: <http://decti.bu.ufsc.br/catalogacao/>. Acesso em: 7 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coordenação de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação. **Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC: classificação**. Florianópolis: DECTI, 2020f. Disponível em: <https://decti.bu.ufsc.br/classificacao/>. Acesso em: 9 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coordenação de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação. **Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC: dados abertos**. Florianópolis: DECTI, 2020g. Disponível em: <https://decti.bu.ufsc.br/catalogacao/dados-abertos/>. Acesso em: 1 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coordenação de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação. **Manual de processos técnicos da DECTI/BU/UFSC: tratamento físico**. Florianópolis: DECTI, 2020h. Disponível em: <https://decti.bu.ufsc.br/preparo-fisico/>. Acesso em: 09 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Estrutura UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://estrutura.ufsc.br/>. Acesso em: 8 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Document@: manuais SABI: Políticas e procedimentos**. Porto Alegre: UFRGS, [201-?]a. Disponível em:

<https://plone.ufrgs.br/documenta/manuais-sabi/politicas-e-procedimentos>. Acesso em: 18 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico**. Porto Alegre: UFRGS, [201-]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 18 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **O sistema de bibliotecas**. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibliotecas/sobre/sbufrgs/>. Acesso em: 18 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Document@**. Porto Alegre: SBUFRGS, [201-?]b. Disponível em: <https://plone.ufrgs.br/documenta>. Acesso em: 18 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Document@**: políticas e procedimentos. Porto Alegre: SBUFRGS, [201-?]c. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/documenta/manuais-sabi/politicas-e-procedimentos>. Acesso em: 31 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **UFRGS em números**. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: https://www1.ufrgs.br/paineldedados/ufrgs_numeros.html. Acesso em: 18 maio 2020.

VIOLETA BERTOLINI, M. Novedades de catalogación desde la ciudad de los Leones y una primera experiencia en el Comité Permanente de Catalogación de la IFLA. *In*: ENCUENTRO NACIONAL DE CATALOGADORES: tendencias en la organización y tratamiento de la información, 4., 2013, Buenos Aires. **[Conferência]**. Buenos Aires: [Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la República], 2013. Disponível em: https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/BertoliniMV_ponencia.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

WEITZEL, S. da R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

ZAFALON, Z. R. Recurso informacional e representação documental. *In*: ZAFALON, Z. R.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). **Perspectivas da representação documental: discussão e experiências**. São Carlos: CPOI, 2017. p. 125-143. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Zaira_Zafalon/publication/320619115_Perspectivas_da_representacao_documental/links/59f13763aca272cdc7ce0a1f/Perspectivas-da-representacao-documental.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

APÊNDICE A – RESULTADOS DAS BUSCAS

DATA	BASE	INTERNA- TIONAL CATALO- GUING PRINCIPLES	“CATALO- GUING PRINCIPLES”	PRINCÍPIOS DE CATALOGA- ÇÃO	CATALOG* CATALOG	CATALO- GAÇÃO	POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO	CATALO- GUING POLICY	TEXTOS SELECIO- NADOS
21/09/19	<i>InfoBCI</i>	-	-	2	0	28	5	-	6
21/09/19	<i>BRAPCI</i>	-	-	10	636	262	20	-	69
21/09/19	<i>SciELO</i>	0	4	4	143	34	5	4	6
29/07/19		109	-	-	-	-	-	-	
30/07/19	<i>Taylor & Francis Online</i>	-	-	-	-	-	-	5	41
27/10/19		-	357	-	1 323	-	-	-	
25/09/19	<i>oasisbr</i>	8	0	81	12 150	1 027	121	27	5
27/10/19	<i>Portal de periódicos da CAPES</i>	6	14	0	2 984	79	3	9	2

(continua)

(continuação)

DATA	BASE	INTERNATIONAL CATALOGUING PRINCIPLES	"CATALOGUING PRINCIPLES"	PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO	CATALOG*	CATALOGAÇÃO	POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO	CATALOGUING POLICY	TEXTOS SELECIONADOS
27/10/19	<i>Library and Information Science Abstracts – LISA</i>	75	256	-	611	-	-	38	2
30/10/19	<i>E-LiS</i>	104	115	-	109	-	-	1	3
25/09/19	<i>REPOSITÓRIO UFSC</i>	-	-	2 150	6 249	2 599	1 806	-	0
25/09/19	<i>REPOSITÓRIO UFMG</i>	-	-	29 641	152	39	29 645	-	4
25/09/19	<i>REPOSITÓRIO UnB</i>	-	-	48	2 949	83	-	-	1
08/10/19		-	-	-	-	-	40	-	
30/10/19	<i>REPOSITÓRIO UNESP</i>	-	-	42	37	42	42	-	1

(continua)

(conclusão)

DATA	BASE	INTERNATIONAL CATALOGUING PRINCIPLES	“CATALOGUING PRINCIPLES”	PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO	CATALOG*	CATALOGAÇÃO	POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO	CATALOGUING POLICY	TEXTOS SELECIONADOS
10/04/20	REPOSITÓRIO UNIRIO	-	-	0	11	13	1	-	1
Total									141

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

APÊNDICE B – POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO: GUIA

Gerlaine Braga

GUIA PARA A
ELABORAÇÃO DE
POLÍTICAS DE
CATALOGAÇÃO
PARA
BIBLIOTECAS



ELABORAÇÃO: GERLAINE BRAGA
ORIENTAÇÃO: PROF. DRA. NAIRA C. SILVEIRA

GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO PARA BIBLIOTECAS



Rio de Janeiro
2020

Braga, Gerlaine

Guia para elaboração de políticas de catalogação para bibliotecas / Gerlaine Braga ; orientação: Naira C. Silveira. - Rio de Janeiro: PPGb/UNIRIO, 2020.

14 p.

1. Catalogação. 2. Políticas de catalogação - Manuais, guias etc. 3. Bibliotecas. I. Silveira, Naira Christofolletti, *orient.* II. Título.

CDD 025.32
B813g

ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃO
COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.



Saiba mais sobre a pesquisa em
www.unirio.br/ppgb/projetos-de-pesquisa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
O QUE É A POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO	04
DO PROPÓSITO E DA VANTAGEM DE SE ELABORAR POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO PARA BIBLIOTECAS	05
AÇÕES PRELIMINARES À ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO	06
SUGESTÃO DE CONTEÚDO PARA POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO	07
REFERÊNCIAS	14

APRESENTAÇÃO

O presente guia é produto da dissertação intitulada “Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação” (BRAGA, 2020) defendida no Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2020, pela aluna Gerlaine Braga, sob a orientação da professora Dra. Naira C. Silveira. Ele objetiva fornecer orientações práticas e concisas para o desenvolvimento de políticas de catalogação para bibliotecas, com base na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2018).

O QUE É A POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO

A política de catalogação é um documento formal que traz linhas gerais de ação, destinado a orientar a tomada de decisão em relação a tudo o que diz respeito à catalogação, incluindo orientações e princípios genéricos, critérios para a escolha e adoção de instrumentos, padrões e códigos, estabelecendo diretrizes e limites para a ação dos indivíduos, podendo ser aplicados tanto a bibliotecas, como a sistemas e redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo. É preciso lembrar-se de que a política de catalogação é um instrumento mais duradouro e singular, uma vez que haverá apenas uma política para orientar a tomada de decisão da instituição em relação à catalogação.

DO PROPÓSITO E DA VANTAGEM DE SE ELABORAR POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO PARA BIBLIOTECAS

A elaboração da política de catalogação tem como vantagens contribuir para: a economia de tempo na tomada de decisão; proteger contra pressões e emergências advindas de instâncias superiores; a manutenção da uniformidade e da coerência; e a eficiência e qualidade dos serviços prestados à comunidade. É preciso lembrar-se de que a respeito da qualidade na catalogação há que se definir primeiramente a quê se refere quando se fala em qualidade (SNOW, 2017): é em relação aos detalhes técnicos do registro bibliográfico? Se há erros tipográficos ou se os elementos utilizados para identificar o recurso são suficientes, por exemplo? Diz respeito à aderência aos padrões e códigos de catalogação? Ao seu uso correto? Inclui o fluxo de trabalho em si? Se existem recursos acumulados com atraso para a liberação ao público, suporte administrativo, e treinamento e performance da equipe? Ou é sobre o impacto da catalogação para o usuário? Inclui quão bem os usuários são capazes de localizar os recursos desejados dentre os demais? Sugere-se que tal entendimento esteja explícito na política de catalogação.

AÇÕES PRELIMINARES À ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO

Algumas ações precedem a elaboração do documento em si, tais ações incluem: formação da equipe responsável pela elaboração e atualização da política; diagnóstico do funcionamento do processo de catalogação na instituição; estudo dos usuários e conhecimento da comunidade a ser atendida pelo catálogo; esboço da política; conscientização dos usuários da política; definição do formato e layout de apresentação do documento final. Quanto à equipe responsável é ideal que esta possa ser suficientemente representativa dos profissionais envolvidos no processo na instituição. Para o conhecimento das etapas do tratamento da informação na instituição sugere-se que seja feito um mapeamento ou diagnóstico da rotina do setor ou da tarefa de catalogação: desde quando o item chega às mãos (ou ao dispositivo eletrônico, no caso de documentos digitais) até sua saída para o usuário: qual o caminho que este item percorre atualmente? Todos os itens percorrem este mesmo trajeto, ou a depender do tipo de meio e suporte, ou da coleção à qual ele pertence o trajeto é diferente? Quais são as etapas envolvidas no processo? Quem são os responsáveis por essas etapas? Este percurso mapeado é o melhor e o mais eficiente? Pode haver alguma melhoria? Para o estudo de usuários e conhecimento da comunidade sugere-se que sejam realizados de maneira aprofundada visando entender como a comunidade interage com o catálogo, afinal o propósito dos registros é que eles possam se comunicar adequadamente com seus usuários. O esboço da política se apresentará como um importante instrumento de negociação entre os interessados, é importante que o esboço seja tão amplamente divulgado quanto possível para que todos os envolvidos na catalogação possam opinar sobre sua versão final, e ao mesmo tempo ocorra uma conscientização sobre sua importância como um documento norteador.

SUGESTÃO DE CONTEÚDO PARA POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

- Capa, contendo a identificação da instituição;
- Folha de rosto, contendo a indicação da equipe técnica responsável pela elaboração da política;
- Sumário;
- Apresentação.

APRESENTAÇÃO

- Incluir informações sobre datas de elaboração ou atualização;
- Objetiva formalizar e validar de forma breve o documento, sugere-se que seja apenas uma página;
- Conter a assinatura do gestor da biblioteca ou da instituição comunicando a todos sobre a obrigatoriedade de seguir as orientações da política.

Exemplo

Esta política objetiva dar diretrizes gerais para a catalogação na biblioteca X (ou no Sistema ou Rede de Bibliotecas X), sua adoção é de cunho obrigatório a partir da data Y.

Maria da Silva
Gestora da Biblioteca

ELEMENTOS TEXTUAIS

1 Introdução

2 Perfil dos usuários

3 Recursos humanos

4 Fluxo do trabalho e prioridades

5 Diretrizes gerais para normas e padrões adotados

6 Requisitos para cooperação

7 Recursos tecnológicos

8 Métodos de acompanhamento e avaliação

INTRODUÇÃO

- Apresentar-se como um documento formal, preferencialmente denominado “política”;
- Demonstrar coerência e integração com as demais políticas da instituição, citando-as quando pertinente;
- Identificação da organização à qual a biblioteca pertence e contextualização institucional;
- Apresentar os objetivos e finalidade da política;
- Contextualização da biblioteca: missão, objetivos etc.;
- Caracterização do acervo, tipos de recursos, coleções existentes;
- Princípios e condutas éticas que guiam a catalogação na instituição;
- Especificidade e exaustividade da descrição, do estabelecimento de pontos de acesso e diretrizes gerais para o controle de autoridades.

Exemplo

Esta política compõe, juntamente com as políticas de indexação e a de desenvolvimento de coleções, o quadro de políticas da biblioteca X (ou no Sistema ou Rede de Bibliotecas X).

O acervo é composto por tais tipos de meio e suportes. Existem as coleções X, Y, Z etc.

A Biblioteca prezarà pela abertura dos dados do catálogo à comunidade de usuários, respeitando-se os elementos de dados pessoais que porventura possam constar nos dados de autoridade. A Biblioteca prezarà pela acessibilidade nos recursos tecnológicos adotados para o catálogo.

Adotar-se-á o nível mais básico de descrição possível para as manifestações que compõem a coleção Z e o nível mais exaustivo para as manifestações que compõem a coleção Y. Para todos os responsáveis pela manifestação serão sempre atribuídos pontos de acesso, ou somente para manifestações que compõem a coleção Y ou Z. Determinado setor será o responsável pelo controle de autoridades, ou cada catalogador será o responsável por realizar o controle de autoridades.

PERFIL DOS USUÁRIOS

- Necessidades dos usuários e sua identificação extraídas do estudo de usuário/comunidade: envolvendo tanto a obtenção de resultados indiretos (por meio de relatórios gerenciais de buscas executadas no catálogo); quanto de resultados diretos (aplicados diretamente ao usuário no intuito de verificar suas necessidades em relação ao catálogo).

Exemplo

A comunidade de usuários da biblioteca é composta por X, Y e Z.

Foi identificado o comportamento informacional X em relação ao uso do catálogo da biblioteca.

RECURSOS HUMANOS

- Requisitos e qualificação dos recursos humanos envolvidos na catalogação (de forma geral);
- Definição das responsabilidades (especialmente quando se trata de sistemas ou redes de bibliotecas) – de maneira geral;
- Diretrizes gerais para o treinamento de pessoal.

Exemplo

São responsáveis pela catalogação na biblioteca profissionais bibliotecários. Estagiários e auxiliares de biblioteca serão responsáveis pela pré-catalogação.

A biblioteca central é (ou não) responsável pela catalogação centralizada dos recursos, que são distribuídos às bibliotecas setoriais. Ou, cada biblioteca setorial é responsável pela catalogação dos recursos que compõem seus acervos.

Todo novo funcionário ou estagiário que ingressar na biblioteca deve receber o devido treinamento para a catalogação.

FLUXO DO TRABALHO E PRIORIDADES

- Definir as etapas da catalogação (de forma geral) e o fluxo de trabalho, estabelecendo prioridades na catalogação dos recursos.

Exemplo

Recursos que pertencem à coleção Y terão prioridade no fluxo de catalogação. E/ou, recursos adquiridos por compra terão prioridade na catalogação e disponibilização ao usuário.

DIRETRIZES GERAIS PARA NORMAS E PADRÕES ADOTADOS

- Definição dos requisitos mínimos para regras, padrões e instrumentos a serem adotados para representar dados bibliográficos e de autoridade;
- Definir e apontar os requisitos mínimos para instrumentos auxiliares adotados e/ou elaborados.

Exemplo

A biblioteca adotará normas de catalogação que permitam a economicidade de recursos, o intercâmbio de dados com outras instituições e padrões de metadados que permitam a interoperabilidade entre sistemas e abranjam ainda os requisitos X, Y e Z.

Instrumentos auxiliares elaborados pela biblioteca serão sempre divulgados a todos os catalogadores. Serão respeitados os princípios X, Y, Z.

REQUISITOS PARA COOPERAÇÃO

- Definir como será registrada a decisão sobre a participação em programas de catalogação cooperativa;
- Definir como será registrada a decisão sobre a participação em redes de bibliotecas;
- Definição de critérios para a escolha das instituições autorizadas com as quais irá se intercambiar propriamente os dados bibliográficos e de autoridades, ou ser utilizadas como fontes de pesquisa.

Exemplo

A participação em programas de catalogação cooperativas poderá ser registrada em manuais operacionais.

A participação em redes de bibliotecas ocorrerá por meio de acordos e convênios.

Preferencialmente se utilizará de Bibliotecas Nacionais ou equivalentes para o intercâmbio e cópia de dados bibliográficos e de autoridades, em segundo lugar poderá se consultar catálogos de bibliotecas universitárias. Ou, preferencialmente se utilizará catálogos coletivos disponíveis para acesso on-line.

RECURSOS TECNOLÓGICOS

- Registro dos requisitos mínimos para a escolha do software utilizado, ou o meio de registro do catálogo, ou seja, as tecnologias utilizadas para veicular o catálogo.

Exemplo

A biblioteca adotará sistema que possua os seguintes requisitos mínimos: protocolos de intercâmbio internacionais, utilize padrões de metadados internacionais...

MÉTODOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- Estabelecimento do que se entende por qualidade na catalogação no contexto da instituição;
- Estabelecimento de critérios de avaliação e controle de qualidade;
- Estabelecimento de prazos para a (re)avaliação da política;
- Diretrizes para casos omissos.

Exemplo

Entende-se que os dados dos recursos catalogados pela biblioteca deverão minimamente atender aos requisitos X, Y, Z.

Os critérios para avaliação da qualidade dos dados dos recursos catalogados pela biblioteca serão: X, Y, Z. A Comissão de Catalogação avaliará anualmente, por meio de metodologias e instrumentos por ela estabelecidos, a qualidade dos dados.

A presente política será revisada a cada 10 anos.

Casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pela elaboração da política, que se reunirá extraordinariamente.

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

- Referências - Recomenda-se utilizar norma ABNT ou equivalente para referenciar os documentos citados;
- Glossário - Elemento opcional, caso seja necessário dirimir possíveis dúvidas em relação aos termos utilizados no documento da política.

REFERÊNCIAS

BRAGA, G. da R. **Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

IFLA. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Haia: IFLA, 2018. Tradução para o português sob a responsabilidade de Marcelo Votto Texeira e revisado por Jorge Moisés Kroll do Prado (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do estado de Santa Catarina). Disponível em:
https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

SNOW, K. **Defining, assessing, and rethinking quality cataloging**. *Cataloging & Classification Quarterly*, Philadelphia, v. 55, n. 7-8, p. 438-455, Aug. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639374.2017.1350774>. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639374.2017.1350774?journalCode=wccq20>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE CATALOGAÇÃO PARA BIBLIOTECAS

A política de catalogação é um documento formal que traz linhas gerais de ação, destinado a orientar a tomada de decisão em relação a tudo o que diz respeito à catalogação, incluindo orientações e princípios genéricos.

Este guia objetiva fornecer orientações práticas e concisas para auxiliar no desenvolvimento de políticas de catalogação para bibliotecas, com base na última edição da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação.



APÊNDICE C – MANUAIS DE CATALOGAÇÃO: GUIA

Gerlaine Braga

GUIA PARA A
ELABORAÇÃO DE
MANUAIS DE
CATALOGAÇÃO
PARA
BIBLIOTECAS



ELABORAÇÃO: GERLAINE BRAGA
ORIENTAÇÃO: PROF. DRA. NAIRA C. SILVEIRA

GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE MANUAIS DE CATALOGAÇÃO PARA BIBLIOTECAS



**Rio de Janeiro
2020**

Braga, Gerlaine

Guia para elaboração de manuais de catalogação para bibliotecas / Gerlaine Braga ; orientação: Naira C. Silveira. - Rio de Janeiro: PPGb/UNIRIO, 2020.

12 p.

1. Catalogação. 2. Manuais de catalogação - Manuais, guias etc. 3. Bibliotecas. I. Silveira, Naira Christofolletti, *orient.* II. Título.

CDD 025.32

B813g

ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.



Saiba mais sobre a pesquisa em www.unirio.br/ppgb/projetos-de-pesquisa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
O QUE SÃO MANUAIS DE CATALOGAÇÃO	04
DO PROPÓSITO E DA VANTAGEM DE SE ELABORAR MANUAIS DE CATALOGAÇÃO PARA BIBLIOTECAS	05
AÇÕES PRELIMINARES À ELABORAÇÃO DE MANUAIS DE CATALOGAÇÃO	06
SUGESTÃO DE CONTEÚDO PARA MANUAIS DE CATALOGAÇÃO	07
REFERÊNCIAS	12

APRESENTAÇÃO

O presente guia é produto da dissertação intitulada “Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação” (BRAGA, 2020) defendida no Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2020, pela aluna Gerlaine Braga, sob a orientação da professora Dra. Naira C. Silveira. Ele objetiva fornecer orientações práticas e concisas para a elaboração de manuais de catalogação para bibliotecas, com base na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2018).

O QUE SÃO MANUAIS DE CATALOGAÇÃO

Os manuais ou regras de procedimentos de catalogação são documentos formalizados cujo objetivo é orientar o fazer, contemplam os métodos rotineiros de execução, nos quais devem constar todas as orientações práticas de como proceder ao registrar os dados em catálogos: desde o detalhamento das regras de catalogação adotadas, de acordo com a necessidade local, até a inclusão dos dados no sistema utilizado pela instituição e sua disponibilização ao usuário. Sua extensão e flexibilidade, conseqüentemente, serão maiores do que a política de catalogação, bem como o nível de detalhamento das instruções. Assim, é sugerido que seu formato físico favoreça alterações mais corriqueiras, considerando dessa forma a economia de recursos. Pode ainda ser elaborado para uma biblioteca apenas ou para sistemas e redes de bibliotecas que compartilham o mesmo catálogo. Pode ser registrado em um documento único ou em manuais por etapas, ou outra divisão mais adequada à realidade local.

DO PROPÓSITO E DA VANTAGEM DE SE ELABORAR MANUAIS DE CATALOGAÇÃO PARA BIBLIOTECAS

A elaboração de manuais de catalogação tem como vantagens contribuir para: padronização de procedimentos; uniformização dos dados atribuídos aos recursos informacionais; melhoria da comunicação das orientações relacionadas às atividades ou tarefas àqueles que a executam; manter a consistência e normalização; possibilitar o treinamento e capacitação dos funcionários que deles se utilizará; servir como um guia para o trabalho e consulta para o grupo envolvido nas atividades; relacionar as tarefas principais; servir como norteador para a execução e avaliação das tarefas; servir de documento de registro da memória da evolução administrativa do setor ou da atividade de catalogação na instituição; minimizar erros, retrabalho e desperdício de recursos.

AÇÕES PRELIMINARES À ELABORAÇÃO DE MANUAIS DE CATALOGAÇÃO

Algumas ações precedem a elaboração do documento em si, tais ações incluem: formação da equipe responsável pela elaboração e atualização do(s) manual(is); diagnóstico do funcionamento do processo de catalogação na instituição; definição do objetivo do manual; definição do formato e layout do(s) manual(is); decidir se será um único manual para todas as atividades ou se serão elaborados manuais para cada atividade, ou outra divisão pertinente. Em relação a esta última decisão, a depender da realidade local, talvez não seja o mais indicado elaborar um único manual, pois pode ser que a partir do mapeamento preliminar do fluxo de trabalho seja identificado que certas etapas exigem um detalhamento maior do que outras cuja concentração em um único documento o deixaria demasiadamente extenso e desnecessário para que o responsável por determinada atividade, por exemplo, tivesse em mãos um manual que cobrisse todas as etapas anteriores e posteriores. Há que se avaliar a necessidade local.

SUGESTÃO DE CONTEÚDO PARA MANUAIS DE CATALOGAÇÃO

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

- Capa, contendo a identificação da instituição;
- Folha de rosto, incluindo a indicação da equipe técnica responsável pela elaboração do manual e o contato institucional para dirimir possíveis dúvidas;
- Sumário;
- Apresentação.

APRESENTAÇÃO

- Conter uma apresentação com a assinatura do gestor da biblioteca ou da instituição comunicando a todos sobre a obrigatoriedade de seguir as orientações do manual.

ELEMENTOS TEXTUAIS

- 1 Introdução
- 2 Fluxo do trabalho
- 3 Recursos tecnológicos
- 4 Leitura técnica
- 5 Dados bibliográficos
- 6 Pontos de acesso
- 7 Dados de autoridade
- 8 Preparo físico
- 9 Armazenamento
- 10 Métodos de acompanhamento e avaliação do manual

INTRODUÇÃO

- Apresentar-se como um documento formal;
- Demonstrar coerência e integração com os demais manuais da instituição, quando houver;
- Apresentar objetivos e finalidade do manual;
- Instruções gerais para a execução das tarefas;
- Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados;
- Objetivos a serem alcançados pelo grupo, informações básicas sobre a função, interação dessas tarefas com outras da biblioteca.

FLUXO DO TRABALHO

- Fluxograma(s) das atividades e processos envolvidos na catalogação de maneira geral, se pertinente;
- Fluxograma das etapas específicas do processo de catalogação no setor responsável pela representação documental, ou seu equivalente.

RECURSOS TECNOLÓGICOS

- Registrar decisão quanto à abertura ou não das funcionalidades de busca do catálogo (bibliográfico e autoridade);
- Definir funcionalidades e configurações de acessibilidade no OPAC, quando aplicável.

LEITURA TÉCNICA

- Orientações para a leitura técnica dos documentos.

DADOS BIBLIOGRÁFICOS

- Escolha e enumeração dos campos de dados bibliográficos usados pela biblioteca, por tipo de meio e suporte, de acordo com o identificado como necessário e suficiente aos usuários no estudo de usuário/comunidade preliminar;
- Especificação da fonte de informação preferida para os diferentes tipos de meio e suporte, caso não esteja suficientemente esclarecido nas regras adotadas para a catalogação;
- Definição e enumeração dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de meio e suporte dos recursos;
- Listagem das instituições autorizadas a realizar pesquisas ou intercambiar dados bibliográficos, incluindo seus endereços eletrônicos para fácil acesso e contatos para comunicação, caso necessário e pertinente;
- Orientações práticas para a importação de dados, quando o catálogo é gerenciado por um software que permita a importação;
- Detalhamento das regras, códigos e padrões adotados, incluindo exemplos de preenchimento dos dados bibliográficos;
- Nível de exaustividade da descrição bibliográfica, em relação ao(s) instrumento(s) normativo(s) adotado(s), podendo ser diferenciado por coleções, tipos de mídia e suporte ou outros critérios pertinentes;
- Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados.

PONTOS DE ACESSO

- Escolha, delimitação e enumeração dos pontos de acesso usados pela biblioteca, de acordo com o identificado como necessário e suficiente aos usuários no estudo de usuário/comunidade preliminar;
- Detalhamento das regras, códigos e padrões adotados, incluindo exemplos de preenchimento dos pontos de acesso;
- Orientações para a escolha dos pontos de acesso;
- Orientações para a atribuição de números de chamada;
- Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados.

DADOS DE AUTORIDADE

- Escolha e enumeração dos campos de dados de autoridade usados pela biblioteca, por tipo de autoridade, de acordo com o identificado como necessário e suficiente aos usuários no estudo de usuário/comunidade preliminar;
- Diretrizes para o uso de formas variantes dos nomes;
- Definição e enumeração dos elementos de dados que serão utilizados para descrever cada tipo de autoridade;
- Listagem das instituições autorizadas a realizar pesquisas ou intercambiar dados de autoridades, incluindo seus endereços eletrônicos para fácil acesso e contatos para comunicação, caso necessário e pertinente;
- Orientações práticas para a importação de dados, quando o catálogo é gerenciado por um software que permita a importação;
- Detalhamento das regras, códigos e padrões adotados, incluindo exemplos de preenchimento dos dados de autoridade;
- Explicações e detalhamento de soluções locais não previstas nos instrumentos de representação adotados;
- Nível de exaustividade dos dados de autoridade, em relação ao(s) instrumento(s) normativo(s) adotado(s), podendo ser diferenciado por critérios pertinentes.

PREPARO FÍSICO

- Orientações para o preparo físico dos itens, incluindo o uso de carimbos.

ARMAZENAMENTO

- Orientações para o armazenamento físico e/ou digital dos itens.

MÉTODOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO MANUAL

- Acompanhamento do uso e aplicação de atualizações necessárias, com a definição de períodos de revisão;
- Instruções para a avaliação das tarefas, se aplicável.

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

- Referências - Recomenda-se utilizar norma ABNT ou equivalente para referenciar os documentos citados;
- Glossário - Elemento opcional, para a inclusão dos termos que possam gerar dúvidas;
- Apêndice(s) - Formulários ou outros documentos pertinentes elaborados pela biblioteca;
- Anexo(s) - Formulários ou outros documentos pertinentes utilizados elaborados por terceiros;
- Índice - Elemento opcional, facilita a recuperação rápida do conteúdo do manual, especialmente se for impresso.

REFERÊNCIAS

BRAGA, G. da R. Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

IFLA. Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC). Haia: IFLA, 2018. Tradução para o português sob a responsabilidade de Marcelo Votto Texeira e revisado por Jorge Moisés Kroll do Prado (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do estado de Santa Catarina). Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE MANUAIS DE CATALOGAÇÃO PARA BIBLIOTECAS

Os manuais de catalogação são documentos formalizados cujo objetivo é orientar o fazer, contemplam os métodos rotineiros de execução, nele devem constar todas as orientações práticas de como proceder ao registrar dados em catálogos.

Este guia objetiva fornecer orientações práticas e concisas para auxiliar no desenvolvimento de manuais de catalogação para bibliotecas, com base na última edição da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação.

